



**UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE
UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE ANDALUCÍA**

PROGRAMA DOCTORADO EN DERECHOS HUMANOS Y DESARROLLO

**O MOVIMENTO SINDICAL E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO
BRASILO DIREITO À REPARAÇÃO DOS TRABALHADORES
QUE ENFRENTARAM A DITADURA MILITAR**

TESIS DE DOCTORADO

Prudente José Silveira Mello

**Sevilla, España
2015**

O MOVIMENTO SINDICAL E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL.
O DIREITO À REPARAÇÃO DOS TRABALHADORES
QUE ENFRENTARAM A DITADURA MILITAR

Prudente José Silveira Mello

Tese de Doctorado presentada ao Programa de Doctorado
en Derechos Humanos Y Desarrollo como requisito parcial para a
obtenção do Título de Doctor Derechos Humanos Y Desarrollo

Directora de la Tesis:
Caroline Proner



Co-Director de la Tesis:
Francisco J. Infante Ruiz



Sevilla, España
Octubre, 2015

Universidad Pablo de Olavide
Universidad Internacional de Andalucía
Programa Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo

El tutor, abajo firmante, aprueba la Tesis de Doctorado

O movimento sindical e a justiça de transição no Brasil.
O direito à reparação dos trabalhadores
que enfrentaram a ditadura militar

Elaborada por
Prudente José Silveira Mello

Como requisito parcial para la obtención del
Título de Doctor en Derechos Humanos y Desarrollo



Tutor: Francisco J. Infante Ruiz

Sevilla, España
Octubre, 2015

UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE
UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE ANDALUCIA
PROGRAMA DOCTORADO OFICIAL EM DIREITOS HUMANOS,
INTERCULTURALIDADE E DESENVOLVIMENTO

O MOVIMENTO SINDICAL E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL.
O DIREITO À REPARAÇÃO DOS TRABALHADORES
QUE ENFRENTARAM A DITADURA MILITAR

Elaborada por
Prudente José Silveira Mello

como requisito parcial para la obtención del Título de
Doctor en Derechos Humanos y Desarrollo

Comissão Examinadora

Prof (a). Dr (a).....

Presidente:

Prof (a). Dr (a)

Membro

Prof (a). Dr (a)

Membro

Prof (a). Dr (a)

Membro

Prof (a). Dr (a).....

Membro

Sevilla, de de 2015

DEDICATÓRIA

A trajetória de qualquer caminho reserva momentos alegres, tristes, de ansiedade, aponta certezas absolutas e dúvidas atrozes. Quando começamos a caminhar, temos um destino, mas não sabemos o que vamos encontrar na estrada, as pedras tão difíceis de remover, mas fundamentais para testar nosso empenho, estão lá, bem como as encruzilhadas que nos forçam a escolhas muitas vezes difíceis, mas fundamentais...e as pessoas, companheiros de viagem que seguem ao nosso lado durante um tempo ou por todo trajeto, questionando, incentivando ou mesmo duvidando fazem parte desta viagem. Pessoas que na primeira hora, confiaram, apostaram e são imprescindíveis, não só nesta pequena amostra do meu trabalho, mas pela vida, pela lição e pelo exemplo.

Dedico este trabalho ao meu querido mestre, companheiro e amigo Joaquin Herrera Flores, para quem o mundo foi pequeno demais para comportar todos os seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de uma empreitada como esta nos dá uma sensação de realização e de vazio, pois durante muito tempo convivi com a perspectiva de realizar este trabalho e muito de minha atividade profissional, da minha vida e dos meus conceitos foram pautados por esta missão. Chegar ao fim desta etapa, fechar este capítulo da minha vida, tem um significado muito maior do que a conclusão de uma tese. É fato, que finalizo aqui um período fundamental da minha formação acadêmica, mas com a certeza de estar iniciando outra etapa, outro desafio. Nesta trajetória não foram poucos os que comigo dividiram a expectativa da realização e para todos deixo o meu muito obrigado, mas gostaria de destacar os imprescindíveis: Carol Proner diretora exigente, amiga de tanto tempo e de tantas horas, que com competência e brilhantismo, assumiu junto com Francisco Infante Ruiz, a difícil missão de realizar a direção deste trabalho depois de Joaquin Herrera Flores e de Rosário Valpuesta Fernández.

Pela ajuda e contribuição agradeço à minha querida Sandra Werle, e aos amigos Flavio Balbinot, Cláudia dos Santos, Juliana Frainer, Jesus Abelán, Antonio Joaquim e Betina Backes.

Aos amigos Edésio Franco Passos, Manuel Jesus Sabariego Gomez, Virginius José Lianza da Franca, Vanio dos Santos, Nelson Motta, Cleoci Machado, Maurício Pereira Gomes, Claudio Skora, Lola Galera que sempre estiveram presentes.

Meu agradecimento e reconhecimento aos meus amigos e sócios, com quem divido a luta em defesa da classe operária e a minha história de vida - Nilo Kaway Junior, Susan Mara Zilli, Roberto Ramos Schmidt, Andreza Prado de Oliveira, Herlon Teixeira, Gustavo Garbelini Wischneski, Tarso Zilli Wahlheim, *Vinicius Guilherme Bion*, Julia Zavarize como também a todos os funcionários do Escritório de Defesa da Classe Trabalhadora.

Agradeço a todos os funcionários da Faculdade Cesusc, que nos últimos 4 anos proporcionaram momentos de alegria e companheirismo e aos sócios Alexandre Ramos, Edmundo Arruda e Gilson Junkes.

Aos companheiros da Central Única dos Trabalhadores e a todos os dirigentes sindicais que lutam por uma vida digna para os trabalhadores, razão da existência

deste estudo que espero, contribua na construção da memória, verdade, justiça e reparação.

A Tarso Genro e Paulo Abrão agradeço pelo convite para integrar a Comissão de Anistia, onde aprendi sobre a história “viva” do meu país, com seus heróis e a resistência contra uma Ditadura que jamais foi branda e onde, tenho a satisfação de conviver entre amigos, aos quais agradeço o companheirismo e o empenho pois seria impossível fazer este trabalho, sem o aprendizado coletivo que realizamos, descobrindo, criando, interpretando e aprendendo. Aos funcionários desta casa meu muito obrigado também.

Aos amigos e companheiros do Doctorado en Derechos Humanos, Manuel Gandara, Fernando Dantas, David Sánchez Rubio e Wilson Ramos Filho.

Minha gratidão também à minha dedicada mãe da qual herdei o prazer de ensinar e o orgulho de ser professor, ao meu pai cuja grande lição de vida foi mostrar como acolher os amigos, minhas irmãs e meus irmãos queridos, minhas cunhadas, cunhados e sobrinhos que sempre com interesse e paciência ouviram, dialogaram, criticaram e aplaudiram.

Finalmente quero, não apenas agradecer, mas externar minha mais profunda admiração pelo apoio, entusiasmo e dedicação da minha família - meus filhos Ana Luíza e Daniel aos quais agradeço pela compreensão da ausência e pelo entendimento da dimensão da importância. Amanda e o Gustavo por estarem presente nas boas e inflamadas discussões dos almoços de domingo, ao meu sogro Abílio Coelho pelo respeito e carinho e finalmente agradeço à minha amiga, esposa e companheira Maria José. Por tudo. Por sempre.

RESUMO

Programa Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo

Universidad Pablo de Olavide
Universidad Internacional de Andalucía

Autoria: PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO

Orientador: Francisco J. Infante Ruiz



A presente tem por finalidade analisar o tema da Justiça de Transição no Brasil, tendo como foco principal as lutas implementadas pelos trabalhadores e suas organizações sindicais no enfrentamento que fizeram à ditadura militar. Esta análise tem como base a teoria crítica em direitos humanos que concebe que a dignidade humana é construída por meio de processos de luta, com o fim de assegurar o acesso a bens materiais e imateriais e assim permitir uma vida digna. Para tanto, analisou-se o contexto referente aos acontecimentos relativos ao golpe civil-militar, protagonizados por atores que interferiram e impuseram os seus interesses econômicos e políticos naquele momento histórico, levando o país a 21 anos de ditadura militar. Os interesses do empresariado nacional e estrangeiro que colaboraram no processo repressivo e o entendimento, segundo a Comissão Nacional da Verdade, de suas responsabilidades. Foi analisado também o papel que as greves dos trabalhadores e de suas organizações sindicais exerceram na resistência contra o regime ditatorial. Estes atores permaneceram em luta constante marcada por avanços e retrocessos de direitos e matizado pelos interesses dos governos e dos empresários. Porém, em relação a Legislação que rege as organizações sindicais, não ocorreram mudanças, prevalecendo a estrutura corporativa verticalizada e vinculada ao Estado, sendo um empecilho no processo de resistência frente ao golpe civil-militar. O reconhecimento político e o direito à reparação dos trabalhadores realizado por meio de ações da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, como fatores que concorrem para empoderar e dar visibilidade às entidades sindicais e, assim, reforçar a luta pela dignidade dos trabalhadores.

Palavras-chave: Direitos humanos. Comissão de anistia. Teoria crítica. Ditadura brasileira. Sindicatos. Justiça de transição.

RESUMEN

Programa Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo

Universidad Pablo de Olavide
Universidad Internacional de Andalucía

Autoria: PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO

Orientador: Francisco J. Infante Ruiz



This dissertation aims to analyze the issue of Transitional Justice in Brazil, focusing mainly on the struggles implemented by workers and their unions against the military dictatorship. The analysis is based on the critical theory on human rights which advocate that human dignity is built through struggle processes, in order to ensure access to tangible and intangible assets and therefore grant a dignified life. For this purpose, it was analyzed the context underlying the events involving the civil-military coup, started by actors who interfered and imposed their economic and political interests in that historical moment, bringing the country to 21 years of military dictatorship; the interests of domestic and foreign businessmen and companies that cooperated with the repressive process and the understanding, according to the National Truth Commission, of their responsibilities. It was also analyzed the role that the strikes and the trade unions played in resistance against the dictatorial government. These actors remained in a constant struggle, characterized by progresses and setbacks of rights and marked by the interests of governments and entrepreneurs. However, there were no changes in regard to trade union's legislation, prevailing a vertical corporate structure linked to the State, a truly obstacle in the process of resistance against the civil-military coup. Last but not least, it studies the political recognition and the right to compensation for workers realized by the Ministry of Justice's Amnesty Commission as factors that contribute to empower and give visibility to unions and thus reinforce the struggle for the worker's dignity.

Keywords: human rights; Amnesty Commission; Critical theory; Brazilian dictatorship; Transitional Justice.

ABSTRACT

Programa Doctorado en Derechos Humanos y Desarrollo

Universidad Pablo de Olavide
Universidad Internacional de Andalucía

Autoría: PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO

Orientador: Francisco J. Infante Ruiz



Esta tesis tiene como objetivo analizar el tema de la justicia transicional en Brasil, centrándose principalmente en las luchas llevadas a cabo por los trabajadores y sus sindicatos, luchas de enfrentamiento a la dictadura militar. Este análisis se basa en la teoría crítica de los derechos humanos en su perspectiva de la dignidad humana como procesos de lucha para garantizar el acceso a los bienes, materiales e inmateriales y así permitir una vida digna. Para ello, se analizó el contexto sobre los hechos relativos al golpe cívico-militar, protagonizada por actores que interferían e impusieron sus intereses económicos y políticos en ese momento histórico. Los intereses de los empresarios nacionales actuaran en proceso de cooperación con las fuerzas del orden según el entendimiento de la Comisión Nacional de la Verdad que enunció sus responsabilidades. También se analizó el papel que las huelgas de los trabajadores y sus sindicatos jugaron en la resistencia contra el régimen dictatorial. Estos actores permanecieron en lucha constante marcada por avances y retrocesos enfrentados a los intereses de los gobiernos y de los empresarios. Sin embargo, con respecto a la legislación que rige los sindicatos, no hubo cambios, prevalece la estructura corporativa vertical y vinculados al Estado por significar un obstáculo en el proceso de resistencia contra el golpe de Estado cívico-militar. El reconocimiento político y el derecho a la indemnización de los trabajadores fueron posibles a través de acciones de la Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia y pueden ser considerados factores que contribuyen a potenciar y dar visibilidad a los sindicatos y reforzando así la lucha por la dignidad de los trabajadores.

Palabras Clave: derechos humanos. Comité de amnistía. La teoría crítica. Dictadura brasileña; sindicatos. Justicia transicional

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD - Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema - cidades operárias de São Paulo

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ACOPA - Associação Comercial do Paraná

ACPA - Associação Comercial de Porto Alegre

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Adep - Ação Democrática Popular

ADUSP - Associação de Docentes da USP

AFL-CIO - *American Federation of Labor and Congress of Industrial* - Federação Trabalhista Norte-Americana e Congresso de Organizações Industriais

AI - Ato Institucional

AIFLD- Instituto americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre),

ALN - Ação Libertadora Nacional

Amforp - American and Foreign Power Co.

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AP - Ação Popular

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

Art. - Artigo

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Sul

ASIs - Assessorias de Segurança e Informações

BA - Bahia

BB- Banco do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

BNM - Brasil Nunca Mais

Bradesco - Banco Brasileiro de Descontos S.A. (sigla antiga)

CA - Comissão de Anistia

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CBA-MG - Comissão Brasileira de Anistia - Minas Gerais

CBA-RJ - Comissão Brasileira de Anistia - Rio de Janeiro

CBA-SP - Comissão Brasileira de Anistia - São Paulo

CCC - Comando de Caça Comunista –

CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Cebrade - Centro Brasil Democrático

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais

CENIMAR - Centro Nacional de Informações da Marinha

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina
CF - Constituição Federal
CGG - Comando Geral de Greve
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - Centro de Informações da Aeronáutica
CIA - Central Intelligence Agency - Agência de Inteligência dos Estados Unidos
CIE - Centro de Informações do Exército
CIEx- Centro de Informações do Exterior
CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CISA - Centro de Informação da Aeronáutica
CJP/SP - Comissão Justiça e Paz de SP
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNB - Comitê Brasileiro pela Anistia
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Industrial
CNTTMFA - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos
CNV- Comissão Nacional da Verdade
COB - Confederação Operária do Brasil
COBRASMA - Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
COMAL -Companhia Paulista de Comércio do Café
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Contec - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito
CPC - Centro Popular de Cultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais
CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Dec.Leg - Decreto Legislativo
DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DI-GB - Dissidência da Guanabara
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI's - Destacamento de Operações Internas
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DOPS/SP- Departamento de Ordem Política e Social - São Paulo
DSI do Ministério das Relações Exteriores - Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores
DSIs - Divisões de Segurança Nacional
DSN - Doutrina da Segurança Nacional

DST - Doutrina de Segurança Nacional
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EMFA - Estado Maior das Forças Armadas
ESG - Escola Superior de Guerra
EsNI - Escola Nacional de Informações
EUA - EEUU - Estados Unidos da América
FAB - Força Aérea Brasileira
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEB -Força Expedicionária Brasileira
FEDERASUL - Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS
FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
Fiesp - Federação das Indústrias de São Paulo
FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz
FMI - Fundo Monetário Internacional
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
FSD - Fórum Social de Debates
GM - General Motors
GPMI - Grupo Permanente de Mobilização Industrial
GT - Grupo de Trabalho
HC - Habeas Corpus
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
Iadesil - Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês
IDEJUST - Instituto Justiça de Transição
IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESul - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - Região Sul
IPM - Inquérito Policial Militar
IPMs - Inquéritos Policiais Militares
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITC- Instituto Cultural do Trabalho
Jango - João Goulart
JCI - Junta Coordenadora de Informações
JFK - John Fitzgerald Kennedy
JK - Juscelino Kubitschek
JUC - Juventude Universitária Católica

LSN - Lei de Segurança Nacional
MAF- (Movimento de Arregimentação Feminina
MCV - Movimento do Custo de Vida
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MG - Minas Gerais
MJ - Ministério da Justiça
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MP - Medida Provisória
MPB - Música Popular Brasileira
MPFA - Movimento Feminino pela Anistia
MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8 (Dissidência da Guanabara)
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)
MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores ()
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
Oban - Operação Bandeirantes
OCCCRBAR-*Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas* -
Escritório de Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Américas.
OCIAA ou OCIIA- *Office of the Coordinator of Inter American Affairs* - Escritório do Coordenador de
Relações Interamericanas.
OESP - Jornal O Estado de S. Paulo
OIT - Organização Internacional do Trabalho
Orit - Organização Regional Interamericana do Trabalho
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
P2 - Serviços Secretos das Polícias Militares
PCB - Partido Comunista brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PEA - População Economicamente Ativa
Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.
PIB - Produto Interno Bruto
POR (T) - Partido Operário Revolucionário Trotskista
PR - Paraná
PSD- Partido Social Democrata
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista
PUA - Pacto de Unidade de Ação
PUA - Pacto de Unidade e Ação
PUC - Pontifícia Universidade Católica
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RC - Recursos Ordinários Criminais
Rebratel - Rede Brasileira de Televisão S.A
RJ - Rio de Janeiro
RN - Rio Grande do Norte
RS - Rio Grande do Sul
SBPC - Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SISNI - Sistema Nacional de Informações
SNI- Serviço Nacional de Informação - SNI
SP - São Paulo
STF - Supremo Tribunal Federal (STF
STM - Superior Tribunal Militar
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
TR - Tribunal Regional
TRT -Tribunal Regional do Trabalho
TSN - Tribunal de Segurança Nacional,
TST - Tribunal Superior do Trabalho
Tuca - Teatro da Universidade Católica de São Paulo
UCF - União Cívica Feminina
UDN - União Democrática Nacional
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade do Rio Grande do Sul
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA - *United States of American* - Estados Unidos da América
USAID - *United States Agency International Development* – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP - Universidade de São Paulo
VALE - Companhia Vale do Rio Doce
Varig - Viação Aérea Riograndense
VAR-Palmares - Vanguarda Revolucionária Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária
VPR - Vanguarda Revolucionária Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
 CAPÍTULO I - O GOLPE CIVIL-MILITAR: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO REPRESSIVO NO BRASIL	 23
1.1 Contexto histórico	25
1.1.1 Contexto internacional e a Guerra Fria	27
1.1.2 Contexto nacional: pré-golpe civil militar	31
1.1.3 Contexto nacional: período ditatorial	38
1.1.3.1 Movimento estudantil	48
1.1.3.2 Movimentos vanguardistas	53
1.1.3.2.1 Música Popular.....	53
1.1.3.2.2 Cinema Nacional	55
1.1.3.2.3 Teatro brasileiro	56
1.1.3.2.4 Imprensa.....	59
1.1.3.3 Movimentos de resistência	62
1.1.3.3.1 Guerrilhas rurais	63
1.1.3.3.2 As ações armadas urbanas.....	66
1.1.3.4 Outros espaços de luta.....	72
 CAPÍTULO II - OS TRABALHADORES EM LUTA CONTRA A OPRESSÃO, CONTROLE E REPRESSÃO ESTATAL	 77
2.1 O Estado opressor contra as nascentes organizações sindicais	79
2.2 A fase intervencionista controladora e as bases do sistema corporativo .	87
2.2.1 O advento da Constituição Federal de 1937 e a ditadura do Estado Novo....	96
2.2.2 O impacto da Constituição Federal de 1946 sobre as organizações de trabalhadores	101

2.3 Fortalecimento sindical nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart	105
2.3.1 Desestabilização e desestruturação do movimento sindical, rumo ao golpe	109
2.3.2 O golpe: o movimento sindical oprimido, controlado e reprimido.....	113

CAPÍTULO III - A OPRESSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA E AS GREVES COMO FATOR DE RESISTÊNCIA PELOS TRABALHADORES.....

3.1 A Doutrina da Segurança Nacional	123
3.2 Articulações empresariais construindo a repressão e exploração dos trabalhadores	135
3.2.1 Os aparelhos repressivos do Estado, articulados com o capital.....	157
3.2.2 A responsabilidade das empresas que contribuíram com os órgãos de repressão	167
3.3 A repressão contra as organizações sindicais	173
3.3.1 As greves de resistência em Contagem e Osasco	175
3.3.2 O ressurgimento do movimento sindical e as grandes greves (encurralando a ditadura)	179
3.3.3 As greves reconhecidas como atentatórias à Segurança Nacional.....	186

CAPÍTULO IV - A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

4.1 Justiça de Transição: Práticas e Fundamentos	198
4.2 Contexto Histórico da Transição no Brasil.....	202
4.2.1 A Campanha pela Anistia e o Processo de Transição	207
4.2.2 A Lei da Anistia	218
4.2.3 O Processo Constituinte e a Constituição Federal de 1988	223
4.3 A Justiça Não Cumprida na Transição Brasileira	226
4.3.1 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF – 153) .	230
4.3.2 O Caso Gomes Lund Vs. Brasil (Caso Gomes Lund - “Guerrilha do Araguaia”)	232

4.4 A Memória e Verdade no Brasil	235
4.4.1 Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH e a Comissão Nacional da Verdade/CNV	238
4.4.2 Políticas de Memória	242
4.5 As políticas reparatorias do Estado brasileiro.....	247
4.5.1 O Artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988.....	249
4.5.2 A Lei 9140/75 e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos CEMDP	251
4.6 A Comissão de Anistia e o Resgate da Dignidade dos Trabalhadores e suas Organizações Sindicais	253
4.6.1 A interpretação do direito de greve segundo a Comissão de Anistia	257
4.6.2 A Reparação Adquirindo um Caráter Coletivo a Partir do Julgamento dos Processos de Greves em Sessões Temáticas e nas Caravanas da Anistia	269
4.6.3 As Políticas de Memória e Verdade pela Comissão de Anistia como Resgate da Dignidade dos Trabalhadores e seus Coletivos	276
 REFERÊNCIAS.....	 289

INTRODUÇÃO

O tema 'justiça transicional' é novo para as sociedades latino-americanas, em especial para o Brasil, exigindo estudos críticos para superar as ditaduras que ocorreram no continente, e que obrigam que cada país, a seu passo e em seu tempo, construam ações e políticas visando superar as atrocidades e violências perpetradas.

O Brasil de forma tardia, resultado de um processo de transição lenta e gradual imposto pelos militares, vem tentando superar as arbitrariedades e violências que foram patrocinadas, tendo como marco fundacional a anistia aprovada em 28 de agosto de 1979, por meio da Lei 6.683/79, apresentada pelos militares.

Uma anistia demarcada pela ideia de esquecimento, invisibilizando as lutas e seus protagonistas, que foram ocultados ou relegados a um plano secundário, e fazendo crer, que se aprovou uma 'anistia ampla, geral e irrestrita', *a todos*, inclusive, aos agentes do Estado que durante o regime militar, praticaram crimes de lesa-humanidade e de violação aos direitos humanos.

O eixo estruturante da justiça transicional no Brasil, foi o da 'reparação', inicialmente delineado na Lei de 1979 e renovado quando da aprovação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 8º, parágrafo 5º, do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. E a implantação dos demais eixos, como memória e verdade, tem encontrado mais recentemente nas políticas de Estado, apoio para que avancem.

E neste contexto, ciente da necessidade de superarmos o legado autoritário, analisando o passado opressivo e repressor, e apontando rumo a uma democracia que não possibilite retrocessos, aproveito os espaços de atuação profissional, para realizar um estudo envolvendo as duas temáticas, "direito sindical" e "justiça de transição".

Adoto para tanto a teoria crítica dos direitos humanos que melhor possibilita compreender e visibilizar as razões da opressão, frente aos processos de luta por uma vida digna, bem como identificar a carga ideológica e as incoerências que a ocultam decorrente dos interesses econômicos e políticos.

Ressalto que o tema escolhido é fruto de um processo de vida, em razão da participação junto aos sindicatos de trabalhadores, desde os tempos universitários, quando ingressei como estagiário em um escritório de advocacia no início de 1982. O

Brasil vivia sob o regime militar. Desde então, a minha opção foi de advogar só para trabalhadores e sindicatos obreiros.

Neste longo percurso participei como advogado e observador, em defesa dos interesses da classe operária, ajudando a organizar e construir sindicatos, a Central Única dos Trabalhadores e confrontando com os interesses econômicos, representados pelo capital. Em 2007 ingresso na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, como Conselheiro, com a atribuição de julgar os processos dos perseguidos políticos pelas ditaduras, e reconhecer a condição de anistiados. Sem deixar de atuar profissionalmente em defesa dos trabalhadores.

A busca por uma formação acadêmica, em uma perspectiva crítica mais aprofundada, ocorreu quando conheci Joaquim Herrera Flores, no ano de 1994, e recebi o convite para ingressar na primeira maestria de '*Teorias Críticas del Derecho*', na *Universidad Internacional de Andalucía, Sede Iberoamericana Santa Maria de La Rábida*, na época os estudos foram dirigidos, tendo como eixo os sindicatos e a democracia.

Os laços construídos e o incentivo do mestre Herrera Flores, foram inspiração e incentivo à continuidade dos estudos. Já na *Universidad Pablo de Olavide*, onde tive a oportunidade de aprender com professores da grandeza de Rosário Valpuesta, Franz J. Hinkelammert entre tantos outros, no curso de Doutorado em "*Derechos Humanos e Desarrollo*", onde foi possível seguir academicamente, dentro de uma perspectiva crítica dos direitos humanos, a partir de uma teoria que dá voz aos sujeitos oprimidos, interage, dialoga e acolhe outras teorias, sendo aberta e receptiva e que valora a práxis. Isto possibilitou unir a minha práxis, decorrente do longo tempo de trabalho, a uma teoria que reconhece os processos de luta, como meio para construir uma vida digna.

O programa de Direitos Humanos continuou e os vínculos de Joaquim com o Brasil, cresciam ano a ano, assim como os espaços para dialogar a partir da teoria crítica dos direitos humanos, como quando visitou a Comissão de Anistia, fazendo uma pequena palestra para os Conselheiros sobre "justiça transicional". As pontes foram estabelecidas, ele passou a fazer parte do conselho editorial da Revista Justiça de Transição da Comissão de Anistia, eventos foram programados e sua intenção foi de que o programa do Doutorado, contemplasse o tema "justiça de transição".

Mesmo após o falecimento de Joaquim Herrera Flores, o programa acadêmico do curso de Doutorado, prossegue com temas relacionados ao '*mundo do trabalho*',

contemplando o direito do trabalho, sindicalismo e outras muitas temáticas, pela própria vocação, em face da luta constante dos trabalhadores contra a exploração e os efeitos de uma ideologia neoliberal, destruidora de direitos sociais. A *'justiça de transição'*, na busca de caminhos e referentes para a superação das crises e violências, pós regimes autoritários, está contemplada no módulo *'memória, verdade, justiça e reparação'*, como era a vontade de Herrera Flores .

E em razão das questões antes expostas, ressalta-se que a proposta da presente tese envolve um estudo contextualizado do processo ditatorial brasileiro, as causas que levaram ao golpe civil-militar, a resistência do movimento sindical enfrentando o regime, e as políticas reparatórias implementadas pela Comissão de Anistia, como elemento de resgate da dignidade dos trabalhadores e seus coletivos.

Para tanto no **capítulo um** será apresentado o cenário histórico nacional e internacional no qual se desenrolou toda ação do golpe civil-militar no Brasil em 1964, o contexto histórico em que tais fatos ocorreram, o processo repressivo e a instalação do regime de exceção no país.

Para que tais ações sejam compreendidas é necessário a contextualização dos fatos que antecederam o golpe, e, é mister traçar um pequeno panorama das forças e interesses que estavam em jogo desde o final da segunda grande guerra marcado pela disputa hegemônica entre o capitalismo e comunismo, a "Guerra-fria" que estabeleceu novas diretrizes na política mundial, dividiu o mundo em dois grandes blocos com alternativas ideológicas, políticas e econômicas distintas e isto, naturalmente, teve influência direta sobre vários países, inclusive o Brasil.

No **capítulo dois** revisitamos alguns momentos históricos que dizem respeito às origens das lutas dos trabalhadores na sociedade brasileira, o processo pelo qual os trabalhadores foram oprimidos desde os primórdios das relações trabalhistas no país e a incipiente organização operária do começo do século XX, completamente livre de amarras, de conceitos e de normas, marcado pela participação de imigrantes europeus, com predominância dos espanhóis e italianos, com ideias anarquistas. Um período de greves e conflitos, para garantir condições mínimas de trabalho, sob forte influência política. Em um Estado que se tornara Republicano, fazia poucos anos e se confrontava com as disputas operárias, que reivindicavam a dignidade e qualidade de vida dos operários.

A intervenção do Estado que implementa, após algumas décadas, uma estrutura autoritária sindical, por meios de controle e opressão aos movimentos

operários e o reconhecimento de alguns direitos que haviam sido objeto de lutas históricas estão presentes neste capítulo. Também é abordado os períodos do Governo Vargas, o Estado Novo e sua Constituição de 1937, responsável pela implantação do sindicalismo de Estado, pelo sistema corporativo sindical, mantido e reforçado pelo Governo de Dutra que promove uma política de austeridade e de perseguição contra os movimentos organizados.

A política desenvolvimentista do Governo JK, a grande migração do campo para a cidade e a mudança do perfil da classe operária tem continuidade no Governo de João Goulart, estes fatos compõem parte do capítulo que também versa sobre o movimento sindical forte, organizado e atuante em contraposição à massiva campanha dos empresários, e das elites orgânicas brasileiras contra o governo e o próprio movimento o que desencadeia o golpe civil-militar de 1964.

O **capítulo terceiro** trata da opressão política e econômica sofrida pela classe trabalhadora e a resposta frente ao regime, tendo as greves como seu instrumento maior.

Também estão contemplados os principais conceitos com que foram pautadas as questões da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, que embasaram toda a ação militar e legislativa nos "anos de chumbo", papel das empresas e do empresariado nacional e estrangeiro, na concepção, apoio e colaboração ao golpe de Estado e na manutenção do regime ditatorial.

Apresentamos também neste capítulo os aparelhos repressivos do regime militar e as leis de exceção, que garantiram a exploração e a repressão dos trabalhadores organizados, cuja resposta foram os protestos e as greves, que apesar de reprimidas duramente pelo regime não conseguem impedir a resistência e o nascimento do “novo sindicalismo”.

Finalmente, o **capítulo quatro** dará ênfase à Justiça de Transição, desde seu marco fundacional, a Lei de Anistia, suas práticas e conceitos, abordados dentro da perspectiva de construção do processo democrático brasileiro. Os compromissos assumidos pelo Estado em relação à memória, verdade e justiça, a aprovação da Constituição Federal de 1988 e o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Destaque para a questão transicional e o direito à reparação dos trabalhadores brasileiros, o resgate da sua dignidade e das organizações sindicais tendo como base a teoria crítica em direitos humanos que concebe que a dignidade humana é

construída por meio de processos de luta, com o fim de assegurar o acesso a bens materiais e imateriais e assim permitir uma vida digna.

O capítulo também apresenta o direito de greve segundo a Comissão de Anistia, a partir do olhar sobre as sessões temáticas de julgamento, que reconhece o caráter coletivo das organizações dos trabalhadores e também apresenta as políticas de memória e verdade, no âmbito das políticas públicas brasileiras, como resgate da dignidade dos trabalhadores e de seus coletivos.

CAPÍTULO I - O GOLPE CIVIL-MILITAR: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO REPRESSIVO NO BRASIL

Neste capítulo será apresentado o cenário histórico nacional e internacional no qual se desenrolou toda ação que desencadeou o golpe civil-militar no Brasil em 1964, o contexto histórico em que tais fatos ocorreram, o processo repressivo e a instalação do regime de exceção no país.

Para que tais ações sejam compreendidas é necessário a contextualização dos fatos que antecederam o golpe, e, para tanto é mister traçar um pequeno panorama das forças e interesses que estavam em jogo desde o final da segunda grande guerra marcado pela disputa hegemônica entre o capitalismo e comunismo, a "Guerra-fria" que estabeleceu novas diretrizes na política mundial. Criada e sustentada pelos Estados Unidos em confronto direto com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Guerra-fria dividiu o mundo em dois grandes blocos com alternativas ideológicas, políticas e econômicas distintas e isto, naturalmente, teve influência direta sobre vários países, inclusive o Brasil.

Avanços, conquistas e resistência com repressão e controle do Estado marcam a história do movimento sindical brasileiro cuja organização inicial registra a presença e influência dos imigrantes europeus que no início do século plantam a semente do movimento sindical organizado.

A trajetória do movimento sindical brasileiro marcada a partir do Governo de Getúlio Vargas, que cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, regulamenta, por decreto, a sindicalização das classes patronais e operárias e implementa diversas medidas que influenciam diretamente a vida do trabalhador brasileiro como a criação da Juntas de Conciliação e Julgamento e da Justiça do Trabalho. A unicidade sindical é estabelecida pela Constituição do "Estado Novo" (1937 a 1945). Na sua fase democrática, de 1951 a 1954, o Governo Vargas amplia ainda mais sua influência na vida da classe trabalhadora, atendendo às demandas da emergente indústria nacional.

Juscelino Kubitschek chega ao poder em 1956, transformando definitivamente o cenário brasileiro, implementando um modelo desenvolvimentista de governar para acelerar o crescimento. Depois da aparente estabilidade dos anos "dourados" do

governo de JK, o Brasil cujo acelerado processo de industrialização acarretou sérios problemas para a econômica nacional, passa por um conturbado período com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, que procura marcar sua administração com uma postura mais independente em relação à bipolaridade ideológica, fortalecendo os movimentos sociais, controlando o capital estrangeiro e aproximando-se dos países socialistas. Esta postura, principalmente quando promove o empoderamento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora organizada, é o motivo do descontentamento das elites orgânicas, representantes do capital nacional e estrangeiro que encontram respaldo dos EUA e apoio operacional de parte das forças armadas brasileiras. Estava consolidado o cenário para a efetivação do golpe de estado no dia 1º de abril de 1964.

O golpe não encontra em um primeiro momento grandes resistências, seja pela postura de João Goulart que se posiciona contrário a uma ação mais contundente, seja pela desarticulação dos setores que apoiavam o presidente ou mesmo pela surpreendente e rápida ação dos militares, o regime ditatorial passará a ser confrontado pela sociedade por meio de manifestações do movimento estudantil, do movimento vanguardista que através da música, do teatro, do cinema e da imprensa alternativa encontra sua voz de protesto e mais diretamente nos movimentos de resistência - das guerrilhas urbanas e rurais.

O peso das manifestações populares contrárias ao regime, com greves e protestos em todo o país ao final dos anos 1970, clamava por democracia e criticava duramente o resultado das medidas econômicas que estavam provocando o arrocho salarial e uma inflação galopante. O endividamento nacional no momento em que o mundo passava por uma crise mundial em decorrência da súbita elevação do preço do petróleo, agravaram os problemas internos do país em razão das altas taxas de juros internacionais promovendo o desequilíbrio da balança comercial e expondo o fracasso do governo.

Mas apesar dos protestos, ou mesmo por causa deles, a pesada mão da repressão faz o país mergulhar em vinte e um anos de ditadura, com um saldo de mortes, torturas e perseguições. Sob a promessa de uma abertura “lenta, gradual e segura” chegamos ao último ditador, o General João Baptista Figueiredo, sucessor do General Ernesto Geisel, que em 1974 começa a desencadear um processo de abertura política, em um regime que não podia mais ser sustentado, nem ideologicamente nem economicamente.

1.1 Contexto histórico

O período de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985 marca a ditadura militar no Brasil. O golpe que instalou o regime e depôs o então Presidente João Goulart teve a ativa participação da elite brasileira, do empresariado, de setores diversos da sociedade civil, da igreja católica e dos militares, portanto, podemos afirmar seu caráter civil-militar. Um golpe que inaugura um período de exceção, autoritarismo, tortura, dor, impunidade, falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão. Se interpõem os interesses de uma elite preconceituosa e conservadora que encontram terreno fértil em forças militares dispostas a ultrapassar os limites da legalidade em nome de reprimir uma “república sindicalista/comunista”, em instituições de direita acomodadas em diversos setores da nossa sociedade e na própria igreja católica - pano de fundo de ações como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”:

O apoio da sociedade brasileira, da imprensa, praticamente unânime, da maioria esmagadora dos parlamentares no Congresso, da Igreja, maciçamente mobilizada nas manifestações das enormes passeatas, as mulheres rezando o terço e reclamando liberdade, tudo desaguou na deposição de João Goulart, sem o disparo de um tiro sequer, o povo aclamando os militares.¹

O que deveria ser um “período transitório”², como anunciado pelo Marechal Castelo Branco em sua posse, prometendo eleições ainda para 1965, passa a ser um “estado permanente”. Os militares, após tomarem o poder, decidem ficar, instalando no país um “regime autoritário modernizador, burocrático-capitalista”³, que estará

¹ FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura Militar. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n. 23, p. 3–25, Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf>. Acesso em: 5 set. 2015.

² No discurso de posse do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na Presidência da República, em 15 de abril de 1964, ele declarou a Nação: “Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira [...] Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966 [...] Caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna [...]”. (ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985).

³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (Orgs.). *Brasil: Um Século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 1-30.

presente na economia, afetando diretamente o mercado, planejando, controlando e promovendo um modelo de desenvolvimento que estabelece desigualdade na distribuição de renda, atuando diretamente na atividade produtiva em setores considerados “estratégicos”, O Estado cria, através de empresas governamentais, o “setor produtivo estatal” que ampara e promove a participação e os investimentos do capital estrangeiro e do capital privado nacional. É o chamado “setor moderno” da economia nacional, baseado neste tripé - capital estrangeiro, capital privado nacional e capital estatal.

O “Milagre Brasileiro”, fenômeno econômico do Brasil pós-ditadura, caracterizou-se pela modernização do nosso parque industrial e pela construção de obras faraônicas como a “Transamazônica”, a “Ponte Rio - Niterói”, a “Usina Nuclear de Angra dos Reis” e a “Hidroelétrica Itaipu” - alguns exemplos de grandes infraestruturas que contribuíram para o endividamento do país, pois são fruto de acordos com grupos econômicos nacionais e internacionais que, na iminência da crise de 1973/74, abandonam o país provocando um choque na economia.

Essa opção de desenvolvimento, contraindo empréstimos e endividando o país junto aos organismos multilaterais, teve reflexo direto no ritmo e qualidade das obras, no empobrecimento da população e na inflação galopante. Diante deste quadro, começa o processo de pressão social junto ao governo, que também precisa responder a setores da sociedade e movimentos populares que clamam por mudanças. Somente a partir de 1976 o governo militar, não encontrando legitimidade junto à sociedade, inicia um processo de democratização do país, implementando pequenas mudanças, segundo o seu interesse de promover uma transição, por meio de uma “abertura lenta, gradual e segura”. Processo que tem início no Governo do General Ernesto Geisel e consolida-se com a eleição indireta de Tancredo Neves, no Governo do General João Baptista Figueiredo, em 1985. A morte de Tancredo eleva o seu vice - Senador José Sarney à condição de^{31º} presidente do Brasil - o primeiro civil depois de 21 anos de ditadura e cinco⁴ presidentes militares.

⁴Presidentes do Brasil: Castelo Branco - 15/04/1964 a 15/03/1967, Arthur da Costa e Silva - 15/3/1967 a 31/8/1969, Junta Governativa provisória (Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército, Augusto Rademaker, ministro da Marinha, e Márcio Melo, ministro da Aeronáutica) - 31/08/1969 a 30 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici - 30/10/1969 a 15/3/1974, Ernesto Geisel - 15/03/1974 a 15/03/1979, João Baptista Figueiredo - 15/03/1979 a 15/03/1985.

1.1.1 Contexto internacional e a Guerra Fria

O Brasil, assim como outros países da América do Sul, teve sua história recente marcada por ditaduras militares. Foi o caso da Bolívia em 1964; da Argentina, em 1966 e posteriormente em 1976; do Chile em 1973 e do Uruguai em 1973.

Para entender melhor este processo se faz necessário contextualizar a posição do Brasil em relação à situação mundial e, para isto, se lança um olhar sobre o período histórico marcado pela disputa hegemônica entre o capitalismo, que tem nos Estados Unidos da América seu ícone representativo, e o comunismo da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1945). Sobre tal disputa, designada como "Guerra Fria" discorre Hobsbawm:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.⁵

O Programa de Recuperação Europeia, mais conhecido como Plano Marshall, foi o plano estadunidense implantado a partir de 1947 pelo então presidente Harry Truman para a reconstrução dos países aliados. Consistia na cessão de empréstimos com juros baixos e investimentos para os países arrasados na Segunda Guerra Mundial e caracterizou-se como a principal estratégia contra o comunismo, reforçando o pensamento capitalista. A União Soviética lança em 1949 o Comecon - uma espécie de contestação ao Plano Marshall e, neste mesmo ano os Estados Unidos, juntamente com seus aliados, criam a OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte - entidade de cunho militar. A União Soviética responde com o Pacto de Varsóvia, cujo objetivo também era unir as forças militares da Europa Oriental.

O quadro então é de duas grandes potências que se apresentam como alternativas ideológicas, políticas e econômicas para um mundo ainda inseguro em

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 224.

relação ao futuro. Nestas condições, foi criada e sustentada pelos Estados Unidos a crença de que a “Era da Catástrofe” não terminara com o fim da Segunda Grande Guerra e que “o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado”.⁶

Ora, a insegurança em relação à economia interna, tendo como pano de fundo o fantasma da "Grande Depressão" e a instabilidade em relação à consolidação do capitalismo como alternativa para o bloco ocidental foram o fértil terreno onde os EUA plantaram a lógica da "Guerra Fria".

Assevera Hobsbawm:

[...] Ela se originou na América. Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Nenhum deles teria hesitado, caso solicitados a escolher entre os EUA e a URSS, mesmo aqueles que, por história, política ou negociação, estavam comprometidos com a neutralidade. Contudo, a "conspiração comunista mundial" não era um elemento sério das políticas internas de nenhum dos governos com algum direito a chamar-se democracias políticas, pelo menos após os anos do imediato pós-guerra. Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo, que, em termos de política interna, era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda. Se alguém introduziu o caráter de cruzada na Realpolitik de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington. Na verdade, como demonstra a retórica de campanha de John F. Kennedy com a clareza da boa oratória, a questão não era a acadêmica ameaça de dominação mundial comunista, mas a manutenção de uma supremacia americana concreta. Deve-se acrescentar, no entanto, que os governos membros da OTAN, embora longe de satisfeitos com a política dos EUA, estavam dispostos a aceitar a supremacia americana como o preço da proteção contra o poderio militar de um sistema político antipático, enquanto este continuasse existindo. Tinham tão pouca disposição a confiar na URSS quanto Washington. Em suma, "contenção" era a política de todos: destruição do comunismo, não.⁷

Esta disputa pela hegemonia estabeleceu a divisão do mundo em dois grandes blocos "com sistemas econômicos, políticos e ideológicos divergentes: o chamado bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética"⁸, teve influência direta sobre vários países, inclusive o Brasil:

Destaca Gerald Haines:

Baseada em ideias preconcebidas, valores, estereótipos e mitos que distorciam a realidade, a política americana em relação ao Brasil foi uma combinação de cálculo político, interesse próprio, paternalismo benevolente e evangelismo.⁹

⁶ *Ibidem*, p.228.

⁷ *Ibidem*, p.234.

⁸ FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. O Brasil na Guerra Fria. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-brasil-na-guerra-fria.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

⁹ HAINES, Gerald K. *apud* GASPARI, Élio. Americanização do Brasil. *Folha de São Paulo*, quarta-feira,

Para melhor compreender o que se passou no Brasil, é necessário retroagir alguns anos, em razão das mudanças de signos e políticas que se operaram. Entre 1934 e 1937, Getúlio Vargas exercia seu segundo mandato, conhecido como Governo Constitucional, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Em 30 de setembro de 1937, a fim de instaurar a ditadura do "Estado Novo", é executada uma estratégia pelo seu governo - divulgada em cadeia nacional no programa radiofônico oficial Hora do Brasil - do "Plano Cohen", documento cujo conteúdo era um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Tal feito teve como porta-voz o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro.

Mais tarde foi comprovada a falsidade de tal documento, mas em 1º de outubro de 1937, alegando a "ameaça vermelha", Getúlio obtém do Congresso Nacional autorização para a decretação do "Estado de Guerra", o que lhe proporciona poderes para investigar, perseguir e prender supostos opositores do governo. No dia 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo foi implantada.¹⁰

O Brasil do então "Estado Novo" (1937 – 1945), sob a presidência Vargas, não definiu inicialmente seu posicionamento no confronto da Segunda Guerra. Apesar das relações econômicas com os Estados Unidos – de quem contraía grandes empréstimos - Getúlio simpatizava com o nazifascismo e imprimia em seu governo traços deste regime totalitário - a Constituição de 1937, de forte inspiração fascista, é um exemplo disto.

Neste cenário, os Estados Unidos enxergaram a forte necessidade de consolidar junto ao Estado brasileiro uma aliança consistente para garantir sua soberania no continente americano. Caso o Brasil, em seu apoio aos nazistas, cedesse pontos estratégicos, poderia garantir a vitória da Alemanha no continente africano.

A preocupação norte-americana, em pouco tempo, proporcionou a Getúlio Vargas a liberação de um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção da Usina de Volta Redonda. No ano seguinte, os Estados Unidos entraram nos campos de batalha da Segunda Guerra e, com isso, pressionou politicamente para que o Brasil entrasse com suas tropas ao seu lado. Pouco tempo depois, o afundamento de navegações brasileiras por submarinos alemães gerou vários protestos contra as forças nazistas. Dessa maneira,

21 jun. 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200025.htm#=_>. Acesso em: 02 ago. 2015.

¹⁰ SÓ HISTÓRIA. *Plano Cohen*. c2015. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

Getúlio Vargas declarou guerra contra os italianos e alemães em agosto de 1942.¹¹

Em 1940 foi criado pelo presidente *Franklin Roosevelt* o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*¹² que em 1941 passa a ser *Office of the Coordinator of Inter American Affairs* (OCIAA)¹³, dirigido por Nelson Rockefeller, que tinha como principal função criar vínculos culturais entre os dois países por meio da propagação da ideologia capitalista. A Divisão de Cinema do órgão promovia a produção de películas e documentários sobre os Estados Unidos e sobre as "outras Américas" alcunha do Brasil conforme a OCIAA:

Criou-se então uma agência especial, comandada pelo multimilionário Nelson Rockefeller. O objetivo era promover o estreitamento das relações entre americanos e brasileiros - principalmente através dos meios de comunicação. A agência organizou um verdadeiro "bombardeio ideológico" ao país, divulgando através do rádio, do cinema e das revistas um mundo atraente de consumo e progresso. Não podia ser diferente: encarnado por astros como John Ford, Walt Disney ou Orson Welles, o *american way of life* tornava-se quase irresistível.¹⁴

Este contexto e esforço propiciam a integração do país - após a Guerra - no bloco capitalista, mas a partir de 1961, já sob o governo de João Goulart, o Brasil passa a ter uma postura mais independente em relação à bipolaridade ideológica, fortalecendo os movimentos sociais, controlando o capital estrangeiro e aproximando-se dos países socialistas.

Isto, naturalmente, não agradou aos Estados Unidos que entendeu estas ações como uma ameaça aos seus interesses em território nacional. Tendo como pano de fundo a insatisfação da burguesia nacional, lideranças políticas, econômicas e militares do Brasil e dos investidores estadunidenses, projetavam-se assim os contornos do golpe que com o fundamental apoio da elite brasileira e da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), mergulharia o país em 21 anos de autoritarismo.

A Guerra Fria, portanto, teve contornos bem definidos e objetivos quando se tratava da influência dos Estados Unidos no Brasil e sua repercussão na vida nacional.

¹¹CORTI, Ana Paula. Estado Novo (1937-1945): a ditadura de Getúlio Vargas. *Página 3 Pedagogia & Comunicação*, 28 de ago. 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

¹² Escritório de Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Américas.

¹³Escritório do Coordenador de Relações Interamericanas. Neste texto, o escritório será chamado de OCIAA.

¹⁴TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 47-48.

1.1.2 Contexto nacional: pré-golpe civil militar

Para que se entendam as condições e a conjuntura política que levaram ao golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964, é preciso voltar alguns anos e analisar as forças políticas que interagiam naquele momento histórico na sociedade brasileira.

Iniciamos resgatando a trajetória de Getúlio Vargas, que assumiu a presidência em 1930, foi reeleito em 1934 pela Assembleia Nacional Constituinte e a partir de 1937 governou fazendo uso de poderes ditatoriais. Derrubado em 1945, retornou ao poder uma vez mais, desta feita pelo voto popular.

O governo de Vargas entre 1951 e 1954 foi marcado pelo desenvolvimento da indústria e de certa autonomia frente às grandes potências, inclusive os Estados Unidos. As mudanças realizadas aceleraram o processo de desenvolvimento, alteraram o perfil das grandes cidades e exigiram sua reurbanização. Mas, sendo acusado de corrupção e duramente criticado pela oposição, o presidente ficou encurralado, com alguns ministros militares sugerindo que pedisse licença (para que se apurassem os fatos) e outros, que renunciasse. Na manhã do dia 24 de agosto de 1954, após saber que os militares não aceitaram a sua licença e que só lhe restava a renúncia, Vargas suicidou-se, mas deixa uma Carta Testamento¹⁵ ao povo,

¹⁵Carta Testamento. Getúlio Vargas. Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

documento onde faz denúncias da “espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, articulados com grupos nacionais”. Suas palavras são firmes e contundentes, não deixando dúvida sobre o papel que os setores econômicos tiveram no desfecho da sua morte e como se comportavam as empresas estrangeiras em relação às riquezas do Brasil. As últimas frases da sua carta, até os dias de hoje, habitam na memória do povo. O golpe havia sido esvaziado com a morte do presidente.¹⁶

O suicídio de Vargas permitiu a eleição de Juscelino Kubitschek, contando com as mesmas forças políticas que tinham apoiado o presidente anterior. Porém o período era de turbulência, marcado por tentativas de golpes da Marinha e da Aeronáutica¹⁷.

O governo de Kubitschek tinha como slogan “cinquenta anos em cinco”, implantando uma ideologia desenvolvimentista para acelerar o crescimento. Entre suas ações está a transferência da capital federal para o centro do país, criando Brasília.

As eleições posteriores foram vencidas pelo candidato da oposição Jânio Quadros, em 1961. Na ocasião o vice-presidente eleito, João Goulart (popularmente conhecido como Jango), era de outra chapa, pois vigorava no país o direito de votar em candidatos distintos para presidente e vice. Desta forma, Kubitschek não conseguiu a eleição de seu sucessor. Jânio Quadros exerceu o poder por apenas oito

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (Rio de Janeiro, 23/08/54 - Getúlio Vargas). (VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 15 set. 2015).

¹⁶ JUNHO, Yago Euzébio Bueno de Paiva. Uma tragédia anunciada. *Revista Sociologia*, ano 5, ed. 55, nov./dez., 2014, p. 14-23.

¹⁷ A eleição e posse dos eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart (respectivamente presidente pelo PSD e vice-presidente pelo PTB) foi garantida pelas ações implementadas pelo general Lott, que impediu as manobras golpistas articuladas pela UDN de Carlos Lacerda e apoiados por setores das forças armadas. E contou inclusive com o cerco do Palácio do Catete, na madrugada de 11 de novembro de 1955. Além de outras iniciativas, que garantiram a desarticulação dos golpistas e garantindo a posse dos candidatos eleitos em 31 de janeiro de 1956. Ficando conhecida na história como o “Movimento 11 de Novembro, Contra-Golpe ou Preventivo do Marechal Lott” (GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Movimento 11 de novembro. *InfoEscola*. c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimento-11-de-novembro/>>. Acesso em: 15 de set. 2015).

meses e renunciou, na expectativa de retornar ao poder, fortalecido, fato que não ocorreu.

O vice-presidente João Goulart tinha o direito de assumir o cargo (nos termos da Constituição Federal), mas não era bem visto pelas elites econômicas, que o consideravam de esquerda. Quando Ministro do Trabalho do governo Vargas, ele havia concedido 100% (cem por cento) de reajuste ao salário mínimo. Uma manobra foi patrocinada para impedir que exercesse o cargo em sua plenitude, sendo aprovada uma Emenda Constitucional que alterou o sistema de governo para Parlamentarismo. Somente em janeiro de 1963, através de plebiscito popular, houve o retorno ao presidencialismo e a restituição de seus poderes.

No contexto internacional, a polaridade acontecia entre EUA e União Soviética, cada qual lutando para garantir sua visão ideológica. Os EUA, ancorados no discurso de tentar impedir o avanço do socialismo ou comunismo na América do Sul, patrocinaram e apoiaram golpes militares no continente, em especial após a vitória da Revolução Socialista em Cuba (1959).

O ano de 1963, que antecedeu ao golpe no Brasil, foi marcado por mobilizações populares, greves e manifestações contra e pró-governo, somado ao agravamento da conjuntura econômica, herdada do governo anterior – finanças desestruturadas, inflação em alta, diminuição do crescimento, perda do poder de compra dos salários. A situação era agravada ainda em face do endividamento externo, pois já existiam vínculos entre o capital nacional e o capital internacional. Conforme destaca Jacob Gorender, o país já sofria a pressão do FMI:

Entre estas questões, as mais imediatas eram as da inflação e do endividamento externo. Questões interligadas e que colocavam o País debaixo da pressão do FMI no sentido a aplicação da receita recessiva de estabilização financeira. Acontece que a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante de medidas compressoras do nível de vida. Para o Governo de Washington, o novo presidente brasileiro não se adequava ao figurino. Tinha suspeito currículo populista e estava à frente de duvidoso regime parlamentarista experimental.¹⁸

A Lei 4.313/64, que tratava da remessa de capital estrangeiro, também contribuiu para desagradar os interesses internacionais, como registra Boris Fausto:

O ponto nevrálgico não era a taxa máxima de 10% sobre o capital para as remessas anuais, porém o princípio de que os lucros reinvestidos e capitalizados dentro do País não deviam contar para efeito de cálculo das

¹⁸GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 42.

remessas permitidas. Só contava o capital efetivamente chegado do exterior.¹⁹

A iniciativa golpista deixava transparecer o incômodo, com as pretendidas mudanças econômicas que favoreciam as classes populares propostas pelo presidente, por meio das “Reformas de Base”. Essas reformas englobavam as reformas agrária, urbana, educacional, de saúde e bancária, tendo como meta o prosseguimento do desenvolvimento econômico, alcançando o mercado interno, numa perspectiva social. Para os conservadores (banqueiros, latifundiários, empresários e representantes do capital internacional) essas reformas eram interpretadas e expostas como um processo de implantação do comunismo, e passou a influenciar a classe média e outros setores de vital importância, como a igreja, fragilizando o governo de Jango. Assim, nos subterrâneos, setores militares e civis conspiravam contra o presidente, com claro interesse de conter os avanços sociais e econômicos²⁰.

Jango era pressionado, por um lado, pelos setores mobilizados da sociedade – os movimentos sociais e sindicais²¹ –, exigindo reformas e melhorias sociais e, de outro lado, pelos setores econômicos contrários às mesmas reivindicações, ficando assim refém: se concedesse a um dos segmentos, perdia o apoio do outro que se opunha.

O presidente resolveu reagir e decidiu adotar políticas de reformas. A comunicação aconteceu a céu aberto, no comício realizado no dia 13 de março de 1964, na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Em seu discurso, Jango

¹⁹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 43.

²⁰ Segundo Napolitano, os conspiradores eram compostos basicamente por três grupos, o primeiro “ligado à UDN e demais setores civis antivarguistas: esse núcleo tinha à frente líderes civis como Carlos Lacerda (no Rio de Janeiro), Magalhães Pinto (em Minas Gerais), Ademar de Barros (em São Paulo), entre outros”, lutando contra os herdeiros políticos de Vargas; o segundo os Militares, que pregavam um anticomunismo radical e se preocupavam com “a crescente politização dos quartéis” em razão de “reivindicações de participação política e o direito ao voto”; e o terceiro que partiu de setores da inteligência militar: “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) criado em 1962, pelo general Golbery do Couto e Silva [...] que articulou a conspiração com setores militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) [...] baseado nos princípios da Doutrina da Segurança Nacional [...]. Criada pelos estrategistas norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial e apresentada aos Militares da América Latina”. (NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4. ed. São Paulo: Atual Editora, 2007. p.8-9).

²¹ Fausto destaca, que no ano de 1958 podem ser contabilizados 31 movimentos paredistas, já em 1963 a marca chega a 172. Estes números também sofrem especial alteração, ao verificar-se que as greves, ao contrário do ano de 1958, quando têm sua concentração no segmento privado (80%), no ano 1963 concentram-se na área pública (58%). (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.43).

ressaltou que pretendia a desapropriação de terras ociosas ou subutilizadas²² e encampar refinarias privadas²³. Em tom contundente alertou para a possibilidade de eventual golpe e suas consequências²⁴.

A reação dos setores conservadores não tardou, contando com o apoio da classe média e da igreja. Em 19 de março foi realizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que percorreu as ruas de São Paulo, onde foi estimada a participação de mais de 100 mil pessoas²⁵.

As condições para a derrubada de Jango já vinham sendo arquitetadas por setores militares e com colaboração externa, como registra, Jacob Gorender:

Algumas agências articuladoras do golpe como a Escola Superior de Guerra e o IPES, tiveram papel primordial. Em ambas, estabeleceram-se vínculos entre o grande empresariado e a alta oficialidade das Forças Armadas, que permitiram a unificação de idéias e ações na montagem da operação de derrubada do Governo Goulart. O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras. Contou para isto com a competência do embaixador

²² Segundo Gorender, “Jango [...] preferiu impressionar pelos dois grandes trunfos que tinha na mão: o decreto de encampação das refinarias particulares e o decreto da SUPRA, que declarava sujeitas a desapropriação as propriedades rurais superiores a quinhentos hectares, marginais de vias federais numa faixa de dez quilômetros, e superiores a trinta hectares, marginais de açudes e obras de irrigação financiadas pelo governo” (GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 61).

²³ O discurso de Jango no Comício da Central do Brasil: “A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. Procurei trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei n. 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas”. (GOULART, João. O discurso de Jango no comício da Central do Brasil. 1964. In: *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17648>. Acesso em: 14 abr. 2015).

²⁴ Ainda do discurso no famoso Comício, extrai-se: “Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país. Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia anti-povo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobras; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício” (GOULART, João. O discurso de Jango no comício da Central do Brasil. 1964. In: *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17648>. Acesso em: 14 abr. 2015).

²⁵ Muitas outras marchas foram realizadas em outras cidades do país.

Gordon, provavelmente o diplomata dos Estados Unidos de maior destaque na história do Brasil.²⁶

A imprensa trabalhou com afinco na derrubada e no apoio ao golpe que se realizou contra o presidente João Goulart, como pode ser analisado no editorial elaborado pelo próprio dono de um dos maiores jornais do país, o Estado de São Paulo, sob o título “Empolgou São Paulo a vitória das armas libertadoras”²⁷ sob o argumento de defesa da ordem e da democracia. Entre os grandes jornais, a exceção era a Última Hora, que estava ao lado de Jango.

Os militares, com o apoio dos grandes grupos econômicos (nacionais e internacionais), dos meios de comunicação, dos setores conservadores da sociedade, inclusive a igreja, realizaram um golpe contra a democracia, contra a Constituição Federal, contra o Estado democrático de direito. Implantaram uma ditadura, sob o fundamento de “defesa da democracia”, realizando assim uma notável inversão ideológica.

Em nome dos valores democráticos e da liberdade, violaram estes mesmos direitos. Violaram os direitos à cidadania, os direitos fundamentais e consequentemente os direitos humanos.

O filósofo Franz Hinkelammert ao tratar da inversão ideológica, fundamenta que se invertem valores criminalizando as vítimas inocentes e reconhecendo os culpados como inocentes. Esta inversão ocorre como se nos mirássemos em um espelho, onde as imagens são invertidas, pois ao mundo são responsáveis exatamente aqueles que são vítimas da violação dos direitos humanos, e os violadores, aqueles que praticaram os atos, são colocados como vítimas e compelidos a realizarem estes atos, para a proteção dos direitos humanos.

No Brasil, com o golpe, ocorreu exatamente a inversão ideológica, os golpistas fizeram crer e difundiram que se estaria pretendendo violar direitos humanos. Os

²⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p.52.

²⁷ “Na tarde de ontem, a população paulista, embora acompanhando atentamente a evolução dos acontecimentos, entregava-se, na mais perfeita ordem, as suas atividades normais. Súbito, uma faísca galvanizou a Capital: às 16 e 30, espalharam-se, como rastilhos de pólvora, as notícias de que o Rio de Janeiro cairá às mãos do Exército libertador e de que o Sr. João Goulart deixara, deposto, a antiga Capital Federal, rumando para Brasília. Foi indescritível o júbilo que se apossou da população: um clamor imenso subiu das ruas, praças e avenidas, enquanto toneladas de papel picado desciam sobre a cidade [...] Em seus lares, porém continuou a população a acompanhar pelas emissoras de rádio e televisão, as notícias que davam conta da marcha avassaladora do Exército de Libertação [...]” (EMPOLGOU São Paulo a vitória das armas libertadoras. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Grupo Estado, Publicado em 02 de abril de 1964).

meios de comunicação através de seus veículos, as empresas (nacionais e multinacionais) através de suas organizações, os políticos adversários ao governo, e os setores da igreja que promoveram as marchas da 'tradição, família e propriedade', bradavam que o presidente pretendia implantar uma 'república sindicalista' e até mesmo o 'comunismo'. Criminalizaram os trabalhadores e o movimento sindical, atestando a eles um caráter violador de direitos, quando o que a classe trabalhadora sempre realizou foi exatamente o contrário, lutar pela construção de direitos sociais e trabalhistas, minimizando a exploração que historicamente se impõe aos proletários.

Mas prevaleceu o discurso invertido, arquitetado pelos setores econômicos, e que encontrou eco na caserna, patrocinando o golpe de Estado sob a falácia de defesa da democracia e em nome das garantias democráticas, da liberdade de expressão, dos direitos civis e políticos, dos direitos humanos. Fez-se exatamente o contrário, violou-se este conjunto de direitos. Como diz Franz Hinkelammert²⁸, para destruir um país, basta alegar que este país viola direitos humanos.

E para destruir a democracia brasileira de 1964, reuniram-se o poder militar, as empresas (nacionais e multinacionais), os meios de comunicação e setores da igreja, dizendo que o presidente queria estabelecer uma “república sindicalista/comunista”. Assim, criminalizaram a classe operária e patrocinaram uma inversão ideológica, sob a “bandeira” da defesa da democracia e dos direitos humanos, cometendo as maiores barbáries e violências contra os direitos humanos.

David Sánchez Rubio²⁹ ressalta que aqueles que questionam a ordem econômica acabam por perder sua capacidade enquanto sujeito, podendo ver suspensos seus direitos; isto é o que acontece hoje com os militantes que lutam contra a globalização econômica; ou aqueles que são acusados de terroristas, na luta contra o terrorismo internacional; ou ainda os movimentos dos sem-terra e sem-teto, os imigrantes e os indígenas sem papéis. Acrescenta David Sánchez, “quando os direitos se apresentam como um conjunto organizado e hierarquizado sobre a lógica do capital, qualquer oposição será vista, não como uma violação concreta e específica de uma norma”, mas ele será entendido e interpretado como um delito que viola os

²⁸HINKELAMMERT, Franz J. La inversión de los derechos humanos el caso de John Locke. In: HERRERA FLORES, Joaquín. *El Vuelo de Anteo: Derechos humanos y crítica de la razón liberal*. España: Desclée de Brouwer, 2000. p. 79-113.

²⁹SÁNCHEZ RUBIO, David. Inversión ideológica y derecho penal mínimo, de colonial, intercultural y antihegemónico. In _____; SENENT DE FRUTOS, Juan Antonio. *Teoría crítica del derecho*. Nuevos horizontes. México: Cenejus, 2013. p. 89-112.

direitos humanos e um crime de lesa humanidade. No Brasil de 1964, assim foram vistos os trabalhadores, como violadores do Estado democrático de direito e dos direitos humanos, ao se confrontarem contra os interesses econômicos das grandes empresas nacionais e multinacionais.

1.1.3 Contexto nacional: período ditatorial

O golpe militar não enfrentou grandes resistências e a saída de Jango de Brasília, em 1º de abril, deu margem para que fosse declarada vaga a Presidência, contando com a participação do presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, que foi empossado como Presidente da República no dia 2 de abril.

Houve disputa entre as alas militares que haviam patrocinado o golpe para a nomeação do presidente, sagrando-se vitorioso o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tomou posse no dia 15 de abril de 1964, seis dias depois de editado o primeiro dos atos institucionais que concedia poderes para reprimir, com a possibilidade de decretação de estado de sítio, de cassação de direitos políticos, e de controle do Congresso Nacional, entre outras medidas.

Golbery do Couto e Silva capitaneava grupo da Sorbone ou dos moderados Castelistas (referência ao General Castelo Branco, o primeiro militar a assumir a presidência) que no Golpe de 1964 representava a ala mais branda dos militares, que defendia, além do combate ao “comunismo”, ao PTB e às esquerdas pela repressão, um projeto modernizador da economia à custa do capital estrangeiro, e cogitava, ou assim dizia, o retorno do poder aos civis a partir da estabilidade do sistema. O General Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra, e os seguidores da filosofia da Escola de Guerra de Fort Leavenworth³⁰ capitaneavam o grupo “linha-dura”, assim denominado por defender de forma veemente a continuidade dos militares no poder, sob a justificativa da “revolução permanente”, o que significava o combate intermitente.

Como explica Joseph Comblin:

³⁰ O *Fort Leavenworth War School* é o posto militar do Exército americano que oferecia cursos para militares brasileiros.

Ao mesmo tempo a "linha dura" destruiu no nascedouro todas as tentativas de reconstituição de um poder político popular. Desde o golpe de estado, a repressão atingiu todos os dirigentes sindicais, operários ou camponeses. Em seguida houve a luta contra os líderes estudantis e os padres ligados a movimentos sociais (1968.) Em 1969, após o Ato Institucional nº 5, pode-se dizer que a tarefa estava terminada. O ano de 1969 atingiu a Igreja e o mundo universitário de uma maneira espetacular: as duas forças foram eliminadas da vida pública. Enfim, desde então, a "linha-dura" vigia o partido de oposição, o MDB, e através de "cassações" impede a formação de uma frente capaz de organizar uma força popular.³¹

Em 9 de abril de 1964, foi editado o Ato Institucional³² nº 1(AI-1), elaborado após o golpe por Carlos Medeiros e Francisco Campos, cujo texto destacava que a "revolução, só a esta cabe citar as normas e constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do país". Não há dúvidas que os militares davam o tom pretendiam ditar as regras do jogo doravante. Assim, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco³³, no exercício da presidência, passa a concentrar amplos poderes, como previsto pelo

AI.1 - Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. – Que modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências.³⁴

O Ato Institucional nº 1 fez constar entre os seus dispositivos que estariam asseguradas as eleições em 1965, com posse no início de 1966. Mas já havia mostras

³¹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 161.

³² Ato Institucional: se constituía em uma norma de natureza arbitrária, imposta pelos governos militares brasileiros, durante o regime de exceção, com o fim de garantir o controle militar, se sobrepondo às instituições legais, e aparentar uma legalidade pelos atos que eram realizados. Os AIs não se submetiam a tramitação legislativa ou consulta popular. (SANTIAGO, Emerson. *Atos Institucionais. InfoEscola*. c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atos-institucionais/>>. Acesso em: 15 set. 2015).

³³ Segundo Napolitano: "Embora tenha passado à história como maior representante da 'ditabranda', o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio da segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5517 punidos por esse tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante Castelo Branco. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1230 sanções feitas a militares ao longo do regime". (NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 73).

³⁴ BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

de que o poder seria exercido de forma arbitrária e que, no exercício do mandato, em encontrando resistências, poderia aplicar severas restrições, asseguradas pelo AI-1, como pode ser evidenciado nos seguintes artigos:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.³⁵

Durante o período da ditadura militar brasileira, foram editados 17 Atos Institucionais³⁶, todos limitando sempre as liberdades e direitos vigentes. Estes

³⁵ *Idem.*

³⁶ A seguir um brevíssimo resumo, dos pontos mais importantes incluídos nos Atos Institucionais: *AI.3 - Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966* - Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.4 - Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966* - Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências. *AI.6 - Ato Institucional nº 6 de 1º de fevereiro de 1969* - Dá nova redação aos artigos 113, 114 e 122 da Constituição Federal de 1967; ratifica as Emendas Constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional nº 5; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. *AI.7 - Ato Institucional nº 7 de 26 de fevereiro de 1969* - Estabelece normas sobre remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores; dispõe sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; suspende quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. *AI.8 - Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969* - Atribui competência para realizar Reforma Administrativa ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes; e dá outras providências. *AI.9 - Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969* - Dá nova redação ao artigo 157 da Constituição Federal de 1967, que dispõe sobre desapropriação de imóveis e territórios rurais. *AI.10 - Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969* - Dispõe sobre as consequências da suspensão dos direitos políticos e da cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e dá outras providências. *AI.11 - Ato Institucional nº 11, de 16 de maio de 1969* - Dispõe sobre o tempo de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e sobre as eleições para esses cargos no dia 30 de novembro de 1969; extingue a Justiça da Paz eletiva; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.12 - Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969* - Confere aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo

instrumentos caracterizam-se como normas e decretos elaborados pelos "Comandantes-em-chefe" das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou pelo Presidente da República, com apoio do Conselho de Segurança Nacional. Constituíam-se em um mecanismo de exceção utilizado pela repressão, estavam acima de toda e qualquer lei do país, inclusive da Constituição da República. O maior objetivo dos Atos Institucionais (AI) era o combate à "subversão", por mais que fossem indicados como a finalidade de também atacar a "corrupção".

Alguns tiveram maior impacto que outros, como o AI-2. Mas nenhum teve a força e violência contra as liberdades e os direitos humanos que teve o Ato Institucional nº 5 (AI-5), proporcionando um governo de terror contra a sociedade brasileira, reconhecido por alguns como o "golpe dentro do golpe".

Durante o período do Governo Castelo Branco (1964/1967), foram editados quatro atos institucionais, sete no Governo Costa e Silva (1967/1969) e a Junta Militar (1969) editou seis destes instrumentos.

O Ato Institucional nº2 (AI-2) reafirmava o ideário golpista e impunha-se acima da própria constituição, as regras a serem seguidas eram as determinadas pelos organismos militares:

A Revolução veio para erradicar do País, a corrupção e a subversão. Que de acordo com o exposto no preâmbulo, a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma. Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de

Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, enquanto durar sua enfermidade; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.13 - Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969* - Dispõe sobre o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.14- Ato Institucional nº 14, de 10 de setembro de 1969* - Dá nova redação ao artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967; garante a vigência de Atos Institucionais, Atos Complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.15- Ato Institucional nº 15, de 11 de setembro de 1969* - Dá nova redação ao artigo 1º do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, que dispõe sobre as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. *AI.16- Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969* - Declara vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; dispõe sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. *AI.17- Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969* - Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas". (BRASIL. *Portal da Legislação*. Governo Federal. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 12 ago. 2015).

ser dinâmico para atingir os seus objetivos. A revolução está viva e não retrocede.³⁷

Entre os muitos aspectos autoritários que estavam incluídos no AI-2³⁸, destacam-se: o fim das eleições presidenciais por voto popular; a extinção dos partidos políticos; concessão de poderes ao Presidente para decretar “estado de sítio” (com o fim de prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna); suspender os “direitos políticos de quaisquer cidadãos” pelo prazo de dez anos; poderes para cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais (acarretando na cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; na suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais e na proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política). Dava ainda poderes para decretar a intervenção federal nos Estados.

E para garantir o poder de realizar todos estes atos autoritários, sem serem incomodados, os ditadores impuseram que não seriam passíveis de apreciação judicial os mesmos:

AI.2 - Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 - Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.³⁹

O Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁰, o mais duro e autoritário de todos, permitiu ao governo militar instituído executar um elenco de ações arbitrárias contra os considerados inimigos do regime, assinado em 13 de dezembro de 1968, sob o

³⁷BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

³⁸BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 13 set.2015.

³⁹BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 13 set.2015.

⁴⁰A edição do AI-5 é considerada como um ato da ditadura militar, em represália a negativa da Câmara dos Deputados para que o deputado federal, Márcio Moreira Alves, fosse processado. O pedido do governo era decorrente do discurso proferido por ele, solicitando que o povo boicotasse as atividades do dia da independência, em protesto contra o governo militar. O governo tinha sido derrotado por um Congresso que se supunha frágil, era criticado pelas oposições que faziam manifestações nas ruas e mesmo internamente na caserna.

pretexto do discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves⁴¹. Foi uma vitória dos setores mais radicais da ditadura, que assim fizeram prevalecer a sua vontade sob os setores menos conservadores, levando à aprovação do (AI-5)⁴², o qual garantiu amplos poderes, quase de maneira absoluta, ao presidente Artur da Costa e Silva.

Entre as principais medidas de força que foram adotadas e que atribuíam poderes ao Presidente estavam as de: - impor recesso a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (Municipais); - intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; - suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; - cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibir manifestações populares de caráter político; - suspender o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular); e - impor a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.

O ano de 1968 foi marcado por protestos estudantis em muitos lugares do mundo e também nas grandes cidades brasileiras. O AI-5 rompe com esta dinâmica dos movimentos dos estudantes, que ocupavam as ruas desde os anos de 1966, e o ressurgimento de alguns focos de lutas operárias, em 1968. Como destaca Napolitano:

[...] teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o

⁴¹ Segundo Hélio Contreiras: o discurso do deputado conforme depoimentos de militares, “*sequer teve a repercussão que muitos imaginavam*. Foi o pretexto usado pelos radicais para a criação de um clima favorável ao fechamento do regime. No fundo do cenário político-militar havia um confronto surdo entre oficiais que pretendiam a transição para a passagem do poder a um militar ou um político que mantivesse um compromisso com o modelo de 1964, com uma abertura lenta e gradual, sem a perda do controle da situação então vigente, e os que pretendiam manter um regime autoritário. (CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: A opressão no Brasil*. Rio de Janeiro. Record, 2005. p. 24).

⁴² O ato foi justificado com base nos seguintes considerando: “ - que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; - se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; - esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição”. (BRASIL. *Casa Civil. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 13 set. 2015).

regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda.⁴³

Segundo Napolitano⁴⁴, por meio do AI-5 é possível que aproximadamente 500 cidadãos entre eles jornalistas, professores e diplomatas, tenham perdido seus direitos políticos. Foram excluídos cinco juízes de instâncias superiores, perderam o mandato 95 deputados e quatro senadores.

Contrariamente ao discurso da posse, proferido pelo Marechal Castelo Branco, a ditadura dá prosseguimento à campanha lançada antes do golpe, repetindo os mesmos bordões e implementando uma política repressiva. Neste jogo de espelhos, invertendo os símbolos e as posições, o arbítrio ia sendo consolidado dia a dia, em nome da defesa da democracia.

Todas as armas no primeiro momento pós-golpe, apontaram para os defensores do Estado Constituinte, para os apoiadores de João Goulart, incluindo militares nacionalistas, socialistas e comunistas, mas principalmente para a classe trabalhadora, sendo o movimento sindical organizado o principal objeto de repressão e de tentativa de eliminação. Sobre o tema afirma Leonardo Boff:

O que os militares cometeram foi um crime lesa-pátria. Alegam que se tratava de uma guerra civil, um lado querendo impor o comunismo e o outro defendendo a ordem democrática. Esta alegação não se sustenta. O comunismo nunca representou entre nós uma ameaça real. Na histeria do tempo da guerra-fria, todos os que queriam reformas na perspectiva dos historicamente condenados e ofendidos –as grandes maiorias operárias e camponesas– eram logo acusados de comunistas e de marxistas, mesmo que fossem bispos como o insuspeito Dom Helder Câmara.⁴⁵

A curiosa história do movimento sindical brasileiro conta com episódios que alternam avanços, conquistas e resistência com repressão e controle do Estado. O início da organização dos trabalhadores é marcado pela presença e influência dos imigrantes europeus⁴⁶ que traziam consigo experiências de trabalho e conhecimento

⁴³NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiros. São Paulo: Contexto, 2014. p. 94-95

⁴⁴*Ibidem*, p. 94.

⁴⁵BOFF, Leonardo Boff. 1964: Golpe Militar a serviço do Golpe de Classe. *Carta Maior*, 30 maio de 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/colunistas/4>>. Acesso em: 05 set. 2015.

⁴⁶De acordo com o levantamento realizado em 1920, desde 1871, cerca de 3.390.000 de imigrantes entraram no Brasil. Destes, aproximadamente 1.373.000 eram italianos, 901.000 portugueses e 500.000 espanhóis. Os italianos se concentraram na cidade de São Paulo, os espanhóis e portugueses foram para cidades portuárias como Santos e Rio de Janeiro. Em 1900, em São Paulo, 92% dos operários eram estrangeiros, 81% de italianos. Em 1920, os imigrantes eram 52% da população da cidade e 51% dos trabalhadores na indústria, com a possibilidade de muitos sejam filhos de imigrantes. Os operários negros, correspondiam a menos de 10% dos trabalhadores, na cidade de São Paulo. Este é um dos fatores que justificam a ausência de brasileiros no início do movimento operário. As diferentes nacionalidades geraram dificuldades para o entendimento das funções nos locais de trabalho e na condução da luta pelos direitos trabalhistas. (REGIONAL CAMPINAS: 20 anos de lutas e compromissos

de direitos e fortes princípios anarquistas e comunistas. A participação destes imigrantes chegou a atingir 90% nas indústrias⁴⁷ e representou o embrião do movimento sindical organizado. Marcada por lutas, derrotas, vitórias e greves memoráveis - como a de 1917 - chega em 1930 como alvo de uma das primeiras medidas do Governo de Getúlio Vargas, que cria o Ministério do Trabalho como uma das primeiras medidas de seu governo. No ano seguinte, em 1931, regulamenta, por decreto, a sindicalização das classes patronais e operárias. As Juntas de Conciliação e Julgamento em 1932, a criação da Justiça do Trabalho na Constituição de 1934 e a imposição da unicidade sindical na Constituição do "Estado Novo" (1937 a 1945), chegando em 1951/1954 pautado pela emergente indústria nacional e mudando significativamente o papel do Estado, ampliando sua influência direta na vida econômica nacional e na vida da classe trabalhadora. São os primeiros movimentos do Estado Brasileiro de, oficialmente, exercer o controle sobre o movimento sindical organizado.

Uma das primeiras medidas de Vargas foi a criação do Ministério do Trabalho e a Lei de Sindicalização. O governo queria colocar os sindicatos e a classe operária sob controle da burguesia nacionalista. Ao mesmo tempo mantinha uma política populista com o povo. Em 1932, o governo promulgou uma série de leis trabalhistas com o mesmo objetivo.⁴⁸

Nos 19 anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, principalmente em seu último mandato, foram efetivados grandes avanços e significativas mudanças, relacionadas diretamente nas bases do desenvolvimento do modelo econômico adotado, com ênfase na industrialização orientada pelo Estado, à liberalização política e ao controle social e sindical. Nesta lógica também foram criadas agências que promoviam o desenvolvimento econômico sob a tutela do Estado, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), da Petrobras, do Plano Nacional do Carvão, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do Banco do Nordeste.

Juscelino Kubitschek chegou ao poder em uma democracia de massas regida por uma Constituição liberal, por um sistema partidário de âmbito nacional, por um Congresso valorizado, por eleições livres e periódicas e pela liberdade de imprensa. As liberdades políticas eram, no entanto, limitadas quando se tratava das organizações sindicais e de esquerda. Desde 1948 o Partido

de classes: químicos unificados. *Movimento Sindical*. Disponível em: <<http://memoria.quimicosunificados.com.br/projeto-memoria/movimento-sindical/>>. Acesso em: 05 set.2015

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ REGIONAL CAMPINAS: 20 anos de lutas e compromissos de classes: químicos unificados. *Movimento Sindical*. Disponível em: <<http://memoria.quimicosunificados.com.br/projeto-memoria/movimento-sindical/>>. Acesso em: 05 set. 2015.

Comunista passara para a ilegalidade, o que não impediu, contudo, que seus quadros continuassem na cena política sob a chancela de outras agremiações partidárias. O novo presidente soube aproveitar esse clima de liberdades públicas para propor uma agenda otimista de governo, com o seu Plano de Metas, e cativar a opinião pública em torno de seu programa.⁴⁹

O número de operários industriais cresceu de 275 mil para cerca de 3 milhões, representando 13% da população ativa do país⁵⁰, resultado da política desenvolvimentista dos anos JK.

Discorre Marcelo Badaró:

As contradições desse modelo de desenvolvimento logo se fizeram sentir. Nos primeiros anos do governo JK o salário mínimo atingiria o mais alto patamar da sua história, mas chegava em queda em 1960 e cairia mais nos anos seguintes. As principais causas das perdas salariais era a inflação, decorrente do aumento das emissões monetárias e do endividamento do Estado (interno e externo). [...] Os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação de desigualdades sociais não eram sinônimos pois, em 1960 os 70% mais pobres da população brasileira detinha 20% da renda nacional, contra os 40 % apropriados pelos 6% mais ricos da população. São fatores importantes que se somam aos mais diretamente políticos, para explicar a fase de ascensão sindical que se observa entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964. Vários são os índices dessa ascensão: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais entre outros exemplos. Do ponto de vista quantitativo, duas boas medidas da importância do sindicalismo são os dados sobre o número de sindicatos criados e o percentual dos trabalhadores sindicalizados.⁵¹

Chegamos em 1964, às portas do golpe, com um movimento sindical organizado e forte. As organizações sindicais urbanas no Brasil, depois de anos de estruturação, são duramente atingidas pelo golpe militar. Sem dúvida é o segmento da sociedade organizada que mais sofre neste primeiro momento com a repressão militar, demonstrando, mais uma vez, que quando o movimento e a organização da classe trabalhadora representam algum tipo de preocupação para as classes dominantes, são duramente reprimidos:

Durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, [...] realizado em 1962, em São Paulo, o CGG transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas,

⁴⁹FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. *O Brasil que Vargas deixou: Vargas e as bases do desenvolvimento*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>>. Acesso em: 19 set. 2015.

⁵⁰BADARÓ, Marcelo. *O Sindicalismo no Brasil pós 1930*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 37.

⁵¹*Ibidem*, p. 38 -39.

como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD).⁵²

O movimento contava em sua estrutura com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que conferia para a classe trabalhadora grandes avanços no que dizia respeito à organização, mobilização e representatividade. Mas todo o resultado deste empenho sofreria um grande impacto com a intervenção do governo militar:

De fato, o governo interveio em 67% das confederações, em 42% das federações e em apenas 19% dos sindicatos. Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E, significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente decapitou o movimento trabalhista radical.⁵³

No contexto que se desenha imediatamente após o golpe, temos outras manifestações e movimentos em diferentes áreas que, apesar de organizados e atuantes, não tiveram, neste primeiro momento, o mesmo tratamento de perseguição e repressão sofridos pelo movimento sindical e pelas esquerdas organizadas.

Cabe aqui destacar que a esquerda organizada partidariamente também tinha a sua origem na classe operária, herança dos movimentos de organização de trabalhadores que, após a segunda metade do século XX, se desenha no panorama nacional. Neste ambiente cresce inclusive a participação dos estudantes e jovens, de movimentos culturais e manifestações de vanguarda em áreas como teatro, música, artes plásticas e cinema. De 1964 até 1968 - quando da edição do AI-5, vivemos uma época de efervescência na produção cultural nacional que, com restrições, ou apesar delas, teve a criatividade como seu maior propulsor nas manifestações contra o regime. Este cenário muda drasticamente depois de 13 de dezembro de 1968, momento em que qualquer forma de atividade que ousasse questionar o regime poderia sofrer intervenção federal, censura, prisão e repressão. Estas arbitrariedades exercidas pelo regime, sem os limites constitucionais, se consolidaram como a principal lei de exceção do governo militar - o Ato Institucional nº 5, o fatídico AI-5.

⁵²KORNIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. *O movimento sindical urbano e o papel do CGT*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT>. Acesso em: 02 set. 2015.

⁵³ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 209.

Quando se fala de “atividades” e “manifestações” faz-se referência a ações de cunho não violento, sem uso de armas ou qualquer outro tipo de ação mais contundente. As ações são marcadamente de protesto pacífico, pois não se tem ainda, neste momento, o emprego de recursos bélicos por parte dos manifestantes, pois não estava institucionalizada a luta armada como meio de resistência ao regime.

1.1.3.1 Movimento estudantil

No movimento estudantil, jovens e estudantes organizados exerceram papel de extrema importância nos anos 1960, realizando manifestações nos principais países do mundo, marcando presença nas lutas pelas liberdades democráticas e pela transformação da sociedade e dos costumes da época.⁵⁴

No Brasil as lutas estudantis eram capitaneadas pela entidade de representação máxima, a União Nacional dos Estudantes (UNE), e contavam com a participação das representações estaduais, diretórios, centros acadêmicos e grêmios, com efetiva participação no espectro político e vinculados a correntes políticas. Esta participação precede o golpe de 64, pois a UNE defendeu as Reformas de Base e a posse de Jango (após a renúncia de Jânio Quadros, quando setores da sociedade pretendiam impedi-la), se somando às forças que defendiam a legalidade constitucional.

A UNE passou a ter presença marcante na realidade cultural e política, através da criação do Centro Popular de Cultura (CPC)⁵⁵, celeiro criativo que contava com a

⁵⁴ Relembra Marcelo Ridenti, que “Em 1968, Movimentos de protesto e mobilização política agitaram o mundo todo, em eventos como o maio dos estudantes e trabalhadores franceses, a Primavera de Praga contra o socialismo burocrático, o massacre de estudantes no México, as manifestações nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã, a alternativa dos hippies e da contracultura, os grupos revolucionários pegando em armas”. (RIDENTE, Marcelo. Breve Recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). *Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 55).

⁵⁵ O CPC passou a ganhar importância com o primeiro espetáculo escrito e organizado por Oduvaldo Viana Filho (Vianinha), cujo título era ‘A mais valia vai acabar, seu Edgar’, e expandiu-se com o curso de História da Filosofia ministrado na sede da UNE. Artistas e personalidades que buscavam novas experiências culturais engrossaram o caldo no fortalecimento do CPC, entre eles, Alex Viany, Anísio Teixeira, Barbosa Lima Sobrinho, Cacá Diegues, Carlos Estevam Martins, Carlos Lyra, Cavalcanti Proença, Cláudio Santoro, Darcy Ribeiro, Dias Gomes, Edison Carneiro, Ferreira Gular, Leon Hirszman, Jacques Danon, Maria Yedda Linhares, Mario Schemberg, Moacir Félix de Oliveira, Oscar Niemeyer,

colaboração de artistas divulgando, ensinando e apresentando músicas e peças de teatro e fazendo intervenções culturais nas universidades e junto a segmentos da sociedade brasileira. Ênio Silveira ressalta que “o CPC foi mesmo, de início, um departamento de agitação e propaganda” até a eleição de Aldo Arantes⁵⁶ para a presidência da UNE. Aldo Arantes se empenhou para ampliar a representação estudantil no território nacional e para debater a reforma universitária diretamente com as bases. Foi criada então a UNE Volante, e a ela foram incorporados vinte integrantes do CPC⁵⁷, que após as reuniões e discussões sobre a reforma universitária faziam apresentações de peças teatrais, filmes ou shows de música, com o intuito de despertar seu público para os problemas que afetavam o país.

No início da nova década, a UNE dava o tom através das atividades artísticas do CPC e em sua sede construía o teatro a ser inaugurado ainda no primeiro semestre de 64. Porém, um incêndio criminoso, organizado pelo Comando de Caça Comunista – CCC, em 1º de abril de 1964, destruiu totalmente aquela sede, sepultando as aspirações e criações de um trabalho cultural engajado, conduzido por novos artistas. Compreende-se assim porque a UNE foi identificada pelos conservadores e artífices do golpe como um dos tentáculos a serem atacados. Foi declarada, na mesma época, a ilegalidade da UNE.

O movimento estudantil conseguiu patrocinar algumas lutas nos anos seguintes, como um plebiscito no Rio de Janeiro, em 1965, para protestar contra o Decreto que pretendia a extinção da UNE, do então ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda. Nos anos de 1966 e 1967, os estudantes, de forma clandestina,

Osny Duarte Pereira, Sérgio Ricardo, entre tantos outros. (SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: Uma história de Paixão e Consciência*. Petrópolis: Nova Fronteira, 1994. p.7-11).

⁵⁶ Quando da eleição da UNE militava na Juventude Universitária Católica (JUC), participou da fundação da Ação Popular (AP) e posteriormente integrou os quadros do Pcdob (Partido Comunista do Brasil).

⁵⁷ Arantes destaca como se deu a confluência entre o projeto do CPC e a ideia de uma UNE Volante, tendo como preocupação de a “UNE se voltar para o Brasil inteiro e utilizar métodos de mobilização [...] É claro que esse fortalecimento da UNE e do movimento estudantil está, a meu ver, relacionado também com o crescimento geral do movimento popular [...] e por outro lado, os intelectuais que, naquele momento discutiam algo que está sempre presente na luta, na reflexão dos artistas e intelectuais, que é a questão da arte pela arte, ou da arte como instrumento de expressão dos problemas sociais [...] Dentro dessa perspectiva, eles também percebiam o seguinte: para a arte cumprir uma função social e política, era necessário que ela estivesse combinada com uma entidade que quisesse transformar a manifestação artística num evento de grandes dimensões. E aí, então houve a combinação, vamos dizer assim, dos interesses do movimento estudantil com essa visão que o segmento intelectual passou a ter. É claro que isso começou em São Paulo, com Vianinha, Guarnieri, no Teatro Paulista de Estudantes [...] Em seguida, o Vianinha vai para o Rio, e acontece exatamente que a UNE está nesse processo de crescimento, e se inicia então o processo de organização do CPC”. (ARANTES, Aldo. Depoimento. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: Uma história de Paixão e Consciência*. Petrópolis: Nova Fronteira, 1994. p.26-27).

realizaram os Congressos Nacionais da UNE, respectivamente o 28º e 29º, nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Vinhedos (SP).⁵⁸

O ano de 1966 foi marcado também por passeatas e choques com as forças da repressão, uma prévia do que se passaria em 1968. Foram realizadas manifestações estudantis nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília e em outras cidades, durante o mês de setembro, atingindo o ápice no dia 22, marcado como o Dia Nacional de Protesto, como registra o Projeto BNM:

Esse episódio, registrado então como 'setembrada', trazia à tona uma mistura de reivindicações específicas da área do ensino, como a defesa da UNE, do ensino gratuito, da autonomia universitária, da não vinculação da Universidade a órgãos norte-americanos, com as denúncias políticas de ordem geral, reunidas no slogan - Abaixo a Ditadura.⁵⁹

Os estudantes brasileiros encontram o apogeu de suas lutas durante o ano 1968 – “o ano que não terminou”, como indica uma das obras de Zuenir Ventura⁶⁰. A agitação teve início após a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto (17 anos), no restaurante universitário “Calabouço”, no Rio de Janeiro, onde acontecia uma manifestação pacífica contra as péssimas condições oferecidas aos estudantes.

O rastilho de pólvora foi aceso. No dia seguinte mais de 50 mil pessoas acompanharam o enterro do secundarista e a revolta se alastrou entre os estudantes do país. No dia 1º de abril ocorrem passeatas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Florianópolis, Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia e várias outras cidades, com um saldo de 2 mortos e vários feridos; em Brasília os estudantes ocuparam a Universidade. No dia 4, após a missa de 7º dia de Edson Luís, houve novos conflitos no centro do Rio, a polícia militar e membros do DOPS buscaram reprimir as manifestações e prender lideranças, os padres tentaram proteger os estudantes e o público, porém, muitos foram presos e levados, encapuzados, para a Vila Militar, onde foram torturados. Durante as manifestações aviões militares faziam voos rasantes para amedrontar a população.

⁵⁸ BRASIL NUNCA MAIS. 11. ed. Petrópolis. Vozes, 1985. p. 133.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ Ver Zuenir Ventura, jornalista e escritor, em “1968 – O ano que não terminou” conta os agitados dias do ano de 1968 no Brasil, mesclando a cultura e a política, em um período vibrante da história brasileira, como transcorreu no Brasil o ano que, por todo o mundo, se tornou marco das rebeldias e manifestações estudantis (VENTURA, Zuenir. 1968: o Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 306 p.).

O mês de maio iniciou com a ocupação ao prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), por parte dos estudantes de medicina, no dia 3, sendo que dois dias após, 117 foram presos.

Do outro lado do continente, na França, o mês de maio também foi intenso: houve greve geral, milhões de estudantes e trabalhadores tomaram as ruas, os ideais estavam em ebulição e as lutas pelos direitos sociais e políticos moviam as massas.

No Brasil os meses passaram e as manifestações estudantis tiveram continuidade. O espírito reinante era: 'é proibido proibir', o que em nada combinava com a ditadura instalada. A repressão foi aumentando e produzindo vítimas. No dia 21 de junho o Rio foi palco de uma verdadeira 'praça de guerra', e ao final do dia o saldo foi de 4 mortos, 35 soldados feridos, 23 pessoas baleadas e quase mil presos, ficando para a história como a "Sexta-feira Sangrenta".⁶¹

No dia 26 de junho aconteceu a 'Passeata dos 100 mil', com a participação de artistas, intelectuais e principalmente dos estudantes. Desta feita a polícia manteve-se a distância, assistindo os acontecimentos, não houve registro de feridos e a passeata foi considerada o auge do movimento.⁶²

Em julho e agosto novas passeatas acontecem, mobilizando milhares de pessoas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O destaque foi a detenção, no dia 28 de agosto, de 500 pessoas, entre jornalistas e estudantes, em São Paulo.

Os primeiros dias de outubro deste intenso 1968 registraram os conflitos entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e os da Universidade Mackenzie (sendo que esta congregava estudantes de direita, reduto do Comando de Caça aos Comunistas - CCC) na rua Maria Antônia. No episódio morreu o estudante José Guimarães, com um tiro disparado dos telhados do Mackenzie. Ao final do dia 3, as instituições de ensino eram ocupadas pela polícia, que efetuou 34 prisões. A cidade lamentou a morte e uma multidão de 10 mil pessoas, em passeata, levou um caixão

⁶¹PONTES, José Alfredo Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. 1968, *do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Jornal da Tarde, 1985. p. 24-25.

⁶²Gorender, ressalta que a "Passeata [...] se concentrou na Cinelândia carioca e percorreu a avenida Rio Branco, até a Praça Quinze. Atrás dos organizadores de fachada desse ato de protesto, estavam o PCBR, a Dissidência Universitária da Guanabara e a AP. Das escadarias do Teatro Municipal, discursaram Elinor Brito, ativista do PCBR, e Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes e ativista da Dissidência. Presentes vedetes da música popular, da televisão e do teatro, escritores, jornalistas e políticos, professores e líderes sindicais. Tal a repercussão que o Presidente Costa e Silva se dispôs a receber em Brasília a comissão representativa dos organizadores da passeata. Nada resultou do diálogo, mas esta foi a única e última vez que um general-presidente concedeu audiência a uma comissão popular". (GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 148).

vazio, simbolizando o estudante falecido, quando a polícia, usando cassetetes, bombas e violência, dispersou a manifestação. No Rio de Janeiro, em passeata realizada no dia 9, ocorreram outras 100 prisões.

O Congresso da UNE realizado no Sítio Murundu, na pequena Ibiúna, interior de São Paulo, encerra o capítulo das grandes mobilizações estudantis contra a ditadura militar. No dia 12 de outubro, aproximadamente 720 congressistas foram presos – inclusive suas principais lideranças, como José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luiz Travassos⁶³, entre outros – e encaminhados de ônibus ao Presídio Tiradentes. Parte dos militantes passaria a ingressar nas fileiras das organizações clandestinas, que passaram a pregar e organizar a luta armada. E para coroar as arbitrariedades contra os estudantes, o presidente Costa e Silva baixa o decreto-lei nº 477⁶⁴ (em 26 de fevereiro de 1969) considerado o “AI-5 dos estudantes”. Sua finalidade era calar estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino, impedindo de se manifestarem, sob a ameaça de serem considerados subversivos, com um processo sumário contra o acusado. Em sendo professor, seria demitido e proibido de trabalhar em outra instituição por cinco anos; aos estudantes a pena era de expulsão, com a proibição de ingressar em nova universidade por três anos. Aos bolsistas estrangeiros acusados de envolvimento, seria solicitada a sua imediata retirada de território nacional. A repressão havia encurralado o movimento estudantil, as luzes se apagavam, as cortinas se fechavam, o espetáculo a partir daí seria o de um circo de horrores, com o ingresso de estudantes nos processos de guerrilha.

⁶³ Os três dirigentes estudantis, acabaram saindo do país em setembro do ano seguinte, trocados pelo embaixador americano, que havia sido sequestrado de forma espetacular, no primeiro dos 4 sequestros que aconteceram, pelas organizações de esquerda.

⁶⁴ O dispositivo previsto no art.1º estabelecia que: “Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”. (BRASIL. Casa Civil. *Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 11 set. 2015).

1.1.3.2 Movimentos vanguardistas

O período do golpe de 1964 até 1968 marcou uma época de muita criatividade dos artistas brasileiros, em áreas que permitiam um contato mais direto com os espectadores, como teatro, música e cinema. Movimentos vanguardistas surgem nas mais diversas áreas, despontando como baluartes no processo de resistência contra o regime⁶⁵.

1.1.3.2.1 Música Popular

A Música Popular despontava através dos festivais realizados pelas redes de TVs, que obtinham enorme sucesso e repercussão, em especial entre os estudantes. A cada festival surgiam artistas que cativavam o público como: Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento, Nara Leão, Marília Medalha, Geraldo Vandré, Sergio Ricardo, Caetano Veloso, Gilberto Gil, entre tanto outros.

Um movimento de ruptura lançou novos conceitos musicais, através do surgimento do 'Tropicalismo', por obra e graça de Caetano, Gil, Gal Costa, Tom Zé, Torquato Neto, Rogério Duprat, Capinam e Nara Leão⁶⁶ e, assim, novos horizontes eram desvelados para a emergente MPB (Música Popular Brasileira)⁶⁷.

⁶⁵ Ver Lucy Dias, que faz uma reconstituição dos movimentos que se fizeram presente na década, marcado por mudanças comportamentais, artísticas, políticas. (DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac, 2001. 360 p.).

⁶⁶ O disco *Tropicália ou Panis et Circensis* representou a concretização do Tropicalismo. (SADER, Emir. JINKINGS, Ivana. NOBILE, Rodrigo. MARTINS, Carlos Eduardo. (Orgs.) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2006. p. 1248).

⁶⁷ Em 1966, no II Festival de Música Popular Brasileira, realizado pela TV Record, foram vencedoras as músicas: *Disparada*, de Geraldo Vandré e *A Banda de Chico Buarque*, fazendo que ele começasse a despontar no horizonte musical. Em 1967: III Festival da MPB da TV Record o ganhador foi Edu Lobo com a música *Ponteio*. Em 1968 no III Festival Internacional da Canção, o primeiro lugar foi dividido entre duas músicas uma apresentada por Chico Buarque de Holanda e Antonio Carlos Jobim – *Sabia* e a outra criada por Geraldo Vandré - *Para não dizer que não falei das flores* (*Caminhando*), este acabou se tornando o hino da juventude e das passeatas de 1968. IV Festival de MPB realizado pela TV Record, São Paulo, também teve duas vencedoras, uma eleita pelo júri popular - *Benvinda*, de Chico Buarque e a outra pelo júri especial - *São Paulo meu amor*, de Tom Zé. *Alta Fidelidade - Núcleo de Pesquisas Históricas sobre MPB Pesquisa, Cultura e Diversão*. (MELLO, Prudente José Silveira. *Papel das entidades sociais na resistência e na luta pela democratização do Brasil*. In: PRONER, Carol, ABRÃO, Paulo. (Coord.). *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil*. Belo Horizonte: Fórum 2013. p. 279-307).

O AI-5 estabelece e consolida o papel dos censores que realizaram o serviço de vetar, proibir, restringir e censurar tudo que pudesse ser apresentado ao público e à sociedade.

Esse serviço era realizado pela Divisão de Censura e Diversões Públicas, sendo obrigatório que todas as obras lhe fossem encaminhadas antes de sua exibição/publicação. Os artistas, para burlar a censura, passaram a construir letras com duplo sentido, jogo de palavras ou linguístico. No cinema as metáforas e alegorias substituíram a linguagem direta, recurso também utilizado no teatro e compreendido pelo público mais atento, mas que às vezes passava despercebido pelos órgãos de censura e, se tardiamente entendido, já era de domínio público. Mas destaca Leonor Pinto: “a censura é organizada, com vistas a servir aos interesses políticos dos militares no poder, não foi apenas repressão localizada, mas mecanismo essencial para a estruturação do regime militar”⁶⁸.

A censura era utilizada pela ditadura para tentar impedir a veiculação de criações artísticas que contestassem o regime ou representassem um atentado à moral da época. A criatividade e a qualidade foram a resposta para a truculência do regime e a ignorância dos censores.

Durante os dez anos de vigência do AI-5 (revogado em 31 de dezembro de 1978), calcula-se que pelos menos 450 textos teatrais, 500 filmes, 200 livros e 500 letras de músicas tenham sofrido mutilações, entre cortes, proibições, censuras parciais ou totais⁶⁹.

Também é após o AI-5 que se inicia a perseguição direta, sem disfarces. Caetano e Gil ficaram presos por quase dois meses, depois do Natal de 1968, e quando liberados seguiram para Londres. Chico Buarque sofreu constantes ameaças,

⁶⁸ “No mercado interno, usou de todos os artifícios para garantir a maior e a mais eficiente difusão da ideologia vigente, investindo na reorganização do departamento de censura, subordinando-o à Polícia Federal, regulamentando a carreira de censor federal, para a qual passa a ser exigido nível superior, e investindo na formação dos censores com a promoção de cursos internos. A tão propagada limitação intelectual dos censores, seus atos pitorescos – motivo de chacota até hoje, os erros gramaticais que cometiam ou seus argumentos que podem parecer ridículos, lamentavelmente, nunca impediram a Censura de ser um dos mais competentes órgãos de repressão da ditadura e, seguramente, um dos pilares de sustentação do regime. Durante todo o regime militar, a censura, hierarquicamente bem organizada, foi sagaz, implacável, poderosa e suas decisões frustraram sonhos, impediram caminhos, abortaram promessas e calaram gerações”. In: PINTO, Leonor Souza. *O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil: 1964/1988*. 2006. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/O_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2010. p. 3.

⁶⁹ PONTES, José Alfredo Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Jornal da Tarde, 1985. p. 58.

foi conduzido ao Exército (alguns dias antes da prisão da dupla tropicalista) e interrogado sobre o espetáculo teatral *Roda Viva*; em janeiro de 1969, recebeu autorização para ir ao Festival de Música em Cannes, na França, e de lá seguiu para a Itália, onde permaneceu por mais de um ano, em um auto exílio, em razão dos perigos que corria. Geraldo Vandré foi duramente perseguido pelos militares, pois sua música foi considerada símbolo da juventude de 1968, e teve de se esconder para não ser preso, partindo também para o auto exílio. O mesmo ocorreu com Taiguara.

1.1.3.2.2 Cinema Nacional

O Cinema Nacional despontou com Nelson Pereira dos Santos, com o filme “Rio, 40 graus”, constituindo-se em um marco, uma inspiração para o movimento que seria reconhecido anos mais tarde como o Cinema Novo.

Glauber Rocha – que depois foi reconhecido internacionalmente –, ainda como estudante, em 1961, rodou “Barravento”. O Centro Popular de Cultura da UNE, através do núcleo de cinema, em 1962, produziu o filme “Cinco vezes favela”, cujos diretores – Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Carlos Diegues, Miguel Borges e Marcos Farias – viriam a ser grandes referências do movimento Cinema Novo. O cinema brasileiro estava em franca produção nos anos que antecederam o golpe, com produções como “O assalto ao Trem Pagador” de Roberto Farias; “Os Cafajestes”, de Ruy Guerra; e “Boca de Ouro”, de Nelson Pereira dos Santos. Em 1963, Glauber Rocha rodou “Deus e o diabo na terra do Sol” e Ruy Guerra “Os Fuzis”. Em 1965, Leon Hirszman rodou “A Falecida”. Glauber Rocha inovou uma vez mais, para uma estética tropicalista, em 1967, com o filme “Terra em Transe”. Mas os filmes passaram a sofrer restrições e tiveram sua exportação impedida, sob o argumento dos censores de não ter boa qualidade, além de sofrerem cortes e limitações para exibição.⁷⁰

⁷⁰ PINTO, Leonor Souza. *O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil: 1964/1988*. 2006. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/O_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2010. p. 2.

1.1.3.2.3 Teatro brasileiro

O Teatro brasileiro também estava no auge de sua renovação no período em que ocorreu o golpe. As peças discutiam os problemas nacionais, as transformações vividas pela sociedade e as lutas por melhores condições de vida, buscando sua identidade nacional, o que acontecia por meio de grupos que revolucionavam nosso teatro.

Estes ideais eram a energia vital, alimento para a alma, base de criação para o surgimento do Teatro de Arena de São Paulo, em 1953. Mas a qualificação e a profissionalização ocorreram com maior intensidade a partir da adesão de Augusto Boal, que traz na bagagem conceitos e técnicas aprendidas nos Estados Unidos.

Esta linha passou a ser difundida pelo grupo, contando com novos autores nacionais, pertencentes ao Arena, como Oduvaldo Vianna Filho, Edy Lima, Roberto Freire, Benedito Ruy Barbosa, Flávio Migliaccio e Francisco de Assis. Em outros rincões do país, tendo a mesma compreensão política e percepção da realidade nacional, surgiam textos como o “Pagador de Promessas” de Dias Gomes, o “Auto da Compadecida” de Ariano Suassuna e “A moratória” de Jorge de Andrade.

Em 1958, o Arena montou o espetáculo “Eles não usam black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri, levando ao palco pela primeira vez as dificuldades dos operários pobres e seus conflitos sociais e políticos, a realidade nua e crua. A peça alcançou grande sucesso e nos anos seguintes foram dezenas de espetáculos, comprometidos com a realidade e a visão ideológica do grupo. O Teatro de Arena manteve-se por quase 20 anos, construindo espetáculos marcados pela temática social e política, provocando a reflexão dos espectadores e sofrendo, por consequência, a perseguição dos militares de plantão⁷¹. Porém, em março de 1971 foi preso Augusto Boal⁷², sendo conduzido para o presídio Tiradentes, em São Paulo.

⁷¹“As teses do grupo difundem-se pelo país enquanto se deslocam os espetáculos da companhia, associando-se, desse modo, o formato do palco em arena e a impregnação ideológica que lhe conferiu o Teatro de Arena de São Paulo [...] quando é dissolvido pela repressão da ditadura, a associação entre a morfologia peculiar da arena e a atuação política permanece nas equipes que, fora do circuito profissional, continuam a fazer uma arte de resistência”. (GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; ALVES, Mariangela Alves de. *Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo. Perspectiva: SESC, 2006. p.38).

⁷²Augusto Boal, além participar intensamente do Teatro de Arena, foi criador do Teatro do Oprimido, repensou a arte cênica investigando possibilidades e práticas de transformar a atividade teatral a serviço da conscientização do espectador, entre as suas contribuições destacam-se as obras “Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas, 200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de

Lá, foi torturado e acusado de subversão, o que pôs fim ao Arena. Após sua liberação, Boal partiu para o exílio, fechando um ciclo de criatividade e luta.⁷³

O Teatro Oficina foi criado em 1958 por um grupo de estudantes da Escola de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, tendo à frente José Celso Martinez Correa. Com o passar dos anos, o Teatro Oficina se transformou em um dos grupos de contestação e resistência no período, se tornando referência no cenário do teatro brasileiro, principalmente a partir do ano de 1966⁷⁴.

Em 1967, o Oficina alcançou sua consagração artística com um audacioso espetáculo, revolucionário na estética então existente e marcado pela rebeldia, criatividade anárquica e frenética, fruto da inspiração contemplada no “Rei da Vela”⁷⁵.

O espetáculo gerou polêmica e um público voraz para admirá-lo, afinal, era uma crítica frontal ao capitalismo tupiniquim, por meio de uma linguagem forte, corrosiva, sem precedentes, usada de maneira debochada. O espetáculo surpreendeu a todos e provocou a ira dos setores identificados com o regime, como ressaltou o crítico Fernando Peixoto, em seu livro sobre o ‘Teatro Oficina’, onde lembrou que as sessões realizadas em São Paulo foram tumultuadas, com ameaças dirigidas aos atores quase todos os dias. O público era revistado na entrada do teatro, foi organizado um sistema de segurança próprio, com pessoas armadas nos bastidores, e pairava no ar, a cada sessão, a ameaça de invasão e destruição do teatro.

Em 1968, o Oficina resolve montar a peça “Roda Viva” de Chico Buarque. Os organismos de repressão resolveram empreender uma campanha de difamação do teatro, contando com a ofensiva de órgãos paramilitares, através de ameaças, e criando uma atmosfera de insegurança para atores e público que participavam ou assistiam as apresentações. No mês de julho, membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiram o teatro onde estava sendo apresentado o espetáculo, destruíram os cenários e o equipamento técnico e agrediram e espancaram atores que nele trabalhavam⁷⁶. O fato se repetiu com o elenco de “Roda Viva” que se

dizer algo através do teatro, *Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular, O Teatro como Arte Marcial*”, foi anistiado pela Comissão de Anistia do MJ – Processo nº 2002.01.12897.

⁷³ MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão: uma frente de Resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.10-13.

⁷⁴ COSTA, Cristina. *Censura em Cena: teatro e censura no Brasil*. São Paulo: Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.171.

⁷⁵ Texto de Osvaldo de Andrade (de 1937), que até então não tinha sido montado.

⁷⁶ “A peça Roda Viva [...] foi uma das mais visadas, sofrendo duas invasões, uma em São Paulo, e outra em Porto Alegre, onde atores e público foram violentamente espancados e o espaço teatral foi destruído por cerca de 200 homens. A atriz Elizabeth Gasper e seu marido foram seqüestrados na mesma ocasião, o que também ocorreu com Norma Benguel, no Teatro de Arena, em São Paulo,

apresentava em Porto Alegre e, por último, a censura acabou por proibir as apresentações da peça.

Em 1971, Zé Celso⁷⁷ foi preso no quartel do 24º Batalhão de Caçadores, em São Luís (MA), juntamente com os demais integrantes do Grupo Oficina. Em 1972, o espetáculo “*Gracias Señor*” acabou sendo proibido por decisão da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Novamente preso no DOPS/SP, em 29 de maio de 1974, Zé Celso foi torturado em companhia do cineasta Celso Lucas. Foi indiciado para que fossem apuradas suas ligações com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e, quando posto em liberdade, seguiu para o exílio, onde permaneceu por quatro anos.

O histórico de arbitrariedades e violências do regime contra os grupos teatrais teve início antes mesmo do AI-5, ainda no ano de 1966, como relata Yan Michalski⁷⁸, destacando entre os desatinos registrados:

[...] invasão do Teatro Jovem, no Rio, para impedir a realização de um debate sobre Brecht, que seria autorizado alguns dias depois; corte em ‘Terror e Miséria do III Reich’; detenção em Maceió, de um elenco carioca que apresentava ‘Joana em flor’, de Reinaldo Jardim, seguida de queima de exemplares do livro em praça pública; eliminação do texto de ‘O homem do princípio ao fim’, após vários meses em cartaz, da carta-testamento de Vargas e uma oração de Santa Tereza d’Avila.

Em 1968, a paciência para com os atores e espetáculos teatrais parecia que tinha chegado ao limite, sendo travada uma verdadeira guerra contra o processo de criação em curso⁷⁹:

[...]o general Juvêncio Façanha (que no ano anterior já havia mandado aos homens de teatro e cinema o ameaçador recado: ‘Ou vocês mudam, ou acabam’) dá em público uma estarrecedora declaração, que define com clareza a atitude do regime em relação à atividade cênica: ‘A classe teatral só tem intelectuais, pés sujos, desvairados e vagabundos, que entendem de tudo, menos de teatro.

quando encenava *Córdélia Brasil*. Marília Pêra e Rodrigo Santiago, atores de *Roda Viva* na montagem de São Paulo, foram obrigados a ir para a rua despidos após passarem pelo “corredor polonês”, num gesto de suprema humilhação dos extremistas de direita. Teatros paulistas e cariocas sofreram ataques de bombas. No João Caetano, em São Paulo, a bomba não explodiu. No Rio, os ataques aconteceram nos teatros Opinião, Gláucio e Maison de France, onde nem mesmo os clássicos Molière e Tennessee Williams escaparam das “caça às bruxas”. (BRASIL. Ministério da Cultura. *Mostra 68: Utópicos e Rebeldes*. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. p.16).

⁷⁷ José Celso Martinez Corrêa, um dos mais criativos diretores de teatro do Brasil, além de ator e cineasta. Foi anistiado pela Comissão de Anistia do MJ, requerimento de nº. 2006.01.54531.

⁷⁸ MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão: uma frente de Resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 28.

⁷⁹ *Ibidem*, p.33-34.

Porém, a partir de 1971, como relata Yan Michalski, o regime cerrou as portas para as atividades teatrais que o contestassem⁸⁰:

Este fim de linha para todos estes brilhantes porta-vozes da resistência teatral, responsáveis pelas realizações mais marcantes dos últimos anos, é facilmente explicável pelo endurecimento das pressões que pesavam sobre eles. A ação da censura chega, em 1971, a um nível tão delirante que qualquer tomada de posição diante da realidade nacional, por mais metafórica que seja, torna-se virtualmente impossível. Com todas as suas alternativas temáticas e formais praticamente riscadas do mapa, os grupos são reduzidos a um estado de impotência que os sufoca.

A censura impôs um padrão quase que impossível de ser cumprido pelas companhias teatrais, censurando até mesmo clássicos como "Um Bonde Chamado Desejo", de Tennessee Williams, retirada de cartaz e suspendendo por 30 dias a atriz Maria Fernanda, e o produtor, Oscar Araripe.

Mesmo assim, o teatro brasileiro não se acomodou e buscou alternativas criativas, inventou uma linguagem cifrada ou aproveitou entrelinhas, refugiou-se em locais onde não era possível o exercício da censura prévia, trocou muitas vezes a palavra pelo gesto significativo.⁸¹ Sobreviveu como pode, com força, dignidade e grandeza.

1.1.3.2.4 Imprensa

As restrições em relação à imprensa ficam consolidadas com a aprovação da Lei de Imprensa, em 1967, quando o Regime passou a cercear a liberdade de expressão, tolhendo os jornalistas e os veículos de comunicação no seu dever de informar. O Regime não contava somente com este instrumento autoritário para reprimir, já vigia também a Lei de Segurança Nacional, pelo qual os profissionais eram impedidos de criticar, divulgar ou discordar. O Projeto BNM⁸² apurou que 15 jornalistas foram indiciados em Inquéritos Policiais Militares (IPM), respondendo assim junto à Justiça Militar, e apenas um deles em período anterior a decretação do AI-5.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 47.

⁸¹ SANTOS, Carlos Aparecido. O teatro na época da ditadura. In: HISTORIANET. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=716>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁸² BRASIL NUNCA MAIS. 11. ed. Petrópolis. Vozes, 1985. p. 143-146.

Houve assim a institucionalização da censura: o AI-5 tornou difícil a vida dos jornalistas, intelectuais, artistas, professores e tantos outros que exerciam um papel de defesa das liberdades e mudanças.

Os grandes jornais, mesmo aqueles que defenderam o golpe, como O Estado de São Paulo (OESP)⁸³, passaram a sofrer censura, inclusive com a presença de censor na própria redação. Alguns jornais deixavam o espaço censurado em branco, outros preenchiam com receitas de bolo e, no caso do OESP, as partes censuradas eram substituídas por versos dos *Lusíadas*, do poeta português Luís de Camões.

Mas a situação favoreceu a criação do que se denominou de Imprensa Alternativa⁸⁴, que adotou um comportamento de enfrentamento ao Governo, na luta pelos direitos humanos. Entre as publicações da Imprensa Alternativa, a que obteve maior repercussão foi o “Pasquim”, lançado em 1969 por Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes⁸⁵ e Tarso de Castro. O “Pasquim” tinha como marca a irreverência, a ironia e o sarcasmo. Usava o humor como forma de combater o regime militar que referenciava os valores morais, o civismo e o patriotismo em suas campanhas institucionais⁸⁶. O Pasquim ridicularizava o autoritarismo reinante, recheando suas páginas de charges, tiras e cartuns, criticando os costumes e as desigualdades sociais vigentes.

Bernardo Kucinski em seu livro “Jornalistas e Revolucionários” afirma:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre

⁸³ “A fidelidade aos mesmos ideais levou meu pai a apoiar a conspiração política militar, chegando até a dela participar, para enfrentar a ofensiva do governo João Goulart contra as instituições democráticas”. (MESQUITA, Ruy. A liberdade, antes de tudo. In: PONTES, José Alfredo Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. 1968, *do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, 1985. p. 9-10).

⁸⁴ Imprensa Alternativa é definida por Sonia Moreira, como “[...] os jornais e revistas que nasceram nos últimos vinte anos (década de 1970 e 1980), e não estavam ligados, via cordão umbilical, à chamada grande imprensa ou imprensa oficial”. (MOREIRA, Sonia Virginia. Retratos brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa. In: *Antologia Prêmio Torquato Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, ano 2, 1984. p. 17).

⁸⁵ Millôr foi o primeiro a criar um jornal de humor após o advento da Ditadura, ainda em 1964, denominado Pif-Paf, que deixou de ser editado, após ser apreendida a sua oitava edição pela polícia. (ZIRALDO. *Ziraldo n'O Pasquim: só dói quando eu rio*. São Paulo: Ed. Globo, 2010. p.8).

⁸⁶ “Este é um país que vai pra frente”, “Brasil ame-o ou deixe-o” entre outros.

jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos.⁸⁷

Foram criados também jornais alternativos, com viés político e cultural, entre os quais destacaram-se: “Opinião” (1973) e “Movimento” (1975) editados por Raimundo Pereira; “Versus” e “Brasil Mulher” (1975), “Em Tempo” (1977) e “Resistência” (1978), entre tantas publicações. Podem ser citadas ainda: “Hora do Povo”, “Companheiro”, “Voz da Unidade”, “O Trabalho”, “Tribuna da Luta Operária”, “Correio Sindical”, “Coojornal” e “O Repórter”⁸⁸, que tinham a finalidade de fazer o enfrentamento mais direto, levando posições de correntes ideológicas e reivindicando os direitos dos perseguidos políticos, a liberdade de expressão, o fim da ditadura e o retorno à democracia.

Kucinski define:

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóias frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura. Tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominante durante a maior parte do ciclo alternativo.

[...]A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.

[...]O Pasquim mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos de 1970, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana. Mas, mesmo esses jornais alternativos de raízes existencialistas

⁸⁷KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2001. p.7.

⁸⁸No final dos anos 70, após o fim do AI-5, estas publicações passaram a ser alvo de ataques de membros de paramilitares, que incendiavam e armavam objetos de detonação, contra as bancas que vendessem periódicos de esquerda. Na Divisão de Informações – Secretária de Segurança Pública do Paraná, entre os documentos encontram-se cartas encaminhadas aos proprietários de bancas, contendo a seguinte ameaça: “Senhor Jornaleiro: O senhor, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista em nossa pátria, ao vender [...] jornais, divulgam idéias comunistas contrárias a moral e aos desejos do povo brasileiro. Exigimos, portanto, que o senhor pare imediatamente de vender estes jornais em sua banca, para que não sejamos obrigados a tomar medidas drásticas [...]”.

atuavam no plano da contingência política opondo-se ao regime até mais visceralmente do que os marxistas, [...] ⁸⁹

A imprensa "alternativa" de resistência ao regime, curiosamente desaparece na medida em que a democracia vai se consolidando no Brasil. Em resposta a este fato Kucinski apresenta:

Uma das perguntas cruciais que tentei responder neste trabalho é por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos? Uma resposta corrente, incorporada pelo senso comum, é a de que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a Resistência. Não tinham porque sobreviver ao regime militar. Subjacente a esse raciocínio está um modelo reativo de imprensa alternativa parcialmente corroborado pelos fatos como um sistema termodinâmico no qual a cada aumento ou diminuição da pressão autoritária corresponderia um aumento ou diminuição da atividade alternativa. A falha desse modelo está em atribuir a uma lógica única e exógena, a gênese e a morte da imprensa alternativa, fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário de seus protagonistas, daqueles que a fizeram e não nas ações daqueles que não a quiseram. A repressão, os seqüestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento. ⁹⁰

Cumprindo seu papel, a página da imprensa alternativa nos "anos de chumbo", é virada. Fica para as futuras gerações o registro de uma criativa alternativa de combate onde a força do riso venceu a espada.

1.1.3.3 Movimentos de resistência

Os movimentos de resistência concebidos dentro dos marcos institucionais foram sendo sufocados um a um: a ditadura não permitia quaisquer contestações. A música que inspirava os opositores ao regime – quem sabe faz a hora não espera acontecer – traduzia a necessidade de engajamento a um processo de luta radical, e foi assim que a Luta Armada ⁹¹ se apresentou como alternativa para alguns segmentos da oposição que, frente à ausência de liberdades, resolveram enfrentar o regime militar pegando em armas, numa luta urbana e rural.

⁸⁹KUCINSKI, Op.cit. p. 5-6.

⁹⁰*Ibidem*, p.12-13.

⁹¹Ver PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: BestBolso. 2008. 205 p. e PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. Virgílio Gomes da Silva. *De retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009. 111 p.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o lendário líder comunista Luís Carlos Prestes à sua frente, era contrário à luta armada e pregava que fosse constituída uma grande frente, atuando de maneira pacífica, pela derrubada do regime. Militantes como Carlos Marighela⁹² saíram da organização fundando a ALN e praticando ações nas grandes cidades, desenvolvendo assim um processo de ‘guerrilha urbana’.

Em 1969, organizações como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) concluíram inexistir mais espaço para as lutas de massas e redirecionam o papel de suas organizações para a realização da luta armada. As ações patrocinadas por estas organizações rendiam ‘publicidade’, o que fez com que os militantes de organizações radicais pressionassem pelo engajamento em igual processo de luta. Como registra Gorender, “a exceção, e por motivos diferentes, o PCdoB, o PCB, o POR (T), e a AP⁹³, deu-se a imersão geral na luta armada”.⁹⁴

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) optou pela ‘guerrilha rural’ e elegeu a região do Araguaia, encravada no centro do país, para onde enviou 60 guerrilheiros, entre estudantes, operários e quadros militantes de longa trajetória. Este foco guerrilheiro foi descoberto em 1972 e o governo realizou operações para dizimar os militantes, o que ocorreu no ano de 1975.

1.1.3.3.1 Guerrilhas rurais

A ação da Guerrilha do Araguaia⁹⁵ ocorreu na região amazônica do Rio Araguaia, na divisa entre os atuais estados do Pará, Maranhão e Tocantins que, à

⁹²Conforme Napolitano “A proposta básica da ALN era iniciar um processo de guerrilha urbana a fim de conseguir recursos para a formação de uma guerrilha rural, base de um futuro ‘Exército de Libertação Nacional’, que deveria derrubar o regime”. (NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4. ed. São Paulo: Atual Editora, 2007. p. 28).

⁹³ Ver Haroldo Lima e Aldo Arantes, indicam a trajetória da organização Ação Popular, desde o seu surgimento junto a setores *progressistas* da igreja católica até o engajamento a setores do Partido Comunista do Brasil. (LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 172).

⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. Op. cit. p.155.

⁹⁵ Ver Fernando Portela, que apresenta ainda durante a ditadura militar, em 1979, uma reportagem sobre a Guerrilha do Araguaia. (PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1979. p. 261) e sobre o tema ver, Taís Morais e Eumano Silva que através de arquivos

época, pertencia ao Estado de Goiás em uma área de cerca de 7.000Km², onde era realizado, desde 1966 o "projeto de "guerra popular prolongada", inspirado na Revolução Chinesa⁹⁶que consistia basicamente em um treinamento paramilitar para militantes. Teve como principais lideranças Maurício Grabois, João Amazonas, Elza Monnerat, e Ângelo Arroyo, todos membros do PCdoB. O trágico fim desta ação contabilizou 76 mortes, sendo de 59 militantes do PCdoB e 17 recrutados na região. Tais mortes ou "execuções" ocorreram com "requintes de crueldade" como afirmam alguns testemunhos, sendo registrados casos de fuzilamento e decapitação.

As Forças Armadas realizaram três campanhas militares e operações de inteligência na região, mobilizando cerca de 10 mil homens. No ano de 1972, foram feitos prisioneiros, mas, depois disso, a ordem do comando militar era "eliminar" todos os envolvidos⁹⁷.

Muitos corpos nunca foram encontrados. "A operação militar organizada pelo exército brasileiro para lutar na guerrilha do Araguaia foi a maior desde a Segunda Guerra Mundial"⁹⁸. O maior e mais longo conflito envolvendo a esquerda armada e o governo militar só veio a público 20 anos mais tarde em meados dos anos 1980. Os órgãos repressores foram muito "competentes" ao conseguir "a ferro e fogo" deixar todo o ocorrido no Araguaia longe do conhecimento da sociedade.

Outros dois focos de guerrilha rural que merecem registro é o Movimentos da Serra do Caparaó, em 1967, e do Vale da Ribeira, em 1970.

A Guerrilha de Caparaó⁹⁹ foi um movimento inspirado no modelo de guerrilha de *Sierra Maestra*. A ação era protagonizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário- MNR, formado basicamente por ex-militares das forças armadas brasileiras que instalaram sua base de ação na Serra de Caparaó - divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Cabe destacar que mais de mil militares foram expulsos das fileiras do Exército, da Marinha e da Aeronáutica após o golpe de

secrets revelam como ocorreu à guerrilha do Araguaia. (MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 2005. 656 p.).

⁹⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Audiência Pública Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Brasília, 12 ago. 2014. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/araguaia_apresentacao.pdf>. Acesso em: 7 de set 2015. p. 2.

⁹⁷ *Ibidem*, p.3.

⁹⁸ CURSO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. *Movimentos de Resistência*, módulo 2, unidade 2, aula 15, slide 6. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/memoria/index.html>>. Acesso em: 07 set. 2015.

⁹⁹ Ver José Caldas da Costa, que discorre sobre os dissidentes das forças armadas, que intentaram organizar um foco guerrilheiro no maciço do Caparaó, o que seria o primeiro movimento armado contra a ditadura de 1964. (COSTA, José Caldas. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007. 335 p.).

1964, acusados de subversão. Alguns deles criaram ou participaram de organizações de resistência e o MNR foi uma delas, atuando entre os anos de 1966 e 1967. Sem apoio financeiro e com um número reduzido de militantes, o movimento foi derrotado em 1967.

A Guerrilha do Caparaó acabou antes mesmo de entrar em ação efetiva. Os guerrilheiros permaneceram por meses na Serra do Caparaó desenvolvendo treinamento financiado por Cuba. As dificuldades enfrentadas com o fim do financiamento cubano deixaram os guerrilheiros em situações complicadas e a população, assustada, denunciou o movimento.¹⁰⁰

Ex-capitão do exército brasileiro, figura ícone da resistência ao regime ditatorial e principal mentor da organização Vanguarda Revolucionária Popular (VPR) - Carlos Lamarca¹⁰¹ foi o responsável pela frente treinamento no Vale do Ribeira, interior paulista, em 1969/1970. Motivada pela certeza de que a revolução começaria pelo campo, pois "os mais explorados pelo sistema capitalista eram os trabalhadores rurais", a organização concentrou seus esforços na preparação da guerrilha rural. Com o firme propósito de preparar guerrilheiros para a efetiva implantação de focos de guerrilha, o local funcionou como centro de treinamento para ações militares com três ex-militares e 16 civis.

A maioria formada por jovens militantes da VPR, vindos do movimento estudantil de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O sítio comprado ficava próximo à cidade de Jacupiranga, e inicialmente alguns militantes viveram lá se passando por lavradores, a partir do final de 1969. Organizaram-se em dois grupos: a base Carlos Roberto Zanirato e a base Eremias Delizoikov, que formavam o núcleo Carlos Marighella. Os nomes das bases e do núcleo homenageavam militantes mortos pela repressão¹⁰².

A movimentação para o desbaratamento da unidade de treinamento ocorreu a partir de 17 de abril de 1970, quando o Centro de Informações do Exército (CIE) comunicou ao II Exército a existência do campo de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, provavelmente denunciado por militantes submetidos a torturas. Com soldados do exército e policiais cedidos pelo governo de São Paulo¹⁰³, a operação bloqueou estradas e fechou a Rodovia Régis Bittencourt, prendeu 120 civis, utilizou

¹⁰⁰ GASPARETO JUNIOR, Antônio. A Guerrilha de Caparaó. *InfoEscola*, c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/guerrilha-do-caparao/>>. Acesso 08 set. 2015.

¹⁰¹ Ver a obra Emiliano José e Oldack Miranda, que abordam a guerrilha no Vale da Ribeira, a partir da luta do Capitão Lamarca, que abandonou as forças armadas e aderiu a luta revolucionária. (JOSÉ, Emiliano; OLDACK, José. *Lamarca o capitão da guerrilha*. São Paulo, Global Editora, 1980. 166 p.).

¹⁰² MACIEL, Wilma Antunes. Em fuga pela Revolução. *Revista de História*, 01 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/em-fuga-pela-revolucao>>. Acesso 07, set 2015.

¹⁰³ LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010. p. 341.

helicópteros e um avião B-26 da FAB¹⁰⁴ para bombardear áreas civis, inclusive com napalm, suspeitas de abrigarem os guerrilheiros. O local transformou-se em cenário de perseguições, emboscadas, fugas, tiroteios, prisões, torturas e uma execução – até hoje presentes na memória dos moradores.¹⁰⁵

Foram empregados 2954 oficiais, entre membros do Centro de Informações do Exército, regimentos de infantaria e pára-quedistas das forças especiais, polícias da Polícia Militar e Rodoviária de São Paulo e do Dops, além da Marinha para vasculhar a área e capturar 9 integrantes da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) comandados pelo Capitão Carlos Lamarca, que instalou dois centros de treinamento de guerrilha na área.¹⁰⁶

Os 17 guerrilheiros, incluindo Lamarca, esconderam-se na mata. "Oito deles conseguiram sair da região misturados à população e dois foram presos pelos militares, incluindo o ex-sargento Darcy Rodrigues, depois de se perderem do resto do grupo ao se aproximarem demais das tropas do governo para fazer observação. Sobraram sete para enfrentar o exército. Durante semanas, o pelotão formado por Lamarca, Ariston Lucena (de 17 anos), Yoshitane Fujimori, Edmauro Gopfert, Gilberto Faria Lima, José Araújo da Nóbrega e o ex-soldado da Brigada Militar Diógenes Sobrosa de Souza, vagou pela mata do vale."¹⁰⁷ Finalmente Lamarca e seus homens escapam da maior mobilização da história do II Exército, mas estava encerrado o episódio da Guerrilha do Vale da Ribeira.

1.1.3.3.2 As ações armadas urbanas

As ações armadas urbanas em sua maioria eram protagonizadas por jovens idealistas, em geral com menos de 25 anos. Pegar em armas, assaltar bancos, atacar unidades militares para obtenção de armas e munição passou a ser uma alternativa para aqueles que estavam impedidos de trabalhar e gozar de direitos civis.

¹⁰⁴ VALENTE, Rubens; MAGALHÃES, João Carlos. B26 da FAB atacaram o Vale do Ribeira em 1970. In: PODER aéreo, 30 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2011/04/30/b-26-da-fab-atacaram-o-vale-do-ribeira-em-1970/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

¹⁰⁵ MACIEL, W. A. Op.cit.

¹⁰⁶ Criado em 26/08/14 15h07 e atualizado em 26/08/14 19h10 por Anne Vigna, Luciano Onça, Natalia Viana. Fonte: Agência Pública.

¹⁰⁷ LAQUE, J. R. Op.cit. p. 348.

As organizações surpreenderam a ditadura com suas ações, algumas consideradas espetaculares, como o assalto do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, um dos conspiradores do golpe. Aproximadamente US\$ 2,5 milhões de dólares foram roubados pela organização Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).¹⁰⁸

Mas as ações mais audaciosas e de maior repercussão foram os sequestros de diplomatas de importantes governos como os Estados Unidos, Japão, Alemanha e Suécia. O objetivo das organizações era obrigar a ditadura a divulgar seus manifestos nas rádios e televisões, denunciando a violência e a tortura contra os presos políticos que estavam sendo praticadas nos cárceres, libertar membros das organizações de esquerda, líderes e militantes que estavam presos e eram submetidos a torturas, sem direito sequer a habeas corpus, e obter fundos e recursos para a manutenção da guerrilha e dos guerrilheiros, que a esta altura dos acontecimentos (1969) estavam vivendo clandestinamente.

Ainda em 1969, em resposta direta às ações do governo militar, ao AI-5 e às arbitrariedades contra os opositores do regime, foi planejado e executado o primeiro sequestro como ação política dos grupos armados, o que provoca uma significativa repercussão nacional e internacional- inaugurando assim esta forma de combate e pressão da resistência frente às forças militares. O alvo - o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A data - 4 de setembro, próxima às comemorações da "Semana da Pátria", um ícone festivo do regime autoritário. O local - Rio de Janeiro. O objetivo - denunciar as atrocidades cometidas pelo regime através de um manifesto na imprensa no dia 5 de setembro e a troca de 15 líderes políticos¹⁰⁹ que estavam

¹⁰⁸ PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha*. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 124.

¹⁰⁹ Em troca do embaixador, os quinze presos libertados foram: Onofre Pinto, fundador da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), que sofreria uma emboscada no Paraná, entrando para a lista dos desaparecidos da ditadura desde 1974; Luis Travassos, ex-presidente da UNE, morto em um acidente de automóvel em 1982, no Rio de Janeiro; Ricardo Zaratini, do movimento operário, irmão do ator Carlos Zara, envolvido em lideranças partidárias no Brasil pós-ditadura; Rolando Fratti, morto por um câncer em 1991; Vladimir Palmeira, líder estudantil que comandou a Passeata dos Cem Mil em 1968, futuro deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); José Dirceu de Oliveira e Silva, líder estudantil, preso em Ibiúna, futuro ministro da Casa Civil do governo do presidente Lula; Gregório Bezerra, líder sindical, morto por um câncer em 1983; Ivens Marchetti, arquiteto que viveu na Suécia, militante da Dissidência de Niterói, morto por um câncer em 2002; João Leonardo da Silva Rocha, militante da ALN, morto pela ditadura no interior da Bahia, em 1974; Maria Augusta Carneiro, única mulher da lista, militante da Dissidência da Guanabara, a DI-GB, presa em Ibiúna, futura proprietária de uma escola para deficientes no Rio de Janeiro; Mário Roberto Zanconato, fundador da Corrente Revolucionária ligada a ALN, futuro médico da prefeitura de Diadema, em São Paulo; Ricardo Vilasboas Sá Rego, militante da DI-GB, futuro músico e compositor, que deixou a luta armada para viver na França; José Ibrahim, líder do movimento operário paulista, futuro secretário de relações internacionais

presos nos calabouços, submetidos a todo tipo de violências e torturas¹¹⁰. A ação foi executada por membros da ALN e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8 (Dissidência da Guanabara)¹¹¹. O desfecho do impasse se dá no dia 7 de setembro, com a libertação do Embaixador. Os libertados, que não faziam parte de apenas uma facção política, seguiram para o exílio no México a bordo de uma aeronave militar –o Hercules 56. Muitos retornariam ao Brasil na clandestinidade.

A partir desta ação, a repressão "endurece" ainda mais suas ações e institucionaliza a pena de morte no país - "adotada através de um ato institucional militar, além da pena do banimento, aplicada a todos os presos que aceitavam ser trocados por embaixadores, fazendo deles pessoas sem pátria e sem nacionalidade. A pena do banimento só perdeu o efeito quando a Lei da Anistia foi promulgada, em 1979, trazendo os exilados de volta ao país."¹¹²

A maioria dos sequestradores do embaixador Elbrick tiveram destinos trágicos como a morte, a prisão, a tortura e o exílio. Virgílio Gomes da Silva e Joaquim Câmara Ferreira foram mortos, seis foram presos (alguns depois exilados): Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Vera Sílvia Araújo de Magalhães, Cláudio Torres da Silva, Cid de Queiroz Benjamin, Fernando Gabeira, Paulo de Tarso Venceslau. João Sebastião Rios de Moura, Franklin de Souza Martins, João Lopes Salgado e Cláudio Torres da Silva seguiram para o exílio.

O Cônsul japonês Nobuo Okushi foi vítima do segundo sequestro, ocorrido em 11 de março de 1970 em São Paulo, cuja intenção inicial era a libertação de uma das lideranças da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, o militante e guerrilheiro Chizuo Ozawa, vulgo Mario Japa. A ação contou com a participação de outras

da Força Sindical; Agnaldo Pacheco da Silva, militante da ALN; e, Flávio Tavares, jornalista, coordenador do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), colaborador do jornal "O Estado de S. Paulo". Os quinze prisioneiros deixaram o país em um avião, o Hércules 56, que seguiu para o México, de onde seguiram cada um, para um destino no exílio. Muitos deles retornariam incógnitos para o Brasil, alguns anos depois, continuando a luta na clandestinidade. (LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália: o Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em: 6 set. 2015).

¹¹⁰LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália: o Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em: 6 set. 2015.

¹¹¹ Ver a obra Antonio Ozai da Silva, que traça um panorama das organizações e tendências no Brasil, inseridas nas lutas revolucionária no país, desde suas origens, passando pela trajetória, propostas, cisões e o relacionamento com o movimento comunista internacional. (SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, 1989. 240 p.).

¹¹²LEE-MEDDI, J. Op.cit.

organizações como o Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT e a Resistência Democrática - Rede.

A imprensa publicou no dia seguinte, 12 de março, a notícia do sequestro, mas, apenas no quarto comunicado é que os sequestradores se identificaram como o "Comando Lucena da VPR" e apresentaram as exigências do grupo: a libertação e encaminhamento para exílio no México de Damaris Lucena, esposa de Antônio Lucena, militante morto a tiros em 20 de fevereiro de 1970, em frente da esposa e de seus três filhos menores Telma, Adilson e Denise de 3, 8 e 9 anos de idade, respectivamente (que também estavam presos); de Otávio Ângelo, dirigente da ALN; da madre Maurina Borges da Silveira, religiosa presa e torturada pelo delegado Fleury; de Diógenes Carvalho de Oliveira, militante da VPR e de Chizuo Ozava, o principal e verdadeiro motivo da operação. O desfecho, em 15 de março de 1970, se deu com a libertação do diplomata após a confirmação da chegada dos presos libertados em segurança em seu destino. Dos 15 militantes que participaram da ação, apenas Plínio Petersen Pereira, do MRT, não foi preso. Nove foram presos: Liszt Benjamin Vieira, Ladislav Dowbor, Marco Antonio Lima Dourado, Miguel Varoni, Oswaldo Soares, Mario de Freitas Gonçalves, José Rodrigues Ângelo Júnior, Fernando Kolleritz e Denise Peres Crispim, que estava grávida de seis meses (Rede). Cinco foram mortos ou executados (após prisão e tortura): Devanir José de Carvalho, José Raimundo da Costa, Alcery Maria Gomes da Silva, Joelson Crispim e Eduardo Collen Leite (Bacuri) executado depois de 109 dias em poder de seus captores sob todo tipo de tortura.

Mais perseguições, prisões, mortes e torturas foram a resposta do regime ditatorial que, no afã de aniquilar o movimento de resistência dos grupos armados, utilizavam cada vez mais de qualquer tipo de expediente e métodos de repressão. As cadeias estavam cheias de militantes condenados à toda sorte de violência e arbitrariedades.

Esta situação mobiliza as principais lideranças das organizações que promoviam a luta armada no Brasil como Carlos Lamarca, da VPR, Joaquim Câmara Ferreira, da ALN, e Devanir José de Carvalho, do MRT, que decidem mais uma ação de sequestro, desta vez tendo como alvo o embaixador da Alemanha, e definem a lista dos quarenta prisioneiros que seriam trocados pelo diplomata.

Três meses depois da ação contra o embaixador japonês, no dia 11 de junho de 1970, foi realizado no Rio de Janeiro o sequestro do embaixador da Alemanha no

Brasil, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben que culminou com a libertação dos quarenta presos políticos enviados em exílio para a Argélia¹¹³. O embaixador foi liberado no dia 16 de junho, com um documento em que os militantes denunciavam a prática de torturas no Brasil, que o diplomata ajudou a divulgar na Europa. Pela primeira vez em uma ação desta natureza foi registrada uma morte - do agente que fazia a segurança e de dois feridos - também do esquema de segurança do diplomata.

O sequestro de Giovanni Enrico Burcher, embaixador suíço no Brasil, ocorreu no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1970. Apesar das inúmeras "baixas" sofridas pelas organizações de esquerda, a motivação dos poucos militantes guerrilheiros era a necessidade cada vez mais premente de libertar companheiros, presos políticos, dos alcoses cárceres, onde a prática da tortura estava levando muitos à morte, e expor para o mundo as arbitrariedades que ocorriam sob o regime militar. A inspiração naquele final de 1970 era Carlos Marighella¹¹⁴, líder guerrilheiro da Aliança Libertadora Nacional - ALN, assassinado em novembro de 1969 pelo Delegado Fleury. À frente da ação estavam Gerson Theodoro de Oliveira, militante da VPR, e Carlos Lamarca. A ação, eficiente e rápida, contabilizou a morte do agente de segurança da polícia federal, Hélio Carvalho de Araújo.

Marcadamente o mais longo período de negociações das ações desta natureza, o sequestro durou 40 dias e foi responsável pela liberação de setenta presos políticos¹¹⁵ que, no dia 13 de janeiro de 1971, escoltados por agentes federais, foram embarcados em um Boeing da Varig, rumo ao exílio em Santiago do Chile.

¹¹³Os presos foram banidos do país, enviados em um avião da Varig para o exílio na Argélia. Na lista vinte militantes da VPR: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Gopfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araújo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislav Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antonio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira e Tercina Dias de Oliveira; os outros vinte faziam parte de várias organizações, sendo eles: Aderval Alves Coqueiro, Ângelo Pezzutti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antonio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes e Vera Sílvia Araújo Magalhães. (LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália: o Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em 6 set. 2015).

¹¹⁴Ver, Carlos Marighella foi considerado o maior militante revolucionário, o mais caçado pelas forças armadas brasileiras. Emiliano José pesquisa a vida do guerrilheiro, do militante comunista, deputado, que assumiu a clandestinidade, foi o principal militante da Aliança Libertadora Nacional. O livro serviu de base para o filme "Lamarca" do diretor Sérgio Resende. (JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: inimigo número um da ditadura*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004. 264 p.).

¹¹⁵Os setenta presos políticos banidos para o Chile foram: Afonso Celso Lana Leite, Afonso Junqueira

As ações de sequestros foram complexas, ousadas e eficientes, demonstrando um nível de habilidade de seus promotores, mas esta mesma eficiência seria também o golpe de misericórdia sobre as organizações armadas, “forçando o regime militar a intensificar a perseguição e repressão aos que se opunham à ditadura, agindo de forma violenta, matando, torturando e aniquilando de vez qualquer resistência. Os sequestros representaram o auge da resistência armada e, também, o seu fim definitivo”¹¹⁶.

A Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foram as cinco organizações responsáveis pelas ações armadas. A perseguição implacável do regime a estas organizações – com a prisão de seus militantes, torturas com requintes de crueldade ou execuções após as torturas–, acrescida da perda de grandes lideranças como Carlos Marighela, Carlos Lamarca, Joaquim Câmara Ferreira e de tantos outros, foram responsáveis pela desarticulação das mesmas numa ditadura que se tornou ainda mais repressiva e sanguinária, sufocando os focos guerrilheiros e encerrando este capítulo de resistência.

O que pode parecer em um primeiro momento, um exagerado esforço das forças de repressão, na verdade faz parte de uma política ideologicamente amparada

de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antonio Expedito Carvalho Pereira, Antonio Rogério Garcia da Silva, Antonio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Bruno Piola, Carlos Bernardo Vainer, Carmela Pezzuti, Christóvão da Silva Ribeiro, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Derci Fensterseifer, Derly José de Carvalho, Edmur Pércles Camargo, Elinor Mendes Brito, Encarnación Lopes Peres, Francisco Roberval Mendes, Geny Cecília Piola (casada com Bruno, levou suas três filhas menores, Tatiana, Kátia e Bruna), Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Irani Campos, Ismael Antônio de Souza, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Marc Friedrich Charles Van der Weid, João Batista Rita, João Carlos Bona Garcia, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Jovelina Tonello do Nascimento, Julio Antonio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchoa Regueira, Luiz Alberto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Mara Curtiss de Alvarenga, Marco Antonio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unger, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Paulo Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Chaves dos Santos, Pedro Viegas, Pedro Paulo Bretãs, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis Laugery de Carvalho, Roberto Antônio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Samuel Aarão Reis, Sonia Regina Yessin Ramos, Takao Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan de Souza, Ubiratan Vatutin Herzcher Borges, Valneri Neves Antunes, Vera Maria Rocha Pereira, Wânio José de Matos, Washington Alves da Silva, Wellington Moreira Diniz e Wilson Nascimento Barbosa. (LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália: O Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em: 6 set. 2015).

¹¹⁶LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália: o Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em: 6 set. 2015.

pela doutrina de Segurança Nacional que não mediu esforços na eliminação completa do que entendia como "inimigo interno", conceito difundido pelo Estados Unidos no qual todo cidadão que se opunha aos princípios ideológicos norte-americanos representava um perigo eminente para o "mundo livre". Tal doutrina (da qual discorreremos em capítulo específico), introduzida no Brasil por meio de Escola Superior de Guerra, é a base teórica do grupo militar que ocupou o poder após 1964 e justifica a necessidade de eliminar todo e qualquer foco de resistência, independente do seu tamanho e potencial.

1.1.3.4 Outros espaços de luta

O humor, a ironia e a criatividade foram poderosas "armas" contra o regime ditatorial e encontraram no espaço das artes plásticas, nas charges e em formas alternativas de manifestações um caminho de crítica e oposição à repressão.

A melhor sentença para ilustrar este assunto talvez seja a do escritor Arthur Koestler¹¹⁷: "Ditadores temem o riso muito mais do que as bombas".

Nesta lógica um dos mais significativos exemplos que merece destaque é "O Pasquim" - periódico semanário fundado em 1969 por Jaguar, Sérgio Cabral, Tarso de Castro e Ziraldo, e que se notabilizou por trazer em suas páginas contundentes e constantes críticas à ditadura, chegando a uma tiragem de 200 mil exemplares na década de 1970 e estampando em suas páginas textos, cartuns e charges políticas.

"O Pasquim" só surgiu depois que foram fechados três dos principais espaços de humor criados na grande imprensa por Ziraldo, o suplemento "Cartum", do Jornal dos Sports, "O Centavo", no O Cruzeiro e "Manequinho", no Correio da Manhã, todos extintos em 1967. Com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas câmaras de tortura do Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, rompeu-se o precário equilíbrio nas relações de trabalho no conjunto da grande imprensa, ao mesmo tempo em que se esgotou o modo complacente pelo qual os jornais se relacionavam com o regime, dando origem a uma nova geração de jornais alternativos importantes.¹¹⁸

Fortuna, Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Carlos Leonam, Sérgio Augusto, Ruy Castro, Fausto Wolf, Chico Buarque, Rubem Fonseca, Odete Lara e Glauber

¹¹⁷ Jornalista, escritor, e ativista político judeu húngaro radicado no Reino Unido autor de O Zero e o Infinito e The Gladiators. "[...] *dictators fear laughter more than bombs* [...]"

¹¹⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2001. p. 12.

Rocha notabilizam-se nas páginas do tablóide, que em diversas ocasiões sofreu censura prévia e teve muitos de seus integrantes presos.¹¹⁹

Seus alvos principais eram a ditadura militar, contra a qual se opunha de maneira visceral, a classe média moralista e a grande imprensa. Alimentando-se tanto nas raízes do existencialismo e da contracultura norte-americana, como nas raízes do populismo, a "patota" de O Pasquim encontrou seu denominador na mais intransigente oposição à ditadura. Por isso, O Pasquim possuía duas dimensões, uma contingente, de combate à ditadura, e outra filosófica.¹²⁰

Opinião, Movimento, Lampião da Esquina, Em Tempo, Brasil Mulher, Beijo, Ex, Versus, eram alguns dos mais de 150 periódicos que chegaram a circular entre 1964 e 1984 e estampavam em suas páginas, em prosa, em verso e em traços, as mais diversas temáticas, desde assuntos políticos, feministas, homossexuais e culturais, sempre sublinhadas por uma forte e intransigente crítica ao regime militar, ousando enfrentar e romper o silêncio imposto à chamada "grande imprensa".

Um dos mais radicais e criativos opositores do regime foi Henfil - apelido de Henrique Filho, e irmão do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Ambos, cada um com suas "armas", resistiram e se contrapuseram à ditadura. Henfil é responsável pelas mais criativas e sagazes críticas ao sistema e tinha como porta-voz personagens singulares e carismáticos como Fradim, Graúna, Ubaldo, entre outros. Sua obra inovaria a arte da tira humorística e da charge política brasileira.

Mas é fato que um dos baluartes mais criativos dos "anos de chumbo" foi a pena de chargistas e humoristas brasileiros que, mesmo proibidos de fazer caricaturas, encontravam maneiras extraordinariamente criativas de expelir suas ácidas opiniões e driblar a censura. Uma das "trincheiras" destes "heróis do nanquim" foi certamente o Salão de Humor de Piracicaba, que abre suas portas em 1974, no auge da ditadura, para apresentar o melhor do humor político feito então. Um centro de resistência de artistas gráficos, o Salão de Humor conseguiu uma projeção internacional e foi sem dúvida um espaço de convergência de experientes e novos cartunistas, intelectuais e outros artistas.

Nas artes plásticas é preciso destacar que a efervescência dos movimentos artísticos mundiais, em busca de novas linguagens, influenciou diretamente a produção artística nacional. A "pop art" surge como um estilo de vida, ultrapassando

¹¹⁹ NALIATO, Samir. 50 anos de golpe militar: a ditadura brasileira e os quadrinhos. In: *Universo HQ*, 2014. Disponível em: <<http://www.universohq.com/materias/50-anos-golpe-militar-ditadura-brasileira-e-os-quadrinhos/>>. Acesso em 20 set de 2015.

¹²⁰ KUCINSKI, B. Op.cit. p. 107.

o conceito formal de arte e é adaptada com o sotaque nacional para contestar e criticar o imperialismo, a cultura de massa e o autoritarismo. Espontânea, direta e extrovertida, sai dos limites dos museus e galerias e toma as ruas e outros espaços urbanos, trazendo a bandeira de ruptura e transgressão, estética e comportamental.

Após o AI-5, com o endurecimento da censura, houve o radicalismo das propostas artísticas, com o que se habituou a chamar de “arte conceitual”. Novas formas de expressão foram criadas. Um artista não tinha mais uma forma limitada de atuação, como por exemplo, a pintura ou escultura. Performances, cartazes, pichações e até produtos industrializados modificados passaram a compor o catálogo das artes brasileiras. O que importava era o conceito, a leitura que o artista fazia da realidade.¹²¹

A palavra de ordem era romper com todos os padrões do “sistema”. O artista Cildo Meireles é um exemplo do tipo de intervenção feita à época. O caráter político de suas obras revela-se em trabalhos como Tiradentes - Totem-monumento ao Preso Político (1970) e Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Coca-cola (1970).¹²² Na sua intervenção Quem Matou Herzog? (1970), notas oficiais de dinheiro eram carimbadas com a pergunta, e circulavam no comércio, chegando a um público fora dos circuitos de arte e “quebrando” a censura, que não teve como responsabilizá-lo por tal feito.

Letras enormes, sem aparente propósito, expostas em uma avenida no Rio de Janeiro, formavam a palavra “LUTE”. A intervenção é do artista neoconcretista Rubens Gerchman que em 1967 ousou desafiar o sistema.

Fruto desta onda inconformista, criativa e contestatária, surge um dos movimentos mais significativos da cultura brasileira, o “Tropicalismo”. A obra ícone deste movimento é de Hélio Oiticica e consistia em uma imensa instalação, em formato de labirinto, sem teto, que remetia à estética das construções das favelas, tendo em seu interior uma televisão constantemente ligada. O movimento cultural que esta obra desencadeou teve um impacto significativo na música, no teatro, no cinema e na dança no Brasil.

Outros artistas como Ivan Serpa, Antônio Dias e Carlos Vergara marcaram presença com obras que contestavam, denunciavam e afrontavam o regime militar.

As manifestações culturais e artísticas eram uma das maneiras possíveis de se lutar por direitos humanos a partir da perspectiva criativa e da voz dos dominados,

¹²¹ ARTES plásticas na ditadura. In: MEMÓRIAS da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/artes-plasticas/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

¹²² *Idem*.

tendo a utopia como o caminho do possível, na perspectiva da ruptura com as estruturas repressivas.

Conforme Herrera Flores, os direitos são produtos de lutas sociais, culturais, econômicas e políticas. O lema em 1968 era “é proibido proibir” pois, de acordo com os conceitos de Herrera Flores, impedir que os grupos sociais ou culturais lutem por sua dignidade, retratem sua arte ou difundam o pensamento é uma violação aos direitos humanos. Devemos tomar posições, não ficar passivos, pois a passividade dos homens se constitui em um dos principais obstáculos para permitir e formular uma alternativa democrática. Assim, os movimentos artísticos e culturais, rebelando-se contra a ditadura, criavam espaços de ruptura na luta por democracia e por direitos humanos. Herrera Flores nos ensina que:

O curioso da evolução da humanidade, tal como se depreende dos produtos culturais que a adornam, é que, apesar de tudo, apesar de todos os desastrosos e crueldades que se cometem, seguimos desejando rosas, as rosas que nos fazem crer que existe a possibilidade de mudança e de transformação real do mundo. De um modo ou de outro, avançamos na busca do nome da rosa e, para isso, rompemos com o horror da realidade com ideias, com projetos e – por que não? – Com risos! Construímos e criamos sem cessar para que a vida se torne tolerável.

E, se para isso há que sonhar, sonhemos [...] podemos dizer que estamos cansados de ter sonhado, mas não cansados de sonhar.¹²³

Assim como nos movimentos artísticos a ditadura estende suas garras para acabar com a maioria dos movimentos sociais existentes e “com a extrema vigilância do governo para evitar novas organizações, grande parte da população passou a buscar refúgio contra o clima de terror nos laços primários de solidariedade”¹²⁴.

O crescente número destas organizações na cena política brasileira a partir dos anos de 1970 forma, mesmo que de maneira fragmentada, uma significativa rede de articulação, a “era da participação” como passou a ser conhecido este período se constitui em uma

[...] grande frente popular (que) mobilizou-se em torno do emergente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criando as bases para uma rearticulação da Sociedade Civil, que passou a reencaminhar, por meio dos vários canais de expressão reconstruídos, projetos de mudança social para o país.¹²⁵

¹²³ Herrera Flores, filósofo sevillano, recria a partir das idéias de Henry Miller e Fernando Pessoa. (HERRERA FLORES, Joaquín. *O nome do riso: Breve tratado sobre arte e dignidade*. Florianópolis: co-edição Bernúncia; CESUSC, 2007. p. 117).

¹²⁴ BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez., 2006.

¹²⁵ GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995. p.111.

A partir de 1975 temos a presença marcante de vários movimentos como o início da luta pela anistia no Brasil, com amplo apoio de organizações internacionais, e a retomada do movimento sindical e estudantil.

Arim Soares do Bem analisa:

Na esteira deste movimento pela redemocratização do país, surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, “raça”, cultura etc. na formatação do ideário das lutas. Iniciaram-se as grandes greves de diversas categorias socioeconômicas, impulsionadas pelo movimento dos metalúrgicos no Grande ABC, em São Paulo. Em 1979 foi criado, em Santa Catarina, o Movimento dos Sem-Terra, prenunciando a criação do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu em 1980. É do mesmo período o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, fato que forçou o diálogo do Poder Público com as representações de interesses constituídas, em substituição ao tratamento social-darwinista dado a esses moradores, considerados marginais e criminosos.¹²⁶

A efervescência destes movimentos de resistência e de luta determinou uma nova perspectiva no cenário nacional e estabeleceu, a partir de sua base social e participativa, uma grande rede de articulação que levou ao final da ditadura.

As lutas e os movimentos de resistência, as greves e as paralisações travadas pela classe trabalhadora em razão do processo de opressão, controle e repressão que marcou a trajetória do operariado nacional ao longo dos anos, terá mais destaque no capítulo II, onde as questões relativas a história da classe operária, desde as suas primeiras organizações, bem como a intervenção do Estado na imposição de um modelo, e as legislações correspondentes, serão adequadamente tratadas.

¹²⁶ BEM, A. S. do. Op.cit.

CAPÍTULO II - OS TRABALHADORES EM LUTA CONTRA A OPRRESSÃO, CONTROLE E REPRESSÃO ESTATAL

No capítulo anterior tratamos do cenário histórico nacional e internacional no qual se desenrolou toda ação que desencadeou o golpe civil-militar no Brasil em 1964, o contexto histórico em que tais fatos ocorreram, o processo repressivo e a instalação do regime de exceção que durou 21 anos.

Para discorrer sobre o tema que inspirou e norteia este trabalho - que é pautado na observação da atuação do movimento sindical brasileiro frente à ditadura, direito de reparação e a Justiça de Transição no Brasil - é necessário revisitar alguns momentos históricos.

Porque falar a respeito das origens das lutas dos trabalhadores na sociedade brasileira? Resgatar esta trajetória se faz necessário para que se possa entender o processo pelo qual o trabalhador brasileiro foi submetido desde os primórdios das relações trabalhistas no país. Em um primeiro momento, a incipiente organização operária estava completamente livre de amarras, conceitos e normas, não havia nenhum legado. O período colonial brasileiro, marcado pela escravidão e pela economia baseada fundamentalmente na produção agrícola, precisava adaptar-se à nova ordem mundial, pautada pelo capital industrial. Surge assim a necessidade de promover o comércio e a indústria e, com isso, a figura de uma classe de trabalhadores livres. Ao deixar para trás o trabalho escravo, com qual se organizou originariamente a economia nacional, o país ingressou em uma nova fase, a do trabalho livre e assalariado, com a participação dos trabalhadores europeus que vinham ao país em resposta à demanda que o final do século XIX e o início do século XX apresentavam. Estes trabalhadores traziam consigo não apenas a qualificação para um trabalho do qual não se dispunha de mão de obra capacitada no Brasil como, também, possuíam um entendimento político muito bem construído sobre as relações entre capital e trabalho.

A luta dos trabalhadores desde o final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foi uma constante de avanços e retrocessos, marcado por um processo contínuo de lutas, em seu início inspirado por ideais libertários, enfrentando a opressão do Estado, em busca de reconhecimento, direitos e dignidade.

Após algumas décadas, o Estado implementa, mediante uma estrutura autoritária sindical, meios de controle e opressão aos movimentos operários, negando o conflito capital e trabalho e reconhecendo alguns direitos que haviam sido objeto de lutas históricas. Com estas ações, o Estado tinha como objetivo impor a paz social, que privilegiasse o processo produtivo e os interesses econômicos.

O Estado Novo traz consigo nuances do fascismo e isto está refletido na Constituição de 1937 que colaborou na implantação do sindicalismo de Estado, que incoerentemente destaca a livre associação profissional ou sindical, mas que, em um de seus artigos (138), aponta que “somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção”, além de vedar o direito à greve e promover a cassação de trabalhadores.

Chegamos em 1946 com Gaspar Dutra na cadeira da presidência federal e com uma nova constituição que, apesar de apresentar avanços no campo da democracia, mantém intacto o sistema corporativo sindical, instituído no governo Vargas, e promove uma política de austeridade e de perseguição contra os movimentos organizados.

Em seu terceiro mandato Vargas, eleito democraticamente, está apoiado em um programa populista, comprometido com o desenvolvimento industrial e com o apoio ao movimento sindical, que de fato avança significativamente, tanto em número de filiados e sindicatos como também na promoção de greves e paralisações. Mesmo assim a estrutura corporativa ainda é mantida sob o jugo do controle estatal.

A política desenvolvimentista do Governo JK promove a criação de grandes empresas e o crescimento econômico, assegurando aos empresários altos lucros, assim como expandiu a indústria e atraiu o capital internacional. O país cresceu e, com ele, grandes mudanças estavam em curso. A forte migração do campo para a cidade muda o perfil da classe operária que, cada vez mais forte, promove grandes atos públicos e greves, angariando com isso o pavor e antipatia da classe média e da burguesia nacional em relação às organizações sindicais. Esse crescimento continua no Governo de João Goulart, que encontra no movimento sindical forte e atuante apoio nas suas propostas de reforma. Mas as elites orgânicas brasileiras, apoiadas pela igreja católica, organizaram uma ampla campanha publicitária, fazendo pregações anticomunistas para atingir o governo e o movimento sindical. E tem efeito.

A sequência de tais fatos é a desestabilização e desestruturação do movimento sindical, que terá como resultado a efetivação do golpe de Estado e, com ele, o movimento é oprimido, controlado e reprimido.

2.1 O Estado opressor contra as nascentes organizações sindicais

As primeiras organizações sindicais no Brasil surgem após a abolição da escravidão em 1888, à época o país contava quase exclusivamente com mão de obra escrava. Assim ficava para trás essa forma de exploração sobre o trabalho com qual se organizou originariamente a economia nacional, apoiada na mão de obra negra, ingressando em uma nova fase, a do trabalho livre, com a participação de trabalhadores europeus que chegavam com ideais e ideais, o que fomentaria conflitos entre capital e trabalho. Até então eram poucos os segmentos e categorias com operários assalariados, entre eles os gráficos, responsáveis por imprimir livros e jornais, e aqueles que trabalhavam na construção de navios¹²⁷.

Nessa época, os grandes centros operários no mundo já tinham passado por processos pelos quais exigiam a superação das bárbaras condições vividas pelos proletários e estes já haviam acumulado um histórico de lutas.

O Manifesto Comunista já havia deixado explícita a contradição entre duas classes sociais, com interesses antagônicos. Em razão de ser o sistema capitalista de produção injusto, concebido a partir da exploração do homem pelo homem, em proveito do capital e dos capitalistas. Os imigrantes que aqui chegaram já detinham o conhecimento da necessidade dos trabalhadores de construir direitos, por uma vida digna para eles e seus familiares, com uma existência livre. Eles entendiam que, pela troca da sua força de trabalho, deveriam receber uma remuneração justa, permitindo condições para a realização de seus serviços, e que deveriam também ser assegurados direitos, por meio de leis justas. Seriam inevitáveis os conflitos decorrentes do enfrentamento entre capital e trabalho, na tentativa de assegurar condições humanas, contra as injustiças, a miséria e a exploração.

¹²⁷ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p.6.

Estas ações e lutas operárias que ocorreram no novo continente, ilustram o pensamento de Herrera Flores¹²⁸, que defende a construção da dignidade humana, através de meios institucionais e sociais, implementados por processos de lutas, para assim permitir e assegurar uma vida digna, proporcionando o acesso aos bens necessários a essa existência, se contrapondo à exploração.

Apesar de ter um início tardio, o processo que se desenvolveu nesse período conta com uma potência, resultado dos processos já vividos pelos imigrantes europeus, com predominância de origem italiana, portuguesa e espanhola¹²⁹.

O jurista Mário de La Cueva¹³⁰ ressalta que os trabalhadores tinham a consciência do papel importante que desempenhavam, em face da necessidade do seu labor, que seria impossível sem a sua participação.

Entre esses imigrantes, muitos eram militantes de correntes políticas e sindicais que influenciaram o movimento operário até aproximadamente o ano de 1930. No início do Século XX, as condições de vida e trabalho dos operários eram péssimas, potencializando o cenário para um movimento de traço revolucionário e um vasto campo para as ideias anarquistas propagadas pelos militantes europeus, que foram os que predominaram nestas primeiras duas décadas, apesar da existência de socialistas de tendência reformista no meio sindical. Os anarquistas intensificaram a agitação operária, com uma intensa propaganda, construindo sindicatos e ligas operárias, valorizando atividades culturais e de educação, e um grande número de jornais de tendência proletária¹³¹. Os jornais tinham uma função de arregimentar militantes, dialogar e doutrinar os operários para as causas do sindicalismo e da política defendida pelos operários.

¹²⁸HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 27.

¹²⁹ Segundo Leslie Maram: "Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis formaram a maioria da liderança do primeiro movimento operário brasileiro, e também de suas fileiras (rankand file) Dos 3.390.000 imigrantes que entraram no Brasil entre 1871 e 1920, os italianos constituíram mais de 1.373.000. Os portugueses, 901.000, e os espanhóis, 500.000". (MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 13).

¹³⁰DE LA CUEVA, Mario. *Panorama do direito do trabalho*. Porto Alegre: Sulina, 1965. p. 31.

¹³¹ Como registram Antunes e Carvalho, a época a imprensa operária alcançou um número muito significativo de jornais, aproximadamente 150, destinados aos trabalhadores, apesar de entre os brasileiros ser grande o número de analfabetos, inclusive impressos em outros idiomas; suas tiragens e periodicidade acabavam não sendo irregulares, em razão das perseguições, com prisões e atentados que sofriam, os responsáveis pelos mesmos. Entre os jornais destacaram-se: 'A Plebe, Avanti!, A Guerra Social, A Vanguarda, A Voz do Povo, A Voz do Trabalhador; Germinal; La Battaglia; O Grito do Povo; O Metalúrgico; O Trabalhador Gráfico, Terra Livre'. (ANTUNES, Paulo; CARVALHO, Pedro Carlos. *A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais*. Campinas: Alínea, 2008. p. 39-40).

Os sindicatos ainda eram frágeis e com um número pequeno de filiados, ganhando repercussão a partir das mobilizações, mas, ao longo dos anos, foi abrangendo um número maior de categorias e trabalhadores. Em 1906 os anarquistas fundam a primeira central sindical, a COB (Confederação Operária do Brasil).

Os anarquistas pregavam o sindicalismo autônomo, descentralizado e marcado por ações diretas como as greves em defesa dos interesses dos trabalhadores. Suas ideias eram expostas em jornais como *A Plebe*, publicado na cidade de São Paulo, como cita José Albertino Rodrigues¹³²:

Os anarquistas querem uma sociedade sem governos, sem leis, constituída por federações de trabalhadores que produzam segundo suas capacidades e consumam segundo suas necessidades; uma sociedade onde toda a Terra e suas riquezas sejam de todos os trabalhadores; uma sociedade sem opressão da massa trabalhadora por uma minoria de ricos egoístas; uma sociedade sem dinheiro, instrumento de agiotas; uma sociedade sem polícias, sem prisões, sem misérias, sem ditaduras; uma sociedade onde o indivíduo desenvolva livremente sua personalidade no trabalho, nas ciências, nas artes.

Destaca ainda Rodrigues, que o método para obter tal objetivo, segundo um dos maiores líderes libertários a época, que era José Oiticica, poderia ser assim resumido:

O nosso método é a ação direta, que, desde já, na conquista de pequenos melhoramentos atuais, tende a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta própria, a unir-se a viver em luta. Hoje, mais do que nunca, ação direta, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da ação direta, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder – numa palavra, a ação indireta¹³³.

Foi um período de intensas lutas trabalhistas pela busca de normas de proteção ao trabalho, como redução da jornada, férias e outros direitos então inexistentes. As greves eram o meio natural pelo qual se efetivava a ação direta empreendida pelos trabalhadores contra um regime que se colocava de maneira hostil a eles, inspirados nas ideias e lideranças anarquistas. O Estado tratava a questão como um problema a ser resolvido pela polícia. Inexistiam leis referentes a organização sindical e, assim, a característica deste período é independência dos sindicatos em relação ao Estado, prevista inclusive através do Decreto 1.637, de 1907:

Os sindicatos profissionais constituem-se livremente sem autorização prévia do governo, bastando, para obterem os favores da lei, depositarem, no cartório do registro das hipotecas do distrito respectivo, três exemplares dos estatutos, da ata de instalação e da lista nominativa dos membros da diretoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direção da

¹³² RODRIGUES, J. Op.cit. A. . p.10.

¹³³ *Ibidem*, p.11.

sociedade ou da gestão de seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residência, da profissão e da qualidade de membro efetivo ou honorário.¹³⁴

Os conflitos se estabeleciam radicalmente, contrapondo trabalhadores de um lado e empresários e o governo com seu aparato repressivo de outro, em greves que visavam principalmente conquistar aumentos salariais e diminuição da jornada laboral. Entre 1917 e 1920 ocorreram 112 greves somente em São Paulo. A mais marcante foi a de 1917, tendo início em uma fábrica de tecelagem na Mooca (São Paulo), cujo o pleito era um aumento dos salários em 20%; e em poucos dias se transformou em greve geral, proporcionalmente uma das maiores greves de nossa história. Os trabalhadores, segundo Rodrigues:

Como de costume, não foram atendidos. Surpresos com a recusa, recorreram a solidariedade. As demais fábricas há muito, estavam em ebulição; esperavam um pretexto para desabafar. Não podia perdurar aquela resignação de mártires. Por seu turno, abandonaram o trabalho, e aproximaram-se das sedes das sociedades de ofício, a que pertenciam. Durante alguns dias a greve se desenrolou pacificamente, com as autoridades alheias a tudo, a não ser enviando contingentes policiais para proteger as fábricas. A expectativa era muito grande, até que os jornalistas decidiram oferecer-se como intermediários, para resolver a situação. Após consultas com os operários, patrões e autoridades governamentais, chegou-se a um acordo com o Comitê de Defesa Proletária, constituído para dirigir o movimento grevista. Com a promessa de satisfação de todos os itens apresentados pelos grevistas, estes realizaram um comício da vitória no Largo da Concórdia, com a presença de 80.000 pessoas, segundo os testemunhos. Cessado o movimento, descansada a tropa dos dias de vigília, iniciou-se uma das mais violentas repressões por parte da polícia, que se esmerou em sevícias, torturas e arbitrariedades, além de expulsar do país os principais cabeças da greve. Nenhuma das promessas se concretizou.¹³⁵

Foram implementadas duras medidas repressivas ao movimento, que iam desde prisões em massa, violências físicas e expulsão dos estrangeiros do país. As deportações foram praticadas de maneira ampla, para conter as lutas reivindicatórias; no ano de 1907, foram 132 estrangeiros deportados; no ano de 1913, um total de 64 e em 1917, outros 37 foram expulsos do país. As perseguições minavam a organização e a capacidade de resistência. O movimento operário anarquista chega aos anos 20, do século XX, no Brasil, dando sinais de fragilidade, fruto das prisões, deportações e outras perseguições que enfraqueceram as estruturas das organizações operárias. Tendo o Congresso concedido amplos poderes para o governo atuar de maneira contundente para combater o que entendiam como o perigo

¹³⁴MORAES, F. Evaristo. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 187.

¹³⁵RODRIGUES, J. A. Op.cit. p.43-44.

que representava a classe operária, vigorou inclusive o estado de sítio entre 1922 e 1927.

O período não é marcado por leis de proteção aos trabalhadores. Mas a combatividade do movimento sindical durante os primeiros anos do Século XX, e em parte o crescimento da indústria após a I Grande Guerra, permitiram pequenos avanços, com a aceitação de reivindicações dos trabalhadores de algumas categorias¹³⁶.

Segundo Astrojildo Pereira - militante anarquista que posteriormente passou a defender as ideias comunistas -, apesar da disposição de luta, as conquistas foram limitadas, fruto de um Estado autoritário e um processo de orientação ideológica que prevalecia no seio do movimento operário, que era de inspiração anarco sindical e que levava a uma luta imediatista, buscando reivindicações de caráter economicista. Ressalta ainda:

Não há dúvida que outras muitas das reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras, nessa época, foram alcançadas, total ou parcialmente. Mas é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mais ainda - as reivindicações formuladas, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho, etc., constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível superior. É que na realidade se tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por força de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizava entre as massas.¹³⁷

Para Ricardo Antunes: “Esta orientação ideológica negligenciava o momento explicitamente político de luta pelo poder estatal, e ao fazer isso drenava todo seu potencial numa luta imediata e não direcionada para a efetiva superação do capitalismo”.¹³⁸ Segundo Antunes, esta orientação política acabou fragilizando-se, cedendo espaço para os comunistas¹³⁹.

¹³⁶ Exemplos: a instituição da Caixa de Pensões para os trabalhadores ferroviários, em 1923; e também após greves, adquiriram o direito a estabilidade no emprego por lei; os trabalhadores na indústria, comércio e bancos, que em 1925 por meio de um decreto legislativo, passaram a ter direito a 15 dias de férias remuneradas por ano; e o direito dos menores a uma jornada de trabalho de seis horas diárias, em 1926, são alguns direitos conquistados no período.

¹³⁷ PEREIRA, A. *A Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962. p.32.

¹³⁸ ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1990. p. 63-64.

¹³⁹ *Ibidem*, p.65 “A orientação anarco sindicalista sofreu já no início da década de 1920, um descenso gradativo, que culminou nos primeiros anos da década seguinte, com o seu desaparecimento enquanto orientação hegemônica no seio da classe operária. A criação do PCB., em 1922 foi, na verdade, uma opção de ex-militantes anarquistas que percebendo a inviabilidade do projeto libertário, optaram por uma nova concepção de mundo, cuja implementação carecia da constituição de uma organização político-partidária que além de organizar a massa operária, através da constituição de um bloco hegemônico alternativo que englobasse o proletariado urbano e os demais setores subalternos,

Não se pode negar e nem diminuir a importância das lutas operárias que ocorreram no início do Século XX, as quais demonstraram grande combatividade, com greves que, entre muitas, se destacam a greve da Doca de Santos em 1904, a da Companhia Paulista de 1906, a greve geral de 1907, em São Paulo, e a histórica greve geral de 1917.

Os trabalhadores que lutavam por seus direitos, eram considerados perigosos, “subversivos” e denominados de “anarquistas”, independentemente da sua real condição política e, se fossem estrangeiros, eram obrigados a deixar o país, como esclarece Gisele Mascarelli Salgado:

Uma das práticas para diminuir o poder do movimento operário paulista na Primeira República foi a prisão e deportação de diversos líderes, sob a alegação de que eram estrangeiros perigosos à segurança nacional. A lei Afonso Gordo foi utilizada nos anos de 1917 conjuntamente com o estado de sítio, retirando dessa lei as garantias ao estrangeiro. A questão não estava sobre ser ou não estrangeiro, mas sim lutar pelos direitos operários. Assim, toda e qualquer pessoa que lutasse por direitos operários era tachada pelos conservadores e liberais de “anarquista”. Anarquistas passavam a ser, principalmente aos olhos do governo, da polícia e dos deputados, todo aquele que defendesse direitos operários. Essa particular definição não ressalta as matizes que havia entre as vertentes do movimento operário, como os socialistas, sindicalistas, etc.; e assim serão todos tidos como subversivos, criminosos e agitadores do movimento operário, todos sinônimos de anarquista. Na tentativa de conter as greves que ferviam em todo país, em especial em São Paulo, a partir de outubro de 1917 o governo passou a realizar uma política de expulsão. Essa expulsão já estava prevista em lei, que tratava da expulsão de estrangeiros, imputando ao elemento de fora todo o problema das revoltas e da questão social. Porém, a partir de 1917 a lei de expulsão de estrangeiros não passa a ser utilizada como exceção, mas sim como política pública para conter as greves e impedir a reivindicação de direitos.¹⁴⁰

É evidente que o Estado, comandado na ocasião por Wenceslau Braz Pereira Gomes, 9º presidente brasileiro, tinha a clara intenção de impedir os avanços da emergente classe operária nacional. A política internacional sofria grandes impactos com a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa, trazendo à baila novas perspectivas. Apesar das punições contra a classe trabalhadora, o movimento grevista de 1917 deixou grandes conquistas sociais como o fim do trabalho infantil, a garantia de jornada de oito horas e a semana inglesa, entre outras. Esta greve foi marcada pela morte de um jovem anarquista, demonstrando como atuavam as forças

especialmente aqueles do campo, visava à luta pelo controle do Estado, dando uma dimensão nitidamente política à luta operária, rompendo com o viés economicista dado pela ação direta”.

¹⁴⁰SALGADO, Gisele Mascarelli. O Supremo Tribunal diante dos casos de prisão decorrente do movimento operário paulista (1917-1920). *Revista Direito e Práxis*, v. 4, n. 7, 2013, p. 48-67.

repressivas do Estado. Em seu funeral, compareceram mais de 10 mil pessoas, evidenciando a força do movimento operário.

Destaca Jover Telles ¹⁴¹que:

O processo das lutas desencadeadas pela classe operária, principalmente as que se realizaram de 1917 a 1920, e também a atividade educadora dos elementos mais esclarecidos, de vanguarda, do movimento operário, enriqueceram a experiência do proletariado e muito, contribuíram para elevar a sua consciência de classe.

Assim os setores dominantes, como esclarece Telles:

Diante do ímpeto dessas lutas, como aconteceu em São Paulo, em 1917, quando o proletariado e o povo ficaram donos da situação, na capital, pelo espaço de 30 dias, a reação manobrava, recuava e cedia às reivindicações pleiteadas, para em seguida, quando o movimento operário amainava, passar à ofensiva, através do aparato de repressão do Estado, e infligir sérias derrotas ao proletariado, anulando suas conquistas, martelando suas organizações sindicais, prendendo, espancando e deportando seus líderes¹⁴².

As classes dominantes, por meio dos aparelhos repressivos do Estado, faziam uso da força e de outras muitas ações para conter os ímpetos dos trabalhadores e suas organizações, impedindo a distribuição das riquezas e impondo condições de trabalho degradantes¹⁴³. Segundo Leslie Maram:

O sistema judiciário funcionava em sintonia com as exigências das classes dirigentes. Estava sempre disposto a condenar militantes por crimes relativamente pequenos [...]

Para as elites, a deportação tinha óbvias vantagens sobre os julgamentos nos tribunais. Era mais rápida, mais eficiente e menos sujeita a recurso. É que para a deportação o governo não necessitava de provas – vagas acusações eram suficientes¹⁴⁴.

O Estado, além de não garantir direitos, posto que foram mínimas as leis implementadas neste período, atuava como um controlador, utilizando de mecanismos para impedir e oprimir a classe trabalhadora. Os operários lutavam para construir uma sociedade menos desigual, em que a exploração da força de trabalho não fosse regra, e que os trabalhadores fossem livres, vivendo uma vida digna.

¹⁴¹ TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 11.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ Leslie Maram: “A repressão que o governo e capital impunham ao trabalho reforçava a relutância do trabalhador imigrante e brasileiro em se envolverem. As greves eram vistas pelas elites sociais e econômicas como rebelião, e como tal eram tratadas [...] Nas centenas de greves analisadas durante o período em questão, a polícia teve participação indissimulada contra o operariado, exceto em alguns poucos casos”. *Ibidem*, p. 34.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 39.

Estas lutas encontram respaldo a partir dos aportes teóricos de Joaquín Herrera Flores¹⁴⁵, que sustenta que os direitos humanos são resultado de processos de luta por garantir a dignidade humana e se constituem na afirmação dos seres humanos, para ver estabelecidos seus desejos e as condições essenciais para uma vida digna de ser vivida. Herrera Flores ressalta que somente por meio de práticas sociais, estabelecendo processos e espaços de luta, será possível construir, garantir e implementar estes direitos, permitindo o seu reconhecimento. A dignidade não decorre e nem se efetiva de forma abstrata, pois não se tratam de direitos em abstrato; assim temos que nos colocar de maneira a não esperar os acontecimentos passivamente, bem ao contrário, há que se conduzir no sentido de mudar a realidade, construindo as condições para o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais, desequilibrando a balança de um mundo injusto e desigual.

As lutas empreendidas pela emergente classe operária, inspirada nas ideias anarquistas, expressavam exatamente a busca e a superação das desigualdades, das injustiças e da exploração, e se defrontavam com processos de opressão em uma incipiente República, que somente veio conceber dispositivos legais referentes à matéria laboral com a Reforma Constitucional de 1926, como ressalta Evaristo de Moraes Filho:

[...]pela primeira vez passava a constar na Constituição, como assunto expresso a referência à legislação do trabalho, que se tornava, então, matéria constitucional. Com a aprovação da emenda 22, ficou assim redigido o art. 34, n.º. 29 da Constituição de 1891: Compete privativamente ao Congresso Nacional: legislar sobre o trabalho.¹⁴⁶

Desde o final do século XIX e durante o século XX no Brasil, foram constantes os avanços e retrocessos, num período marcado, em seu início, pela falta de garantias aos trabalhadores, inspirados por ideais libertários e enfrentando o cerceamento e opressão do Estado.

Após algumas décadas o Estado implementa, mediante uma estrutura autoritária sindical, meios de controle e opressão aos movimentos operários, negando o conflito capital e trabalho, mas reconhecendo alguns direitos, objetos de lutas históricas, com o intuito de impor uma paz social, que privilegiou o processo produtivo e os interesses econômicos, como será apreciado nos tópicos seguintes.

¹⁴⁵HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re)invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2009. p. 25-28.

¹⁴⁶MORAES, F. Evaristo. *Temas Atuais de Trabalho e Previdência*. São Paulo: Ltr, 1976. p. 111-112.

2.2 A fase intervencionista controladora e as bases do sistema corporativo

A partir dos anos 20 do Século XX, há uma perda de hegemonia das ideias anarquistas, mas isso não impede a realização de inúmeras greves que ocorrem entre os anos 20 e 30, não somente por melhores condições de trabalho, mas em razão das lutas político-partidárias, permitindo que a classe trabalhadora se constituísse num importante ator do processo político¹⁴⁷.

O governo por sua vez atuou de maneira ostensiva para combater os trabalhadores e suas organizações, frente à politização dos operários e na defesa dos interesses dos setores dominantes, conforme Telles¹⁴⁸:

[...] o Estado – em virtude de sua atuação parcial, por ocasião das lutas da classe operária, sempre em defesa dos interesses das classes dominantes – apareceu, claramente, diante do proletariado, tal qual é: uma instituição de classe. O proletariado começou a compreender que não lhes bastava lutar somente por reivindicações econômicas. O problema do poder político surgia como força diante da classe operária. Os anarquistas não podiam dar solução a essa questão, de vez que queriam uma sociedade sem Estado, sem governo e sem leis, constituída por federações de trabalhadores. Os anarquistas não aspiravam a levar o proletariado ao poder, mas a liquidar todo e qualquer estado. Pregavam uma sociedade sem Estado e sem governo.

No ano de 1929 ocorreu uma crise econômica¹⁴⁹ que afetou o mundo e também a economia brasileira, conhecida como a grande depressão ou como a ‘quebra da bolsa de Nova York’. Esse fato produz desemprego e dificuldades financeiras ao Brasil e contribui para a deterioração do governo do presidente Washington Luiz. Assim, a ‘Revolução de 1930’ ocorre dentro deste contexto econômico, somado ao descontentamento da alternância no poder, das oligarquias que se revezavam entre os representantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo. O desfecho é o de uma

¹⁴⁷ RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012. p. 47.

¹⁴⁸ TELLES, J. Op.cit. p. 11-12.

¹⁴⁹ “Crise de 1929 - A depressão que afetou a economia mundial entre 1929 e 1934 foi a mais longa e profunda recessão econômica já experimentada até hoje. Ela se anunciou, ainda em 1928, por uma queda generalizada nos preços agrícolas internacionais. Mas o fator mais marcante foi a crise financeira detonada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque. Desde 1927, a economia norte-americana vinha experimentando um boom artificial, alimentado por grandes movimentos especulativos nas bolsas e pela supervalorização de ações sem a cobertura adequada. Em 24 de outubro de 1929 - a chamada "quinta-feira negra" -, um movimento generalizado de vendas levou à brusca queda nos preços das ações e ao pânico generalizado. Até o final do mês, seguiram-se novas vendas maciças e novas derrubadas de preços, acompanhadas por uma crise bancária e uma onda de falências”. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Anos 20 - Café e Indústria - Crise de 1929. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Crise29>>. Acesso em 11 set. 2015).

revolta armada, realizada pelos chefes militares, que conduzem à presidência Getúlio Vargas, por meio de um Golpe de Estado.

Ricardo Antunes esclarece que, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, um ciclo se fechava, o ‘agrário-exportador’, para que outro tivesse início, o que viria estabelecer as bases da acumulação capitalista industrial no país:

Porém essa transição não se deu de forma superadora, radical e abrupta. Pelo contrário, deu-se, como já dissemos lembrando Lenin, de forma conciliadora, quando os interesses agrários, expressando o velho, mesclaram-se com os interesses urbanos e industriais emergentes, num rearranjo do bloco de poder onde nenhuma fração dominante na fase anterior foi absolutamente excluída. Essa forma reacionária de transição, se de um lado não tocou na estrutura latifundiária e ainda permitiu o crescimento da emergente burguesia industrial, não comportou qualquer forma efetiva de participação das classes populares. Ao contrário, o “reformismo pelo alto” marcou uma exclusão absoluta das classes populares da direção econômica, social e política do país [...] Na verdade, o traço fundamental naquele momento foi a exclusão das classes populares de qualquer participação efetiva e a repressão política e ideológica desencadeada pelo Estado, através da política sindical controladora e da legislação trabalhista manipulatória.¹⁵⁰

Getúlio Vargas introduziu uma ampla legislação reguladora das relações de trabalho e da forma de organização das entidades sindicais, inibindo e impedindo os segmentos dos trabalhadores que se identificavam com as ideias revolucionárias (anarquistas, trotskistas, socialistas e comunistas). O Estado buscou construir e adotar uma política que privilegiasse a integração das classes, em detrimento das pautadas por ideologias, que se externavam por meio de conflitos. Conforme exposto por Ramos Filho:

O Estado avocou a própria organização sindical ditando os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados os sindicatos, estabelecendo suas estruturas, traçando os limites de suas ações e seus objetivos, controlando o conflito social, em uma perspectiva pacificadora. Com tais medidas, o Estado brasileiro, ao ‘legalizar’ os sindicatos enquadrando-os conforme os ditames do Direito Capitalista do Trabalho que inaugurava, por um lado, impôs sua existência, fazendo frente aos industriais e às demais camadas conservadoras da sociedade. Todavia, por outro lado, tendo em conta sua ambivalência, simultaneamente impediu as pretensões dos militantes socialistas em transformar os sindicatos em instrumentos de luta anticapitalista, uma das características da proposta de revolução que foi derrotada com o golpe de 1930¹⁵¹.

A legislação sindical tinha como finalidade controlar as entidades, implantando assim os pilares do sindicalismo atrelado e corporativo, o qual definia os sindicatos como órgãos de colaboração e cooperação com o Estado. Os trabalhadores e suas entidades sindicais deviam perder a sua potência, serem desempoderados, negando

¹⁵⁰ANTUNES, R. Op.cit. p.72-73.

¹⁵¹RAMOS FILHO, W. Op.cit. p. 141.

assim a possibilidade de construírem ‘processos de luta pela dignidade humana’. Herrera Flores, em sua obra, reforça a importância dos processos de lutas e de que não se pode impedir ou privar o direito de liberdade, na busca de reivindicar a dignidade e assim os direitos humanos, aduz:

[...] a partir da perspectiva das classes oprimidas, dos excluídos e das lutas por construir espaços onde essa visão da dignidade encontre marcos de transparência e de responsabilidade social que tenham efetividade e aplicabilidade real [...] a maior violação que existe contra os direitos humanos consiste em impedir que uma cultura, um grupo ou determinados indivíduos dentro de seus grupos e/ou culturas possam reivindicar sua ideia de dignidade, seja por meio de uma norma ou pela não criação das condições para seu respeito e colocação em prática.¹⁵²

Em contrapartida o Estado, ao implantar a legislação reguladora do trabalho, como diz Antunes:

[...] conseguiu criar as bases sociais para a sua própria sustentação junto aos subalternos, uma vez que, junto com o atendimento às pressões populares, descarregava um vasto conteúdo manipulatório expresso na ideologia do varguismo. Porém, esse duplo aspecto, por vezes contraditório, do relacionamento do Estado com a classe operária comportava uma unidade cuja essência era o caráter desmobilizador da presença varguista no seio do movimento operário e sindical, condição também necessária para uma acumulação industrial centrada na exploração da força do trabalho.¹⁵³

Idêntica conclusão é externada por Werneck Viana: “A paz social era procurada através de concessões e benefícios concretos, a que não era insensível a massa dos assalariados. A possibilidade do controle operário incluirá necessariamente uma legislação minimamente protetora do trabalho”.¹⁵⁴

O processo de controle dos operários e dos sindicatos teve início quando Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Decreto 19.433. Em 19/03/31, tendo já como Ministro do Trabalho Lindolfo Collor, é editado o Decreto 19.770, que estabeleceu as bases da estrutura sindical brasileira, com traços corporativos, como é possível constatar pela exposição de motivos: “Os sindicatos de classe serão os pára-choques dessas tendências antagônicas; os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado”.¹⁵⁵

¹⁵²HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2009. p. 141.

¹⁵³*Ibidem*, p. 74.

¹⁵⁴VIANA, Luiz W. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.150.

¹⁵⁵Exposição de Motivos do Decreto 19770, de 19 de março de 1931, em Louzada, A.J., *Legislação Social e Trabalhista*, D.N.T., 1933, pp. 402/3. (ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1990. p.76-77).

O Decreto 19.770, como comentado por Antunes¹⁵⁶, impunha limites à livre organização dos trabalhadores, atrelando a atividade sindical e delimitando as condições para seu funcionamento e reconhecimento.

¹⁵⁶ Exposição de Motivos do Decreto 19770, de 19 de março de 1931, em Louzada, A.J., Legislação Social e Trabalhista, D.N.T., 1933, pp. 402/3. No seu artigo primeiro este decreto estabelecia o direito de organização sindical para as classes patronais e operárias, “que, no território nacional, exerçam profissões idênticas, similares ou conexas”, objetivando a defesa de “seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural”. Como condições mínimas estabelecia: reunião de um mínimo de 30 membros, maiores de 18 anos, maioria de 2/3, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; cargos de administração ou representação “confiado à maioria de brasileiros natos com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitido estrangeiro em número nunca superior a 1/3, e com residência efetiva no Brasil, de pelo menos 20 anos”; estabelece ainda a proibição de “toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”.

O art. 2 vincula o reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho.

O art. 3 estabelece que os sindicatos, num número mínimo de três, poderão formar uma federação regional, e um mínimo de cinco federações poderá formar uma Confederação Brasileira do Trabalho (para operários) e uma Confederação Nacional da Indústria e Comércio, de caráter patronal. O parágrafo 2º deste artigo estipula que a constituição e funcionamento das federações e confederações só serão consideradas válidas após a aprovação dos respectivos estatutos pelo Ministério do Trabalho.

O art. 4º estabelece que os sindicatos, as federações e confederações deverão mandar anualmente um relatório para o Ministério do Trabalho, narrando, entre outros itens, a situação financeira da organização.

O art. 5º garantia o exercício de atividades assistencialistas dos sindicatos, além de que “serão considerados, pela colaboração de seus representantes ou pelos representantes das suas federações ou respectiva confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionem com os seus interesses de classe”.

O art. seguinte estabelece que, “ainda como órgão de colaboração com o poder público, deverão cooperar os sindicatos, as federações e confederações, por conselhos mistos e permanentes de conciliação e de julgamento, na aplicação das leis que regulam os meios de dirimir conflitos suscitados entre patrões, operários ou empregados”.

O art. 7º estabelece o direito dos sindicatos, como pessoas jurídicas, de firmarem convenções ou contratos de trabalho dos seus associados com outros sindicatos profissionais, com empresas e patrões, nos termos da legislação a respeito decretada.

O art. 8º dá ao sindicato o direito de reivindicar melhoria e uniformização salarial, regulamentação da jornada de trabalho em geral e do trabalho das mulheres e menores, fiscalização das condições de higiene, etc.

O art. que trata da unicidade sindical (art. 9º) estabelece que, quando existir mais de um sindicato ou associação, será reconhecido aquele que reunir 2/3 da mesma classe, e, se isto não acontecer, o que reunir maior número de associados.

O art. 10º faculta aos “sindicatos de patrões, de empregados e de operários celebrar entre si acordos e convenções para defesa e garantia de interesses recíprocos” que serão ratificados pelo Ministério do Trabalho.

O art. 11 estabelece a inexistência de distinção “entre empregados e operários” e entre “operários manuais e operários intelectuais”. Não são considerados empregados os funcionários públicos (terão um estatuto específico) nem os que prestam serviços domésticos (regulamentação à parte).

O art. 12 proíbe o sindicalizado de filiar-se a “sindicatos internacionais”. As organizações de classe somente poderão filiar-se a organizações internacionais mediante a aprovação do Ministério do Trabalho.

A proibição à classe patronal de despedir, suspender e rebaixar de categoria, salário ou ordenado ao trabalhador sindicalizado é estabelecida pelo Art. 13, sendo estipuladas penalidades (indenizações) no caso de ocorrerem tais infrações. A transferência de local de trabalho, que prejudique a atividade sindical do trabalhador, é proibida pelo Art. 14.

No art. 15 fica patente a intervenção governamental nos sindicatos: “Terá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto ao sindicato às federações e confederações, delegados com a faculdade de assistirem às Assembleias Gerais e a obrigação de, trimestralmente, examinarem a situação financeira dessas organizações, comunicando ao Ministério, para os devidos fins, quaisquer

Em seu artigo 1º, estabelecia que teriam o direito de organização sindical tanto as classes patronais como os setores operários, “que, no território nacional, exerçam profissões idênticas, similares ou conexas”, objetivando a defesa de “seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural”. Para sua criação foram exigidas condições mínimas: reunião de um mínimo de 30 membros, maiores de 18 anos; maioria de 2/3, no mínimo, de brasileiros natos ou naturalizados; cargos de administração ou representação confiados à maioria de brasileiros natos com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a 1/3 e com residência efetiva no Brasil de pelo menos 20 anos.

As restrições impostas tinham a clara finalidade de impedir a luta política dos trabalhadores, desempoderando o movimento operário e esvaziando as suas bandeiras de conteúdo reivindicativo ideológico, afastando-o das influências políticas dos imigrantes revolucionários que grassaram nas décadas anteriores. O Decreto trazia expressa a proibição de “toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”.

Proibia ainda, “o sindicalizado de filiar-se a sindicatos internacionais”, tentando romper com a lógica da internacionalização da classe operária e suas lutas unificadas. Este direito somente seria permitido às entidades de classe, mediante autorização do Ministério do Trabalho.

O Decreto 19.770 subordinava os sindicatos ao Estado, vinculando seu reconhecimento à aprovação dos estatutos pelo Ministério do Trabalho, assim como a possibilidade de participação nas assembleias sindicais de delegados ministeriais; fiscalização das contas do órgão sindical; destituição da diretoria ou até mesmo fechamento da entidade, como previsto no artigo 15. O reconhecimento dos “acordos e convenções” coletivos firmados pelas entidades, “para defesa e garantia dos

irregularidades, ou infrações do presente decreto”.

As penalidades para o não cumprimento dos itens estabelecidos neste decreto aparecem no Art. 16. Variam desde multas até o fechamento do sindicato, federação ou confederação pelo prazo de seis meses, além de destituição da diretoria ou sua dissolução definitiva”. Neste último caso, nomeará o ministro um delegado que dirigirá a associação até a eleição, no prazo máximo de 60 dias, de nova direção.

As multas não pagas serão cobradas pela Justiça Federal (art. 17). O art. 19 determina que “quando a caixa de uma organização sindical registrar quantia superior a 2:000\$, em dinheiro ou em apólices, será, de dois em dois meses, recolhido o excedente desta quantia ao Banco do Brasil ou às suas agências”. No caso de dissolução de uma associação, nas condições previstas neste decreto, o seu patrimônio será, a critério do ministro, destinado a institutos de assistência social (Art. 20)

(ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1990. p.76-77).

interesses recíprocos”, deveriam ser “ratificados pelo Ministério do Trabalho”. O poder público detinha amplos poderes para interferir nas organizações operárias, inclusive nas tratativas coletivas, limitando uma autonomia da vontade contratual.

Setores do movimento sindical politizados, à época, tentaram resistir às iniciativas adotadas pelo Estado de limitar a independência de organização e funcionamento, não solicitando o reconhecimento das mesmas junto ao Ministério do Trabalho e atuando paralelamente ao Estado. Nas áreas de maior industrialização, com uma intensa trajetória de luta, a resistência foi maior, já nos centros de menor industrialização ocorreu o contrário, com maior adesão. Ilustram bem o contexto da época, os transcritos em periódicos sindicais, como o dos trabalhadores da Light:

Combater o integralismo e deixar o ministro do Trabalho prosseguir a fascistização das associações operárias é realizar obra incompleta. A campanha antifascista deve incluir em seu programa o combate sistemático à Lei 19.770, que ampara e fomenta arapucas patronais e governamentais, mediante as quais a escravidão moral e econômica dos produtores se acentuará ainda mais do que é presentemente¹⁵⁷.

Já em outros segmentos, mais frágeis, como o dos trabalhadores bancários, o pedido de registro junto ao Ministério do Trabalho ocorreu em razão das entidades patronais não querer reconhecer as associações então existentes, assim, o Decreto governamental, em um primeiro momento, foi visto como um instrumento benéfico, para logo em seguida ser questionado, conforme expõe Letícia Canêdo.¹⁵⁸

Antunes, ao analisar o comportamento das entidades sindicais no período, ressalta: “A do ‘sindicalismo de Estado’ deu-se inicialmente nas categorias mais atrasadas, sem experiência de luta e sem combatividade para posteriormente atingir aquelas mais avançadas”.¹⁵⁹ Os patrões por sua vez, aderiram prontamente, solicitando o registro de suas entidades ao Ministério do Trabalho, como reportamos boletins do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 11, de julho de 1935, e nº 31, de março de 1937.

As legislações que se seguiram, como o decreto 21.761, de 23/08/1932, que instituiu a convenção coletiva de trabalho; o decreto 22.132, de 25/11/1932, que criou

¹⁵⁷ *O Trabalhador da Light*, Órgão da União dos Trabalhadores da Light, jan. 34, *apud*. ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1990. p. 77.

¹⁵⁸ “Para os bancários, menos experientes, o reconhecimento de suas atividades pelo Estado pôde representar uma proteção contra as ameaças do Patronato. Neste sentido, o enquadramento sindical foi, inicialmente, visto por eles como proteção do Estado contra um empresariado pouco disposto a reconhecer a legitimidade de suas atividades”. (CANÊDO, Letícia Bicalho. *Bancários, movimento sindical e participação política*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986. p. 15).

¹⁵⁹ ANTUNES, R. Op.cit. p. 84.

as Juntas de Conciliação e Julgamento, julgando somente os processos dos trabalhadores sindicalizados, em sindicatos reconhecidos pelo Estado; o decreto 23.768, de 18/01/1934, que regulamentou o direito às férias; impunham a lógica do Estado controlador, que via reconhecido como detentor de direitos somente os sindicalizados dos sindicatos registrados no Ministério do Trabalho e buscando esvaziar as lutas operárias e a potencialidade das suas conquistas.

Porém, contraditoriamente, a literatura jurídica registra que os direitos sociais não seriam frutos decorrentes da luta da classe operária, mas mera concessão do Estado, e levando a um discurso mitificado; deixando de reconhecer que a legislação trabalhista brasileira é resultante de um processo de lutas, em razão da correlação de forças que foi estabelecida entre as classe sociais nas décadas anteriores; como ressaltava Ramos Filho, construindo um discurso dominante de que tanto o Direito Sindical, como o do Trabalho, são decorrentes da “interferência direta do poder público nas relações trabalhistas” sem questionar “quais condicionantes políticas, sociais e ideológicas teriam conduzido o poder público nas relações trabalhistas”¹⁶⁰.

Fruto deste discurso reiterado, se desconsideraram em que contextos ocorreram os processos das lutas operárias, ofuscando e excluindo o papel dos trabalhadores como protagonistas da sua história e assim os direitos e a legislação trabalhista, como complementa Ramos Filho: “como artificialismo imposto às classes sociais, a partir do Estado, pela vontade do líder, como outorga, ou como doação”¹⁶¹.

Tarso Genro, ao discorrer sobre as lutas operárias que se desenvolveram no país, aduz que: “Nossa história mostra, que não só as classes dominantes brasileiras sempre foram extremamente reacionárias como sempre usaram, duramente, o aparelho policial-militar, para constranger as lutas desencadeadas pelo proletariado”¹⁶². Destaca ainda o protagonismo das lutas operárias no país como elemento central no estabelecimento de direitos, negando que a mesma fosse uma ‘benesse’ do Estado burguês. Esclarece que:

Criou-se o mito, em nossa literatura jurídica, que as leis sociais no Brasil são puro resultado de um paternalismo estatal que, independentemente das mobilizações reivindicatórias por parte dos trabalhadores, concedia direitos sociais conquistados duramente em outras nações. A chamada legislação “outorgada”, expressa de forma organizada na CLT, é fruto de processo combinado das lutas operárias internas com as pressões internacionais, dos

¹⁶⁰RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012. p. 142.

¹⁶¹*Idem*.

¹⁶²GENRO, Tarso Fernando. *Direito Individual do Trabalho: uma abordagem crítica*. 2. ed. São Paulo: Ltr, 1994. p. 32.

países capitalistas avançados, que por seu turno, dobraram-se às lutas dos seus trabalhadores. Toda a legislação social, em regra, surgiu de duros combates de classe, de violências contra a classe operária, momentos em que o Estado sempre revelou sua essência de instrumento de dominação burguesa¹⁶³.

As tentativas de controlar e ter os sindicatos como órgãos de colaboração do Estado, alicerçados na legislação sindical interposta por Vargas, não foram suficientes para impedir os processos de luta empreendidos pelo movimento operário, assim, o governo reagiu com a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 04/04/1935, com a qual podia perseguir e reprimir os movimentos políticos (inclusive as lutas sindicais). Esta nova lei tinha como conceito a ideia de crimes contra a ordem política e social, permitindo que as ações fossem interpretadas como crimes contra a segurança do Estado, e os eventuais transgressores julgados com base em uma lei mais rigorosa, com menos garantias legais e processuais.

A aprovação ocorreu em um contexto de crescente radicalização política, após a fundação da Aliança Nacional Libertadora, por setores da esquerda. No ano de 1936, o governo aprofunda as restrições, com a Criação do Tribunal de Segurança Nacional, com o qual as medidas se tornaram mais rigorosas, pois tratava-se de um Tribunal de exceção, cuja composição era de civis e militares e subordinado à Justiça Militar.

A criação do TSN está ligada à repressão aos envolvidos no fracassado levante comunista de novembro de 1935, quando militantes da Aliança Nacional Libertadora se insurgiram contra o governo de Getúlio Vargas nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. A função do tribunal era processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares, políticas e sociais. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, 1.420 pessoas foram por ele sentenciadas. Com a implantação da ditadura do Estado Novo, em

¹⁶³Destaca ainda o autor: “Hermínio Linhares demonstra que já antes da proclamação da República (1858) os tipógrafos do Rio de Janeiro realizaram a primeira greve na cidade duramente reprimida, buscando melhores salários. Uma série de jornais operários publicados até 1900 atestam que aquele século não passou em branco em matéria de lutas sociais: “A Revolução Pacífica” (1862); “O Operário” (1869); “A Revolução Social” (1876); “O Socialista” (1878); “A Marselhesa” (1881); “O Operário” (1893); “O Socialista” (1896); e “O Protesto” (1899), entre outros, publicados no Rio, São Paulo, Fortaleza, etc. Em 1901, foi criada em São Paulo a “Liga Democrática” e o “Centro Socialista Enrico Ferri”, que lutavam por modificações no Código Civil e no Código Penal em favor dos trabalhadores, bem como sustentavam a necessidade do reconhecimento, pelos poderes públicos, do Direito de Greve, da edição de leis de proteção ao trabalho da mulher e do menor, de normas fixando a jornada máxima de trabalho e de um salário mínimo, bem como lutavam pela criação de caixas de pensão e pecúlio. Orlando Gomes e Elson Gottschalk aponta três grandes fases na história do Direito do Trabalho brasileiro: 1) da proclamação da independência até a abolição; 2) da abolição até a Revolução de 30; 3) da Revolução de 30 até os nossos dias. Permitindo-nos agregar mais uma, bipartindo a última fase, ou seja, separando uma outra fase a partir do Golpe Militar de 64, que trouxe profundas alterações na legislação trabalhista nacional e uma violenta regressão jurídica e política das nossas instituições”. (GENRO, Tarso Fernando. *Direito Individual do Trabalho: uma abordagem crítica*. 2. ed. São Paulo: Ltr, 1994. p. 31-32).

novembro de 1937, o TSN deixou de se subordinar ao Superior Tribunal Militar e passou a desfrutar de uma jurisdição especial autônoma. Ao mesmo tempo, tornou-se um órgão permanente. Nesse período passou a julgar não só comunistas e militantes de esquerda, mas também integralistas e políticos liberais que se opunham ao governo. O TSN foi extinto após a queda do Estado Novo, em outubro de 1945¹⁶⁴.

Com o episódio da intentona comunista, que teve início em 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal (RN), e alcançando depois as cidades do Recife e Rio de Janeiro, o governo Vargas decretou estado de guerra, lançando mão do Decreto Legislativo n.º 6, de 18/12/1935¹⁶⁵, para combater as ações que ocorreram nessas cidades; no mês que se seguiu, determinou a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com o intuito de investigar as atividades e militâncias de orientações comunistas no país.

Mas Vargas foi além, atingindo as organizações sindicais reconhecidas pelo Estado, que assim sofriam os efeitos antecipados do Estado Novo. Em dezembro de 1935, trabalhadores foram reprimidos, presos, torturados e até mesmo mortos; direções sindicais foram destituídas de seus cargos, substituídas por juntas governativas indicadas pelo Ministério do Trabalho, entre outras medidas. Letícia Canêdo cita, entre as tantas entidades alcançadas pela repressão:

A Federação dos Bancários foi reprimida e desapareceu. A SUB foi fechada. Houve intervenção no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e no de Santos. O sindicato de São Paulo conseguiu evitar a intervenção, elegendo, ele mesmo, uma junta governativa, interessada em garantir as conquistas dos bancários. A repressão, acompanhada da Lei de Segurança Nacional, liquidou com qualquer possibilidade de sindicalismo autônomo, mesmo reformista. As medidas tomadas nesta ocasião, tais como o fechamento de partidos e sindicatos, a decapitação das lideranças da esquerda brasileira, além de poderes extraordinários obtidos pelo governo ao Congresso, prepararam o caminho para o golpe do Estado Novo. O enfraquecimento Legislativo, em benefício do Executivo, favoreceu as correntes políticas interessadas num “governo forte”¹⁶⁶.

¹⁶⁴FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Anos de Incerteza (1930 - 1937) - Tribunal de Segurança Nacional. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>>. Acesso em: 11 set. 2015.

¹⁶⁵A emenda nº 1, publicada por força do decreto legislativo nº 6, de 18 de dezembro de 1935, segundo a qual “a Câmara dos Deputados, com a colaboração do Senado Federal, poderá autorizar o Presidente da República a declarar a comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, equiparada ao estado de guerra, em qualquer parte do território nacional, observando-se o disposto no art. 175, nº 1, §§ 7º, 12 e 13, e devendo o decreto de declaração da equiparação indicar as garantias constitucionais que não ficarão suspensas”. (MONTEIRO, Marco Antonio Corrêa. *Evolução do tratamento da liberdade de imprensa nas Constituições brasileiras preteritas (1824 a 1967/69)*. Jusnavigandi, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23157/evolucao-do-tratamento-da-liberdade-de-imprensa-nas-constituicoes-brasileiras-preteritas-1824-a-1967-69>>. Acesso em: 13 out. 2015).

¹⁶⁶CANÊDO, Letícia Bicalho. *Bancários, movimento sindical e participação política*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986. p. 28-29.

Infelizmente a classe trabalhadora sofria antecipadamente, em dezembro de 1935, os efeitos autoritários que seriam implementados no Estado Novo, por meio de uma ditadura.

2.2.1 O advento da Constituição Federal de 1937 e a ditadura do Estado Novo

A Constituição de 1937 (quarta Constituição da história do país), outorgada na mesma data em que era implantada a ditadura do Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas, tinha um conteúdo autoritário, pois estava em consonância com os conceitos fascizantes de organização política, que grassavam em alguns países da Europa, reconhecendo e concentrando poderes ao chefe do Executivo. Essa nova carta colaborou para implantar o sindicalismo de Estado, o qual sofreu influência em especial da legislação da Itália fascista.¹⁶⁷ Apesar de mencionar que era livre a associação profissional ou sindical, curiosamente dispunha em seu artigo 138:

[...] somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para a qual foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas do poder público.

A Constituição Federal de 1937¹⁶⁸ vedou o direito à greve por parte dos trabalhadores, proibindo-a, considerando-a um recurso antissocial nocivo ao capital e

¹⁶⁷“Em 1937, o Estado restabeleceu as diretrizes de 1931, liquidou o modelo do pluralismo de 1934 e aumentou o dirigismo na ordem sindical. Acentuaram-se as influências que o Brasil sofreu do regime político imperante na Itália e outros países que tinham uma ditadura de direita. Foi, realmente, muito grande a transposição da figura do corporativismo peninsular para o nosso país”. (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito sindical*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 67).

¹⁶⁸A Constituição de 1937 restringiu as liberdades públicas, rompeu com o princípio federativo e concedeu amplos poderes ao Presidente da República. A Constituição em seu preâmbulo apregoava: “Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classe, e da extremação ou conflitos ideológicos, fundados, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob funesta iminência da guerra civil; atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente [...]”. Assim restava evidente a intenção de alcançar e restringir os processos políticos em curso.

ao trabalho, incompatíveis aos interesses econômicos do país¹⁶⁹. Mas não ficou limitado à proibição do direito de cruzar os braços, como registra Nascimento¹⁷⁰:

[...] as leis de segurança nacional também se ocuparam do tema desde 1935, estendendo-se além de 1938 (Dec.Lei n. 431/38), com a criminalização de diversas figuras atinentes à greve nos serviços públicos, como a incitação à cessação coletiva do trabalho no setor público.

A pluralidade sindical foi afastada, impedindo assim a livre organização por parte dos trabalhadores, a regra estabelecida foi de criação de um único sindicato na mesma base territorial, retirando a liberdade de criação de sindicatos (Decreto-Lei 1402, de 05/07/1939). Como esclarece Nascimento:

O modelo sindical desenhado pôs os sindicatos, federações e confederações como degraus de uma escada que desembocaria na corporação, para que pudesse exercer um poder regulamentar sobre toda a categoria, ditando normas de trabalho aplicáveis a todos os seus integrantes, associados ou não dos sindicatos, tal como se fazia na Itália.

Com essas medidas, procurou o Estado ter em suas mãos o controle da economia nacional, para melhor desenvolver os seus programas. Para esse fim julgou imprescindível evitar a luta de classes; daí a integração das forças produtivas: os trabalhadores, empresários e profissionais liberais, numa unidade monolítica e não em grupos fracionados, como possibilidades estruturais conflitivas.¹⁷¹

Em 2 de maio de 1939, o governo regulamentou a Justiça do Trabalho (através do Decreto-Lei 1.237), dotando-lhe de competência para arbitrar os conflitos entre capital e trabalho, e ainda estabeleceu que caberia ao Ministério do Trabalho delimitar, através do Plano de Enquadramento Sindical, as categorias e a base territorial de cada sindicato, federação ou confederação, com a “lei de enquadramento sindical” ou Decreto-Lei n° 1.402, de 1939¹⁷², complementado através do quadro das atividades e profissões, previsto no decreto 2.381.

¹⁶⁹Art. 139 - Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum.

A greve e o *lock-out* são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional.

¹⁷⁰NASCIMENTO, Amauri Mascaro. História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho. In: FERREIRA, Irandy; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do direito do Trabalho no Brasil*. São Paulo, LTr, 1998. p. 93.

¹⁷¹NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito Sindical*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 68.

¹⁷²É criado o enquadramento sindical e os grandes grupos, onde a representação patronal, tem a respectiva contraface da representação dos trabalhadores, impondo um modelo de organização por categorias, limitando a possibilidade de organização. Assim como a negociação estará imposta a mesma representação a ser realizada com o representante da categoria patronal. Dispõe o - Art. 25. As confederações organizar-se-ão com o mínimo de três federações e terão sede na Capital da República. § 1º As confederações formadas por federações de sindicatos de empregadores denominar-se-ão: Confederação Nacional de Indústria, Confederação Nacional de Comércio, Confederação Nacional de Transportes Marítimos e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional das Empresas de

O direito de organização era subtraído dos seus atores, segmentando os trabalhadores, para que o controle do Estado fosse ampliado, reduzindo um pouco mais os poderes da classe obreira.¹⁷³ Foram cancelados os registros dos sindicatos oficiais. Impondo a exigência de novo registro e a obrigação às novas regras, que estabeleciam limites definidos em lei de cumprimento obrigatório, com o processo eleitoral sob o controle do Ministério do Trabalho, assim como para a instauração de dissídios coletivos.¹⁷⁴

Os regramentos instituídos alcançaram a própria estrutura de funcionamento: a Portaria 339, de 31/07/1940, impôs aos sindicatos como deveriam ser gerenciadas as finanças; a n° 354, de 22/08/1940, impôs o estatuto padrão, alcançando a democracia interna das entidades obreiras, pois as normas que deveriam ser aprovadas pelos trabalhadores, encontravam a barreira da imposição estatal; a Portaria n° 843 estabelecia como, de que maneira e em que condições se realizariam as eleições sindicais, ditando os procedimentos a serem cumpridos

Como meio de atrelamento financeiro, instituíram o Imposto Sindical, em 1940, que comprometeria a autonomia das entidades sindicais, reconhecendo-as como estruturas de colaboração do Estado, descaracterizando-as, comprometendo o perfil de luta e resistência. As entidades obreiras passaram a gerir grandes recursos financeiros, utilizados estritamente nos termos previstos em lei.¹⁷⁵

Crédito, e Confederação Nacional de Educação e Cultura. § 2º As confederações formadas por federações: de sindicatos de empregados terão a denominação de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura. § 3º Denominar-se-á Confederação Nacional das Profissões Liberais a reunião das respectivas federações. § 4º As associações sindicais de grau superior da Agricultura e Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas profissões. Há lei impôs sérios limites ao direito de organização, e garantiu ampla intervenção ao funcionamento das entidades. Consolidando um modelo vinculado inteiramente ao Estado.

¹⁷³“Com a “lei de enquadramento sindical” (Decreto-Lei número 1.402, 1939) os mecanismos de controle do Estado às entidades classistas foram ativados e todo o modo de funcionamento da organização sindical passou a ser determinado pelo Ministério do Trabalho. Posteriormente, em 1943, este decreto foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho, consagrando o autoritarismo estatal no domínio das relações de trabalho. Uma obra duradoura, pois continua sobrevivendo a amplas e variadas mudanças da sociedade brasileira”. (CANÊDO, Letícia Bicalho. *Bancários, movimento sindical e participação política*. Campinas: UNICAMP, 1986, p. 31).

¹⁷⁴KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993*. São Paulo: Sbfsp, 1994, p. 43-44.

¹⁷⁵“É possível concluir que esse conjunto de normas jurídicas atingiu o epílogo de um processo de dirigismo estatal sobre a organização sindical, não se afastando dessa diretriz a proibição, pela Constituição de 1937, da ação direta, ao declarar a “greve e o lock-out recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses de produção”. Para a solução

Tal concepção foi forjada a partir da necessidade do Estado de implementar um processo acelerado de desenvolvimento industrial, combinado com a cooptação e atrelamento dos agrupamentos sociais, desideologizando os conflitos coletivos, impedindo a contestação ao projeto político implementado por Getúlio Vargas.

Como ressaltado por Farias, “a essência dessa estratégia: tornar o sindicato totalmente dependente do Estado, nele nascendo, com ele crescendo, ao lado dele se desenvolvendo e nele se extinguindo”¹⁷⁶.

Essas regras acabaram sendo recepcionadas pela Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, mantendo assim a mesma estrutura sindical corporativa, atrelada, limitando a capacidade da classe obreira.

A partir do Estado Novo, os sindicatos estavam sob intervenção ou gestados por influência integralista. Somente após o término da ditadura Vargas é que o movimento sindical retoma os rumos para rearticular-se, como salienta Weffort:

[...] quando termina a ditadura Vargas em 1945, o movimento operário brasileiro se encontra, por assim dizer, completamente esquecido de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado. Deveria começar para a classe operária uma etapa inteiramente nova na história de suas atividades associativas. Os novos rumos do movimento operário brasileiro começarão a definir-se na conjuntura democrática do pós-guerra.¹⁷⁷

dos conflitos entre o capital e o trabalho, o sistema previsto foi o da criação da Justiça do Trabalho “para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados reguladas na legislação social”, tudo com o propósito claro de dar cumprimento à ideia integrativa dos grupos sociais.” (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito sindical*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 70).

¹⁷⁶ “[...] e com a organização da Justiça do Trabalho [...] conseguiu atravessar décadas amortecendo os conflitos de classe, “desideologizando” o antagonismo capital x trabalho. A virtude do projeto getulista, com a criação de uma organização sindical concebida como peça estratégica para permitir ao Estado cooptar os mais variados grupos sociais, seja com o propósito de atrelar ao Estado as forças do trabalho, impedindo-as de ser livremente reivindicatórias ou mesmo contestatórias, seja com a finalidade de compor uma sólida base de sustentação governamental, mediante o atendimento cartorial dos interesses particulares”. Ainda destaca o autor: “Concebida para viabilizar a industrialização acelerada mediante o controle simultâneo das demandas salariais, políticas e mesmo jurídicas do operariado industrial então emergente, toda a estratégia do projeto getulista foi desenvolvida a partir de mecanismos fortemente regulatórios e disciplinadores do associacionismo sindical. Ao Ministério do Trabalho, cabiam, entre outras prerrogativas, os poderes de reconhecer formalmente os sindicatos, dando-lhes assim “vida legal”, de recolher e redistribuir as contribuições sindicais, de fiscalizar a aplicação desses recursos e de intervir na estrutura sindical quando julgar de “interesse público”. Paralelamente à imposição desses mecanismos regulatórios, o Estado também oferecia uma série de concessões patrimoniais e políticas às lideranças trabalhistas, como os recursos da contribuição sindical obrigatória e a criação da figura do “juiz classista” (embora jamais efetivamente aplicada, a Constituição de 37 previa até mesmo a assunção das lideranças sindicais ao Legislativo). Essa conjugação entre mecanismos regulatórios e disciplinadores e concessões patrimoniais e políticas tinha por objetivo básico (a) cooptar para desarmar oposições, (b) dividir para melhor controlar, (c) normatizar para retirar dos conflitos coletivos toda a sua carga ideológica e (d) utilizar o reconhecimento oficial dos sindicatos para manter o domínio do sistema sindical pela burocracia governamental, livrando-o da necessidade de forjar raízes efetivas com as bases, como condição de sua sobrevivência. (FARIAS, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1995. p. 28-30).

¹⁷⁷WEFFORT, Francisco C. *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)*. Estudos CEBRAP. Ed. Brasileira de Ciências Ltda, n. 4, abr./jun., 1973. p. 70.

A consequência dessas mudanças, segundo Vito Giannotti, ex-militante operário, foi que no período, que se estendeu de 1937 a 1945, “a classe trabalhadora, com quase todas suas lideranças presas, e sem liberdade de movimentos, sofre a maior exploração e arrocho salarial. As greves, neste clima, ficaram quase impossíveis”.¹⁷⁸

A segunda grande guerra, que vitimou milhões de pessoas, estava próxima do seu final, o momento era de buscar alternativas em âmbito mundial e resgatar as intenções registradas pela Organização Internacional do Trabalho que em seu preâmbulo defende:

[...] é urgente melhorar as condições de trabalho que existem em muitas regiões da terra, as quais atingem tal grau de injustiça, miséria e privações para grande número de seres humanos, que o descontentamento causado constitui uma ameaça para a paz e a harmonia universais.

Assim Getúlio Vargas, após muitos protestos e manifestações, em abril de 1945 concede anistia aos presos políticos, liberando centenas de sindicalistas, anarquistas e comunistas, condenados ainda na década anterior; e aprova o direito à livre organização partidária.

O governo de Getúlio Vargas foi marcado pelo populismo, fazendo uma associação entre um projeto de desenvolvimento industrial e o trabalhismo. Como exposto por Gorender:

O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse em comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão popular do populismo. Não sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social.¹⁷⁹

Os interesses econômicos e políticos haviam se sobrepostos aos da classe obreira, que foi oprimida e explorada, entre os anos 30 e meados dos anos 40. Os novos ares somente se renovariam, após 1944, com a articulação dos trabalhadores inspirados pelas ideias comunistas, com a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, que reuniu mais de trezentos lideranças sindicais, dos mais diversos estados do país. Ao final de 1945, realizaram-se eleições

¹⁷⁸GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 138.

¹⁷⁹GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 16.

no país, com a participação do Partido Comunista, com grande êxito, que dos 5.919.527 votos, obteve 511.122. Luís Carlos Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal e os comunistas elegeram 14 deputados para a Câmara Federal.

O populismo, com Getúlio Vargas, sofreria a sua primeira derrota ao final de 1945, em 29 de outubro o presidente era deposto pelo governo repressivo do general Eurico Gaspar Dutra.

2.2.2 O impacto da Constituição Federal de 1946 sobre as organizações de trabalhadores

O governo Dutra coincide com o início de vigência da nova Constituição Federal, a de 1946, que contém avanços democráticos, apesar de manter intacto o sistema corporativo sindical, instituído no governo Vargas. As restrições ao direito de liberdade, entre eles o direito de greve, foram estabelecidos já no início, em 15 de março, por meio do Decreto-Lei 9.070. Como ressaltado por Ramos Filho

A nova disciplina o direito de greve, verdadeiramente, se adequava muito mais à Ordem Constitucional de 1937, que considerava a greve um recurso antissocial, do que à Constituição de 1946, que admitia o direito de greve, nos termos da lei. Isso explica a pressa do executivo em disciplinar a greve ainda antes que a nova Ordem Constitucional fosse estabelecida. Mantendo a postura repressiva do Estado em face do movimento sindical, a "lei de greve" então decretada considerava crime diversas posturas sindicais, dentre as quais deixar de ajuizar a ação de dissídio coletivo autorizando inclusive a intervenção nos sindicatos, a prisão preventiva dos dirigentes, sem direito a fiança, ou a suspensão da execução da pena de detenção de um a seis meses e multa razão, pela qual será considerado, por muitos, como inconstitucional, em face da Constituição de 1946¹⁸⁰.

O Governo de Dutra, marcado por um perfil conservador, adotou em relação aos movimentos populares, trabalhistas e segmentos de esquerda, uma política de austeridade e de perseguição. Na Câmara Federal, deputados pedem que o PCB (Partido Comunista Brasileiro) seja considerado ilegal, o que ocorre em 7 de maio de 1947, quando o Tribunal Superior Eleitoral cassa o registro do partido, que tinha forte presença entre os sindicatos. Oito meses após a perda do registro do partido, em janeiro de 1948, Prestes e os demais deputados do PCB perdem os seus mandatos.

¹⁸⁰RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012. p. 204.

Com o início da “Guerra Fria”, acompanhando o clima de hostilidades anticomunista, o governo brasileiro rompe relações diplomáticas com a URSS e atua de forma violenta contra o movimento sindical. Dos 944 sindicatos de trabalhadores do país, 134 sofrem intervenção somente no ano de 1947, sob o pretexto de manterem filiação com a Confederação dos Trabalhadores do Brasil - CTB, fechada pelo governo. Até o final do governo esta cifra atingirá 400 entidades sindicais. No governo Dutra foram aprovadas leis que vedavam a atuação política dos sindicatos, até mesmo o empréstimo remunerado da sede; proibição de qualquer pessoa estranha ao sindicato de interferir na sua administração; proibição de as entidades sindicais fazerem parte de organizações internacionais, de filiar-se ou de manter relações, exigindo expressa licença do Congresso Nacional.

Albertino Rodrigues¹⁸¹ diz que ocorreu um período de estagnação entre os anos de 1947 e 1951, no movimento sindical do Brasil, em razão do conservadorismo e reacionarismo, com as perseguições políticas posteriores à abertura democrática que ocorreu em 1945.

O governo fazia uso de aparelhos de controle e repressão do Estado, como o Departamento Federal de Segurança Pública e a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que controlavam as greves e a atuação sindical. Relata Marcelo Badaró Mattos

[...] nos arquivos da repressão, os ofícios trocados entre investigadores e inspetores e entre eles e seus superiores, bem como os recortes de jornais diários e os relatórios de investigação, vêm sempre acompanhados do carimbo ‘Setor Trabalhista’, ou apenas Trabalhista¹⁸².

O governo Dutra impôs um forte arrocho salarial, congelando o salário mínimo, que perdeu 40% do seu valor real, apesar de uma política inflacionária. A classe operária era uma vez mais oprimida, em benefício dos interesses capitalistas e da exploração da força de trabalho.

¹⁸¹RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p.130-131.

¹⁸²MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: PERJ/FAPERJ, 2003. p. 83.

2.2.3 O governo democrático de Getúlio Vargas e a continuidade da estrutura sindical corporativa

Getúlio Vargas retorna ao Poder após a eleição que ocorreu em 1950, assim, sua volta se dá pelo voto popular, apoiado em um programa populista, comprometido com o desenvolvimento industrial e o apoio ao movimento sindical.

Discursando no 1º de maio de 1951, no Rio de Janeiro, no campo de futebol do Vasco da Gama, assim Getúlio se pronunciou ao público, com nítido caráter populista:

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa caminhada. Preciso de vós tanto quanto precisais de mim. Preciso de vossa união, preciso que vos organizeis sobriamente em sindicatos. Preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força que necessita para resolver os próprios problemas.¹⁸³

Os trabalhadores cobraram do presidente o que havia prometido durante a campanha: o aumento do salário mínimo em 100% (cem por cento), sendo que este não tinha reajuste desde 1942, data da sua implantação.

Os sindicatos obreiros, desde o início do governo, exerceram seu poder de pressão. No ano de 1951, mais de 200 greves foram realizadas, as quais eram reprimidas até com certa violência. Mas seguindo a lógica populista, Getúlio Vargas concedeu um aumento de 100% ao salário mínimo. Nos anos que se seguiram, o movimento sindical continuou realizando um grande número de paralisações nos mais diversos estados do país.

O crescente número de sindicalizados aponta o reconhecimento obtido pelas entidades à época, como relatado por Jover Telles¹⁸⁴

A partir de 1952, a classe operária progrediu consideravelmente na luta por sua unidade e sua organização sindical. Desde então verifica-se um ascenso nas lutas dos trabalhadores. O proletariado vem desencadeando amplos movimentos de luta unitária [...] os trabalhadores deram importantes passos no sentido de melhorar a sua organização sindical. De 1952 a 1956, o número de sindicato de categorias profissionais aumentou de 1096 para 1365, e o número de federações sindicais passou de 49 a 63. Em 1958, já existiam 1552 sindicatos e 67 federações [...] Em 1953, conforme estatística do Ministério do Trabalho, os 838 sindicatos que responderam à sua consulta acusaram 807.442 operários sindicalizados. Já em 1956 [...] 1.340.000 sindicalizados [...].

¹⁸³ GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.153-154.

¹⁸⁴ TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 27.

O governo populista de Vargas e os que se seguiram, nos anos 50 e 60, possibilitaram uma ampliação expressiva do movimento sindical no cenário brasileiro, sendo um período de grande importância para a classe trabalhadora do país. Tanto do ponto de vista organizativo, como de mobilização, sua condução esteve sob a liderança dos trabalhistas e comunistas. As greves foram um fator de influência e de ampliação da representatividade das entidades sindicais, apesar de estarem subordinadas e atreladas à estrutura estatal. Essa mesma estrutura corporativa, que deveria servir como elemento de limitação para o desenvolvimento da atividade operária e que poderia ser fator inibitório para a expansão e crescimento dos sindicatos, contraditoriamente, serviu como apoio ao crescimento e ao desenvolvimento das entidades durante os períodos populistas.

Os sindicatos passaram a participar mais ativamente na defesa de bandeiras nacionalistas, que se contrapunham a uma ideia de uma política entreguista e de fundamental importância para o país. Registra Albertino Rodrigues¹⁸⁵ “era o que acontecia com a chamada ‘campanha do petróleo’ que, sob o slogan ‘o petróleo é nosso’, propugnava a exploração estatal dessa fonte de combustíveis”, que envolveu a sociedade como um todo, findando com a aprovação da criação da Petrobras, por meio da Lei nº. 2004 de 1954. Acrescenta Rodrigues “esse acontecimento assinala o auge de um amplo movimento de emancipação nacional que se definia em termos nacionalistas e que foi acompanhado de um forte incremento da industrialização, agora voltada decididamente para os setores de base e de fabricação de bens de produção”.

O desenvolvimento econômico permitia o avanço social e provocava a possibilidade de mudanças sociais, com a redistribuição da renda e maior participação dos trabalhadores na vida sindical. As direções obreiras defendiam a indústria nacional e hostilizavam um pouco o capital estrangeiro, mas ampliaram o foco de discussão, envolvendo as questões referentes a estrutura agrária, que remanesceu com características de latifúndio e monocultura. A defesa era da distribuição da posse da terra, como condição para crescimento do mercado interno e do aumento de proprietários e assalariados no campo e assim potencializando agregar e organizar os trabalhadores do campo, que não tinham organização ou direitos trabalhistas.

¹⁸⁵RODRIGUES, J. A. Op.cit. p. 159-160.

As organizações sindicais, na tentativa de suplantar as limitações impostas pela estrutura corporativa, tentavam criar uma entidade que congregasse as aspirações coletivas, uma Confederação Geral de Trabalhadores, como defendido pelo deputado comunista João Amazonas, em 1946, mas o Ministério do Trabalho orientava correntes conservadoras, por meio de seus técnicos, a criar federações estaduais ou regionais. Ao final, foi criada uma por decreto a Confederação Nacional dos Trabalhadores, ao sabor dos interesses ministeriais, e outra Confederação dos Trabalhadores do Brasil, sob a direção dos comunistas. Essa última foi fechada quando declarado ilegal o Partido Comunista. Somente na década seguinte, no ano de 1962, foi possível criar uma entidade de grande representação e articulação, o Comando Geral dos Trabalhadores, resultado de uma greve política de enorme repercussão. O movimento pretendia superar um déficit, que era decorrente da estrutura sindical, em face da inexistência de um organismo de representação horizontal entre as várias representações sindicais¹⁸⁶.

2.3 Fortalecimento sindical nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart

O governo de Juscelino Kubitschek prometia dar continuidade ao desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, com uma plataforma de fazer o país crescer em 5 anos, o correspondente a 50 anos, tendo como eixos centrais da atividade econômica “energia, transportes, alimentação e indústrias de base”, produzindo bens de consumo (geladeiras e toda sorte de eletrodomésticos, rádios, televisões e carros), além de máquinas e equipamentos.

Entre as inovações de seu governo, incluiu a de construir a nova capital, no planalto central do país, a cidade de Brasília. JK venceu as eleições, mas setores conservadores tentaram promover um golpe, entretanto as condições não eram propícias. Seu governo foi marcado pela aceleração do desenvolvimento, com a criação de grandes empresas, e de crescimento econômico. JK garantiu a reposição da inflação aos trabalhadores, decorrentes da perda salarial acumulada; assegurou

¹⁸⁶*Ibidem*, p. 163-165.

aos empresários lucros altos, assim como expandiu a indústria e atraiu o capital internacional. O país crescia, em seu governo (1955 a 1961), 7% ao ano e vivia uma forte migração do campo para a cidade, mudando o perfil da classe operária.

As greves buscando reposições salariais aconteciam em grande número; em 1957, registra-se a “greve dos 400 mil” na cidade de São Paulo. Durante o ano de 1959, ocorreram quase 1000 greves, alcançando mais de 1 milhão e meio de trabalhadores paralisados, fazendo com que setores da burguesia nacional reagissem tentando produzir, entre os setores da classe média, o pavor contra as organizações sindicais.

Durante o governo de JK, os reajustes salariais aconteciam com uma periodicidade maior (chegando a ser anual), distinto do que ocorria no governo Vargas (a cada três anos), permitindo que o salário mínimo mantivesse seu poder de compra, apesar da inflação. Os anos de governo de JK demonstram um forte crescimento do salário mínimo, alcançando o maior valor histórico do período apurado (entre 1940 e 2000), de acordo com Angela de Castro Gomes, que acrescenta “esses foram anos em que a presença dos sindicatos se afirmou no curso das negociações trabalhistas, com suas lideranças ganhando visibilidade, inclusive em função de uma situação relativamente favorável da conjuntura política e econômica”¹⁸⁷.

Essa combatividade no seio do movimento sindical, inclusive com a substituição por lideranças que vieram das oposições e criticavam o modelo corporativo, não impulsionaram as mudanças das estruturas do modelo organizativo, vigente desde os anos 30¹⁸⁸.

Os trabalhadores rurais, por sua vez, não tinham uma legislação do trabalho e sindical que os protegesse, eram tratados de maneira distinta dos operários urbanos. O ano de 1955 marca o surgimento das lutas dos canavieiros e empregados em usinas de açúcar, contra os despejos impostos pelos latifúndios e as empresas, no Estado de Pernambuco, dando origem as Ligas Camponesas, tendo como liderança o advogado Francisco Julião. O movimento acabou se expandindo para outras regiões do Nordeste e para estados como São Paulo e Minas Gerais, dando início à luta pela Reforma Agrária, cujo lema era “na lei ou na marra”. As lutas das Ligas Camponesas e a organização sindical encaminhada pelos trabalhadores rurais, a princípio, foram

¹⁸⁷GOMES, Angela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002. p. 49-50.

¹⁸⁸*Ibidem*, p. 52.

toleradas pelo Estado, mas sempre reprimidas com truculência e violência dos senhores da terra. Somente em 1962, há o reconhecimento ao direito de sindicalização e a consequente criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), e depois do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹⁸⁹.

Em 1960, quando da realização do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores, o ponto mais polêmico da pauta envolvia a fundação de uma central sindical, conforme relata Giannotti¹⁹⁰, e as divisões no movimento sindical demonstravam existir uma divisão em três grandes grupos:

[...] o primeiro formado por sindicalistas vinculados ao PCB e pela ala mais à esquerda do PTB [...] defensores das Reformas de Base e seguia uma política nacionalista [...] liderou as greves até o Golpe de 64, era o mesmo que havia criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Os sindicalistas deste grupo eram chamados de ‘vermelhos’.

O segundo bloco era menor e tinha menos peso nas fábricas [...] formado por tradicionais pelegos, ligados ao Ministério do Trabalho e à central norte-americana, AFL-CIO, e apelidados pela esquerda de ‘amarelos’.

O terceiro bloco era formado por sindicalistas [...] conservadores, católicos e de alguns militantes de esquerda que não se alinhavam com o PCB. Este grupo articulava a direita sindical em nítida oposição com o sindicalismo de esquerda [...] ligado ao sindicalismo norte-americano patrocinado pela Ciosl, através da sua Regional, a Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit). Esta organização criou no Brasil, o Iadesil e o Instituto Cultural do Trabalho (ITC) [...] bloco dos renovadores.

Mas o protagonismo do movimento sindical era do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), atuando como se fosse uma central sindical e detendo grande representatividade, congregando o Pacto da Unidade e Intersindical de São Paulo, Pacto de Unidade e Ação (PUA) do Rio de Janeiro e ainda confederações oficiais, a dos trabalhadores da indústria, a dos trabalhadores em transporte terrestres e a dos trabalhadores em transporte marítimos, fluviais e aéreos; e mais tarde também seria incluída a Contag¹⁹¹.

Neste início da década de 60, os setores progressistas lutavam por avanços na sociedade brasileira, por meio das chamadas “Reformas de Base”¹⁹², que buscavam as reformas bancária, fiscal, urbana, eleitoral, agrária e educacional.

¹⁸⁹GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 172-173.

¹⁹⁰*Ibidem*, p. 165.

¹⁹¹*Ibidem*, p. 171.

¹⁹² As mudanças consistiam nas seguintes ações: “Reforma agrária - Consistia em promover a democratização da terra, paralelamente à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo os principais direitos dos trabalhadores urbanos. Nessa área, havia um decreto que previa a desapropriação das áreas rurais inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, situadas às margens dos eixos rodoviários e ferroviários federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem. No entanto, a implementação da reforma agrária exigia mudança constitucional, já que o governo pretendia que as

A pauta ainda contemplava ações de cunho nacionalista, com uma presença maior do Estado intervindo na vida econômica, controlando os investimentos nas empresas multinacionais no país, com uma lei que tratasse das remessas de lucros para fora do país. E outras ações de natureza política, para os cidadãos, como o voto dos analfabetos e os militares de patentes subalternas.

Conforme Darcy Ribeiro (então Chefe da Casa Civil), as Reformas de Base pretendiam transformar o país, por meio da superação das estruturas latifundiárias arcaicas e de latifúndios improdutivos, construir um processo produtivo, através de pequenas propriedades. Permitir, por meio de lei, um controle sobre as empresas estrangeiras “a fim de impedir a apropriação total de riquezas naturais e do domínio completo do nosso mercado interno”¹⁹³. Destaca Ribeiro que a pretensão eram mudanças de natureza capitalista, porém foram entendidas “como revolucionárias em razão do caráter retrógrado do capitalismo dependente que se implantou no Brasil sob a regência de descendentes de senhores de escravos e de testas de ferro de interesses estrangeiros”¹⁹⁴.

Se de um lado João Goulart contava com apoio dos Sindicatos e dos trabalhadores para as reformas, de outro havia uma oposição ferrenha por parte dos setores conservadores, empresários, latifundiários e o capital estrangeiro. Estes organizaram uma ampla campanha publicitária, contando com o apoio da igreja católica, fazendo pregações anticomunistas para atingir o governo e o movimento sindical.

indenizações aos proprietários fossem pagas com títulos da dívida pública, enquanto que a Constituição previa indenização paga previamente e em dinheiro. Reforma educacional: visava a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis, o combate o analfabetismo com a multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire. O governo também se propunha a realizar uma reforma universitária, com abolição da cátedra vitalícia. Reforma fiscal - Tinha como objetivo promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de arrecadação do Estado. Além disso, pretendia-se limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais, o que foi feito através do decreto nº 53451/64. Reforma eleitoral: consistia basicamente na extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente. Previa-se também a legalização do Partido Comunista Brasileiro. Reforma urbana, entendida como conjunto de medidas do Estado, ‘visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias’. O projeto foi elaborado principalmente por urbanistas ligados ao IAB. Reforma bancária: com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito pelos produtores. As reformas também incluíam a nacionalização de vários setores industriais - energia elétrica, refino de petróleo, químico-farmacêutico. Os congressistas não aprovaram a proposta”. (INSTITUTO JOÃO GOULART. *Documento da mensagem ao Congresso Nacional do Presidente João Goulart*. Disponível em: <<http://Www.Institutojoaogoulart.Org.Br/Conteudo.Php?Id=68>>. Acesso em: 21 set. 2015).

¹⁹³RIBEIRO, Darcy. *Tempos de Turbilhão*: relatos do Golpe de 64. São Paulo: Global, 2014. p. 58.

¹⁹⁴*Idem*.

2.3.1 Desestabilização e desestruturação do movimento sindical, rumo ao golpe

Os EUA, após a vitória da Revolução Cubana, passam a ter preocupações com o destino político do Brasil e começam a agir apoiando forças contra o governo de João Goulart. Destaca James N. Green¹⁹⁵, que em 30 de julho de 1962, na Casa Branca, o embaixador Gordon (subsecretário para Assuntos Interamericanos), Richard Goodwin e o presidente John Kennedy já tinham uma posição definida para o país, tendo afirmado Gordon:

Creio que uma de nossas tarefas mais importantes é fortalecer a coluna vertebral dos militares. Deixar claro, discretamente, que não somos contrários a nenhum tipo de ação militar, qualquer que seja, caso esteja claro que o motivo dessa ação militar é [...] – o presidente completou a frase: ‘contra a esquerda’. Gordon prosseguiu: ‘Ele Goulart, está entregando o diabo do país aos [...]’ – novamente Kennedy completou ‘comunistas’. Poucos instantes depois Goodwin comentou: ‘Podemos muito bem desejar que eles (os militares brasileiros) tomem o poder no fim do ano, se puderem.’¹⁹⁶

Registra Green o apoio de Washington, com recursos financeiros, à oposição a Goulart, a qual se constituía em forças de direita, com grande inclinação aos militares. A Aliança para o Progresso expressava o apoio dos EUA. Ressalta Green: “Os recursos da recém consolidada *United States Agency International Development* – *USAID* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), assim como um complexo conjunto de programas que forneciam assistência ao Brasil”¹⁹⁷. Os recursos tinham como finalidade minar as bases de apoio do presidente do país, como as que se dirigiam para cooptar setores do movimento sindical, por meio do “AIFLD (Instituto americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), patrocinado pela USAID e financiamento para treinamento de militares e policiais”¹⁹⁸.

Suas investidas em relação ao movimento operário não foram nada sutis, utilizando o Iadesil (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), entidade vinculada a CIOSL, promovendo cursos para as direções sindicais, para se oporem aos sindicalistas de esquerda (comunistas, socialistas e progressistas). Entre os que fizeram estes cursos, saíram muitos dos interventores nas entidades sindicais pós-golpe¹⁹⁹.

¹⁹⁵GREEN, James N. *Apesar de vocês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 61.

¹⁹⁶*Idem*.

¹⁹⁷*Idem*.

¹⁹⁸*Idem*.

¹⁹⁹GIANNOTTI, V. Op.cit. p. 163-164.

A preocupação de minar as bases dos sindicatos progressistas na América Latina e no Brasil foi umas das grandes preocupações dos EUA, a partir da AIFLD, fundada em 1962, com o apoio da *American Federation of Labor and Congress of Industrial - AFL-CIO* (Federação Trabalhista Norte-Americana e Congresso de Organizações Industriais), com recursos da ordem de 90% (noventa por cento), oriundos da primeira, através de contratos governamentais. Segundo James Green, a atividade sindical era acompanhada, conforme informação de um ex-agente de inteligência da CIA, Philip Agee, que teria afirmado “que agentes secretos colaboravam com o instituto para promover objetivos políticos do Departamento de Estado”. Ainda segundo Green, o seu principal objetivo “era preparar líderes sindicais e operários comuns [...] o currículo do instituto dava ênfase ao anticomunismo de preferência a militância sindical e à negociação de preferência à confrontação”²⁰⁰.

Em alguns meses que antecederam o golpe, em outubro de 1963, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) articulou uma greve geral na cidade de São Paulo, com a participação de 78 sindicatos. A campanha salarial se defrontou com a FIESP. Foram dois dias em que estiveram parados mais de 700 mil trabalhadores e, ao final, conquistaram o reajuste de 80% (oitenta por cento). Isso foi considerado uma afronta aos interesses econômicos dos patrões. Acelerando e dando mais motivos a um golpe, gestado entre empresários e militares. E mais munição para Carlos Lacerda governador do Rio de Janeiro, porta voz da direita, que bradava sobre “o perigo comunista” e a necessidade de uma intervenção militar. Não era outra a tônica difundida pelas rádios católicas, que repetia que não podíamos viver sob o jugo de uma “república sindicalista comunista” que se formava no país²⁰¹.

Mas antes do desfecho de 1963, outros movimentos mostraram força, como a greve dos bancários em nível nacional, atingindo os interesses do capital financeiro e, em setembro, a “Rebelião dos Sargentos”, em Brasília, apoiado pelo CGT, que desassossegoou a caserna e fez crer à esquerda estar segura da força que possuía²⁰².

A imprensa tomou partido, o Jornal do Brasil em sua edição de 13 de setembro de 1963, já defendia qual o posicionamento deveria ser adotado pelos setores conservadores, em editorial em que defendia a derrubada do presidente, cujo o título era “Basta”:

²⁰⁰ GREEN. James N. *Apesar de vocês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 63.

²⁰¹ GIANNOTTI, V. Op.cit. p. 175-176.

²⁰² *Ibidem*, p.177.

Antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto existem organizadas coesas e disciplinadas Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA! Chegou o momento - e agora mais do que antes com a revolta dos sargentos [...] de pôr termo no seio do próprio governo a existência de duas políticas: uma legal sem eficiência e resultado administrativo democrático e outra ilegal, visualmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores - CGT [...]. Registramos o óbito da falsa política de conciliação de classes por sortilégios e bruxarias do Presidente da República [...] a paciência nacional tem limites. Ela saberá preservar sempre, nos momentos oportunos e pelos meios constitucionais a Ordem. A bandeira da legalidade hoje, se confunde com a bandeira da Ordem. Com nenhuma outra, fique isso bem claro. Os que estão solidarizando hoje com os sublevados em Brasília estão do outro lado da barricada²⁰³.

Entre os muitos editoriais em defesa do golpe, merecem destaques os dos grandes jornais, como o Estado de São Paulo, que assim se manifestou: “Vitorioso o movimento democrático”²⁰⁴ e “Empolgou São Paulo a vitória das armas libertadoras”²⁰⁵, sob o argumento de defesa da ordem e da democracia.

O jornal "A Folha de São Paulo", por meio de seu diretor presidente, defendeu abertamente o golpe, em coluna “Nossa Opinião” datada do dia 20 de março de 1964, sob o título “São Paulo parou ontem para defender o Regime”, em alusão à marcha da família realizada contra Jango. O regime a que a Folha se referia era o Golpe que estava sendo tramado. A exceção era a Última Hora, que estava ao lado de Jango.

De acordo com Marcos Napolitano, formou-se uma grande articulação entre os grandes jornais, defendendo uma “Rede da Democracia”, que apesar do nome, tinha a finalidade de criar uma política golpista de propaganda, passando a ocupar um papel fundamental no processo de conspiração.

Ressalta Napolitano, que “a luta pelas ‘reformas’, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado”²⁰⁶.

Entusiasmados com os movimentos de massa, patrocinado por meio das "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", contra o Governo de Goulart, seus aliados (sindicalistas, nacionalistas e setores da esquerda) e as reformas de base, os golpistas se sentiam legitimados para promover a ação contra o governo. Conforme

²⁰³JORNAL DO BRASIL. Basta. Rio de Janeiro, 13 set. 1963, p. 6.

²⁰⁴ESTADO DE SÃO PAULO. Vitorioso o movimento democrático. São Paulo: Grupo o Estado, 02 de abr. 1964, p.1.

²⁰⁵*Idem*.

²⁰⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo Contexto, 2014. p. 46.

Napolitano, após a marcha dos 500 mil pelas ruas de São Paulo, o general Castelo Branco concluiu que chegara a hora para que fosse realizado o golpe, apesar de hesitar em assumi-lo²⁰⁷.

Rosa Maria Cardoso da Cunha, que faz parte da Comissão Nacional da Verdade²⁰⁸ e coordena o GT Ditadura e Repressão dos Trabalhadores e o GT sobre o Golpe Civil-Militar, argumenta que:

Os trabalhadores foram o objeto principal do golpe, que foi um golpe de classe. Um golpe contra a 'República Sindical'. Não era a questão comunista a principal, mas dar um golpe contra a causa dos trabalhadores. Isso tinha muito a ver com o Estado que eles queriam construir naquele momento. A repressão se abateu, principalmente, sobre a classe trabalhadora²⁰⁹.

A compreensão de Rosa Cardoso pode parecer exagerada, mas ao voltar no tempo e observar os jornais da época, constata-se sua conexão com os fatos da época. Ruy Mesquita, do jornal o Estado de São Paulo, em editorial "A Liberdade, antes de tudo"²¹⁰, destaca que a posição do jornal, em 1964, através do posicionamento do seu pai, retratava o pensamento, naquele momento histórico, dos setores empresariais e das empresas multinacionais:

A fidelidade aos mesmos ideais levou meu pai a apoiar a conspiração política e militar, chegando até dela participar, para enfrentar a ofensiva do governo João Goulart contra as instituições democráticas. Essa ofensiva culminou com o projeto de instalação de uma 'república sindical' no País, anunciada no famoso discurso de Goulart no comício da Central do Brasil, em março de 1964.

A trama para tomada do poder pelos setores conservadores tem início antes de 1964, quando tentaram impedir que João Belchior Marques Goulart (conhecido como Jango) vice-presidente da República, tomasse posse, quando Jânio Quadros renunciou em 1962.

O ano que antecede ao golpe foi marcado por mobilizações populares, greves e manifestações contra o pró-governo. Jango pregou a necessidade de "Reformas de Base" apoiadas pelos setores populares, com o intuito de alcançar desenvolvimento econômico em uma perspectiva social. Essas reformas, por sua vez, eram

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 56-57.

²⁰⁸ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12.528 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

²⁰⁹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Ato sindical unitário relembra repressão aos trabalhadores na ditadura*. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/293-ato-sindical--unitario-relembra-repressao-aos--trabalhadores-na-ditadura>>. Acesso em: 10 set. 2015.

²¹⁰ MESQUITA, Ruy. A liberdade, antes de tudo. In: PONTES, José Alfredo Vidigal; CARNEIRO, Maria Lucia. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, 1985. p. 9.

compreendidas pelos setores conservadores como a implantação de uma “República Sindicalista”, de cunho comunista.

O comício na Estação Central do Brasil, em 13 de março de 1964, quando Jango anunciou as Reformas, foi a “gota d’água” para os conservadores, ao anunciar a intenção de desapropriar terras ociosas ou subutilizadas, encampar refinarias privadas, entre outros projetos de natureza social e popular.

O golpe militar que implantou uma ditadura, que persistiu por vinte e um anos, até a transição para um governo civil, se deu sob os fundamentos de liberdade e defesa da democracia, o que foi uma grande ironia. Pois ocorreu uma inversão ideológica: em nome dos valores democráticos, foram violados os direitos de liberdade e de cidadania, violou-se a Constituição e o estado democrático de direito, foram praticados crimes de tortura e lesa-humanidade entre tantos outros que afrontam os direitos humanos²¹¹.

2.3.2 O golpe: o movimento sindical oprimido, controlado e reprimido

Apesar das grandes manifestações contrárias ao presidente e seus aliados, o movimento sindical se sentia forte e acreditava ser capaz de resistir na hipótese eventual de um golpe.

No dia 25 de março de 1964, dias antes do golpe, ocorreu reunião convocada pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (considerada ilegal), na sede no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O Ministro da Marinha, Silvio Mota, determinou a prisão de todos os participantes. Apesar de presos, ocorreu um processo de negociação, sendo os mesmos liberados e anistiados pelo Presidente João Goulart, que nomeou um novo Ministro da Marinha, o almirante reformado Paulo Mário Rodrigues. Este anulou a ordem de prisão contra o Almirante Candido Aragão, que havia se recusado a se confrontar e prender os fuzileiros, o que agravou a crise militar, pois a atitude foi entendida por setores militares como quebra da hierarquia.

²¹¹MELLO, Prudente J. S. Papel das entidades sociais na resistência e na luta pela democratização do Brasil. In: PRONER, Carol; ABRÃO, Paulo (Coord.). *Justiça de Transição: Reparação, Verdade e Justiça, perspectivas comparadas Brasil-Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

O Comando Geral dos Trabalhadores, frente aos acontecimentos e à possibilidade de golpe, pretendia contra-atacar, conclamando uma greve geral.

Mas o golpe já estava em curso, forças militares do Exército deslocavam-se de Minas Gerais e de São Paulo, rumo ao Rio de Janeiro.

A greve geral anunciada como reação ao golpe e em apoio ao presidente Goulart não aconteceu. Segundo algumas lideranças sindicais, a mobilização não foi preparada em razão de uma avaliação distorcida, resultado das palavras do líder comunista Luís Carlos Prestes, proferidas dias antes na Associação Brasileira de Imprensa que afirmava: “se os golpistas viessem, teriam suas cabeças cortadas”²¹². Conforme Giannotti, o operariado desorientado e desarmado, foi facilmente dominado pelo aparato militar, sem possibilidade de reação ou contestação. E afirma que a debilidade dos trabalhadores ficou evidente “quando a CGT não mais conseguiu fazer seus comícios, que tanto assustavam a burguesia e a classe média”²¹³.

Segundo Gorender, o próprio Prestes difundiu a ideia aos membros do CGT e do PCB que o Governo teria um plano e força militar para impedir um levante e impedir um eventual golpe, mas ficou evidente que as informações não retratavam a realidade pois, no dia 31 de março, às 3h30 da tarde:

[...] a polícia de Lacerda invadiu facilmente a Federação Nacional dos Estivadores, onde se realizava rotineira reunião de cerca de trinta dirigentes estaduais da corporação. Ali foram presos os membros da direção do CGT Osvaldo Pacheco, secretário-geral, o deputado e líder ferroviário Demistóclides Batista e o comandante-aviador Mello Basto²¹⁴.

Os golpistas tinham articulado o ataque contra as organizações sindicais e seus dirigentes, os quais foram os primeiros a serem perseguidos. Os militares não pouparam esforços para oprimir, controlar e reprimir.

Os 17 dirigentes do CGT foram condenados a um total de 184 anos de prisão. Os sindicatos mais representativos sofreram intervenção, com a destituição de suas diretorias, prisões, processos contra os líderes sindicais, demissão de trabalhadores e de funcionários públicos.

A Comissão Nacional da Verdade do Brasil, ao apurar as violações de direitos humanos dos trabalhadores e das organizações sindicais, chegou as seguintes conclusões:

²¹²GIANNOTTI, V. V. Op.cit.p.178.

²¹³*Ibidem*, p. 179.

²¹⁴GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 65.

Intervenções em direções sindicais, depredação de sedes de entidades, prisões, torturas, execuções foram acontecimentos reiterados e sistemáticos. A ditadura começou efetivamente no dia 1 de abril, no meio sindical. Suas ações visavam a um só tempo quebrar a espinha dorsal do pujante movimento organizacional dos trabalhadores, em ascensão desde os anos 1950, e impedir que nas organizações sindicais se estruturasse qualquer possibilidade de resistência contra o golpe. A intervenção da ditadura nos sindicatos, entre março e abril de 1964, contou com a nomeação de 235 interventores.

A repressão militar sobre a classe trabalhadora começou, assim, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais, e com o empenho do Estado de retomar o controle sobre os trabalhadores. Somente em 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações. Do total de intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho durante esse período, 19% foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965 (80,6% do total), isto é, uma marca de 433 intervenções em apenas dois anos, aliada à cassação de 63 dirigentes sindicais, à intervenção em quatro confederações e 45 federações, de acordo com levantamento realizado por Celso Frederico. Os sindicatos maiores e politicamente mais ativos foram os mais afetados²¹⁵.

Élio Gaspari em “A Ditadura Envergonhada” sinaliza que nas semanas que se sucederam após o golpe, teriam sido realizadas entre 5000 ou 7000 prisões por motivos políticos e que a tortura foi utilizada indiscriminadamente. Os Inquéritos Policial-militares (IPMs) chegaram próximo de 200²¹⁶. O Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), conforme levantamento feito junto aos processos que tramitaram na Justiça Militar, registra que na primeira fase repressiva do regime, 2.127 pessoas foram transformadas em réus. O Ato Institucional nº 5, editado em 1968, implementaria uma nova onda de perseguições, que segundo o BNM, alcançaria outros 4460 denunciados²¹⁷.

Leôncio Rodrigues ressalta que 80% (oitenta por cento) das intervenções aconteceram entre os dois primeiros anos, 1964 e 1965, tendo como motivo apontado a “subversão”²¹⁸.

De acordo com os estudos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, contata-se que o movimento sindical foi um alvo preferencial, pois

Sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais; portanto, os mais poderosos. Ao todo, 536 entidades foram atingidas entre 1964 e 1970. Estima-se em dez mil o número de dirigentes sindicais

²¹⁵COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Textos Temáticos. Grupo de Trabalho nº 13, sobre Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical (GT-13), sob a responsabilidade de Rosa Maria da Cunha Cardoso. v. 2. p. 60. 2014

²¹⁶GASPARI, Élio. “*Ditadura Envergonhada*”. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 130-134.

²¹⁷BRASIL NUNCA MAIS. 11. ed. Petrópolis. Vozes, 1985. p. 85 e 117.

²¹⁸RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)* São Paulo: DIFEL, 1986. (História geral da civilização brasileira, Vol. 10. t. 3). p. 551.

cassados. Note-se, no entanto, que há divergência entre os números relativos a essas práticas. Segundo Celso Frederico, por exemplo, entre 1964 e 1965, 63 dirigentes sindicais tiveram seus direitos cassados, houve intervenção em quatro confederações, 45 federações e 383 sindicatos. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos.

Nessa sanha de intervenções, as regiões mais prejudicadas foram o Nordeste, com 42%, e o Sudeste, com 39,55%. Quanto aos estados, os mais prejudicados foram Pernambuco, com 23,25%, e São Paulo, com 22,99%. De outra parte, o maior número de intervenções ocorreu entre 1964 e 1965, embora a prática haja perdurado ao longo de toda a ditadura.

As organizações de trabalhadores nos locais de trabalho, quando objeto de denúncia pelos antigos opositores, ou por novos interventores, foram, também, fortemente atacadas. Embora mais difícil de quantificar, pesquisas qualitativas indicam o dismantelamento das comissões de fábrica e a continuada demissão de delegados sindicais. Na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, foi estimado em 1.800 o número de delegados denunciados pelos interventores após o golpe. Já no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, à época do golpe, estavam cadastrados cerca de 140 conselhos sindicais de empresa. Eles eram a mola mestra de sustentação das atividades sindicais e da luta dos trabalhadores por direitos, a partir das empresas. Todos foram fechados, a estrutura foi dismantelada e seus representantes cassados e impedidos de atuar, sob o impacto das ações repressivas²¹⁹.

Para realizar a intervenção nas entidades sindicais, o governo militar não necessitou alterar a legislação vigente, o legado do Governo Vargas permitia tais condições, tendo o governo feito uso de maneira ampla e efetiva dos dispositivos legais existentes. Leôncio Martins Rodrigues ressalta: “A estrutura corporativa foi mantida inalterada e diversos decretos governamentais foram baixados no sentido de aumentar o controle sobre as organizações sindicais”²²⁰.

A ditadura que se impôs, para controlar, oprimir e reprimir os trabalhadores e suas organizações, aprovou em 1º de junho uma nova lei de Greve, a de nº 4.330, sob o pretexto de querer “regulá-la”, determinando ‘quando, de que maneira e em que condições poderiam ser deflagradas’, o que na prática impedia que as mesmas ocorressem no país.²²¹

Os ditadores aprovaram ainda o Decreto nº 229, em 2 de fevereiro de 1967, denominado “atestado de ideologia”, para os candidatos a dirigentes sindicais. Por meio deste decreto, os candidatos eram obrigados a apresentarem declaração comprometendo-se a cumprirem com as Leis do país, acatarem as autoridades e suas decisões. O Ministério do Trabalho, a Polícia Federal e as Delegacias de Ordem, Política e Social investigavam os candidatos, impedindo assim o acesso de militantes

²¹⁹COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Textos Temáticos. Grupo de Trabalho nº 13, sobre Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical (GT-13), sob a responsabilidade de Rosa Maria da Cunha Cardoso. v. 2. p. 60. 2014

²²⁰RODRIGUES, L. M. Op.cit. p. 551.

²²¹A Lei 4.330, somente foi revogada com a Constituição Federal de 1988.

de esquerda. O sindicalismo passava a ser instrumento de colaboração com o Estado, no jargão sindical “pelego”²²².

Assim, a violência que se instalou no país alcançou inicialmente os segmentos operários que representavam os trabalhadores no campo e na cidade, os grupos organizados de esquerda (comunistas, socialistas) e aqueles que se identificavam com as ideias de esquerda e estavam comprometidos com as propostas políticas progressistas.²²³

Entre os aspectos que sinalizam a incapacidade da reação do movimento sindical, foi sua estreita vinculação com o Estado. A partir da estrutura sindical, corporativa, verticalizada, que persistiu desde a sua implantação na década de 30 (do Século XX), não sofrendo alterações substanciais. Segundo Leôncio Martins Rodrigues:

O modelo sindical e o sistema de relações de trabalho criados no período de Vargas não somente sobreviveram a mudanças de caráter institucional ou político relacionadas à forma de governo, mas também conseguiram suportar as transformações sociais, econômicas e culturais relativamente profundas. No período, a população brasileira quadruplicou; a industrialização prosseguiu em ritmo acelerado, alterando quantitativa e qualitativamente o peso dos trabalhadores industriais e das camadas assalariadas na PEA, a população rural decresceu; surgiu o problema urbano e ecológico; as relações de mercado se estenderam para outros setores da economia e regiões brasileiras; mas o modelo corporativo de organização sindical e de relações de trabalho permaneceu inalterado. Parece claro, a esta altura, que uma instituição capaz de sobreviver a tantas e variadas mudanças, conseguindo conviver com o Estado Novo, com o nacional-populismo, com os regimes militares e as constituições de 1937, de 1946, de 1967 e com a de 1988, não deixa de ter raízes profundas em nossa vida política e social²²⁴.

A estratégia de atrelamento e de solução dos conflitos pelo aparato corporativo estatal, funcionou com relativo sucesso até 1964, tendo o Judiciário Trabalhista se firmado, como destaca Farias:

[...] a Justiça do Trabalho, [...] conseguiu afirmar-se como um poder adjudicante especializado que, nas fases mais recentes dos períodos democráticos, acabou consolidando, através de interpretações

²²² Dirigente sindical que amortece o conflito de classes, que não se comporta de maneira autêntica na defesa das lutas operárias.

²²³ “O número de perseguidos políticos que tiveram que solicitar asilo político, entre os anos de 1964-1966, superou aos 500, sem contar os perseguidos que saíram fugidos pelas fronteiras da Argentina e Uruguai, que foram aos milhares. Neste mesmo período, aproximadamente 2000 servidores públicos foram demitidos e 386 pessoas perderam seus direitos políticos, tendo seus mandatos cassados ou a suspensão por dez anos. Entre os oficiais das Forças Armadas, contabiliza-se 421 punidos, obrigados a ir para a reserva, e outros 200 forçados a solicitar pedido para não sofrer igual constrangimento. Entre os expurgados 24 generais”. (GASPARI, Êlio. “*Ditadura Envergonhada*”. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 130-131).

²²⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 49.

continuamente favoráveis aos trabalhadores, um certo patamar de justiça social.²²⁵

A partir de 1964, tornam-se evidentes os problemas decorrentes da estrutura autoritária corporativa. O regime militar adotou políticas salariais recessivas²²⁶, via decretos-leis e legislações restritivas, como observa Arion Sayão Romita aduzindo que “No Brasil, a partir da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, a política salarial obedece a rígidos preceitos de ordem legal inspirados nos propósitos que norteiam a atuação do Governo no combate à inflação”. Destaca Romita que:

A Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, alterada pela Lei nº. 4903, de 16 de dezembro do mesmo ano; o Decreto-lei nº. 15, de 29 de julho de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº. 17, de 28 de agosto do mesmo ano; a Lei nº. 5.451, de 12 de junho de 1968; e a Lei nº. 6.147, de 29 de novembro de 1974, impondo inflexíveis critérios matemáticos ao cálculo dos reajustamentos salariais coletivos, demonstram que o Estado intervém decididamente no campo das relações de trabalho privadas com o intuito de fixar salários em níveis que não possam sofrer alterações sensíveis, que por intermédio da contratação coletiva quer mediante a prolação de sentença normativas pelo Judiciário Trabalhista, no julgamento dos dissídios de natureza econômica” [...] “A política salarial inaugurada com a promulgação da Lei nº. 4.725 tem o declarado propósito de eliminar as tentativas de reconstituição do salário real mediante reajustamentos efetuados por mera aplicação dos índices de custo de vida (procedimento até então adotado pela Justiça do Trabalho no exercício de seu poder normativo)²²⁷.

A imposição da política salarial contribuiu para aprofundar ainda mais as contradições já existentes, ampliando o conflito com os segmentos sociais que antes

²²⁵. Porém em relação ao movimento sindical, tal atitude tinha seu efeito perverso, como salienta o autor: “[...] Beneficiadas por esse patamar (por mais discutível que ele possa ser, em termos materiais, as lideranças trabalhistas puderam assumir uma dupla identidade funcional: tornaram-se representantes do operariado perante o Estado e representantes do Estado perante o próprio operariado, num curioso papel de cadeia de transmissão que, de certo modo, minava a vitalidade, viciava a autenticidade e comprometia a legitimidade do movimento sindical, ao mesmo tempo em que neutralizava de modo razoavelmente eficaz as inevitáveis tensões entre o capital e o trabalho, mantendo-as dentro dos limites aceitáveis ou tolerados pelas políticas governamentais”. (FARIAS, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1995. p. 31).

²²⁶. Em artigo “A década do arrocho”, registrei alguns aspectos decorrentes desta política recessiva, que a época justificava a sua introdução com base na segurança nacional ou finanças públicas: “As iniciativas legisferantes do Poder Executivo têm se constituído, talvez, na principal causa das inúmeras perdas salariais sofridas pela classe trabalhadora brasileira ao longo dos últimos dez anos. Em 1983, por exemplo, quatro decretos, os de número 2012, 2024, 2045 e 2065, provocaram severa redução no poder de compra dos assalariados que percebiam acima de três salários mínimos [...] Os argumentos utilizados pelo Executivo para justificar suas iniciativas absolutistas não convenceram Tribunais Regionais do Trabalho do país, o TRT da 12a. Região, por exemplo, posicionou-se sobre o problema da seguinte forma: “A regulamentação ou revisão de índices de salário não constitui matéria de segurança nacional ou de finanças públicas; sa disciplina por decreto-lei é inconstitucional”. A despeito, porém, da posição predominante dos Tribunais Regionais, o Tribunal Superior do Trabalho editou o enunciado n. 273 estabelecendo a constitucionalidade dos decretos-leis e sacramentando, assim, um dos maiores arrochos salariais já impostos à classe trabalhadora do país. (MELLO, Prudente José Silveira. *Cadernos da CUT Jurídico e Relações Sindicais*, n. 4, 1990. p. 14-15).

²²⁷ROMITA, Arion Sayão. *Eqüidade e dissídios coletivos*. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1976. p. 155-156.

mantinha sob controle²²⁸, rompendo os canais de interlocução que existiam. Assim o Poder Judiciário Trabalhista não encontrará mais espaço para soluções conciliatórias, ficando restrito e obrigado a julgar os conflitos coletivos de greve e, a partir da ilegalidade delas, em desfavor dos interesses dos trabalhadores.

O salário mínimo havia sido criado no governo de Getúlio Vargas, em 1940, e sofrido desvalorização durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Mas, valorizado nos períodos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, no pré-golpe alcança um dos seus valores reais mais altos na história do país. Seria drasticamente reduzido nos anos de ditadura militar.

A ditadura desde o seu início até o final, por meio de políticas salariais recessivas à classe trabalhadora, diminui o poder de compra dos salários e também o valor do salário mínimo.

Conforme o entendimento de João Sicsú²²⁹ isto foi em razão do pacto estabelecido entre os militares e empresários de “um novo modelo econômico que foi imposto, para promoção do crescimento econômico e realização de investimentos públicos e privados”.

Para João Sicsú:

[...]foi um modelo concentrador de renda que dilapidou o salário mínimo. A ideia que justificava esse modelo foi expressa pelo então ministro Delfim Neto que dizia que era necessário, primeiro, fazer o bolo crescer para, depois, distribuí-lo. Mas foi um modelo concentrador de renda que dilapidou o salário mínimo. O ambiente de repressão política e de sindicatos sufocados favoreceu o arrocho salarial, incluindo aí o salário mínimo. E, de fato, o bolo sugerido pelo ministro Delfim cresceu. O setor público fez grandes investimentos à custa da elevação do endividamento externo. O setor privado também fazia grandes investimentos financiados pela folga financeira devido à redução de custos que representava a folha de pagamento – além de favores concedidos pelos militares a determinados setores econômicos. O arrocho salarial não era uma maldade a mais do regime ditatorial, era sim um vetor importante do modelo econômico de crescimento e investimento. A ditadura durou 21 anos e, neste período, o salário mínimo perdeu, em termos

²²⁸Farias, registra tal fato: “Essa estratégia funcionou sem maiores problemas até o advento do regime burocrático-militar, em março de 64, que tomou algumas decisões básicas em matéria de aumento salarial, de arbitragem nas disputas entre patrões e empregados, de flexibilização do livre contrato e distrato do trabalho e de gestão dos benefícios previdenciários. Uma dessas decisões foi a imposição da Lei de Greve (n. 4.330), em julho do mesmo ano, neutralizando parcialmente as competências da Justiça do Trabalho. Este poder dispunha, até então, da prerrogativa de conhecer, em última instância, os dissídios salariais; já segundo esse texto, passa a ser “nula de pleno direito a disposição de convenção ou acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômica do governo ou concernente à política salarial vigente” (FARIAS, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1995. p. 31).

²²⁹ SICSÚ, João. Salário mínimo na ditadura e hoje. *Carta Capital*, 2014. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/economia/salario-minimo-na-ditadura-e-hoje-643.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

reais, mais de 50% do seu valor. Durante a ditadura, a concentração de renda aumentou de forma extremamente significativa.²³⁰

As políticas salariais não tinham como finalidade única conter a inflação, vinham para cumprir com os interesses do empresariado e da classe patronal que tinha apoiado o golpe, impondo-se uma maior exploração da força de trabalho da classe operária e mais benefícios econômicos para o empresariado. Resta evidente a causa da redução, pois como analisado por Herrera Flores, os fenômenos sociais têm uma razão, uma causa de existir e, no caso, as políticas impostas eram para explorar e violar o direito dos trabalhadores, impedindo a construção de uma vida digna²³¹.

Octavio Ianni, ao escrever sobre o movimento da classe trabalhadora, argumenta que as lutas operárias, o movimento sindical e as greves são processos de luta política, combinada com luta econômica. Ressalta que mesmo dentro de um determinado momento, quando ocorram fatos que ganhem contornos policiais ou militares e pareçam apenas isso, eles necessariamente serão de natureza política. Fundamenta Ianni:

A luta econômica é sempre, necessariamente, e ao mesmo tempo, luta política. Em toda luta sindical, por exemplo, que pode orientar-se predominantemente no sentido de reivindicações econômicas da categoria profissional em questão, em toda luta sindical a luta política está implícita ou aberta, e pode tornar-se um aspecto fundamental. Isto porque esta luta põe sempre em questão o poder; tanto poder da burguesia, vista em si como o poder do Estado burguês, que sob a ditadura expressa exclusivamente o poder da burguesia. Todo o tempo a luta operária põe em causa o poder político da classe dominante; põe em causa o alcance desse poder, os seus limites as suas contradições, as suas tendências; e as suas possibilidades de reforma ou distribuição a luta operária propõe outra forma de poder estatal²³².

As lutas operárias confrontaram, desde o início da industrialização, com os interesses antagônicos representados pelo patronato, em um longo século de lutas, com avanços e retrocessos, como o que se deu com o golpe articulado pelos militares e grandes setores empresariais, contando com a participação e monitoramento dos EUA e defendido abertamente pela imensa maioria dos órgãos de imprensa e amplos setores da sociedade, em uma orquestração civil-militar. Debaixo de uma violenta repressão é instalado o terrorismo de Estado. O movimento sindical só encontrará

²³⁰ *Idem*.

²³¹ HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 137.

²³² IANNI, Octavi. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. p.89.

espaço político para se manifestar a partir da segunda metade da década de 70, com o ressurgimento de greves em polos operários.

CAPÍTULO III - A OPRESSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA E AS GREVES COMO FATOR DE RESISTÊNCIA PELOS TRABALHADORES

A trajetória da classe operária no Brasil, sua origem, organização, lutas e avanços foram tema do capítulo II. Ali se tratou da influência e intervenção do Estado nas organizações sindicais e da desestabilização e desestruturação do movimento, que resultou no golpe de Estado. Esse golpe impôs um sistemático controle e repressão das organizações operárias no país.

Este capítulo III terá como foco a opressão política e econômica sofrida pela classe trabalhadora e a resposta frente ao regime, tendo as greves como seu instrumento maior.

Os principais conceitos com que foram pautadas as questões da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, que embasaram toda a ação militar e legislativa nos "anos de chumbo", são apresentados. Sequencialmente, trataremos do papel das empresas na concepção do golpe de Estado, suas instituições patrocinadoras e propagadoras de ideologia de direita, a articulação das elites orgânicas, da imprensa e dos representantes do capital nacional e estrangeiro para a manutenção do regime ditatorial. O empresariado nacional e também as empresas estrangeiras contribuíram diretamente na construção do sistema repressivo oficial patrocinando ações, direta e indiretamente, em nome da preservação da "família, tradição e propriedade".

Os sólidos vínculos do empresariado com o Governo Militar foram uma associação que visava vantagens para ambos: o governo promovendo legalmente ações arbitrárias para contemplar os interesses das empresas e, em contrapartida, o empresariado bancando financeiramente o dispendioso aparato repressivo que mantinha o poder nas mãos dos militares.

A resposta do movimento sindical organizado veio em forma de protestos e greves, que tomaram conta da cena nacional. Isso provocou a reação da ditadura, que os qualificou como atentatórios à Segurança Nacional, reprimindo-os duramente. Mas a semente da luta operária germinava novamente no bojo do processo de resistência e o movimento ressurgiu com as greves de Contagem e Osasco, que foram sufocadas. Na década seguinte, a classe operária se reergueu no ABC paulista, inaugurando o "novo sindicalismo".

3.1 A Doutrina da Segurança Nacional

Para abordar a questão da Segurança Nacional e o que ela representou no Brasil em termos de controle e repressão, é preciso contextualizar em que condições esse conceito foi talhado. A Segurança Nacional como uma atribuição fundamental do Estado moderno, e sua prerrogativa exclusiva, é um conceito inerente à noção de Estado Nacional, cuja origem remonta ao século XVII:

Segundo Pieranti, Cardoso e Rodrigues da Silva: "Desde a assinatura do Tratado de Westfália²³³ de 1648, o Estado possui atribuições exclusivas como o monopólio do uso da força e o estabelecimento e manutenção da ordem e paz social".²³⁴

O Estado passou a ser reconhecido como um organismo separado e soberano, conforme assinala Valérie de Campos Mello “os princípios de Westfália – não-intervenção e soberania – forneceram a base da ordem internacional dos últimos séculos, prevalecendo em todo o direito internacional e nos documentos das Nações Unidas”²³⁵.

Esse conceito prevaleceu até o momento em que a Guerra Fria estabeleceu outra ordem mundial e dividiu o mundo em dois grandes blocos de poder – “Ou bem se estava aliado ao bloco liberal-capitalista ou bem se estava aliado ao bloco comunista. Washington ou Moscou, alternativas excludentes e definitivas, mesmo e apesar do movimento dos países não-alinhados.”²³⁶

No Brasil, onde temos uma longa tradição de participação dos militares próximos ao poder e presentes desde sua independência em 1822, a ideologia norte-

²³³Referência ao Tratado de Westfália (1648), que é considerado o fundador da sociedade internacional Européia. Tal tratado pôs fim à Guerra de Trinta Anos (1618-1648), durante a qual os católicos Habsburgos, que controlavam uma dinastia de Estados que compreendiam territórios que são hoje a Áustria, a Espanha, a Itália, a Holanda, a Hungria, tentaram impor seu império sobre todas estas comunidades, algumas católicas, outras protestantes. Os Habsburgos perderam a guerra e a paz foi negociada em Westfália, levando à assinatura do Tratado de Westfália.

²³⁴PIERANTI, Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos, SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. Reflexões acerca da política de Segurança Nacional: alternativas em face das mudanças no Estado*-RAP- *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 29-48, jan./fev. 2007.

²³⁵MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional On-line*, Brasília, v. 42, n.1, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100007>>. Acesso em: 14 set. 2015

²³⁶. COSTA, Frederico Carlos de Sá. Sobre o conceito de “Segurança Nacional”. *Tensões Mundiais /World Tensions*. v. 5, n. 9, 2009. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/101/142>>. Acesso em: 14 set. 2015.

americana da Segurança Nacional encontrou terreno fértil, como descreve Joseph Comblin:

Por trás deles (dos motivos que levaram os militares brasileiro a de estarem sensibilizados pela ideologia norte-americana da Segurança Nacional)²³⁷, há em primeiro lugar, a tradição da intervenção do Exército na política. No Brasil o Exército jamais ficou alheio ao governo. Esteve em primeiro plano no tempo do Império (1822-1889). Porém, o Imperador Pedro II foi destronado por oficiais, que fundaram a República. Os oficiais foram os doutrinadores da República, principalmente os oficiais imbuídos da doutrina positiva (Benjamin Constant). Os dois primeiros presidentes foram militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), e quando houve presidentes civis, o verdadeiro poder do Exército não foi afetado. A campanha "civilista" do famoso jurista Ruy Barbosa foi uma tentativa de romper o círculo de ferro do controle militar.²³⁸

Seguindo a trajetória política nacional, houve a intervenção do Exército em 1930, quando Getúlio chegou ao poder e consolidou-se o fim da "República Velha", sendo a mesma força militar que o destituiu em 1945. Até 1964 houveram inúmeras intervenções militares, apesar de ser esse um período de exercício democrático no país. É registrada a presença de candidatos militares em todas as eleições realizadas então - General Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes em 1945, Brigadeiro Eduardo Gomes novamente em 1950, Juarez da Távora em 1955 e Henrique Teixeira Lott em 1960. Com exceção de 1945, quando Dutra venceu, em todas as outras eleições os candidatos militares foram derrotados por candidatos civis, mas setores militares sempre conspiraram com o intuito de impedir a posse dos legitimamente eleitos. É ainda Comblin quem destaca:

[...] Em 1961 quando Jânio Quadros renunciou, os militares quase impediram a posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart. Em suma, quando houve a intervenção em 31 de março -1º de abril de 1964, podia-se pensar à primeira vista, que se tratava de mais um episódio numa longa história de intervenções militares no processo político. Muitos acharam isso. Havia, no entanto, uma ruptura com um certo estilo de intervenções no passado. Tudo o que relembramos fazia parte do que, no Brasil, é denominado, por eufemismo, de "poder moderador" do exército. Daí por diante a intervenção militar não faria mais alusão ao "poder moderados" mas a algo novo, à Segurança Nacional."²³⁹

Esta longa proximidade com o poder corre em paralelo com fatos históricos, nacionais e internacionais, relevantes – com destaque para a Guerra Fria –, que proporcionaram ambiente fértil para o fortalecimento da ideologia da Segurança Nacional e, conseqüentemente, ao doutrinamento da mesma.

²³⁷ Observação do autor.

²³⁸ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 152

²³⁹ *Ibidem*, p.152-153

Joseph Comblin afirma que:

[...] é incontestável que essa doutrina vem diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados aos EUA aprendem-na. O conjunto dos cursos ministrados nas escolas militares norte-americanas são impregnados dos elementos dessa doutrina, se bem que, em sua elaboração como nas pesquisas permanentes das quais é objeto, seja obra dos civis, membros do *National Security People*, que transmitem-na aos militares. É surpreendente constatar a presença dessa doutrina nas atitudes internas e externas dos responsáveis políticos americanos. Assim, internamente, a Doutrina da Segurança Nacional inspirou a existência da "Presidência Imperial", como a denominou A. Schlesinger²⁴⁰, e que consideravelmente o alcance das Instituições Republicanas. Quanto ao Exterior, foi certamente a Doutrina da Segurança Nacional que levou os Estados Unidos a promoverem e manterem as ditaduras militares dos Estado satélites²⁴¹

A trajetória da ascensão dos militares para o poder passou por conflitos internos, ideológicos e políticos, e culminou na tomada de poder em 1964; mas foi ainda no "Estado Novo" que a preocupação de um suposto levante político-social fez com que fosse criada uma legislação específica, com o objetivo de manter a "ordem e a segurança públicas". Essa é a justificativa para a promulgação da Lei 38, de 4 de abril de 1935 - A Lei de Segurança Nacional²⁴², que "definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais."²⁴³

Segundo Maria Luíza Tucci Carneiro:

Uma legislação específica para legitimar a repressão foi aprovada em 1935, e voltou a ser invocada na ditadura militar. Ela incluía a Lei de Segurança Nacional (LSN), o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e as figuras do Estado de Sítio e do Estado de Guerra. A LSN foi promulgada em 1935, definindo os crimes de ordem política e social. Em 1936, a LSN foi reforçada pela criação do Tribunal de Segurança Nacional, órgão da justiça militar cujo foco se voltou para os comunistas envolvidos com o fracassado levante de novembro de 1935. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, 1.420 pessoas foram sentenciadas por este tribunal de exceção.²⁴⁴

²⁴⁰Arthur Schlesinger, historiador norte-americano (1917-2007, autor da obra *Os ciclos da História Americana*.

²⁴¹ COMBLIN, J. Op.Cit. p. 14.

²⁴² BRASIL. *Casa Civil. Lei 38, de 4 de abril de 1935*. Foi posteriormente reforçada pela Lei 136, de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938 e pelo Decreto-Lei 4.766, de 1 de outubro de 1942, que definia crimes militares e contra a segurança do Estado.

²⁴³FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *A era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>. Acesso em: 13 set. 2015.

²⁴⁴ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Quando um país se apequena. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 9, n. 103, abr. 2014. p. 33.

Em 1927, no governo de Washington Luís, foi criado um órgão civil federal, o Conselho de Defesa Nacional, que tinha como missão exclusiva produzir e analisar informações relativas à proteção do Estado²⁴⁵. Em 6 de setembro de 1946, no Governo do General Eurico Gaspar Dutra, foi oficialmente instituído o

Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) cujas funções seriam 'tratar de informações no Brasil', preparando o país para a guerra. Todavia, essas informações levantadas seriam a respeito dos próprios brasileiros, principalmente supostos subversivos.²⁴⁶

Então, se por um lado havia uma força militar inspirada no positivismo – no progresso, na ciência e na indústria – cujo pano de fundo é um incipiente nacionalismo, projetando nesses conceitos um Brasil grande, imenso²⁴⁷; por outro havia uma potência capitalista, sem qualquer pudor em promover ações intervencionistas em prol de conter o avanço comunista, conforme o próprio Presidente estadunidense, Harry Truman compromete-se em 12 de março de 1947, diante do Congresso²⁴⁸ Nacional dos EUA. Estava lançada a Doutrina Truman e iniciada a Guerra Fria. O que estava em jogo? A consolidação do capitalismo.

Conclui Wilson Montagua:

O que é preciso ficar bem claro é o que, os EUA, sob a denominação de Segurança Nacional, defendem não a sua sobrevivência como nação independente, mas sim a sua hegemonia econômica e seu poder de exploração, consentida ou não, sobre os países do terceiro mundo.²⁴⁹

A criação da Escola Superior de Guerra/ESG vem, neste sentido, segundo Eliézer Rizzo de Oliveira como um:

instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos das classes dominantes, entre grupos militares e outros setores do aparelho de Estado (magistrados, políticos, educadores, embaixadores - numa dimensão política e burocrático-administrativa), com o objetivo de promover determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico (as elites) e dotado de uma ideologia (a ideologia da SN) e uma opção estratégica (o Mundo Ocidental), sob a hegemonia dos Estados Unidos.²⁵⁰

²⁴⁵ FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 171.

²⁴⁶ SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Revista Angelus Novus*, n.5, jun. 2013. p. 85.

²⁴⁷ COMBLIN, J. Op.Cit. p. 153.

²⁴⁸ Truman Doctrine. PRESIDENT HARRY S. TRUMAN'S ADDRESS BEFORE A JOINT SESSION OF CONGRESS, March 12, 1947. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>. Acesso em: 11 set. 2015.

²⁴⁹ MONTAGUA, Wilson. A Doutrina da Segurança Nacional. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. v. 6 jul./dez. 1986. p. 31.

²⁵⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (Org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.p.56-86

Mesmo considerando que vários teóricos²⁵¹ questionam a raiz da ideologia da Segurança Nacional e os contornos desta na formação da doutrina da Segurança Nacional - base para a criação da Escola Superior de Guerra/ESG, é mister apresentar que esta origem não é determinada a partir de um pensamento único e sim da confluência de diferentes orientações.

A ESG tornou-se uma instituição que mesclou as orientações americana, francesa e alemã no desenvolvimento do quadro conceitual a seu próprio respeito e sobre a sua função na sociedade. Ela seguiu a tendência internacional no período da Guerra Fria que levou a Inglaterra, França e Estados Unidos a criarem estabelecimentos destinados ao preparo de suas nações para uma política de guerra integrada contra o comunismo liderado pela Rússia.²⁵²

Apesar disso, é incontestável que a ESG - fundada em agosto de 1949, pela Lei 785/49 no Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas – foi estruturada conforme sua similar norte-americana, *National War College*, que passou a ser a grande matriz teórica no meio militar brasileiro.

Na base do pensamento dos ideólogos da Segurança Nacional estava enraizado o conceito de bipolaridade²⁵³ geopolítica e nação - que tem como premissa

²⁵¹Muitos teóricos contestam a posição de Comblin, pois destacam que a influência francesa foi muito mais significativa que a apontada por ele. João Roberto Martins Filho, por exemplo, em seu artigo "A conexão francesa da Argélia ao Araguaia" afirma veementemente que existem bases incontestáveis que questionam as "teses de autores como Joseph Comblin, que defendem a influência doutrinária norte-americana como o principal fator ideológico atuante nos anos 60 e 70 entre os militares do Brasil, Chile e Argentina. Destaca Martins Filho: "A ocultação dessa conexão (conexão militar Brasil- França) torna-se mais estranha diante das evidências de que muitos dos personagens principais do regime militar tinham sido educados à época da Missão Militar Francesa de Instrução, atuante no Brasil entre 1919 e 1940. O primeiro presidente militar, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, não apenas cursara a Escola de Estado-Maior em Paris, como servira como adjunto do tenente-coronel Paul Langlet, quando este ajudou a conceber o currículo da Academia Militar das Agulhas Negras, nos anos 1930.²⁵¹ O idioma francês era a segunda língua de muitos de nossos oficiais no período entre guerras. No final da Segunda Guerra Mundial o comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o general Mascarenhas de Moraes, conduziu em francês as negociações para a rendição de uma divisão alemã diante das tropas brasileiras na Itália." [...] A esta altura, o general Paul Aussaresses já havia publicado seu depoimento sobre os acontecimentos na Argélia, gerando escândalo e desconforto em seu país. Em vários depoimentos o general afirmou que ensinou a doutrina e os métodos aplicados na Argélia a oficiais latino-americanos em Fort Bragg, na Virgínia, mencionando atividades do mesmo tipo na Escola de Guerra na Selva, em Manaus. Entre 1971 e 1973, auge da repressão política, o oficial foi adido militar da França no Brasil."

²⁵² OLIVEIRA, Nilo Dias de. Dossiê: História e Militarismo: os primórdios da doutrina de segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. *Revista História*, Franca, v. 29, n. 2. Dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>>. Acesso em: 11 set. 2015.

²⁵³ "O mundo é dividido entre uma ilha mundial, a Eurásia, e um arco insular. Quem domina ilha mundial, domina o mundo" - Halford John Mackinder - o contexto desta afirmação data da rivalidade entre Inglaterra e Alemanha, mas foi "reajustado" para a situação EUA e URSS - dando ao conceito um sentido mais amplo.

situar os líderes de Estado sobre as relações de força internas e externas e orientar na elaboração de estratégias de defesa.

Explica Bruno Bruziguessi Bueno:

O conceito de geopolítica traz consigo um conceito de nação que se resume em “uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço. Esse projeto supõe um poderio: ela é desejo de poder” (Comblin, 1980, p. 28). Esta relação entre projeto de nação e poder, mediado pela geopolítica, é expressa no Estado, onde se concentrarão aqueles dois elementos. Em alguns momentos, os sentidos de Estado e nação se confundem, bem como deseja as formulações da DSN, ao mesmo tempo em que esta noção de nação é vista como algo homogêneo, como uma vontade única, um interesse nacional, central, fazendo desaparecer todo e qualquer conflito social.²⁵⁴

Joseph Comblin defende que, na América Latina, foi principalmente o Brasil que desenvolveu uma geopolítica nacional:

[...] ela é a formulação explícita dos projetos de expansão que sempre fizeram parte da História do Brasil.

[...] a geopolítica nacional brasileira tem três objetivos: ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial.²⁵⁵

Com base nestes objetivos o Brasil desenvolveu seu "rol"²⁵⁶ de Objetivos Nacionais da Segurança Nacional condensado por Golbery do Couto e Silva, um de seus maiores entusiastas e mentores, como "integração nacional, autodeterminação ou soberania, bem-estar e progresso, ou ainda retomando o que ele considera a essência do Ocidente: ciência, cristianismo e democracia"²⁵⁷.

²⁵⁴ BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do estado brasileiro contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, p. 7-64. 2014. p. 50.

²⁵⁵ COMBLIN, J. Op.Cit. p. 27

²⁵⁶ *Ibidem*, p.51-52 - Comblin apresenta a "Lista de Objetivos Nacionais " brasileira, elencada por José Alfredo Amaral Gurgel, compilada de dados da literatura militar: "Integridade territorial: preservar o território nacional em toda sua extensão, mantendo suas fronteiras atuais. Integridade nacional: consolidar toda a comunidade nacional (língua, ascensão moral, mistura racial e supressão das desigualdades sociais) graças a um espírito de solidariedade crescente entre todos os seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com uma participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã. Democracia: adotar como regime político aquele que é baseado nos princípios democráticos, em concordância com a realidade brasileira. Progresso: conquista, em todos os planos de atividade nacional, de níveis de vida compatíveis com os melhores modelos existentes no mundo e realizados graças os recursos materiais e humanos do País. Paz social: estabelecer um sistema de vida fundamentado na harmonia e solidariedade e resolver os conflitos de interesses entre os indivíduos, grupos e classes sociais sob a égide do Direito, da Justiça social, do Valores morais e espirituais. Soberania: manter a nação intangível, assegurando sua capacidade de autodeterminação e sua coexistência com as outras nações em termos de igualdade de direitos e possibilidades.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 52.

Está claro que a ideia de Segurança Nacional nada tem a ver com defesa nacional, estando sim ligada diretamente às Forças Armadas. O sentido de Segurança Nacional no ideário militar brasileiro era então muito mais abrangente e estava relacionado ao conceito de soberania e de nação e caberia às instituições nacionais, neste caso às forças capitaneadas por influentes membros da ESG, defenderem os interesses estratégicos nacionais. Estes interesses eram subjetivos e, portanto, encontravam-se à mercê dos conceitos das forças que então dominavam a política no país:

Portanto, é possível concluir que o conceito de Segurança Nacional, formatado no interior da ESG, foi muito além de um mero conceito de defesa do território. Pretendeu-se com o conceito de Segurança Nacional absorver diversos significados, muitos deles originariamente afetos à política, à economia e à gestão estatal. Com isso, foi construído um conceito de grande importância para justificar a classe militar como a elite dirigente, bem como de outorgar ao Chefe do Executivo um relevante poder de expedir decretos-*lei*²⁵⁸.

O cenário dos primeiros meses de 1964 deu aos militares a justificativa que precisavam para implementar uma política que visava, inicialmente, restabelecer a ordem e combater os inimigos da democracia, ou melhor, seus adversários políticos. Efetivado o golpe, o recém instituído governo militar tratou de se legitimar por meio de instrumento legal, decretando rapidamente o Ato Institucional número 1 - AI-1 que, em seus 11 artigos, estabelece o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. Estava ali lançada a base da Lei de Segurança Nacional, instrumento legal fundamental para legitimar atos como as torturas e as perseguições da ditadura. Finalmente a doutrina de Segurança Nacional foi transformada em legislação, por meio do Decreto-Lei 314, no dia 13 de março de 1967.²⁵⁹

Um dos sustentáculos do controle do Estado era a informação e, depois de alguns "ensaios" na implantação de um sistema de informações que se desenhava desde os anos JK, é da Escola Superior de Guerra/ESG que surge o Serviço Nacional

²⁵⁸ COSTA, Mauricio Mesurini da; DIRSCHNABEL, Leandro. A doutrina da Segurança Nacional: justificação do governo militar e perseguição do "inimigo". CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO. 5. *Anais...* 29 ago. - 2 set. 2011. p.548

²⁵⁹ Outras Leis de Segurança Nacional - Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969. Essa Lei de Segurança Nacional foi a que vigorou por mais tempo no regime militar. Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Lei mais branda que as anteriores. Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Foi promulgada no governo do presidente João Figueiredo e ainda está em vigor.

de Informação – SNI, em 13 de junho de 1964, criado pela Lei nº 4.341 nos moldes de serviço de inteligência. Em função de sua criação, foram absorvidos o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). O SNI tem como finalidade fiscalizar e coordenar as informações e contra-informações em atividades distribuídas em território brasileiro e países no exterior. Anterior à LSN, a instituição era, na verdade, um eficiente sistema que integrava entidades federais, estaduais e municipais, além da colaboração de instituições privadas.

Para Pio Pena Filho:

Sem informações, a repressão, muito dificilmente alcançaria o grau de eficiência que obteve. A natureza do regime instaurado em 1964 implicou a montagem de um amplo e complexo sistema de informações, que teve, como objetivo primordial a manutenção do novo regime sob comando militar. Paulatinamente, os militares constituíram um amplo sistema de informações que abrangia todo o país e mais, extrapolava em muito os seus limites territoriais. Isso decorreu da decisão do regime em concentrar seus esforços não só na repressão propriamente dita, isto é, nas medidas policiais tradicionais, mas também no plano das informações, com coleta e análise cada vez mais especializadas.²⁶⁰

À frente desse aparato estava o General Golbery do Couto e Silva, que o idealizou ainda no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES. Os fichários (cerca de três mil dossiês), com as informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país, foram absorvidos pelo serviço.

Sua estrutura compreendia uma Chefia - cujo ocupante gozava do *status* de ministro de Estado, com acesso direto à presidência, podendo definir investigações até o banimento de suspeitos, Agência Central, agências regionais, escritórios - que coordenavam os trabalhos de informantes voluntários "cachorros" e agentes remunerados e treinados pelo SNI, os "secretas", que atuavam em escolas, faculdades, universidades, empresas estatais, autarquias, secretarias - administrativa - responsável pelo serviço burocrático; política - vigiava atividades partidárias/parlamentares e familiares e os próprios agentes internos); econômica - responsável pela transações das empresas privadas, bancos, transações comerciais dentro e fora do país e dados da secretaria administrativa, pagamentos, despesas e prestações de contas de toda ordem e vigiava a entrada e saída de moeda estrangeira no país; Ideológica respondia pelo controle e vigilância dos subversivos, das demais

²⁶⁰ PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX) O elo perdido da repressão. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2008. p. 80.

secretarias e doutrinava os "agentes cachorros" e angariava voluntários para a causa da Segurança Nacional em troca de favores; Secretaria Psicossocial - responsável por vigiar as atividades da igreja, pela manipulação da mídia e infiltração de agentes em sindicatos, escolas, universidades, repartições públicas, entidades de classe, entre outros segmentos da sociedade, também tinha como responsabilidade criar sistemas de manipulação das massas com veiculação e criação de factoides e notícias de contra-informação, tarefa que exercia com total liberdade e cuja finalidade era a desestabilização psicológica, causando pânico e desconfianças em prováveis subversivos infiltrados na máquina ditatorial, usavam do experimentalismo para aumentar o alcance de sua ação dentro do terreno adversário, criando sabotagens e condições para que o "inimigo interno" se desunisse e criasse entre si os justicamentos.

Além dessas secretarias, a estrutura ainda contava com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) com a função de coletar informações sobre atividades políticas de funcionários e dirigentes de estatais, autarquias, fundações, companhias de economia mista e até mesmo empresas privadas das entidades subordinadas ou vinculadas aos ministérios, como empresas estatais e autarquias, como, por exemplo, Banco do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz, Companhia Vale do Rio Doce, Fundação Getúlio Vargas e Biblioteca Nacional. As Divisões de Segurança Nacional (DSIs) eram órgãos centrais de informações em um ministério civil, neles também eram coordenadas ações de coletas de dados para envio à agência central. Finalmente, a Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971 com estagiários oriundos das mais diversas classes sociais, tinha a função de facilitar o controle ideológico. Seus melhores alunos eram enviados ao exterior, principalmente aos Estados Unidos e Panamá, onde era mantida escola similar pela *CIA*. Algumas das atividades do SNI eram os grampos telefônicos ("sangrar linhas"), censura postal e investigações, contatos com a *CIA*, além da Operação Condor. Muitos dos documentos coletados desapareceram depois do desmonte do serviço.²⁶¹

Este gigantesco órgão repressivo não era o único a operar no território nacional. Também faziam parte da comunidade de informações órgãos das Forças Armadas - segundas seções do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), as F2; do Exército, as E2; da Marinha, as M2; da Aeronáutica, as A2; dos três ministérios militares, as S2;

²⁶¹ TORRES, Mauro. *A criação do SNI: Serviço Nacional de Informação. Tudo sobre história*, 2012, 1 nov. 2012. Disponível em: <<http://floresdahistoria.blogspot.com.br/>>. Acesso 14 set. 2015.

o CIE (Centro de Informações do Exército); o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica), os serviços secretos da Polícia Federal, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), os Serviços Secretos das Polícias Militares (P2) e os Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas (CODI-DOI's).

Parte fundamental da repressão, a espionagem eram um dos pilares básicos que sustentavam a ditadura no país. A polícia política, a censura e a propaganda eram os outros elementos que cumpriam o papel de colocar em prática os ditames da Doutrina de Segurança Nacional.

Cabia aos órgãos da polícia política o embate direto com os opositores do regime, perseguindo, torturando e eliminando o *inimigo*. A censura estendia suas garras sobre toda e qualquer manifestação cultural, artística e de comunicação, com decretos-leis sistematizando e definindo o que poderia ser ou não exibido, na forma de censura prévia ou determinada. A propaganda política do regime militar contou com a criação da Assessoria Especial de relações Públicas, que fazia as vezes de agência entre o regime e os órgãos de comunicação, sempre veiculando material de ordem ufanista/nacionalista, negando e escondendo o que de fato ocorria nas entranhas do sistema, vinculando sempre a imagem de um Estado democrático cuja bandeira moral e cívica tremulava sobre a falsa lógica de um país sem ditadura.

Todo esse sistema foi determinante no sucesso do golpe, tanto quando ainda não estava organizacionalmente funcionado, mas seu embrião já estava plantado, quanto na manutenção dos 21 anos de ditadura pelos quais passou o Brasil.

A Segurança Nacional estava sim a serviço da ideologia capitalista e encontrou respaldo em todo um aparato civil e militar montado para sua consolidação. As maiores vítimas deste embate foram, em um primeiro momento, a classe trabalhadora, políticos e partidos de esquerda. No afã de estabelecer uma ordem positivista nas relações de Estado e consolidar todo um sistema que favorecia o capital nacional e estrangeiro, foram cometidos crimes e desrespeitados sistematicamente os direitos humanos.

Do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) se destacam dois exemplos:

No combate à guerra revolucionária e à expansão do comunismo, justificava-se toda a forma de opressão contra o inimigo interno. Todos aqueles que simpatizassem ou militassem em defesa do socialismo ou do comunismo, todos aqueles que intentassem subverter a ordem estabelecida, eram alvos. Com esse objetivo, considerava-se importante angariar informação, não

importando a forma de sua obtenção. Nesse contexto, foi editado o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, prevendo a supressão de diversos direitos e garantias – inclusive o habeas corpus para certos crimes. Diversos setores sociais oponentes ao regime militar eram rotulados como inimigos, subversivos e terroristas. Em inúmeros documentos do período ditatorial essas expressões podem ser observadas como justificativa para a repressão e o uso da violência na busca de confissões, delações e informações.²⁶²

[...] um dos aspectos menos conhecidos do horror exercitado pela ditadura militar transparece nos relatos de crianças e adolescentes que, mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “Segurança Nacional”, foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam – caso de José Wladimir Benevenuto. O garoto tinha seis anos quando a casa da família foi invadida pelo Exército, em abril de 1964.²⁶³

[...] como os casos de massacres de trabalhadores durante o regime militar e o apoio dispensado por empresas e empresários para a criação e o funcionamento de estruturas utilizadas na prática de graves violações de direitos humanos²⁶⁴

Mas a máquina governamental não foi o único organismo a promover arbitrariedades em nome da Segurança Nacional. Empresas privadas de capital nacional e estrangeiro, empresas de comunicação e outras instituições, como o Supremo Tribunal Federal, também faziam parte deste sistema de controle e repressão. Destaca a CNV em seu relatório:

No curso do regime ditatorial, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi levado a pronunciar-se a respeito de graves violações de direitos humanos, especialmente por meio de recursos ordinários criminais (RC) e de pedidos de habeas corpus (HC) impetrados em favor de pessoas detidas sob a acusação de crimes políticos.¹ O recorte temporal relativo aos habeas corpus vai de 31 de março de 1964, data da ascensão dos militares ao poder, a 13 de dezembro de 1968, quando foi editado o Ato Institucional no 5 (AI-5), em cujos termos ficou suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a Segurança Nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

[...]A partir desse momento, o STF não mais conheceu das ações ou recursos de HC, nos quais a prisão do paciente – termo técnico para designar aquele que sofre violência ou coação em sua liberdade de locomoção, compreendidos aqui os casos de ameaça – tivesse sido em decorrência de indiciamento por algum desses delitos. Continuou, porém, apreciando recursos criminais em processos sobre crimes políticos, tramitados desde o AI-2 na Justiça Militar.²⁶⁵

Uma das empresas que mais foi beneficiadas pela ditadura foi certamente a Rede Globo, presidida por Roberto Marinho, considerado um *ativo apoiador do*

²⁶² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*, dez. 2014. (Vol. 1). p. 337.

²⁶³ *Ibidem*, p. 427.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 973.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 935.

*regime*²⁶⁶. Esta empresa foi o principal veículo de comunicação de massa que serviu estrategicamente para o regime ditatorial propagar e difundir seus posicionamentos.

Entrando no ar pela primeira vez em 26 de abril de 1965, a TV Globo era resultado de um acordo entre Roberto Marinho e a companhia estrangeira *Time-Life*, firmado em 1962. Entre 1965 e 1966, o grupo *Time-Life* investiu cerca de 6 milhões de dólares na empresa e, segundo o contrato firmado originariamente, tinha direito a 30% dos lucros da TV Globo, aumentando essa participação para 45% em acordo firmado em 1965²⁶⁷.

Frente à essa situação, foi realizada em 1966 uma investigação do Conselho Nacional de Telecomunicações e instalada uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, visto que a vigente Constituição de 1946 proibia a participação de capital estrangeiro em empresa de comunicação nacional, o que configurou como ilegal esta operação comercial. A CPI aprovou o parecer do relator Djalma Marinho (Arena-RN), que concluiu que o acordo Globo/Time-Life era inconstitucional. Mas tal decisão não foi respeitada:

Entretanto, em 1967, em razão das boas relações mantidas entre Roberto Marinho e o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, com o patrocínio do advogado Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, responsável pelos contratos entre o grupo brasileiro e a *Time-Life*, o procurador-geral da República concluiu que este acordo era legal. Posteriormente, em 1969, Marinho comprou a parte da empresa que pertencia ao grupo estadunidense, originando-se, assim, com o apoio do governo militar, o maior conglomerado do ramo das telecomunicações do Brasil. Não é estranho, portanto, que o noticiário jornalístico da Rede Globo tenha sido sempre favorável ao regime ditatorial.²⁶⁸

Como fica evidente depois dessa explanação, a "Segurança Nacional" enquanto ideologia e doutrina foi concebida dentro de uma lógica de consolidação de um ideário capitalista seguindo uma tendência internacional (leia-se estadunidense), que defende essa hegemonia econômica e encontra na caserna sua força propulsora. Mas tal ideário tem na elite orgânica empresarial e nas instituições da sociedade civil o apoio e respaldo necessário, sem os quais seria impossível manter um regime ditatorial durante duas décadas no poder.

²⁶⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório: Textos temáticos. Dez. 2014. (Vol. 2). p.327.

²⁶⁷ *ibidem*

²⁶⁸ *ibidem*

3.2 Articulações empresariais construindo a repressão e exploração dos trabalhadores

O Golpe de 1964 foi, sem dúvida, uma ação protagonizada pelas forças militares brasileiras, respondendo à demanda de parte da sociedade civil - empresários, donos de veículos de comunicação, setores conservadores da igreja e o governo dos Estados Unidos, em defesa da livre iniciativa e do capital. Cabe destacar que o papel das empresas nos anos que se sucederam ao golpe, e durante todo o período da ditadura, foi fundamental para, inicialmente, consolidar o processo ditatorial e, posteriormente, manter a repressão do regime contra seus "opositores".

Desde sua posse na presidência da república, João Goulart foi alvo de uma campanha de desestabilização do seu governo. Mesmo com um significativo índice de aprovação, rádios, televisões e mídias impressas o atacavam sistematicamente. Estes 'ataques' tinham como objetivo criar um clima de insegurança e instabilidade.

Afirma René Dreifuss:

O período de ação de classe organizada, [...] estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando a estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do "esforço positivo" em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES-IBAD. Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando "um plano geral", a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras. O seu fracasso em reprimir a conscientização política das classes trabalhadoras e a surpreendente capacidade do Executivo de não apenas sobreviver, mas, na verdade, de consolidar e obter novas 'posições' fortaleceu sua determinação de tomar de assalto a sociedade política estabelecida. A elite orgânica empresarial se fez defensora e porta-voz dos pontos de vista moderados do centro, ampliando as perspectivas elitistas e consumistas das classes médias e fomentando o temor às massas. Revigorava a percepção solipsista²⁶⁹ das classes médias

²⁶⁹Solipsismo (do latim "solu-", «só» +ipse, «mesmo» +-ismo".) é a concepção filosófica de que, além de nós, só existem as nossas experiências.

quanto à realidade social brasileira e as influenciava contra o sistema político populista.²⁷⁰

Para discorrer melhor sobre esse ponto se faz necessário retroceder alguns anos.

O Brasil, depois da "Era Vargas", encontrou em Juscelino Kubitschek, presidente democraticamente eleito em 1955, um período de estabilidade política, cumprindo seu mandato até 1961, fato que não ocorria desde 1945 com outros²⁷¹ presidentes que o antecederam.

Responsável pelo grande desenvolvimento da indústria - que cresceu 80% entre os anos 1955 e 1961, segundo Skidmore (2010, p. 202) -, implantado por meio do "Plano de Metas", o slogan do governo JK ("*cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo*") era a síntese da política governamental desenvolvimentista, baseada no capital estrangeiro, com incentivos para investimentos e abertura tecnológica²⁷².

Presenciou-se a instalação de indústrias em diversos setores e, também, o controle dos mesmos pelo capital estrangeiro, conforme afirma Gabriel Cohn: "O controle externo das indústrias automobilísticas, de cigarro e de eletricidade variou em torno de 80% a 90%. Nas indústrias farmacêutica e mecânica, a proporção foi de 70%"²⁷³.

A partir daí se tinha o embrião das multinacionais, cujo interesse e influência seriam determinantes na futura orientação econômica e política do país.

²⁷⁰ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes. 2006. p. 246 e 247.

²⁷¹ Café Filho - 24 de agosto de 1954 a 8 de novembro de 1955, Carlos Luz (interino) - 8 a 11 de novembro de 1955, Nereu Ramos (interino) - 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.

²⁷² "Os setores de energia, transportes e indústrias de base foram priorizados e receberam maior atenção e, em torno de, 93% dos investimentos previstos seriam destinados para estes setores. Estes investimentos que seriam destinados a desenvolver os setores da economia brasileira eram baseados, sua maioria, em capital internacional. Durante os anos de 1955 a 1960 entraram no país volumes maciços de financiamento externo para o Plano de Metas. Em 1955 o valor foi de U\$\$ 79,4 milhões, passando para U\$\$ 392,4 milhões em 1958 e diminuindo para a cifra de U\$\$ 242,1 milhões em 1960. E esses financiamentos e investimentos no Brasil eram, em sua maioria, norte-americanos, seguidos pelos capitais da Alemanha, França e Inglaterra. Vindos para completar o investimento interno do governo." (PRADO, Caroline Gonçalves. *Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: o alcance e os limites dos governos Jânio e Jango*. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 34).

²⁷³ INDUSTRIALIZAÇÃO Brasileira. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/industrializacao-brasileira/industrializacao-brasileira.php>>. Acesso em: 6 out de 2015, *apud* COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

A política desenvolvimentista dos "Anos JK" deixou de herança para seu sucessor uma dívida externa de 2 bilhões de dólares, uma economia desequilibrada, ineficiência na máquina administrativa, inflação e um Estado desproporcionalmente influente na esfera econômica. É neste cenário que, em 1961, o Presidente Jânio Quadros assume o governo.

A fim de responder a essas e outras questões decorrentes, Quadros tomou medidas para promover a estabilidade econômica. Tais medidas buscavam caracterizar as diferenças de seu governo em relação ao de JK, mas as iniciativas não tiveram a receptividade esperada. Sobre a questão atesta Octavio Ianni:

Em síntese, depois de alguns meses de exercício real de governo, tornou-se evidente que não era fácil combinar estabilidade financeira e desenvolvimento econômico. E, muito menos, combinar os compromissos financeiros externos, as concessões ao setor primário exportador, a política anti-inflacionária, a intenção de retomar o desenvolvimento econômico e as exigências da "democracia representativa."²⁷⁴

Em 25 de agosto de 1961, depois de sete meses na presidência, Jânio Quadros, o 22º presidente do Brasil, em arriscada manobra política, renuncia ao governo, alegando pressões de "forças ocultas". Tal manobra tinha como intenção provocar uma comoção social que, ao final, confirmasse seu nome na presidência da república e consolidasse seu plano de governo.

O plano de Quadros partia do princípio que após a renúncia iria ocorrer um vazio sucessório, pois o vice-presidente João Goulart encontrava-se em missão oficial na China e os militares não permitiriam sua posse diante do medo do comunismo tomar o país, assim como, a esquerda temia que os militares tomassem o poder através de uma junta, deste modo, o Brasil ficaria acéfalo, sem um presidente. Após este quadro na política, Jânio se tornaria a primeira opção para retornar ao governo, mas voltaria dentro de um novo regime institucional, com poderes autoritários e, sem ele, as forças armadas iriam montar um novo regime, entregando-o a um novo "representante do povo" que conduziria o país através de um esquema viável, deste modo, estaria implantada uma reforma institucional. Porém, este plano, que aos olhos de Jânio era perfeito, falhou.²⁷⁵

Fruto dessa malsucedida manobra de Jânio Quadros, João Goulart chegou ao poder. Primeiro como presidente no período parlamentarista²⁷⁶, com poderes

²⁷⁴ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.p.207

²⁷⁵ PRADO, Caroline Gonçalves. *Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: o alcance e os limites dos governos Jânio e Jango*. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 43.

²⁷⁶ Pelo sistema parlamentar, o **Poder Executivo era exercido pelo presidente e mais um Conselho de Ministros, presidido por um primeiro-ministro**. Por esse sistema, o presidente ficava com o poder enfraquecido, pois não tinha autoridade sobre a política externa, elaborações de leis etc. O governo era, na verdade, exercido pelo Conselho de Ministros. (PEDRO, Antônio. *História da Civilização*

limitados, cargo que exerceu de 7 de setembro de 1961 a 6 de janeiro de 1963, quando finalmente tomou posse como 24º Presidente da República, após o plebiscito que confirma o sistema presidencialista no Brasil, passando a exercer o cargo com todos os poderes garantidos pela Constituição de 1946 e contando com significativos apoios de sindicatos de trabalhadores, governadores de vários estados, algumas entidades empresariais, nacionalistas e setores das forças armadas.

Constava de sua trajetória política a eleição como Deputado Estadual em 1945 pelo Rio Grande do Sul sob a égide do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, e em 1949 como Deputado Federal, cargo do qual abriu mão, primeiramente, para a função de Secretário de Estado de Interior e Justiça, na gestão do governador gaúcho Ernesto Dorneles e, posteriormente, a pedido de seu mentor político Getúlio Vargas, para assumir a pasta do Ministério do Trabalho com o intuito de resolver a crise frente aos trabalhadores.

Com significativa influência no movimento sindical, Jango exerceu o cargo promovendo várias ações a favor da previdência social, como o financiamento de casas, a regulação de empréstimos e o reconhecimento dos funcionários do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Foi a partir de sua demanda que Vargas assinou o decreto do novo salário mínimo, aumentando-o em 100%, como exigia a classe trabalhadora. Essas iniciativas custaram críticas da imprensa e a desconfiança de setores empresariais, sendo acusado de manipulação da classe trabalhadora, inclusive pelo periódico estadunidense *New York Times*.

Deixando o governo após o suicídio de Vargas, João Goulart teve sua gestão marcada e foi visto como o principal *trabalhista* no país, e voltou para a cena política como o vice de JK, de 1956 a 1961. As eleições para presidente e vice, à época, eram separadas e, em 1960, foi eleito novamente vice-presidente do Brasil pela chapa de oposição ao candidato eleito - Janio Quadros.

Marcado pela sua história política, principalmente por sua atuação frente ao Ministério do Trabalho no governo Vargas, João Goulart representava uma “ameaça comunista” para alguns setores da sociedade civil, empresarial e militar. Sua posse, no dia 8 de setembro de 1961, foi garantida pela *campanha da legalidade*²⁷⁷ e por um

ocidental. Disponível em: <<http://histoblogsu.blogspot.com.br/2009/08/joao-goulart-fase-parlamentarista.html>>. Acesso em: 09 set. 20115).

²⁷⁷ Movimento liderado pelo Governador do Rio Grande do Sul com o objetivo de garantir a posse de João Goulart em 1961.

Congresso conciliatório que trouxe a solução da adoção do parlamentarismo para que o presidente tomasse posse, mas com poderes limitados e divididos com um primeiro-ministro²⁷⁸.

À sombra do poder democraticamente instituído crescia o temor da elite orgânica empresarial em relação ao governo e suas ações. Para garantir seu papel no cenário político e social do país e principalmente para "combater o comunismo" surgem o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, duas instituições independentes entre si, criadas e financiadas por grupos empresariais, que começam a atuar em conjunto promovendo sistematicamente ações antigovernistas. Afirma René Dreifuss:

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão [...].

A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos." Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. Os jornais publicavam seus artigos e informações. Para alcançar essa extensão de atividades variadas, o IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro. Relações públicas, peritos da mídia e de publicidade. O complexo IPES/IBAD também era capaz de articular e canalizar o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública. Jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como "manipuladores de notícias" e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública, Estudo e Doutrina e Publicações. Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica.²⁷⁹

Formando assim uma frente com duas linhas de ação, o IPES – com um viés mais voltado às campanhas junto à população – e o IBAD – com ações mais dirigidas para o poder legislativo, governos estaduais, movimento sindical e estudantil –, o empresariado brasileiro de 1964 projetava sua influência direta e massivamente na opinião pública, dando um caráter institucional às suas ações reacionárias com a clara intenção de moldar a opinião pública e fomentar a criação grupos de ação política e ideológica.

²⁷⁸ O parlamentarismo foi aprovado pelo Congresso Nacional no dia 2 de setembro de 1961. No dia 8 de setembro João Goulart assumiu a presidência da república e Tancredo Neves, tornou-se primeiro-ministro. Em julho de 1962, após saída de Tancredo Brochado da Rocha tornou-se primeiro-ministro, e setembro foi sucedido por Hermes Lima.

²⁷⁹ DREIFUSS, R. A., Op.Cit. p. 232.

A estrutura organizacional do IPES estendia-se pelo território nacional com seções regionais como IPESul, IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Paraná, IPES Manaus, IPES Santos e IPES Belém e também operacionalizava por meio de subunidades em cidades do interior e nas empresas, visando estimular ações simultâneas e articuladas.²⁸⁰

Segundo Christiane Jalles de Paula:

O acirramento nos debates sobre as chamadas "reformas de base" – agrária, bancária, urbana, universitária e tributária, promovidas pelo governo Goulart – incitou nos membros do IPÊS a percepção de que o país marchava inexoravelmente para o comunismo e que cabia aos "homens bons" a interrupção desse processo.

Dessa forma, o instituto promoveu intensa campanha anti-governamental. Associando as propostas do governo ao comunismo, a entidade utilizou os mais diversos meios de comunicação na defesa da "democracia" e da livre iniciativa. Publicou artigos nos principais jornais do país; produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas, dentre os quais UNE, instrumento de subversão, de Sônia Seganfredo, dirigido aos estudantes universitários, então tidos como um dos pilares da infiltração comunista.²⁸¹

O Instituto, formado²⁸² por 95²⁸³ empresas e 125 doadores físicos²⁸⁴, também atuou como financiador de diversas entidades que faziam oposição ao governo

[...] como os Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento. O IPÊS-RJ auxiliava igualmente a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.²⁸⁵

²⁸⁰ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Dezembro de 2014. p.347-349. (Vol. 2).

²⁸¹PAULA Christiane Jalles de. *A trajetória política de João Goulart na presidência da República: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES*. Fundação Getúlio Vargas/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em 08 ago. 2015.

²⁸² Observação do autor

²⁸³O governo Kennedy (EUA) foi o maior financiador do IPÊS intermediados pelo seu embaixador Lincoln Gordon. Outras cinco grandes empresas foram responsáveis pelo financiamento - Refinaria União, Light, Cruzeiro do Sul, Icomi, Listas Telefônicas Brasileiras, além de trezentas empresas de menor porte (desde indústrias alimentícias até farmacêuticas), além de diversas entidades de classe. Fundamental foi o apoio econômico do político e banqueiro José de Magalhães Pinto. O capital inicial liberado para o instituto foi de quinhentos mil dólares. Muitas entidades filantrópicas de senhoras cristãs, de orientação conservadora, também colaboraram com dinheiro em espécie, jóias e trabalho voluntário.

²⁸⁴ ASSIS, Denise. *O golpe de 1964 só deu certo porque militares tiveram apoio da sociedade civil*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-29/golpe-de-1964-so-deu-certo-porque-militares-tiveram-apoio-da-sociedade-civil.html>>. Acesso em 08 ago. 2015.

²⁸⁵*Idem*.

Tinha em seus quadros nomes como o do engenheiro Glycon de Paiva²⁸⁶ e do general Golbery do Couto e Silva²⁸⁷. Apesar de seu caráter propagandista, teve, juntamente com o IBAD e por meio destas e de outras entidades, ativa participação na promoção da "Marcha da Família, com Deus pela Liberdade".

Destaque a setenta integrantes e colaboradores (e suas respectivas empresas e instituições) mais representativos do IPES²⁸⁸: Aginaldo Bezerra - Associação Comercial do Paraná - ACOPA, Aluísio Aragão Villar - Sindicato das Industrias de Fiação e Tecelagem no Estado de Minas Gerais, Álvaro Borges - Moinhos Rio Grandenses, FEDERASUL - Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS, ACPA - Associação Comercial de Porto Alegre. Bunge & Born, Fundação Minuano S. A, Amadeu da Rocha Freitas - Engenheiro e diretor do IPESUL, Antonio Gallotti - Light e Braskem, Antônio Jacob Renner - A. J. Renner & Cia., Deputado estadual /1935, Conselho Consultor do Estado do RS, Centro de Indústria Fabril, FEDERASUL, Antonio Mourão Guimarães - Magnesita, Antônio Saint-Pastous de Freitas - Academia Nacional de Medicina, Universidade do Rio Grande do Sul (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande FEDERASUL, Asdrúbal Bellegar - Distribuidora Cummins, Augusto Trajano Azevedo Antunes - ICOMI/ Minas Gerais e em 1948 iniciou as atividades de mineração no Amapá. Fundou a CAEMI, empresa de mineração, que desde o ano de 2003 pertence à Companhia Vale do Rio Doce, Cândido Guinle de Paula Machado-Docas de Santos, Banco Boa Vista, Cia Brasileira de Energia Elétrica, Carlos Eduardo d'Álamo Lousada - Santana de Iguapé Empreendimentos, Carlos Osório Lopes - Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem - CBR, Celso de Melo Azevedo - Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, Donald Charles Bird - Joaquim Oliveira S. A., Conselho Administrativo da Granja Quatro Irmãos, Ferragem Americana S. A., Imobiliária Real., Associação Brasileira de Supermercados, Supermercado Real, Emílio O. Kaminski - Banco Agrícola Mercantil, Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, Fábio Araújo Santos - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande FEDERASUL, Felipe Arno - J. H. Santos S/A Comércio e Indústria, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande FEDERASUL, Flávio

²⁸⁶ Presidente BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento-1955/1956 Engenheiro/economista e um dos fundadores do IPES.

²⁸⁷ General e geopolítico brasileiro e um dos principais teóricos da doutrina de Segurança Nacional|>, concebida nos anos 50 pelos militares brasileiros.

²⁸⁸ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Dezembro de 2014. (Vol. 2). p. 317-318.

Galvão - Jornal "O Estado de São Paulo", Gilbert Huber Jr.- Listas Telefônicas do Brasileiras - LTB, Glycon de Paiva - BNDES (1955/1956), Engenheiro/economista , Fundador IPES, Harold Cecil Polland - Banqueiro e empresário, Haroldo Junqueira - Grupo União, Harry Burger - Grupo Gerdau, Hélio Beltrão - Grupo Mesbla, Henning Albert Boilesen- Grupo Ultra, Henrique de Botton - Grupo Mesbla, Herbert Levy - Banco América (fundiu ao Banco Itaú em 1969), Gazeta Mercantil e Notícias Populares, Israel Klabin - Indústria Klabin de Celulose, Itacyr Pinto Schilling - Casa Masson, Ivan Hasslocher - *Adep e a Promotion S.A.*, proprietário de várias agências de propaganda, João Batista Leopoldo Figueiredo - Itaú e Scania, Jonas Barcelos Correia - Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Jorge Oscar de Mello Flores - Sul-América Seguros, Chase Manhattan Bank, Josafá Macedo - Ruralista, José Ermírio de Moraes- Grupo Votorantin, José Luís de Magalhães Pinto - Banco Nacional de Minas Gerais, José Luis Moreira de Souza - Grupo Ducal, Júlio de Mesquita Filho - Jornal "O Estado de São Paulo", Kurt Weissheimer - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Sul - ASCAR, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural , Banco Agrícola Mercantil, FARSUL, Laércio Garcia Nogueira, Lucas Garcês - Eternit do Brasil Amianto e Cimento, Luís Villares - Aço Villares, Manuel Linhares de Lacerda, Mário Henrique Simonsen - Banco Bozzano Simosen, Mário Ludolph - Cerâmica Brasileira, Octávio Frias - Grupo Folha, Octávio Gouvêia de Bulhões - Grupo Hanna Co., Octávio Marcondes Ferraz - Rodger, Valizer e Carbono Lorena, Oscar Nicolai, Oscar Schrappe Sobrinho, Ostaja Roguski - Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná, Confederação Rural Brasileira, Oudinot Villardino - , Paulo Assis Ribeiro -, Paulo Ayres Filho - , Paulo Barbosa Lessa - Faculdade de Direito da PUCRS, Faculdade de Direito da UFRGS, Desembargador do Tribunal de Justiça, Paulo D'Arrigo Vellinho - Springer, FIERGS (1971-1974), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo do Couto e Silva, Paulo Egydio Martins, Paulo Ferraz - Estaleiro Mauá, Paulo Galvão - Banco Mercantil de São Paulo, Paulo Reis de Magalhães, Perylgel - Grupo Ultra, Roberto Campos - BNDES, Embaixador, político (deputado federal, senador e ministro), Rui Gomes de Almeida, Ruy Castro Magalhães, Salim Schama - Grupo Schama, Sebastião Dalísio Mena Barreto - General da Reserva, e Zulfo Malmann.

Instituições como o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Associação Comercial de São Paulo, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de

Janeiro e o Conselho Nacional das Classes Produtoras, do Serviço Social da Indústria, são exemplos de que as mais significativas e influentes instituições da classe empresarial estavam nos quadros do IPES.

Diversos bancos - nacionais e estrangeiros - participavam do esquema de repasse de dinheiro compondo uma intrincada rede operacional, como aponta Dreifuss:

Ivan Hasslocher²⁸⁹, o IBAD, a Adep e a Promotion S.A. mantinham contas e sacavam dinheiro das agências brasileiras de três bancos estrangeiros: o Bank of Boston, o First National City Bank of New York e o Royal Bank of Canada, bem como daqueles brasileiros, como o Banco Mineiro de Produção, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais e o Banco Andrade Arnaud. Acreditava-se também que os bancos Novo Mundo, Irmãos Guimarães e Nacional do Norte serviam de canais para a rede IBAD/Adep. O IPES mantinha contas em muitos desses bancos. Diversos deles eram, por sua vez, contribuintes do complexo IPES/IBAD e diretores ou proprietários destes bancos eram seus associados e ativistas. Tanto o ex-secretário geral, quanto o ex-tesoureiro da Adep afirmaram que nos cento e cinquenta dias precedentes às eleições de 1962, só a Adep fez uso de mais de um bilhão de cruzeiros. (Segundo os índices de inflação da Fundação Getúlio Vargas, calculados em 1977, tal soma era, nessa época, o equivalente a cerca de 62 milhões de cruzei ou aproximadamente 5 milhões de dólares.)".²⁹⁰

Em janeiro de 1963 Goulart, já como presidente no sistema presidencialista, potencializou a agenda das Reformas de Base:

conjunto de ações de caráter social, redistributivo e estatizante que podemos perceber quando relacionamos algumas propostas: a) limites ao capital estrangeiro; b) estatização de empresa e intervenção estatal; c) descentralizar os investimentos; d) fortalecimento do mercado interno; e incentivo a pequena e média empresa nacional; f) maiores investimentos em áreas sociais; e g) melhorias salariais e na distribuição de renda, cuja consolidação necessitava de aprovação constitucional e promoveria a independência econômica do país.²⁹¹

Ao contrário do que até recentemente se apregoava, Jango contava com o apoio de 72% da população e suas propostas eram igualmente apoiadas pela maioria dos brasileiros, conforme uma pesquisa Ibope recentemente revelada pelo historiador Luiz Antonio Dias²⁹², mas tal aprovação não encontrava eco na elite burguesa e

²⁸⁹(Nota do autor). Ivan Hasslocher era dono da agência de propaganda S.A. Incrementadora de Vendas Promotion, fundador e dirigente do IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, entidade que operava por meio do Royal Bank of Canadá as contribuições das grandes empresas nacionais e estrangeiras, principalmente as norte-americanas.

²⁹⁰DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 330.

²⁹¹MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do Governo de João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. p. 262. *apud* PRADO, C. G. Op.Cit.p.117.

²⁹²MARTINS, Rodrigo. Entrevista: Verdade exumada. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/773/verdade-exumada-5637.html>>. Acesso em: 11 set. 2015.

principalmente no setor empresarial, que via no discurso de Goulart a ameaça da instalação de uma "ditadura socialista" no país. Afirma Élio Gaspari:

Mesmo fortalecido, Jango não tem apoio parlamentar para aprovar as "Reformas de Base", seu principal projeto de governo, que incluía, entre outros pontos, a nacionalização de empresas estrangeiras e a reforma agrária. Sem força, ele se alia à esquerda nacionalista²⁹³.

No dia 13 de março de 1964 João Goulart reafirma, frente aos 300 mil presentes, suas "reformas de Base" destacando a nacionalização das refinarias privadas de petróleo, a desapropriação, para fins de reforma agrária, de propriedades às margens de ferrovias, rodovias e zonas de irrigação de açudes públicos.

Sob o pretexto de vencer o "perigo comunista", representado pela "república sindicalista" ou "perigo vermelho", e em resposta direta ao Comício da Central do Brasil, grupos antigo vernistas organizam, em 19 de março, "*dia de São José - padroeiro da família e dos trabalhadores*", a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", exigindo o fim do governo João Goulart.

A idealização da marcha partiu do deputado federal Antônio Sílvio Cunha Bueno (PSD), um grande proprietário de terras e diretor da norte-americana Willys-Overland Motors do Brasil, cuja matriz ficou famosa pela fabricação, em parceria com a Ford, do jipe usado pelos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Ao contrário da propagandeada supervalorização do papel dessas mulheres na condução dos protestos, a organização da marcha não ficou a cargo nem da UCF nem do MAF,²⁹⁴ ambas entidades sediadas em São Paulo. Quem levou o evento adiante foi o próprio Cunha Bueno, além de outros políticos paulistas, como o vice-governador Laudo Natel, Roberto de Abreu Sodré (UDN) e Conceição da Costa Neves (PSD), deputada mais votada no estado nas eleições de 1962.²⁹⁵

A "Grande Imprensa", ou seja, os grandes veículos de comunicação nacional, não apenas clamava pela intervenção militar como participava ativamente das organizações criadas com o firme propósito de contrapor-se ao governo. Por exemplo, a Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, movimento preparado e financiado pelo IPES, teve total apoio de Roberto Marinho, e o seu lançamento aconteceu no auditório do jornal *O Globo*, no Rio. Em São Paulo, a família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de São Paulo*, participou ativamente da fundação da União Cívica Feminina - UCF na figura de Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio de

²⁹³ GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.48-49.

²⁹⁴ UCF (União Cívica Feminina) e MAF (Movimento de Arregimentação Feminina).

²⁹⁵ AMORIM, Felipe; MACHADO, Rodolfo. A espera da verdade. *ÓperaMundi*, 21 mar. 2014. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+d+e+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>>. Acesso em 13 set de 2015.

Mesquita Filho, e Regina Figueiredo da Silveira, primeira presidente da união paulista e irmã do banqueiro João Baptista Leopoldo Figueiredo, presidente do IPES e primo do último presidente do ciclo militar - João Figueiredo²⁹⁶.

Fica claro que toda essa movimentação da elite empresarial tinha como objetivo o combate direto ao governo eleito, sob a justificativa de manutenção de seus interesses. Este movimento não era algo isolado, fazia parte do conflito *Leste x Oeste*, com grande importância na geopolítica.

Para Paul Singer:

O movimento militar de 1964 'coincide com uma redivisão internacional e que consiste precisamente em transferir a países semi-industrializados, como o Brasil, determinadas linhas de produção industrial. A crescente exportação de bens industrializados pelas multinacionais instaladas no Brasil aumenta a importância destas empresas no cenário econômico nacional, pois delas passa a depender cada vez mais a Balança de Pagamentos. Sendo estes bens adquiridos por subsidiárias nos países importadores das mesmas multinacionais que os exportam – como a Ford do Brasil, que fornece motores à sua matriz americana -, sua presença no Brasil passa a se justificar não apenas por trazerem recursos de capital e know-how técnico, mas também por assegurarem mercado para uma parcela crescente de nossas exportações.²⁹⁷

Este cenário culmina no golpe de 1964 e com a deposição do presidente democraticamente eleito. Entre os líderes do movimento golpista está o Marechal Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, e o Governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, fundador e proprietário do Banco Nacional e um dos grandes incentivadores do IPES.

A rebelião tem início em Minas Gerais, na madrugada de 31 de março para 1º de abril, Jango é deposto, conforme Moniz Bandeira, sem qualquer resistência²⁹⁸, e tem início uma ditadura militar que durará até 1985.

²⁹⁶ *Idem*.

²⁹⁷ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 1988. p. 21.

²⁹⁸ Segundo Moniz Bandeira: "A disciplina militar, não obstante os abalos, não se rompera. Os aparelhos ideológicos de dominação mostraram sua eficácia. Tanto que, como Goulart acentuaria 'os generais comandantes das grandes Divisões embora leais ao Governo e à Constituição não contaram, para uma ação imediata, com a colaboração dos escalões intermediários, instrumentos básicos para qualquer operação e que estavam contaminados pela propaganda do perigo comunista, no qual o honestamente acreditavam'. Assim o Exército caiu quase inteiro sem luta [...] O general Luís Cunha Mello não conseguiu sequer aqueles dessem carros de combate, nem mesmo com a ordem de Goulart quando marchou para deter a coluna de Mourão Filho, na divisa do Estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais, os oficiais que acompanhavam, a começar pelo Coronel Raimundo Ferreira de Souza aderiram, à sublevação com todo o Regimento Sampaio. O argumento utilizado para seduzi-los fora o mesmo: a ameaça de *comunização* do País. Nos dois dias em que o golpe de Estado se desenvolveu, Goulart ouviu de muitos oficiais superiores frases como esta: 'Os oficiais não estão contra seu presidente, mas sim, contra o comunismo'. O comunismo. Eis a chave da questão. Que era, porém, o comunismo? Havia soviets no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a

A historiadora Heloisa Starling, que assessorou a Comissão Nacional da Verdade, ao comentar sobre a “*gênese da ditadura militar*”, ressalta que ainda há um “silêncio sobre o apoio da sociedade brasileira e, em especial, sobre o papel dos empresários”. Porém, Starling aduz que está comprovada a participação dos segmentos empresariais desde a elaboração do golpe. E sua colaboração posterior, com a estrutura repressiva que foi implementada, sob a forma política de Estado, com recursos financeiros e equipamentos que foram utilizados pelos aparelhos repressivos, que torturaram, assassinaram, realizaram sequestros e desaparecimentos de pessoas consideradas subversivas. Argumenta a historiadora que:

[...] o silêncio sobre os responsáveis pelo financiamento e pela construção de uma complexa estrutura de informação e repressão que deu autonomia aos torturadores; prevaleceu, em muitos casos, sobre as linhas de comando convencionais das forças armadas; utilizou do extermínio como último recurso de repressão política; alimentou a corrupção; produziu uma burocracia da violência; fez da tortura uma política de Estado. A compreensão de que o golpe de 1964 tinha natureza política militar e civil e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor o presidente João Goulart.²⁹⁹

Conforme o Relatório da Comissão da Verdade, o envolvimento das empresas nacionais e estrangeiras sediadas em São Paulo, no dia 31 de março/1º de abril, foi determinante, pois participaram ativamente da ação por meio de algum tipo de colaboração - seja financeira, empréstimo de veículos, peças de reposição e equipamentos variados, local, fornecimento de algum tipo de insumo, alimentação e outros.

O mesmo relatório cita nominalmente as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda. Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia.

propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical que as classes, dominantes pretendendo comprimir os salários queriam interceptar. Era sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava a remessa de lucros. Era tudo o que contraria os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart da Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores. Efetivamente pela primeira vez no Brasil, a pressão dos trabalhadores alcançava o nível da Presidência da República influenciando o comportamento e as decisões políticas do governo”. BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 177-178.

²⁹⁹ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, n. 12, jul. 2015, p. 37-46.

de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, GoodYear, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Peceniski (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do Brasil. Dessas, pelo menos a Cia. de Cigarros Souza Cruz, a Eucatex S/A Indústria e Comércio, a B.F. Goodrich e a Pirelli S/A, que mantinham laços diretos com o IPES.³⁰⁰

A ação colaborativa envolvia uma logística entre empresários do IPES e oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) que desde 1963 “articulou-se junto à presidência da Fiesp, [...] o governador do Estado [Adhemar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública” e “iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964”³⁰¹. Criando um grupo de trabalho industrial, a FIESP possibilitou que o II Exército se tornasse uma “unidade móvel”, o que era estrategicamente fundamental para o sucesso da empreitada.

Sobre o tema, o empresário e ex-governador de São Paulo, Paulo Egídio, em declarações prestadas à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo³⁰², declara que é “difícil encontrar alguém que não tenha financiado a conspiração” e que os empresários usavam dinheiro de “caixa dois” para fazer as doações: “Ninguém doava dinheiro de lucro”.

³⁰⁰ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Dez. 2014. (Vol. 2). p. 321-322.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 322 citando Cf. GRASSI, Quirino. A empresa e a mobilização nacional. Escola Superior de Guerra, 1972. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/poder/2014/05/31/image2014-05-31-113104.pdf>>.

³⁰² *Ibidem*, citando “Paulo Egydio: Mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel”. O Globo, 26/11/2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

Mas o papel do empresariado nacional na ditadura não termina aí. Sem dúvida, o envolvimento das empresas, seus proprietários e representantes demonstra que, mais do que simples entusiastas do Golpe Militar de 1964, eles foram diretamente responsáveis e protagonistas da ação³⁰³ e isto expõem claramente que o interesse era combater o avanço da classe operária, a organização dos trabalhadores. O "pano de fundo" foi a "ameaça vermelha", mas este estratagema funcionava muito mais como justificativa para o real objetivo – conter o movimento sindical organizado, que ganhava cada vez mais força. Derrotar a classe operária e projetar a "modernização econômica do Brasil" era a pauta que se consolidou como o "milagre econômico".

Imediatamente após o exitoso golpe a FIESP forma o GPMI - Grupo Permanente de Mobilização Industrial:

É a própria entidade que explica: Da conscientização das dificuldades operacionais das Forças Armadas, aliada à adequação do momento político e ao apoio das organizações militares, sediadas no estado de São Paulo, e com o aval dos ministérios militares, assim como do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), surgiu o GPMI da FIESP. Esse tinha por incumbência servir de intermediário no relacionamento indústria -Forças Armadas, no esforço de alertar a indústria nacional, compreendida como a totalidade do parque industrial instalado no território nacional, de que o preparo permanente da mobilização industrial é a única solução para o país estar adequadamente preparado para situações excepcionais.³⁰⁴

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade³⁰⁵ apresenta ainda que:

[...] entre 1964 e 1967, o GPMI atuou em estreita cooperação com o governo do general presidente Humberto Castelo Branco, criando-se comissões de trabalho integradas por civis e militares. Foram adotadas várias iniciativas no sentido de incrementar a produção de bens considerados necessários à manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas e de suas forças auxiliares, como a Força Pública de São Paulo. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, “após o golpe de 1964 e com a ditadura instalada, alguns ajudaram a financiar a Oban (Operação Bandeirantes)³⁰⁶, organização criada pelos militares para coordenar a repressão aos opositores do regime”. Isso constituiria uma linha de continuidade, desde o golpe, na relação de empresários com a estrutura coercitiva do regime e a perpetração de graves violações dos direitos humanos. Finalmente, deve-se observar, na relação entre segmentos empresariais e as estruturas militares do Estado, uma das expressões mais significativas da participação civil no regime ditatorial.

³⁰³ Ver artigo de Juan Pablo Bohoslavsky e Marcelo D. Torelly: que abordam a cumplicidade entre os empresários e a ditadura militar; a política econômica implementada, arrochando os salários e retirando direitos dos trabalhadores, beneficiando a ‘elite em troca da compra da lealdade’. Destacando a participação das ‘elites’, na violação de direitos humanos, para obter maior lucratividade. (BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo D. Cumplicidade financeira na ditadura brasileira: implicações atuais. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 6, 2012. p. 70-117).

³⁰⁴ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Dez. 2014. (Vol. 2), p. 322.

³⁰⁵ *Idem*.

³⁰⁶ MENDONÇA, Ricardo. Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 1962. *Folha de São Paulo*, 1 jun. 2014.

Todo o "apoio" e "incentivo" dado inicialmente ao golpe pelas empresas/empresários desdobrou-se em ações diretas e efetivas e resultou em grandes vantagens para as que participaram e em "punição" para as que não o apoiaram. Discorre Possas:

Durante a ditadura militar, a relação entre as empresas capitalistas e o aparato de repressão se estreitou. Os trustes passaram a controlar os setores mais dinâmicos da indústria como a indústria automobilística (99,8%); farmacêutica (100%); eletro-eletrônico (80%), plásticos/borracha; autopeças, bebidas/fumo, máquinas/equipamentos e distribuição de derivados de petróleo.³⁰⁷

Não foi diferente no setor agrícola onde o: "[...] domínio imperialista se integrou com o latifúndio. Ampliou o monopólio da terra e ergueu grandes complexos agroindustriais, agropecuários, agroquímicos e madeireiros, associando-se a uma burguesia rural, com a eliminação do pequeno agricultor."³⁰⁸

Os empresários que não apoiaram o golpe sofreram graves consequências, como exemplo, o caso da Companhia Aérea Panair³⁰⁹ do Brasil, uma das pioneiras do país, com 35 anos operando em território nacional, a maior empresa do setor e a segunda maior empresa privada do Brasil em 1964, com 7.000 funcionários, sede no Rio de Janeiro e única com concessão de voos internacionais. Seus proprietários Mario Wallace Simonsen³¹⁰ e Celso da Rocha Miranda, por defenderem a Constituição e apoiarem João Goulart, foram perseguidos pelo regime militar a ponto de terem sua licença de operar em território nacional cassada, em decreto arbitrário do governo Castelo Branco, ainda em 1964, e sua falência decretada em 11 de fevereiro de 1965. Sem nenhum título protestado nem impostos atrasados, foi obrigada a encerrar suas atividades sob a alegação de que "não tinha meios para saldar suas dívidas e que estava proibida de voar" em telegrama assinado pelo então Ministro da Aeronáutica Eduardo Gomes:

³⁰⁷POSSAS, Mario Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. (Vol. 2). p. 24-25.

³⁰⁸LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES - CUARTA INTERNACIONAL. *A luta contra a ditadura e a luta de classes*. 18 ago. 2012. Disponível em: <<http://litci.org/es/archive/a-luta-contra-a-ditadura-e-a-luta-de-classes/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

³⁰⁹ Ver a obra Daniel Leb Sasaki "*Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar*" de. Rio de Janeiro, Record. O autor narra, apresentando documentos, questionando decisões judiciais e esclarecendo como foi o processo de perseguição ao grupo econômico de Mario Wallace Simonsen. Esclarece como lhe foi tomada a companhia Panair, símbolo da aviação brasileira, em razão do apoio e compromisso que tinha com o modelo capitalista pré-golpe, para beneficiar empresários alinhados ao regime militar que se impôs, pós 1964.

³¹⁰ Ver o filme do diretor Ricardo Pinto da Silva, ano 2015, sobre "*Mario Wallace Simonsen, entre a Memória e a História*", onde o diretor conta a trajetória do empresário, do auge até a destruição do seu grande conglomerado, ao ser perseguido e destruído pela ditadura militar.

À noite, tropas do Exército invadiram os hangares da Panair e a Varig (Viação Aérea Riograndense) imediatamente assumiu todas as concessões de linhas aéreas e propriedades da concorrente. E conseguiu fazer isto sem atrasar nenhum voo. Provavelmente, tinha sido alertada sobre os caminhos se abriam para ela naquele grande abril³¹¹.

Em relação ao caso da Companhia Panair, foi elaborado o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, com apoio do Grupo Justiça Autoritária (PGD-UFRJ/FAPERJ/CEV.RIO), sob responsabilidade de Carol Proner, que entre as conclusões, aduz que o Judiciário Brasileiro, assim como em outros países, como Argentina, também foi conivente com o regime militar, permitindo que se promovessem arbitrariedades:

A companhia foi impedida de se defender, mesmo quando dispôs assumir a totalidade das dívidas arbitrariamente fixadas no processo de liquidação para converter a falência em concordata.

Para responder a pergunta sobre se ainda permanece o autoritarismo do poder judiciário do caso Panair do Brasil é preciso verificar se o poder judiciário foi capaz de corrigir os abusos praticados por ele próprio ao longo do tempo nas sucessivas e ininterruptas ações processuais que levaram à derrocada da empresa. Sabe-se que a empresa foi reaberta e propôs ações judiciais contra União para reaver seus direitos. A resposta do judiciário aos legítimos direitos dos empresários é o que poderá responder se a perseguição permanece ou não.

O modelo de justiça de transição adotado pelo Brasil, tardio em relação a outros países latino-americanos, foi construído estruturalmente no eixo reparatório, privilegiando a memória, as vítimas e os projetos de vida interrompidos. Com o surgimento da Comissão Nacional da Verdade e o movimento de proliferação de comissões estaduais e de entidades pelo país, surge indiscutível avanço na dimensão da anistia como busca pela verdade. É na dimensão da anistia como justiça que o Brasil deixa de avançar e este é o campo de ação privilegiada do judiciário. O poder judiciário resiste em reconhecer plenamente a extensão do golpe e do regime civil-militar e se nega a cumprir com o seu papel. A decisão conflitante entre a ADPF 153/2010 que tratou da revisão da Lei de Anistia de 1969 e a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Gomes Lund X Brasil/ 2010) evidenciam o descompasso entre cortes de justiça no que se refere aos crimes de lesa humanidade, afetando imediatamente o sentido último da justiça de transição, qual seja, o fim da impunidade, a garantia de não repetição.

O caso da Panair do Brasil, nunca reparado nem econômica nem moralmente frente a empresários e funcionários é uma mancha escura na história do judiciário brasileiro e mais um exemplo de permanência autoritária que afetou a possibilidade de transição para a democracia³¹²

Mas, há muito mais do que perseguição política. O grupo de empresas liderado por Mário Wallace Simonsen, um dos homens mais ricos do país à época, era formado pela TV Excelsior, pela COMAL -Companhia Paulista de Comércio do Café, maior

³¹¹ SUL 21. O caso *Panair*: o esquecimento de que a ditadura fazia mais que torturar. 24 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-caso-panair-o-esquecimento-de-que-a-ditadura-fazia-mais-que-torturar/>>. Acessado em: 28 ago. 2015.

³¹² PRONER, Carol. Relatório Final à Comissão Estadual da Verdade. *Projeto Justiça Autoritária. Subgrupo Panair*. Rio de Janeiro: Faperj-CEV Rio, 2015. p. 71-72.

exportadora de café do Brasil (o café respondia por dois terços das exportações nacionais), pela Editora Melhoramentos, Banco Noroeste, Supermercado Sirva-se (o primeiro a existir no Brasil), Rebratel, Banco Noroeste e mais 30 empresas. O desbaratamento destas empresas privilegiou e favoreceu empresários ligados ao regime como a Varig, os Diários Associados, que queriam o mercado da TV Excelsior, e as empresas americanas de café, representadas por Herbert Levy³¹³, cujo interesse era a COMAL. Como deputado, Levy foi o responsável pela CPI da COMAL em 1964, que cancelou a licença da empresa para comercialização de café, sem que ela tivesse um único título protestado.

Idênticos artificios foram utilizados na Argentina, para apropriar-se de bens de empresários discortantes com o regime militar. Federico Delgado salienta que foi uma mercantilização de terror a forma como se utilizou o poder, para fazer negócios e impor reformas na sociedade, através de uma pilhagem organizada, indicando as seguintes práticas:

[...] expedientes que demuestran la disolución ilegal de grupos económicos, con efectos reunerativos para personas de algún modo relacionadas con la coalición de gobierno. Específicamente, las causas 8405/10 sobre el grupo Chavanne, 6073/03 sobre el grupo Oddone, 3260 sobre el grupo Defranco Fantín, 12 649/2006/3 sobre grupo Gutheim, 6279/97/11 sobre el grupo Saiegh. Todas giraron en torno a un conglomerado de firmas ramificadas entre la actividad industrial y la financiera. Sus responsables fueron privados ilegalmente de la libertad, varias de sus empresas fueron intervenidas por un juez con competencia criminal de primera instancia del fuero federal de la Capital Federal y su giro comercial fue interrumpido de manera abrupta. Además, en todos estos casos el Estado intervino de manera alternativa o conjunta, a través de la Policía Federal Argentina (PFA), el Banco Central de La República Argentina (BCRA) y la Comisión Nacional de Valores (CNV). El recorrido fue siempre similar: algunas reuniones en las que se presionaba a la víctima por cuestiones privadas pero invocando la autoridad del Estado. Luego, una tormentosa privación ilegal de la libertad. Más tarde, la judicialización del caso, que facilitaba la intervención de las empresas para conducir los negocios bajo un cierto paraguas legal, siempre contando con el amparo de los amplios tipos penales de la Ley 20 840 de subversión económica.

En otras palabras, se invocaba una política pública – combatir la subversión – para hacer negocios privados.³¹⁴

Em relação aos grandes empreiteiros no Brasil, Pedro Henrique Pedreira Campos descreve o poder que conquistaram durante a ditadura militar, em especial: Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Cetenco e Rabello.

³¹³ Fundador dos jornais Gazeta Mercanti e Notícias Populares, deputado federal por dez mandatos consecutivos, entre 1947 e 1987, pela UDN, Arena, Partido Popular, PDS, PFL e PSC e secretário da Agricultura do Estado de São Paulo em 1967, durante a administração Abreu Sodré.

³¹⁴ DELGADO, Federico. El pillaje organizado. In: VERBITSKI, Horacio; BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina. Siglo Veintiuno. 2013. p. 320.

Com as vantagens auferidas, se permitiu que pudessem atuar em muitos países do mundo, em obras de transporte, energia, construção pesada, entre outros. Tal fato foi decorrente da ‘retração do mercado interno e uma super acumulação de capitais na economia brasileira’. Pedreira Campos destaca que:

[...]emergiu no fim da década um capital monopolista brasileiro, principalmente em três setores-chave: o bancário e financeiro (com grupos como Moreira Salles, Bradesco, Itaú), o Industrial pesado (com os grupos empresariais Gerdau, Votorantim, Villares e outros) e o da construção civil (particularmente com as quatro maiores empresas do setor, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht).³¹⁵

E que este capital foi protegido pelas políticas públicas e pelo aparelho ideológico do Estado, conformando os oligopólios neste setor.

Durante a ditadura este grupo seletivo de empreiteiras só cresceu, tornando-se “pequenos impérios”, em razão do modelo de desenvolvimento implementado pelos governos militares, por meio de grandes obras nas áreas de infraestrutura, o que levou a uma maior concentração de capitais no setor e a uma reação negativa dos pequenos e médios empreiteiros, em razão da exclusão a que foram submetidos, tendo que se deslocar do mercado de obras. A ditadura promoveu o incentivo ao grande capital, com obras gigantescas como a Usina Hidrelétrica de Itaipu (e outras hidrelétricas), usinas nucleares, a Transamazônica e outras grandes obras.

Destaca Pedreira Campos³¹⁶ que esse quadro consolidou (ao final da ditadura) quatro grandes grupos de empreiteiras, fazendo com que as demais, menos privilegiadas, entrassem em decadência. As grandes se beneficiaram de decisões governamentais a partir de reserva de mercado no setor de obras públicas e de muita atividade no setor da construção pesada e tendo ainda o argumento da Segurança Nacional e da defesa da empresa nacional. Assim, o regime militar promoveu o agigantamento e a oligopolização do setor, ao transferir grandes recursos públicos e possibilitar o enriquecimento sem precedentes aos empreiteiros, demonstrando o poder que tinham junto à ditadura. O autor destaca que esses mesmos empresários realizaram ‘transações irregulares e ilegalidades’, permitindo a maximização dos ganhos e, conseqüentemente, dos lucros. Pois os empreiteiros tinham fácil acesso aos centros de poder decisório, interferindo nas políticas e decisões, que não eram as melhores para o conjunto social, “como grandes rodovias em locais inabitados e

³¹⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF. 2014. p. 411.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 412-415

centrais elétricas de grande porte, com forte impacto social”. Os anseios da população eram relegados ao plano secundário, como “saúde, educação, saneamento e habitação”, porque as prioridades de investimento e os recursos ficavam ao sabor e imposições dessas empresas.

Segundo Pedreira Campos, as empreiteiras colaboraram com a política de ‘terrorismo de Estado’, que caçou, prendeu e torturou aqueles a quem a ditadura, considerou como ‘subversivos’. Assumindo a postura do regime, e ‘pode-se dizer que a ditadura tinha a cara dos empreiteiros e os empreiteiros a cara da ditadura’. E termina o autor:

Nesse sentido, os empresários do setor da construção pesada (ao lado de outros grupos, em especial no setor industrial e no bancário-financeiro) tiveram grande figuração e relevância na manutenção do bloco de poder no regime pós-64, sendo um dos principais grupos sociais responsáveis pela ditadura³¹⁷

Restando, segundo o autor, caracterizada a participação destes segmentos empresariais, em parceria com a ditadura militar brasileira, na violação de direitos humanos no período do terrorismo de Estado.

A professora Rosário Valpuesta Fernadéz destaca que, nas ditaduras latino-americanas, os interesses das elites econômicas nacionais, estrangeiras, das grandes corporações transnacionais e do poder político convergiram para implantar uma nova ordem econômica (que veio posteriormente impondo-se como o ‘neoliberalismo’), onde o interesse econômico se sobrepôs aos direitos sociais, econômicos e culturais, tendo se estabelecido um vínculo destes grupos no período, apoiando as ditaduras:

Y en este punto se debe resaltar la connivencia entre la élite económica y los que ejercían el poder político, generalmente militares, pues eran estos últimos los que debían garantizar un modelo económico basado en la explotación de las clases más débiles. Cualquier intento de subvertir la situación se veía como una amenaza intolerable que se debía abortar. Pero en este escenario había otros actores que confluían para que las cosas fueran así, estaban las grandes empresas extranjeras, generalmente norteamericanas, con importantes intereses en determinados sectores económicos, y también, auxiliando a las mismas, los EEUU, con su ingente capital militar y de inteligencia, cuya participación era esencial para mantener el statu quo³¹⁸.

Por trás, tanto no Brasil como em outros países sulamericanos, estavam presentes os interesses norteamericanos para a expansão do liberalismo e das

³¹⁷ *Ibidem*, p. 416.

³¹⁸ VALPUESTA FERNÁNDEZ, Rosário. Transición y neoliberalismo una punte. In: PRONER, Carol, ABRÃO, Paulo (Cord.). *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 78.

grandes corporações. Para Rosário Valpuesta, os regimes não democráticos têm como características:

[...] perpetrar una violación masiva de los derechos humanos, so pretexto de la defensa de una determinada ideología y unos concretos intereses, los que ostenta la clase dirigente, generalmente vinculada a las grandes corporaciones nacionales o transnacionales, que no quieren ver alterado el statu quo del que obtienen grandes beneficios³¹⁹.

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (vinculado à Comissão Arquiodicesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados), ao apreciar os informes e depoimentos dos Regimes Militares e os Sindicatos do Cone Sul³²⁰, concluiu que as políticas econômicas que foram implantadas nos países Brasil, Argentina e Uruguai eram extremamente semelhantes, atuando em defesa da liberdade de mercado. Nestes países foram implantadas sérias mudanças nas estruturas sociais e econômicas, gerando uma diminuição real dos salários e piora das condições de trabalho. A inflação foi utilizada para favorecer ao capital e à concentração dos ganhos aos capitalistas, em prejuízo dos trabalhadores.

As ações repressivas que foram praticadas pelos governos golpistas, no âmbito do Cone Sul, contra as organizações sindicais e seus dirigentes, têm muito em comum, tanto as realizadas na Argentina, como no Brasil e no Uruguai.

Há mais do que semelhanças, pois demonstram que os primeiros a ser atacados eram as organizações sindicais, seus dirigentes e trabalhadores comprometidos com a luta sindical. Os grupos econômicos e os militares já tinham um mapeamento das entidades e dos trabalhadores que seriam perseguidos. Na Argentina, depois do golpe liderado pelo general Jorge Videla

[...] os militares assumiram o controle das sedes nacionais regionais da CGT e todos os sindicatos estratégicos, usando listas ativistas sindicais trabalhadores com simpatias pela esquerda, preparadas meses antes do golpe, os militares fizeram uma caçada de grande envergadura, raptando e prendendo milhares de pessoas. As entidades trabalhistas, inclusive as organizações peronistas foram declaradas ilegais, suas sedes foram fechadas, os bens confiscados e as contas bancárias bloqueadas. Cinco anos depois, em 1981, mais de 200 sindicatos ainda continuavam sob intervenção do governo e as atividades sindicais e o direito de greve, banidos depois do golpe.³²¹

³¹⁹*Ibidem*, p. 75.

³²⁰COMITÉ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: para os países do Cone Sul vinculado à Comissão Arquiodicesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados. Os regimes Militares e os Sindicatos no Cone Sul. *Clamor*, São Paulo, n. 14, ano 4, dez. 1981.

³²¹*Ibidem*, p.9-10.

Os governos militares, após tomarem o poder, implementaram processos repressivos, com aprovação de leis que impediam o direito de greve e outras que subtraíam direitos que haviam sido construídos por meio de lutas dos trabalhadores e suas organizações. Na Argentina não foi diferente

Um pacote repressivo de leis trabalhistas foi decretado pelo novo regime com o objetivo de legitimar a política de enfraquecimento dos sindicatos argentinos como organizações efetivas da classe trabalhadora, forçando os trabalhadores a uma posição de dependência total e criando uma atmosfera de medo através da repressão política e econômica³²²

O mesmo aconteceu no Uruguai a partir do golpe de Estado, em 1973, quando se desencadeou uma violenta repressão contra o movimento sindical e os trabalhadores, suspendendo e anulando direitos conquistados duramente.

A grande maioria dos sindicatos sofreu intervenção ou simplesmente foi proibida de funcionar ponto. A CNT (Convenção Nacional dos Trabalhadores) principal organização dos trabalhadores Uruguai, foi considerada ilegal, obrigada à clandestinidade e seus dirigentes foram presos e perseguidos. O desmantelamento das organizações sindicais deixou os trabalhadores ao jogo dos interesses dos empresários e do Estado. Deixaram de ser respeitados os direitos de estabilidade, os benefícios sociais, as negociações e os contratos coletivos de trabalho, fazendo com que os salários fossem violentamente reduzidos³²³.

A atuação das ditaduras militares que se implantaram no Cone Sul teve a clara intenção de, cumprindo com os interesses das empresas, retirar o poder do movimento sindical, torná-lo invisível, interromper o protagonismo do qual foi ator ao longo do século XX (do início até quase o final dos anos 60) na construção dos direitos dos trabalhadores. Foram processos de enfrentamento que consolidaram direitos da classe trabalhadora, seja em instrumentos coletivos (acordos, convenções coletivas) ou convertidos em leis. Lais W. Abramo esclarece que sob as ditaduras foi restrito ou proibido o direito à negociação coletiva:

Durante os regimes autoritários a limitação da negociação coletiva, seja através de sua interrupção (Argentina, Uruguai e Chile entre 1973 e 1979) seja através da restrição de seus espaços, instâncias, temas e instrumentos (Brasil, Bolívia Paraguai e Chile depois 1979) esteve muito associada à intenção de desarticular a organização sindical, de impossibilitar sua ação e, mais do que isso de deslegitimar a existência do sindicalismo e suas formas de expressão.

Em linhas gerais, em todos os casos se observou a cumplicidade do setor empresarial com essa política de intervenção estatal e de restrição (ou eliminação) da negociação coletiva. Beneficiados pelas políticas econômicas e salariais dos governos autoritários, a identificação dos empresários com os mesmos se manifesta também no objetivo comum de alcançar a 'paz social' no interior das empresas, através da deslegitimação da ação sindical em todos os seus níveis.

³²² *Idem.*

³²³ *Ibidem*, p. 48.

Na transição, em todos os países considerados, o movimento sindical desempenhou um papel importante no questionamento dos regimes autoritários e na extensão dos espaços democráticos existentes na sociedade contribuindo, para ampliar em variados graus os estreitos projetos de transformação 'por cima dos regimes militares'³²⁴.

O golpe militar impactou fortemente o movimento sindical brasileiro, produzindo graves prejuízos à classe trabalhadora. Afora as intervenções em sindicatos, federações e confederações e as prisões e cassações de lideranças operárias, foram excluídos também aqueles que representavam os sindicatos junto ao sistema previdenciário, na condição de representantes.

Após 1965, o governo militar impõe-se como legislador do trabalho, ditando a política salarial, excluindo assim o papel das entidades sindicais e da própria Justiça do Trabalho, que antes do golpe exercia seu poder mediador. Limitou-o, impedindo de reconhecer através do poder normativo reajustes ou vantagens salariais. As leis salariais vedaram essa possibilidade ao judiciário trabalhista, que ficou com o ônus do encargo punitivo, o de julgar as greves trabalhistas como ilegais.

A redução salarial que impôs a ditadura, mediante arrocho aos salários, não podia ser objeto de negociação pelos sindicatos, posto que os mesmos estavam sob controle e reprimidos pelo regime militar, o que acabou por diminuir a qualidade de vida dos trabalhadores, seu acesso a bens e serviços fundamentais e à uma vida digna.

Outra mudança de grande impacto ocorreu 1966, com a revogação ao direito de estabilidade no emprego, prevista na CLT, com implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 13 de setembro de 1966; até então, o trabalhador alcançava a estabilidade após dez anos de trabalho na empresa. A extinção da estabilidade decenal foi uma exigência das empresas multinacionais e nacionais, que saíram fortalecidas com o regime militar, permitindo que os empregados pudessem ser demitidos sem justa causa, conforme o livre arbítrio e interesse do poder econômico³²⁵. O fim da estabilidade resultou em um maior número de demissões e aumento do desemprego sempre que ocorria retração econômica, mesmo que ela fosse setorial, em face da facilidade prevista na nova lei.

³²⁴ ABRAMO, Lais W. Negociação Coletiva e Sindicatos na América Latina. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo, AGUIAR, Roberto A. R. (Orgs.). *Introdução Crítica ao Direito do Trabalho*. Brasília, Universidade de Brasília, 1993. (Série o Direito Achado na Rua, Vol. 2). p. 199-200.

³²⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 58.

A violência articulada e perpetrada para garantir a exploração econômica colocou segmentos de resistência em condições de vulnerabilidade extrema e os trabalhadores sob um rígido processo repressivo e espoliativo.

3.2.1 Os aparelhos repressivos do Estado, articulados com o capital

Os vínculos do empresariado com o Governo Militar golpistas tornaram-se cada vez mais sólidos e o interesse de ambos deveriam ser contemplados. Quem era o senhor de quem? Por um lado, um governo que permitia e sancionava ações arbitrárias no universo empresarial para contemplar seus pares e aliados de primeira hora. Por outro lado, um dispendioso aparato repressivo que necessitava romper os limites que a própria instituição militar exigia.

São as palavras do presidente Ernesto Geisel³²⁶ que ilustram esse conluio: “Houve muita colaboração entre o empresariado e os governos estaduais. A organização que funcionou em São Paulo, a OBAN, foi obra dos empresários paulistas”³²⁷. O almirante de esquadra Hernani Goulart Fortuna complementa: “a Operação Bandeirantes, a mais violenta da repressão, em São Paulo, (era) apoiada pela FIESP”³²⁸.

A repressão exigia um aparato e uma logística própria.

Para entender como funcionava a repressão política no regime, é preciso conhecer um pouco a sua estrutura organizacional. O IPES/IBAD aparece novamente apontado como a origem do Serviço Nacional de Informação – SNI, tendo como mentor e fundador o General Golbery do Couto e Silva, que absorveu as bases do Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI) e fundou o SNI em 13 de junho de 1964³²⁹.

Após o Golpe de 1964 foi necessário a criação de um sistema que operaria em rede e estava ligado diretamente à presidência da república. Assim, foi estabelecido

³²⁶29º Presidente do Brasil de 1974 a 1979.

³²⁷CASTRO, Maria Celina D'Araujo. *Ernesto Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 215.

³²⁸ALVES, Francisco César Ferraz. Militares: confissões histórias secretas do Brasil, de Hélio Contreiras. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, jun. 1999, p. 173-176.

³²⁹ COMISSÃO da verdade do estado de São Paulo: Rubens Paiva. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

o Sistema Nacional de Informações - SISNI, instituição que abrigava um conjunto de órgãos responsáveis pela produção de informações em prol da "Segurança Nacional". O SNI - Serviço Nacional de Informações era seu o órgão de cúpula, composto por vários centros de informações e execução de repressão.

As Forças Armadas estavam ligadas diretamente ao gabinete do Ministro da pasta: o CIE – Centro de Informações do Exército, o CISA – Centro de Informação da Aeronáutica e o CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha.

O Centro de Informações do Exterior CIEEx –órgão não oficial de informações e controle da atuação dos exilados e banidos brasileiros, era coordenado pelos membros da DSI do Ministério das Relações Exteriores e articulava com os outros centros militares de informação a operação da chamada Operação Condor.³³⁰

Mas a ditadura precisava de um órgão mais ágil como seu braço repressor, que integrasse todos os órgãos de segurança em uma única instituição. Surgiu assim, em São Paulo, a Operação Bandeirantes - OBAN. Destaca Gaspari:

A OBAN foi lançada oficialmente em junho de 1969. Teriam participado do ato de lançamento da OBAN, no dia 1 de julho de 1969, em São Paulo, o governador da época, Roberto Costa de Abreu Sodré, o secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meireles, o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, e os comandantes do VI Distrito Naval e da 3ª Zona Aérea.³³¹

Apesar das negativas do ex-governador, Abreu Sodré, e do prefeito na época, Paulo Maluf, de envolvimento com a OBAN, Gaspari afirma:

[...] o prefeito da cidade, Paulo Maluf, asfaltou a área do quartel, trocou-lhe a rede elétrica e iluminou-o com lâmpadas de mercúrio. O governador Roberto de Abreu Sodré cedeu-lhe espaço numa delegacia na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutóia, a cinco minutos do QG do Ibirapuera, para que nela fosse instalada a Oban.³³²

Este apoio era necessário, pois “o Major Waldyr Coelho, que organizou a Operação Bandeirante, precisava de mais estrutura do que a cúpula do Exército estava disposta a lhe dar àquela altura”.³³³

Concebida como um centro de informação e investigação pelo Exército Brasileiro, a OBAN coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário e estava presente em praticamente todos os estados brasileiros. Formada por membros das Forças Armadas, da Polícia Estadual - civil e militar - e da Polícia Federal sob o específico

³³⁰ *Idem.*

³³¹ GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 61.

³³² *Idem.*

³³³ *Idem.*

pretexto de combater a subversão, protagonizou um dos mais cruéis momentos da recente história nacional e marcou o combate direto das forças de repressão. Seus agentes eram treinados

[...] nos moldes da instituição americana *National War College*, que aprisionava combatentes que se opunham à *hegemonia* norte-americana na *Guerra Fria*. No Brasil, os militares desse órgão eram treinados na Escola Superior de Guerra (ESG) e defendiam os ideais de direita disseminados pelos ditadores.³³⁴

O Exército, com o objetivo de controlar e reduzir a autonomia da OBAN, criou, em setembro de 1970, o DOI e o CODI, dois órgãos distintos. Enquanto o DOI (Destacamento de Operações e de Informações), órgão que respondia pela busca, apreensão e interrogatório dos suspeitos em suas estruturas regionais, era comandado por majores de infantaria do Exército, militares das três Forças Armadas e integrantes das polícias militares estaduais e das polícias civis, o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) coordenava diversos órgãos militares e era responsável pelo planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda. Hierarquicamente, o CODI estaria acima do DOI e responderia diretamente ao EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), que reunia os responsáveis pela repressão das três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica. Abaixo dele havia os CODIs de cada arma e os CODIs regionais das regiões militares. O CODI regional era comandado pelo Chefe do Estado Maior da arma, mas na prática as duas organizações funcionavam juntas e ficaram registradas nos anais desta lamentável história como DOI-CODI³³⁵, comprovando o caráter complementar dos dois órgãos.

A criação do DOI-CODI representou a "institucionalização" da OBAN, embora não tivesse sido baseada em lei ou um decreto, mas em diretrizes secretas, formuladas pelo *Conselho de Segurança Nacional* e aprovadas pelo presidente da República, o *general Emílio Garrastazu Médici*.³³⁶

Em São Paulo o DOI-CODI ficou sob o comando do coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, que também foi o responsável pela implantação do mesmo. Sob sua gestão, entre os anos de 1970 e 1974, foram registradas 1.804 prisões e 47 mortes³³⁷, conforme documentos do II Exército – responsável pelas repartições militares da capital paulista. A Comissão de Justiça e

³³⁴ SILVA, Tiago Ferreira. *Doi-Codi*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/doi-codi/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

³³⁵ Quem comandava a OBAN – oficialmente o DOI-CODI entre de setembro de 1970 a janeiro de 1974, foi o Coronel-de-Infantaria Inativo Carlos Alberto Brilhante Ustra.

³³⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 121.

³³⁷ ROSSETTO, Ricardo. A anatomia do DOI-Codi, *Carta Capital*, n. 30, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-anatomia-do-doi-codi-1068>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Paz da Arquidiocese de São Paulo reuniu 502 denúncias de tortura no DOI-CODI paulista durante sua gestão.

Na prática, “Os CODI's eram órgãos de planejamento, ao passo que os DOI's eram os órgãos de ação”³³⁸. Também fazia parte desta engrenagem o DOPS³³⁹ (Departamento de Ordem Política e Social), ligado às secretarias estaduais de segurança, cuja função era a realização do interrogatório oficial – a partir dos dados fornecidos pela OBAN e a montagem do inquérito a ser enviado à Justiça Militar. O DOPS era uma estrutura que se estendia por todo o território nacional, era órgão de “inteligência” e exercia funções policiais para a qual não se furtava da utilização de métodos violentos como perseguição, sequestro, tortura, entre outros. Cabia também ao DOPS a produção de documentos, ofícios, relatórios, radiogramas, livros e uma gama infindável de informações sobre os opositores ao regime.

De todos os Departamentos de Ordem Política e Social do país, o que mais e destacou, sem dúvida, foi o DOPS de São Paulo (DOPS/SP) cuja figura mais proeminente foi o Delegado de Polícia Sérgio Fernando Paranhos Fleury³⁴⁰, conhecido por sua ligação com o Esquadrão da Morte, práticas de tortura, perseguição e extermínio de militantes de esquerda. Participou e protagonizou ações como a prisão dos estudantes da UNE, no Congresso de Ibiúna em 1968, a morte de Carlos Marighella, em 1969, e a Chacina da Lapa, apenas para citar alguns de seus feitos. Apesar desta vasta e comprometedor biografia, jamais cumpriu pena, muito pelo contrário - foi condecorado pelo governador Abreu Sodré, em 1969, e agraciado com

³³⁸ *Idem*.

³³⁹ O DOPS exercia função de órgão policial, e produziu documentos como ofícios, relatórios, radiogramas e livros que hoje servem como pesquisa histórica e busca de processos judiciais. Há dossiês que discriminam sobre a existência, na época, de eleições sindicais, greves, partidos políticos, atos públicos e outros acontecimentos que eram registrados e vigiados pela DOPS. (FICO, Carlos. *Os DOPS e os arquivos públicos estaduais*. 6 abr. 2013. Disponível em <<http://www.brasilrecente.com/2011/01/os-dops-e-os-arquivos-publicos.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015).

³⁴⁰ A figura do policial Fleury, pelo destaque que tinha na atuação do 'Esquadrão da Morte' merece uma ligeira apreciação. Era sem dúvida autêntico produto do meio em que moldou sua personalidade. Homem de alguma coragem pessoal, deixou-se, entretanto, arrastar pelas seduições do próprio mundo que se dispôs a combater. Segundo testemunhos registrados em vários processos, tornou-se homicida cruel, corrompeu-se no tráfico de entorpecentes e ele próprio sujeitou-se a dopagens que, segundo um policial do DEIC era a única maneira de comandar as matanças frias, como aquelas executadas pelo 'Esquadrão da Morte'. De uma atuação destacada nessa entidade homicida foi o delegado Fleury chamado pelos órgãos de segurança para luta contra o terrorismo. Nela se atolou completamente, participando de caçadas, prisões, torturas execuções de elementos incriminados de subversivos. E, como tal, chegou a ser considerado, pelas Forças Armadas, como verdadeiro herói nacional, condecorado, [...] recebia vênias de juizes e promotores temerosos de futuras e eventuais represálias. Transformado no homem símbolo da luta contra a subversão". (BICUDO, Hélio Pereira. *Eu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978. p. 41-42).

o título de Delegado do Ano em 1974 e em 1976. Do Exército Brasileiro recebeu a Medalha do Pacificador e da Marinha de Guerra o título de "Amigo da Marinha". Foi beneficiado por uma lei que facultava a liberdade aos réus primários e com residência fixa, que ficou conhecida como *Lei Fleury*.³⁴¹

Cláudio Guerra, outro ex-delegado do DOPS, em depoimento para Rogério Medeiros e Marcelo Netto no livro *Memórias de uma Guerra Suja*, afirma que “o delegado Fleury tinha se tornado um homem rico desviando dinheiro dos empresários que pagavam para sustentar as ações clandestinas do regime militar e não obedecia mais a ninguém, agindo por conta própria”³⁴². Este seria um dos motivos da morte do Delegado, ocorrida em 1979 em condições suspeitas.

Sobre o procedimento e o método do DOI, afirma a historiadora Mariana Joffily:

No DOI o detido era interrogado dia e noite até que seus agentes chegassem à conclusão de que dissera tudo o que sabia. Dessa forma, era então encaminhado ao Dops e só então a prisão era oficialmente comunicada. Ali ocorria outro interrogatório, agora oficial, com base nas informações já extraídas pelo DOI. Se as declarações prestadas no Dops não coincidissem com o depoimento efetuado no DOI, o preso político era novamente interrogado pelo segundo órgão³⁴³.

Esta era uma operação de alcance nacional e envolvia uma logística complicada e cara. Novamente o empresariado nacional se fez presente. A partir de 1971 alguns empresários, como Henning Albert Boilesen³⁴⁴, da Ultragás, capitanearam uma organizada e eficaz ação junto aos demais empresários em busca de financiamento para as atividades da OBAN, que passou a receber recursos oriundos da economia privada como do Grupo Ultra, Ford, GM, Grupo Camargo Corrêa, Grupo Objetivo, Grupo Folha, Amador Aguiar (Bradesco).

Conforme o Relatório da CNV:

³⁴¹Lei nº 5.941. A Lei Fleury, como ficou conhecida, “permitia a todos os réus primários e de bons antecedentes responder ao julgamento em liberdade, inclusive se fossem condenados em primeira instância ou se seus processos não tivessem sido julgados em instância superior”. Com base nessa lei, Fleury foi absolvido, de modo unânime, pelo 2º Tribunal do Júri de São Paulo, em 1974 (MANREZA, Henrique. Uma esperança contra a impunidade. *Jornal Opção*, mar. 2012).

³⁴²GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. p. 102.

³⁴³JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios da Operação bandeirantes e no DOI de São Paulo - 1969-1975*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 93.

³⁴⁴Empresário dinamarquês naturalizado brasileiro, diretor do Grupo Ultra. Segundo versões, chegou a participar de sessões de tortura e teria inventado uma ferramenta de tortura que levou seu nome: a Pianola de Boilesen, teclado que emitia choques elétricos em quem o preece. Também há a suposição de o empresário era colaborador da CIA, mas nenhum dos fatos fora devidamente comprovado até hoje. Em 15 de abril de 1971, Boilesen foi morto na capital paulista por militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca. (LITEWSKI, Chaim. *Cidadão Boilensen*. (Filme documentário). 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: 13 ago. 2015).

Criada em 1969 na 36ª Delegacia de Polícia, na rua Tutoia, e próxima às dependências do quartel-general do II Exército, em São Paulo, a Operação Bandeirante (Oban) foi concebida para atuação conjunta das Forças Armadas e da polícia, voltada ao combate a grupos de esquerda. A Oban contou com incentivo e financiamento empresarial, e a coordenação entre militares e policiais proporcionou troca de experiências, como a tortura e a utilização de colaboradores (informantes), empregados pela polícia para combater crimes comuns, que alcançaram êxito nas ações de repressão política. A estrutura repressiva da Oban, voltada para sequestrar, prender, torturar e executar opositores do regime militar, transformou-se em mecanismo tão eficiente que se tornou modelo, posteriormente difundido para todo o país, com a implantação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).³⁴⁵

Ainda segundo o Relatório da Comissão da Verdade, o DOI-CODI/II Exército por algum tempo continuou a ser chamado de OBAN e foi instalado no mesmo endereço que esta funcionava. Responsável por casos de graves violações de direitos humanos, atuou até o fim do último governo militar de João Baptista Figueiredo.

É difícil apontar o número exato de prisioneiros políticos que tiveram seus direitos violados no local, pois muitas prisões não eram registradas. De acordo com o relatório de estatística de novembro de 1973 do DOI-CODI do II Exército, 5.680 passaram por suas dependências. Desse total, 3.136 presos foram interrogados e liberados; 997, encaminhados ao DOPS/SP; e 439, para outros órgãos. Dos 72 presos que permaneceram no DOI, 50 foram mortos e três se “evadiram”. Em audiência pública da CNV ocorrida em Brasília, em 10 de maio de 2013, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que à época comandava o DOI, questionou os dados desse documento, afirmando que as 50 mortes teriam ocorrido fora do DOI.³⁴⁶

É ainda neste mesmo relatório que podemos atestar a forte ligação das empresas com a repressão:

Sob uma visão financeira, quem mais lucrou com a criação do DOPS foi o empresariado, que, até o surgimento desse braço da polícia política, era obrigado a manter a suas expensas um caro arquivo com os nomes dos ativistas de questões sociais. O Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem comemorou a criação da delegacia com este anúncio: “Agora a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado de São Paulo – da capital e do interior. Dentro de algum tempo o Centro passará a fornecer uma ficha completa dos indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia.”³⁴⁷

Estava assim institucionalizada a perseguição aos trabalhadores.

Outros casos exemplares podem ser citados, como o do empresário Carlos Eduardo D’Alamo Louzada - presidente da Santana de Iguapé Empreendimentos e Projetos e candidato à vice-presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que, conforme o SNI, colaborou efetivamente e materialmente

³⁴⁵ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Dez. 2014. (Vol. 1). p. 755.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ *Ibidem*, p.162

com a instalação do DOI/SP, fornecendo viaturas, transporte aéreo, equipamentos de escritório, armamento e munição.³⁴⁸

Louzada é apontado como apenas um dos diversos empresários brasileiros (e estrangeiros) que apoiaram a estruturação do sistema de segurança interno planejado pelo regime militar. Muitos outros também forneceram diferentes tipos de recursos para concretizar os projetos de implementação das operações especiais.³⁴⁹

Mas a colaboração das empresas não era apenas de ordem material. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, mais de

80 empresas estão envolvidas em esquemas de espionagem e delação de quase 300 funcionários³⁵⁰ cujo intuito era *sufocar qualquer movimento sindicalista* que estivesse sendo gestado entre os trabalhadores de grandes montadoras, como Volkswagen, Chrysler, Ford, General Motors, Toyota, Scania, Rolls-Royce, Mercedes Benz, e também de outros setores, como a Brastemp, a estatal Telesp, a Kodak, a Caterpillar, a Johnson & Johnson, a Petrobras, a Embraer e a Monark – todas elas concentradas no ABCD paulista e no Vale do Paraíba".³⁵¹

Segundo Beatriz Borges em matéria publicada no Jornal El País:

As empresas justificavam o controle e a colaboração com o regime pela suposta ameaça comunista dos movimentos sindicais. Desde citar os nomes de quem organizasse atos sindicalistas ou vendesse jornais na porta da fábrica, até qualificar algumas mortes como acidentes de trabalho quando de fato não o eram. A polícia, em muitos casos, chegava a receber das companhias milhares de folhas de registros dos empregados que estiveram presentes em greves ou manifestações, com todos os seus dados pessoais, o que poderia levar hoje a processos civis desses funcionários (dos que ainda estão vivos ou de seus familiares) contra as empresas. Não se sabe, porém, se esses dados serviam para evitar futuras contratações por outras empresas ou simplesmente para coleta.³⁵²

Na mesma matéria, Sebastião Neto, ex-preso político e um dos pesquisadores do grupo de trabalho “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical”, da Comissão Nacional da Verdade, afirma que:

Os empresários podem ser acusados por crimes de lesa humanidade; 40% dos mortos e desaparecidos durante a ditadura são trabalhadores. Ainda não se sabe quais deles foram efetivamente detidos por causa da denúncia do empregador. Entre os que chegaram a ser torturados e mortos, também não se sabe ao certo se sofreram tudo isso pela investigação no local de trabalho ou por sua relação com organizações política.³⁵³

³⁴⁸ *Ibidem*, p.147

³⁴⁹ *Idem*.

³⁵⁰ Na lista de 297 pessoas constavam nomes como o de Paulo Okamoto, que foi diretor do Sebrae, o presidente do Conselho Nacional do Sesi, Jair Meneguelli, e Vicente Paulo da Silva, que foi presidente da CUT, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é identificado como líder sindical. (BORGES, Beatriz. *El País /Política*: mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. 8 set. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html>. Acesso em: 29 ago. 2015.)

³⁵¹ *Idem*.

³⁵² *Idem*.

³⁵³ *Idem*

“Não se trata apenas de uma transferência de dinheiro entre empresas e Estado. O que houve foi uma colaboração ativa na repressão” declara a Doutora Victoria Basualdo³⁵⁴ em coletiva realizada pela CNV em setembro de 2014. De fato, a participação das empresas foi tão efetiva pelo direto interesse das mesmas na desarticulação do sindicalismo organizado. Esta parceria era uma via de duas mãos, pois as grandes corporações nacionais e internacionais tinham no Estado o seu grande financiador, que desviou, de forma legalizada – com leis feitas para isso — o dinheiro público para a atividade empresarial privada.³⁵⁵

Afirma Fábio Venturini:

Sobre as vantagens dadas aos empresários: além da repressão desarticular o sindicalismo, com intervenções, prisões e cassações, beneficiou grupos como o Ultra, de Henning Albert Boilesen, alargando prazo para pagamento de matéria prima ou recolhimento de impostos, o que equivalia a fazer um empréstimo sem juros, além de outras vantagens. Boilesen foi um dos que fizeram caixa para a tortura, e comparecia pessoalmente ao Doi CODI para assistir a sessões de tortura.

[...] o Grupo Folha emprestou viaturas de distribuição de jornal para campanhas da Operação Bandeirante (a Ultragás, do Grupo Ultra, fez o mesmo com seus caminhões de distribuição de gás). Mais tarde, a Folha entregou um de seus jornais, a Folha da Tarde, à repressão. “Se uma empresa foi beneficiada pela ditadura, a mais beneficiada foi a Globo, porque isso não acabou com a ditadura. Roberto Marinho participou da articulação do golpe, fez doações para o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes, que organizou o golpe). O jornal O Globo deu apoio durante o golpe. Em 65, o presente, a contrapartida foi a concessão dos canais de TV, TV Globo, Canal 4 do Rio de Janeiro e Canal 5 São Paulo”.³⁵⁶

Ainda segundo o pesquisador, “na década de 70 a estrutura de telecomunicações era praticamente inexistente no Brasil e foi totalmente montada com dinheiro estatal, possibilitando entre outras coisas ter o primeiro telejornal que abrangesse todo o território nacional, que foi o Jornal Nacional, que só foi possível transmitir nacionalmente por causa da estrutura construída com dinheiro estatal. Do ponto de vista empresarial, sem considerar o conteúdo, a Globo foi a que mais lucrou”. “A Globo foi pensada como líder de um aparato de comunicação para ser uma espécie de BBC no Brasil. A BBC atende ao interesse público. No Brasil foi montada uma empresa privada, de interesse privado, para ser porta voz governamental. Se a BBC era para fiscalizar o Estado, a Globo foi montada para evitar a fiscalização do Estado. Tudo isso tem a contrapartida, uma empresa altamente lucrativa, que se tornou uma das maiores do mundo (no ramo).³⁵⁷

³⁵⁴Victoria Basualdo pesquisa a participação empresarial na prática de graves violações de direitos dos trabalhadores na América Latina, da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais.

³⁵⁵VENTURINI, Fábio. *No golpe dos empresários, a “mais beneficiada foi a Globo*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/fabio-venturini-no-golpe-dos-empresarios-se-uma-empresa-foi-beneficiada-a-mais-beneficiada-foi-a-globo.html>>. 27 de mar de 2014. Acesso em: 30 set 2015.

³⁵⁶VENTURINI, Fábio. *Entrevista: Estado, grande indústria e militares: as relações de poder no setor metal mecânico no Brasil (1964-1978)*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Muo0ZjdIzE>>. Acesso em: 30 set 2015.

³⁵⁷*Idem*.

Alguns (lamentáveis) exemplos da participação efetiva (ao vivo e a cores) dos empresários de comunicação brasileiros³⁵⁸:

O Delegado José Paulo Bonchristiano, em entrevista ao “Conversas com Mr. DOPS”³⁵⁹, afirmou: “*Roberto Marinho passava no DOPS para conversar com a gente quando estava em São Paulo*”. Também disse que podia telefonar a qualquer hora para Octávio Frias de Oliveira, dono da Folha de S. Paulo “para pedir o que o DOPS precisasse”.

“Marinho solicitou ao seu grupo paramilitar um atentado à sua casa, pois estava muito identificado pela ditadura frente à esquerda”³⁶⁰, segundo o Delegado Cláudio Guerra em seu livro *Lembranças de uma Guerra Suja*.

O documentário “*Cidadão Boilesen*” menciona que a Folha, de Otávio Frias, cedia automóveis para serem utilizados por agentes da repressão em ações de campanha, busca e captura de militantes de organizações políticas. Ações confirmadas por Carlos Guerra³⁶¹ e Élio Gaspari em seu livro “*Ditadura Escancarada*”³⁶².

O coronel Erasmo Dias garante que:

Julio de Mesquita Filho, quer dizer, O Estado de São Paulo, também as ‘escancas’ nos apoiou, não tem dúvida. E outros empresários, aquele lá de Osasco, Vidigal nos apoiou nunca esconderam e o apoio para nós era importante não só informação, com estrutura, e era para nós uma participação que interessava³⁶³.

Em outros setores a “*colaboração*” não era menos significativa. Afirma Américo Gomes, advogado e membro da Comissão de presos e perseguidos políticos da ex-Convergência Socialista³⁶⁴:

A ligação com os banqueiros então, era absolutamente transparente, Bonchristiano descreve que quando montou a Polícia Federal em São Paulo, o fundador do Bradesco, Amador Aguiar, cedeu uma ala de seu banco para funcionar a Polícia Federal provisoriamente e “mandou caminhões do Bradesco carregados com o que fosse necessário para montar a delegacia da Polícia Federal na Rua Piauí”.³⁶⁵

³⁵⁸GOMES, Américo. A luta contra a ditadura e a luta de classes. *Liga Internacional de los Trabajadores: Cuarta Internacional*. 18 ago. 2012. Disponível em: <<http://litci.org/es/archive/a-luta-contra-a-ditadura-e-a-luta-de-classes/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

³⁵⁹AMARAL, Mariana. *Ditadura: Conversas com Mr. Dops*. 9 fev. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>>. Acesso em: 26 ago. 2015

³⁶⁰ GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. p. 161.

³⁶¹*Idem*.

³⁶² GASPARI, Élio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 395.

³⁶³MELO, Jorge José de. *Boilesen um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/Operação Bandeirantes, 1969-1971*. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012.

³⁶⁴GOMES, A. Op.Cit.

³⁶⁵ SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Globo, 2000. p. 403.

Além de Aguiar, outro dos mais notórios banqueiros foi Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo e secretário de Fazenda durante o governo Carvalho Pinto. O Mercantil foi vendido, ao Bradesco, em 2002. Vidigal promovia reuniões no Clube Paulistano, para arrecadar fundos para a Operação Bandeirantes.³⁶⁶ Muitas vezes em companhia do Ministro da Fazenda, Delfim Neto, para maior prestígio e maior credibilidade.³⁶⁷

O Sudameris era outro patrocinador da repressão e da tortura. Pertencia à Intesa, um dos maiores bancos da Itália sediado em Milão, controlado por fascistas, sendo posteriormente vendido ao ABN AMRO e depois incorporado ao Banco Real.

O mais famoso empresário Boilesen, diretor da FIESP, presidente da Associgas, personagem principal do filme “Cidadão Boilesen”, de Chaim Litewski, emprestava caminhões e uniformes da Ultragas para as campanhas da polícia, freqüentava o DOI/CODI onde foi visto e identificado pelos presos³⁶⁸. Já havia recebido da Câmara de Vereadores o título de cidadão paulistano em 1963.

O delegado Carlos Guerra denuncia que, entre os que freqüentavam os porões da repressão, estavam juizes como Nicolau dos Santos Neto, o Lalau; empresários Ciro Batelli, vice-presidente da rede de Hotéis Caesar Palace, que hoje trabalha no Domingão do Faustão; ³⁶⁹e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni.³⁷⁰ Também estão nas listas dos colaboradores Jorge Wolney Atalla, presidente da Copersucar e João Carlos Di Gênio, proprietário do cursinho pré-vestibular Objetivo, que alardeava sua amizade com Fleury, e circulava em bares e restaurantes com o major Mauricio Lopes Lima, chefe de uma equipe de busca do DOI/CODI.³⁷¹

Na véspera de sua morte, Boilesen tinha oferecido um jantar em sua mansão no Morumbi, onde esteve presente Sebastião Camargo. Em seu enterro estiveram, entre outros: o ministro Delfim Netto; o ex-ministro Roberto Campos; o prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz; o governador Laudo Natel, secretários do Estado e outras autoridades.³⁷²

A Camargo Correia, diga-se de passagem, juntamente com as multinacionais automobilísticas, contribuía com altas somas para a tenebrosa caixinha da repressão, retribuindo os favores do regime militar. Além dela a OBAN, e depois o DOI/CODI, se nutria de verbas fornecidas pela Ford, General Motors³⁷³ e Mercedes Bens.³⁷⁴

O Presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, cedia a sede da entidade para reuniões arrecadatórias, para financiar a compra de armas modernas, trazidas dos Estados Unidos, ou produzir carros como os Galaxies blindados, para os agentes da OBAN.³⁷⁵

As contribuições eram em dinheiro, veículos, combustível, recompensa. As gratificações chegavam como salário complementar, emprego paralelo, vantagens pessoais e ajuda material. Os valores sempre foram secretos, mas suficientes para a independência financeira de muitos.

Por seu lado as empresas constituíam sistemas de informação, privados e internos em suas fábricas, assessorados por experts a serviço da ditadura.

³⁶⁶ GUERRA, C.; NETTO, M.; MEDEIROS, R. Op.Cit. p. 142.

³⁶⁷ GASPARI, É. Op.Cit. p. 61-62.

³⁶⁸ SOUZA, P. Op.Cit. p. 171.

³⁶⁹ GUERRA, C.; NETTO, M.; MEDEIROS, R. Op.Cit. p. 121

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 124

³⁷¹ FON, Antonio Carlos. *Tortura a História da Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979. p. 59.

³⁷² MELO, J. J. de Op.Cit.

³⁷³ ARNS, Paulo Evaristo (coord.) *Brasil Nunca Mais, um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 73.

³⁷⁴ LAQUE, João Pedro. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010, p. 261.

³⁷⁵ *Idem*.

Articulados com os aparatos de repressão serviam para identificar e denunciar ativistas políticos.³⁷⁶

Durante anos se ouviu a expressão “*nos porões da ditadura*” ao fazer referência a algo sinistro, escondido, que ocorria na “*calada da noite*”. Hoje tem-se informações e dados suficientes para afirmar que nada do que ocorreu naqueles dias dos “anos de chumbo” foi às escondidas. Todo o esquema de repressão estava sistematizado e planejado. Obedecia a uma lógica e uma ordem de comando. Uma operação sistêmica, em rede, onde todos os envolvidos estavam ativamente comprometidos. Como afirma Ivan Seixas, um dos coordenadores da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, “*Não existem porões da ditadura*”.

3.2.2 A responsabilidade das empresas que contribuíram com os órgãos de repressão

Sobre a possibilidade de responsabilizar empresas por crimes e violações aos direitos humanos, não se trata de algo novo, talvez apenas lançado em certo esquecimento, pela prevalência de uma política neoliberal dominante, pois já foi objeto de apreciação após o final da Segunda Grande Guerra.

Como ressaltam Horacio Verbitski e Juan Pablo Bohoslavski³⁷⁷, a jurisprudência do Tribunal Militar de Nüremberg foi clara em relação a responsabilidade dos empresários, ao condenar empresas que, durante a guerra, praticaram atos ou colaboraram em processos de violações de direitos humanos, em apoio ao nazismo, conforme ações submetidas a julgamento. Destacam que:

Aquellos que ejecutan el plan no evaden su responsabilidad demostrando que actuaron bajo la dirección de la persona que lo concibió [...]. Esa persona debió tener la cooperación de políticos, líderes militares, diplomáticos y hombres de negocios. Cuando, con conocimiento de los propósitos de aquella persona, le prestaron cooperación, ellos mismos formaron parte del plan que esta había iniciado. Ellos no pueden ser considerados inocentes [...] si sabían lo que estaban haciendo”.³⁷⁸

³⁷⁶ SOUZA, P. Op.Cit. p 13.

³⁷⁷ VERBITSKI, Horacio. BOHOSLAVSKI, Juan Pablo. Introducción Terrorismo de Estado y economía: de Núremberg a Buenos Aires. In: VERBITSKI, Horacio y BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina: Siglo Veintiuno, 2013. p. 13.

³⁷⁸ “United States v. Goering” (The Nuremberg Trial), 6F.R.D. 69, 112 (Int’l Mil. Tribid. 1946) Véase ampliamente en F. Nicosia y J. Huener (eds.), *Business and Industry in Nazi Germany*, Nueva York-Oxford, Berghahn Books, 2004.

Com base nos julgados do Tribunal de Nuremberg, a Organização das Nações Unidas aprovou princípios em relação a crimes contra humanidade e crimes de guerra.

A Comissão de Direito Internacional estabeleceu, entre outros dispositivos, o princípio VII, que devem responder também aqueles que tenham agido com "Cumplicidade na comissão de um crime contra a paz, crime de guerra ou um crime contra a humanidade, conforme estabelecido no Princípio VI é um crime sob a lei internacional". Assim, empresas foram condenadas pelas potências aliadas por terem direta ou indiretamente atuado de maneira a contribuir para a violação de direitos humanos.

A luz do direito internacional, como registra Marlon Alberto Weichert:

Posteriormente, esse princípio foi reafirmado nos estatutos dos Tribunais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda (instituídos pelo Conselho de Segurança da ONU, com jurisprudência vinculativa a todos os Estados membros), bem como no estatuto do Tribunal Penal Internacional, ratificado pelo Brasil.³⁷⁹

No âmbito da Organização Internacional do Trabalho, idêntica preocupação levou que fosse aprovada uma declaração, regulando o comportamento das empresas multinacionais e o seu reflexo sobre as políticas sociais, os direitos humanos e o mundo do trabalho, a Declaração Tripartite de Princípios sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social.

Este instrumento contempla princípios a serem aplicados, universalmente, em caráter voluntário, pelas empresas multinacionais, governos, empregadores e trabalhadores, com destaque à atividade laboral. O ponto primeiro da *Declaração Tripartite* salienta que a empresas multinacionais:

[...] podem, também, contribuir largamente para a promoção do bem estar econômico e social, para a melhoria dos níveis de vida e para a satisfação das necessidades essenciais [...] para o gozo dos direitos fundamentais do homem, incluindo a liberdade sindical em todo o mundo".³⁸⁰

O compromisso de respeito aos direitos humanos, a serem cumpridos pelas empresas multinacionais para alcançar o desenvolvimento social, está inserido no ponto 8, que trata da Política Geral, salientando a necessidade de que sejam respeitados:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e os pactos internacionais correspondentes adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assim

³⁷⁹ WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de Atos de Violação de Direitos Humanos por Empresas Durante a Ditadura Brasileira: responsabilidade e verdade. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, 2008. p. 184.

³⁸⁰ OIT - Organização Internacional do Trabalho. *Direito Sindical da OIT: normas e procedimentos*. Genebra: Repartição Internacional do Trabalho, 1998. p. 104.

como a Constituição da Organização Internacional do Trabalho e os seus princípios, segundo os quais a liberdade de expressão e de associação constituem uma condição essencial a um progresso contínuo.³⁸¹

Com o processo de globalização econômica “neoliberal”, essa declaração ganhou mais importância na tentativa de exigir o compromisso disposto no instrumento, em relação às atividades das empresas multinacionais, com respeito ao crescimento econômico e o desenvolvimento social. Restou evidente o poder e a capacidade de dano aos direitos humanos, que podem ser praticados por estas empresas.

Segundo Marlon Weichert, a Comissão Internacional de Juristas, ao analisar sobre a responsabilidade das empresas em crimes internacionais, destacou três questões fundamentais para definir a responsabilidade, seja ela civil ou criminal, e sua possível “cumplicidade nas violações aos direitos humanos: causalidade, conhecimento e proximidade”³⁸².

Conforme Weichert, estes pontos respondem ao comprometimento ou não das empresas e podem ser evidenciados a partir de algumas perguntas, decorrentes do contexto em que as suas ações foram assumidas, realizadas e contribuíram para a violação dos direitos humanos:

Primeiramente, a responsabilidade deve ser determinada a partir do seguinte questionamento: a empresa contribuiu para a violação de direitos humanos, mediante atitudes que auxiliaram, tornaram possível, exacerbaram ou facilitaram a atuação do perpetrador? Se a resposta for positiva, estará implementada a condição essencial para definir sua cumplicidade.

Essa contribuição pode assumir diversas formas. A mais grave consiste na ajuda ou suporte às atividades de perpetração de graves violações aos direitos humanos, especialmente quando é essa participação que torna possível a prática do ilícito. De fato, em muitos casos, sem o auxílio privado não seria viabilizada a iniciativa de praticar os crimes de guerra, contra a humanidade ou outros delitos tipificados no direito internacional. É a empresa quem torna factível a violação. São exemplos: a delação aos serviços de segurança de funcionários com posição política antagônica ao de um governo autoritário; o fornecimento de elementos materiais indispensáveis à prática das violações, tais como armas, veículos, combustível, transportes [...].

Em todos esses casos, a iniciativa privada está assumindo a posição de cúmplice na perpetração das violações aos direitos humanos.

Uma segunda questão relevante para a definição da responsabilidade das empresas e de seus corpos diretivos consiste no conhecimento sobre as práticas violadoras dos direitos fundamentais. A empresa sabia ou tinha condições de saber das violações? Note-se que não se trata de definir se ela tinha a intenção de praticar, em conjunto com os demais envolvidos, a violação de direitos humanos, mas sim de verificar se ela assumiu o risco de estar contribuindo com aquela prática. Se a corporação sabia da existência da violação e podia deduzir que sua atividade ou relação comercial poderia contribuir para aqueles atos, estará caracterizada a sua responsabilidade.

³⁸¹ *Idem*.

³⁸² WEICHERT, M. Op.Cit. p.185

Por fim, há de se indagar sobre o grau de influência que a empresa tinha sobre a prática dos ilícitos. Quanto mais próxima do perpetrador e mais expressiva a sua influência sobre ele, mais ampla será a sua responsabilidade.³⁸³

Verbitski e Bohoslavski citam como têm se comportado as Comissões de Verdade, mais recentemente, aduzindo que:

[...] han comenzado a considerar tanto los problemas económicos que subyacen a los conflictos armados y regímenes autoritários como el comportamiento asumido por los empresarios durante esos períodos. Es el caso de las comisiones de Kenia, Liberia, Sierra Leona, Sudáfrica y Timor Leste.

Esa tendencia de derecho internacional se vio exacerbada por cientos de demandas judiciales y sentenciadas en decenas de países tendientes a responsabilizar a las empresas por suparticipación o facilitación en la violación de los derechos humanos.³⁸⁴

Destacam os autores citados que há uma tendência internacional, encontrando nos Estados Unidos o protagonismo, ao aplicar o chamado “*Alien Tort Claims Act*” sendo referência, ao condenar empresas por violar direitos humanos em países estrangeiros. Os autores afirmam que a responsabilização dos cúmplices econômicos, que praticaram crimes contra os direitos humanos, alcançou aqueles que atuaram na Argentina.

Caroline Proner acrescenta que necessitamos ir além da dogmática tradicional, quando se trata da proteção aos direitos humanos, para compreendê-los e identificar as causas de sua violação e que esta impossibilite as condições para a realização de uma vida digna, pois:

Não é comum na dogmática dos direitos humanos o estudo da responsabilidade dos atores internacionais e nacionais pela efetividade dos direitos (princípio da horizontalidade dos direitos humanos e fundamentais) ou ainda a conexão de temas de direito com outras áreas do conhecimento como economia, política e ideologia. Não costuma ser objeto de estudo a tênue separação entre público e privado e a responsabilização dos atores por políticas ou medidas limitadoras ou negadoras de direitos humanos. Um direito implicado com as causas reais deve usar terrenos inexplorados, provocar um giro na concepção tradicional – abstrata - dos direitos humanos e apostar por uma concepção material e concreta. Um direito compromissado deve contestar e questionar um dos principais pressupostos presentes na teoria tradicional em matéria de direitos humanos: a suposta coincidência entre direitos humanos e normas jurídicas. Os direitos humanos não se confundem com as normas. As normas são instrumentos de proteção de direitos, mas os direitos não se esgotam ou se limitam na norma escrita e menos ainda em seus impeditivos ou barreiras para a realização que decorrentes de modelos político-econômicos.³⁸⁵

³⁸³ *Ibidem*. p. 185-187.

³⁸⁴ VERBITSKI, H. BOHOSLAVSKI, J. P. Op.Cit. p. 14.

³⁸⁵ PRONER, Carol. Desafios do Direito Internacional Público no Século XXI: o Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: IDHID – Instituto de Direitos Humanos Interculturalidade e Direitos Humanos. *Teoria crítica dos direitos humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 51.

Durante o período da ditadura na Argentina, é possível concluir a cumplicidade empresarial em crimes de lesa humanidade. Segundo Victoria Basualdo, Tomás Ojea Quintana e Carolina Varski, empresas atuaram com a finalidade de potencializar seus interesses econômicos. E para concretizar esse objetivo, tinham de impor aos trabalhadores, às entidades sindicais e aos seus dirigentes um efetivo controle (com perseguição e violação aos direitos humanos), impedindo-os de realizarem as lutas em defesa dos seus direitos; as empresas exigiam aumento do ritmo de trabalho, para ver crescer suas margens de lucro na atividade industrial.

Entre as empresas que praticaram crime de lesa humanidade, podem ser citados os casos da Ford e Mercedes Benz, que desenvolveram suas atividades à época na Argentina. Ressaltam Basualdo, Quintana e Varski, que na planta da Ford Motor, após o golpe de março de 1976, “Pedro Troiani, empregado e delegado sindical, Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor (SMATA) foi sequestrado e torturado, no interior da fábrica de General Pacheco”; registram ainda, o “sequestro de 26 trabalhadores, em sua grande maioria participantes da comissão interna vinculada, que ficaram ‘juridicamente desaparecidos, entre 30 e 60 dias’³⁸⁶.

Os autores citados ressaltam que, conforme testemunhos, as empresas identificavam os trabalhadores que deveriam ser perseguidos e sequestrados, fornecendo listas, com os nomes e as fotos, a partir de seus “crachás”, facilitando a identificação por parte dos militares E concluem que:

Estos hechos permiten concluir, además, que un móvil fundamental detrás de la complicidad empresarial con los crímenes de lesa humanidad fue la pretensión de fortalecer la posición de las patronales, con el objetivo de ejercer un fuerte control sobre los trabajadores y sus representantes sindicales, incrementar los ritmos de trabajo y aumentar los márgenes de ganancia en la actividad industrial que cada una de estas empresas automotrices desarrollaba en el país en esa época.

Desde nuestra perspectiva, toda acción civil de reparación por delitos de lesa humanidad debe también seguir el principio de inprescriptibilidad de la acción penal. Esto es particularmente necesario en los casos de personas jurídicas que, como tales, tuvieron algún tipo de participación en ese tipo de delitos, más allá de la responsabilidad de los individuos con funciones ejecutivas.

El conjunto de casos vinculados con la responsabilidad de empresas en la comisión de delitos de lesa humanidad no solo abre una nueva dimensión en los juicios por violaciones a los derechos humanos durante el terrorismo de Estado, sino que subraya la importancia de integrar las dimensiones económica y social en el análisis de los impactos de la última dictadura en la Argentina.³⁸⁷

³⁸⁶BASUALDO, Victoria, OJEA QUINTANA, Tomás, VARSKI, Carolina. Los casos de Ford y Mercedes Benz. In: VERBITSKI, Horacio y BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina: Siglo Veintiuno. 2013. p. 189-190.

³⁸⁷ BASUALDO, V.; OJEA QUINTANA, T.; VARSKI, C. Op.Cit. p. 199-200

Tal entendimento está apenas iniciando no Brasil, recém findaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, e os esclarecimentos sobre a participação das empresas durante a Ditadura ainda é superficial. Mas já motivaram a primeira iniciativa para que uma empresa responda por crime de violação aos direitos humanos, por práticas durante a ditadura brasileira.

Conforme informa matéria da revista “Carta Capital”, sob o título “*Volkswagen é denunciada por crimes na ditadura*”, houve decisão do Ministério Público Federal de ingressar com um inquérito civil para a averiguação de responsabilidade por “crimes contra a humanidade”, em razão de relatos de ex-trabalhadores, que ocorreram na planta da cidade de São Bernardo do Campo (SP), entre 1964 e 1985. Entre os pontos indicados, há informes sobre torturas e perseguições ocorridas contra os operários. A iniciativa tem respaldo nos documentos e relatos recebidos pela Comissão Nacional da Verdade, pelo grupo de “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical”. Há indícios de que a multinacional agiu de maneira conspiratória, com a finalidade de impor um intenso controle sobre trabalhadores e suas atividades sindicais, tendo produzido documentos e elaborado dossiês com dados pessoais de seus funcionários, e fornecido aos órgãos de repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)³⁸⁸.

³⁸⁸ “A indústria alemã, que conviveu com a ascensão do sindicalismo no ABC paulista, é a primeira empresa acionada na Justiça pelo fato de haver um vasto material em relação às formas de opressão. “Dezenas de empresas podem ser judicializadas nos mais diferentes estados, a exemplo do Rio de Janeiro com a Petrobras. Queremos fazer isso em todo o Brasil”, falou Sebastião Neto, envolvido com a petição. Além de exigir admissões em colaboração com o regime militar, os militantes da CNV pedem reparações coletivas de caráter pedagógico. “Há inúmeras formas de como fazer a reparação, sobretudo com o apoio a projetos de pesquisa e educativos, tratamento psicológico, de memória e elaboração de material didático. O promotor que deve estabelecer a reparação cabível, mas não queremos ressarcimentos individuais”, analisou Neto. Repressão civil-militar. Mais que participação na Operação Bandeirantes junto a outras entidades jurídicas ligadas à Fiesp, o pedido de inquérito civil mostra a elaboração de “fichas sujas” com nomes de funcionários acusados de “subversão”, como era considerado o envolvimento com causas sociais, eram práticas frequentes na Volkswagen, uma das primeiras representantes da indústria automobilística a instalar-se no Brasil em 1959. Em 1980, quando deflagrada uma greve de 41 dias comandada por Luiz Inácio Lula da Silva, o Dops recebeu uma lista com 436 trabalhadores grevistas de grandes fábricas do Grande ABC, como Volks, Mercedes-Benz e Villares. Entre outras queixas, a luta, à época, era de um reajuste de 15% nos salários - não conquistados. Nos documentos, além de endereço residencial, ao lado do nome completo de cada pessoa, há uma anotação do setor do trabalhador dentro da fábrica. Conforme participação em audiência pública em março de 2015, a firma alemã negou ter sido responsável pelo repasse de dados ao órgão de repressão estatal, mas não soube explicar como informações dos trabalhadores estavam de posse dos agentes.” (FELTRIN, Camilla. Comissão Nacional da Verdade: Volkswagen é denunciada por crimes na ditadura. *Carta Capital*, 22 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/volkswagen-e-denunciada-no-mpf-por-violacao-de-direitos-humanos-7104.html>>. Acesso em: 08 out. 2015).

Um novo capítulo se abre na luta em defesa dos direitos humanos, quanto à obrigação e compromisso de apurar o comportamento das empresas, que atuaram na repressão contra as organizações sindicais, seus processos de lutas e movimentos de resistência à ditadura e que por parte das empresas tinham como pano de fundo os interesses de uma exploração econômica.

3.3 A repressão contra as organizações sindicais

Consumado o golpe, o aparelho repressivo teve início, negando toda a face de legalidade e dando mostras de ser incompatível com um regime de constitucionalidade. No curso do ano de 1964, o movimento dos trabalhadores foi duramente atingido, com intervenção nas entidades sindicais, destituição de suas diretorias sob a acusação de serem “comunistas”, prisão de lideranças sindicais que foram processadas e demissão de trabalhadores em setores operários e de empresas governamentais. O governo realizou intervenção em mais de 400 entidades sindicais, tendo expurgado em torno de dez mil dirigentes.

No mês de junho, foi aprovada uma lei com o objetivo de restringir o direito dos trabalhadores de organizarem greves (Lei 4.330), sendo mais um dos instrumentos de opressão criados pelo novo regime.³⁸⁹

Em seu livro “*A Ditadura Envergonhada*”, Élio Gaspari ressalta que é difícil precisar o número de prisões que ocorreram nas semanas que se sucederam ao golpe, porém, segundo documentos, oscilam entre 5000 ou 7000 pessoas. A tortura passou a ser utilizada indiscriminadamente como meio para facilitar o processo de investigação. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) chegaram próximo de 200.³⁹⁰

Segundo o *Projeto Brasil Nunca Mais (BNM)*, na primeira fase repressiva do regime (relativa aos dois primeiros anos de governo), 2127 pessoas foram transformadas em réus. Na segunda fase, durante o mandato de Garrastazu Médici, registraram-se 4460 denunciados (resultado do Ato Institucional nº 5). E de acordo com levantamentos efetuados junto aos processos que tramitaram na Justiça Militar, excluídos os que focavam as organizações clandestinas, identificou-se que os setores

³⁸⁹ A Lei 4.330, editada em 1964, somente foi revogada com a Constituição Federal de 1988.

³⁹⁰ GASPARI, Op.Cit. p.130 e 134.

mais atingidos puderam ser assim classificados: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos.³⁹¹

O número de perseguidos políticos que tiveram que solicitar asilo político entre os anos de 1964-1966 superou aos 500, sem contar os perseguidos que saíram fugidos pelas fronteiras da Argentina e do Uruguai, estimados em milhares. Nesse mesmo período, aproximadamente 2000 servidores públicos foram demitidos e 386 pessoas perderam seus direitos políticos, tendo seus mandatos cassados ou a suspensos por dez anos. Entre os oficiais das Forças Armadas, contabiliza-se 421 punidos, obrigados a ir para a reserva, e outros 200 forçados a solicitar pedido para não sofrer igual constrangimento. Entre os expurgados, 24 generais.³⁹²

No campo a perseguição ocorreu por parte dos donos das terras, os “coronéis”, que não mediram meios para impedir a organização do setor rural, promovendo torturas e mortes contra as lideranças e trabalhadores que se destacavam na luta camponesa.

Assim, os primeiros a sentir a violência e a truculência da ditadura militar que se instalou no país foram os segmentos operários, que representavam os trabalhadores do campo e da cidade, os segmentos políticos de esquerda (comunistas, socialistas, militantes históricos) e aqueles que ocupavam espaços de poder e estavam comprometidos com as propostas políticas progressistas.

A colaboração entre empresas e agentes públicos, militares, policiais ou civis, adotou diferentes formas e estruturas mediante as quais se dava uma atuação conjunta no plano político, financeiro e operacional. Caracterizando a perspectiva ditatorial dessa colaboração, ela reprimiu, sempre, preventiva ou reativamente, toda forma de organização e manifestação coletiva. Ela atacou, ininterruptamente, todo e qualquer mecanismo de resistência à exploração. A filiação ao sindicato, a participação em assembleias, a organização de chapas de oposição para concorrer em eleições para a diretoria dos sindicatos era proibida, dificultando a articulação e a retomada dos sindicatos por setores progressistas.³⁹³

O governo militar, a partir de extensa perseguição ao movimento sindical –com intervenções realizadas nos sindicatos e ataque aos seus dirigentes promovidos desde o primeiro presidente, o general Castelo Branco (1964-1947) – produziu graves danos às condições de vida dos trabalhadores, em face do arrocho salarial, redução do salário mínimo, fim da estabilidade no emprego, incentivo à rotatividade de mão-

³⁹¹ ARNS, P. E. Op.Cit. p. 117.

³⁹² GASPARI, Op.Cit. p. 130-131.

³⁹³ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Dez. 2014. (Vol. 2). p. 65.

de-obra nas empresas e impedimento da organização sindical nos locais de trabalho³⁹⁴.

3.3.1 As greves de resistência em Contagem e Osasco

Em 1967 assumiu como Presidente da República o General Artur da Costa e Silva. O regime ainda não havia aprovado o AI-5, o trabalho de base feito nos bairros e em comunidades de base³⁹⁵, possibilitou o ressurgimento de oposições sindicais, contando com a experiência de operários já formados politicamente pelos embates de mobilizações que antecedem o golpe de 1964, contribuindo para a vitória da oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em São Paulo, tendo como líder José Ibrahim³⁹⁶, eleito em 1967; assim como ocorreu com os metalúrgicos em Contagem, no mesmo ano.

A época, cria-se o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), para se contrapor às políticas salariais draconianas implementadas contra a classe operária. Mas este movimento não teve grande repercussão, apesar da insatisfação dos trabalhadores, pois vieram participar lideranças que não tinham representatividade e que foram indicadas pelo próprio Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que propunha a ‘renovação sindical’, e outras de nítido perfil conservador, comprometendo sua credibilidade. Conforme Marco Aurélio Santana:

Diante de uma conjuntura tendente à radicalização, em que seria difícil prever controles sobre os movimentos, como já vinha acontecendo, e sem querer

³⁹⁴ SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10281.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015. p. 279-281.

³⁹⁵ Luciana Dias, Jô Azevedo e Nair Benedicto, ao relatar a história e trajetória de Santo Dias, operário, militante sindical, conta como foi o trabalho de organização popular e sindical, pós golpe militar. Narra que, setores da igreja católica, na década de 1970, realizam um amplo trabalho de organização popular, por meio dos grupos comunitários católicos, nos bairros e periferias de algumas grandes cidades brasileiras, mas em especial na cidade de São Paulo, trabalho realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base, sob o apoio da Arquidiocese, tendo a frente Dom Evaristo Arns, Arcebispo da cidade de São Paulo (DIAS, Luciana, AZEVEDO, Dias, BENEDICTO, Nair. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez Editora, 2004).

³⁹⁶ José Ibrahim foi fundador e presidente da Comissão de Fábrica da Cobrasma, de 1965 a 1967. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi cassado e banido em 1968, em decorrência da greve de Osasco, foi um dos presos políticos, trocado pelo embaixador americano Charles Burke Elbrick que havia sido sequestrado pelas organizações de esquerda (Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR8 e Aliança Libertadora Nacional - ALN, somente regressa ao Brasil, com a Lei de Anistia (6.683, de agosto de 1979). (IBRAHIM, José. *Comissões de Fábrica*. São Paulo: Global. 1986).

por em risco seus postos na estrutura sindical, os “pelegos” irão trabalhar para que as ações do MIA não tomem vulto³⁹⁷.

Santana ressalta que a atitude do regime de tentar reduzir os salários, a fim de conter a inflação:

[...]foi sendo estabelecida aos poucos e quebrando a resistência encontrada entre setores da Justiça do Trabalho. Depois de muitos mecanismos intermediários para ultrapassar tais resistências, que acabavam por burlar sua política, o governo baixa um decreto lei, em meados de 1966, buscando regulamentar de forma rigorosa as determinações anteriores, tais como aquela que estabelecia que, caso os tribunais trabalhistas concedessem qualquer acordo salarial superior ao definido na lei, a percentagem que superasse as determinações oficiais seria subtraída do fator de inflação projetada para o acordo salarial seguinte. De certa forma, serão estas duas perspectivas que marcarão os embates do movimento sindical nos anos vindouros. O Estado passa a alterar sua posição, no tocante tanto às questões trabalhistas como às questões sindicais. Ainda que também se pautasse pelo lastro da CLT, passava-se agora a dar realce aos seus ditames repressivos e de controle³⁹⁸

A primeira greve de caráter importante pós 1964 é a realizada em Contagem (Minas Gerais), em um contexto de falências de empresas, demissões e atraso no pagamento dos salários. O movimento tem início no dia 16 de abril, na empresa Belgo-Mineira. Conforme Marco Aurélio Santana³⁹⁹, o pedido era de um reajuste de 17% (dezessete por cento), acima do proposto. Nessa paralisação já se nota a participação de organizações clandestinas, como a Ação Popular (AP), a Corrente Revolucionária e o Comando de Libertação Nacional (Colina). A diretoria que tinha sido eleita, em 1967, encabeçada por Ênio Seabra, teve o seu nome e de outros, vetado pelo Ministério do Trabalho, mas eles continuaram dando a orientação política à categoria, mediante um trabalho camuflado e a formação de comissões, que se espalharam em diversas fábricas, inclusive a Belgo-Mineira, estopim da greve.

A greve da Belgo-Mineira foi marcada pela ocupação dos operários nos dois primeiros dias, mas, com a possibilidade de intervenção militar, eles entenderam por sair de dentro da empresa. Após o terceiro dia, as paralisações estenderam-se para as empresas Mannesmann, para a unidade da Belgo-Mineira de João Monlevade e a Sociedade Brasileira de Eletrificação. A participação na greve subiu de 1.200 para 15.000 parados.

³⁹⁷ SANTANA, M. A. Op.Cit. p. 288.

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 282.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 289.

A greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho⁴⁰⁰, mas não arrefeceu os ânimos, o movimento continuou forte entre os grevistas. O então Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho ameaçou com eventuais retaliações, mas a ameaça não surtiu efeito. Ao final, o governo propôs um reajuste de 10% (dez por cento), a título de abono via decreto de emergência, para possibilitar o fim da greve. Santana ressalta que:

[...] após a resistência de alguns setores na aceitação do abono, e já em um tom de guerra, uma demonstração de força foi feita na cidade pela polícia, que proibiu as reuniões sindicais e efetuou prisões, criando um clima pesado de repressão. Esse tipo de intervenção, conjugada à “proposta de conciliação” do ministro e a pressão da patronal sobre os trabalhadores faz refluir o movimento grevista.⁴⁰¹

Em Osasco, Jose Ibrahim e seus companheiros, quando da eleição, já apresentavam propostas radicais como a resistência contra a ditadura, a ruptura com os limites ditados pelo Ministério do Trabalho, a organização de “comissões de fábrica”, para maior participação dos operários nos locais de trabalho, a criação de uma central sindical, o rompimento com as regras da estrutura sindical e o fim da lei de greve (Lei 4.330)⁴⁰².

⁴⁰⁰ As consequências do julgamento da ilegalidade da greve, segundo a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964 (imposta dois meses após o golpe), era a possibilidade da demissão dos trabalhadores, “*Por Justa Causa*”, o que acarretava sérios prejuízos financeiros, como o não pagamento de aviso prévio (correspondente a 30 dias), perda do direito as férias, impedimento do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acrescido da multa correspondente, que á época era de 10% sobre os depósitos. A possibilidade de afastamento para a apuração de falta grave dos dirigentes sindicais, para efetivar a demissão dos mesmos, em razão da estabilidade no emprego, em razão do mandato sindical.

⁴⁰¹ SANTANA, M. A. Op.Cit. p. 290.

⁴⁰² A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964 (imposta dois meses após o golpe), constam inúmeros artigos, que na prática impediam e inviabilizavam o exercício da greve, a pretexto de regular seu exercício. E em pelo menos 3 artigos, dispunha de maneira a punir os grevistas de maneira severa, sendo assim considerada uma Lei anti-greve. Além de introduzir dispositivo, da possibilidade de expulsão de estrangeiros, como no início do século.

Entre os dispositivos, da Lei 4.330 destacam-se: “Art. 8º Os grevistas não poderão praticar quaisquer atos de violência contra pessoas e bens (agressão, depredação, sabotagem, invasão do estabelecimento, insultos, afixação ou ostentação de cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador ou outros de igual natureza), sob pena de demissão, por falta grave, sem prejuízo da responsabilidade criminal, de acôrdo com a legislação vigente; Da ilegalidade da greve. Art. 22. A greve será reputada ilegal: I - Se não atendidos os prazos e as condições estabelecidas nesta lei; II - Se tiver objeto reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva, há menos de 1 (um) ano; III - Se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou legitimamente, à categoria profissional; IV - Se tiver por fim alterar condição constante de acôrdo sindical, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificadas substancialmente os fundamentos em que se apoiam; Art. 27. Pelos excessos praticados e compreendidos no âmbito da disciplina do trabalho, os grevistas poderão ser punidos com: a) advertência; b) suspensão até 30 (trinta) dias; c) rescisão do contrato de trabalho. Parágrafo único. Se imputada ao empregado no decorrer da greve, a prática de ato de natureza penal, ao empregador será lícito suspende-lo até decisão final da justiça criminal. Se o empregado fôr absolvido, terá direito de optar pela volta ao emprêgo, com vantagens devidas, ou pela percepção, em dôbro dos salários correspondentes ao tempo da suspensão, sem prejuízo da indenização legal.

Sob a presidência de José Ibrahim⁴⁰³, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco inova na prática sindical, rompendo com a visão de cúpula até então vigente, e formando comitês no interior das fábricas, sem o conhecimento dos empresários, o que se tornou fator determinante para garantir a eleição da oposição.

A greve em Osasco (São Paulo) teve início em 16 de julho, três meses após o que ocorreu em Contagem, e foi uma greve planejada, tendo como conceito a ocupação. Assim, os operários ocuparam inicialmente a Cobrasma e depois Barreto Keller, Braseisos, Granada, Lonaflex e Brown Boveri⁴⁰⁴.

A ditadura não queria deixar espaço para o crescimento de manifestações populares e, assim, usou de força militar para reprimir os operários e o Ministério do Trabalho determinou a intervenção do sindicato. O governador de São Paulo Abreu Sodré liberou a Força Pública para agir. A intenção era de não permitir a rearticulação dos setores combativos do movimento sindical e promover uma punição exemplar, sufocando a classe trabalhadora, a qualquer custo. A cidade virou um palco de guerra, foram efetuadas mais de 500 prisões só na Cobrasma, como indicado por Jacob Gorender:

O Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção e Osasco, durante uma semana, se converteu em praça de guerra. A greve não resistiu ao quinto dia. José Ibrahim caiu na clandestinidade, mas Zequinha, líder dos operários da COBRASMA, não escapou de três meses no DEOPS, castigado pelo cárcere e pela tortura.⁴⁰⁵

Marco Aurélio Santana faz uma cronologia das ações repressivas, que se processaram na cidade de Osasco, durante a greve:

Dos crimes e das penas: Art. 29. Além dos previstos no TÍTULO IV da parte Especial do Código Penal, constituem crimes contra a organização do trabalho: I - promover, participar o insuflar greve ou lock-out com desrespeito a esta lei; II - incitar desrespeito à sentença normativa da Justiça do Trabalho que puser termo à greve ou obstar a sua execução; III - deixar o empregador, maliciosamente, de cumprir decisões normativas da justiça do Trabalho, ou obstar a sua execução; IV - iniciar à greve ou lock-out, ou aliciar participantes quando estranho à profissão ou atividades econômicas; V - onerar a despesa com dívidas fictícias ou de qualquer modo alterar maliciosamente os lançamentos contábeis para obter majoração de tarifas ou preços; VII - praticar coação para impedir ou exercer a greve; PENA: Reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (cem mil cruzeiros). Ao reincidente aplicar-se-á a penalidade em dobro. Parágrafo único. Os estrangeiros que infringirem as prescrições desta lei serão passíveis de expulsão do território nacional a juízo do Governo”.

⁴⁰³José Ibrahim foi fundador e presidente da Comissão de Fábrica da Cobrasma, de 1965 a 1967. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi cassado e banido em 1968, em decorrência da greve de Osasco, regressou ao Brasil em 1979, com a Anistia (IBRAHIM, José. *Comissões de Fábrica*. São Paulo: Global, 1986).

⁴⁰⁴ ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense. 2003.

⁴⁰⁵GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática. 1987. p. 144.

No segundo dia, apesar de toda a ocupação policial na cidade, outras fábricas tentaram parar, o que, diante da repressão, tornara-se bastante difícil. Nesta noite, o sindicato sofreu a ação da polícia que desocupou o prédio para que o interventor pudesse assumir seu papel, o que havia sido impedido pelos operários que ocupavam o sindicato. As lideranças que ainda não estavam detidas são caçadas pela polícia. A partir do quarto dia, já não se tinha mais controle sobre o movimento. Embora já sem lideranças, o movimento arrastasse. As prisões estendem-se pelas igrejas, bairros etc.⁴⁰⁶

O principal perseguido era José Ibrahim, que tentou se esconder, mas, meses depois, foi preso, em fevereiro de 1969, em um aparelho da Vanguarda Popular Revolucionária. Sua libertação somente ocorreu quando da troca do embaixador americano, retornando ao país somente após 1979, com a Lei de Anistia.

A greve de Osasco ocorreu três meses depois da greve de Contagem (Minas Gerais), o governo já não estava disposto a aceitar qualquer insurgência dos trabalhadores, se as esperanças tinham sido acesas no mês de abril, julho mostrou que a ditadura não permitiria que a classe trabalhadora contestasse os interesses do capital e, assim, ficaria oprimida, controlada e reprimida por mais uma década.

3.3.2 O ressurgimento do movimento sindical e as grandes greves (encurralando a ditadura)

Após o breve ensaio de luta sindical contra a ditadura, que ocorreu em 1968, finalmente surgiu o '*novo sindicalismo*', em meados dos anos setenta (século XX), que mudará a história da organização dos trabalhadores no Brasil. Resultado de duas tendências que confluíram para que ele acontecesse, conforme Ricardo Antunes⁴⁰⁷,

⁴⁰⁶SANTANA, M. A. Op.Cit. p. 293.

⁴⁰⁷ Antunes destaca que: "O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do 'novo sindicalismo'. Do outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as 'oposições sindicais', mais refratárias ações por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independente da estrutura Sindical. De um lado, no universo do 'novo sindicalismo', encontravam-se aqueles que, em sua maioria, desprovidos de militância política anterior, nasciam como sindicalistas na sua ação concreta. Neste pólo aliaram-se, num primeiro momento sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente ao PCB e até mesmo alguns segmentos vinculados ao peleguismo sindical, que buscavam "modernizar-se". No outro polo, no universo das 'oposições sindicais', maior era a presença de ex-militantes da esquerda organizada, em especial dos inúmeros agrupamentos existentes na viragem dos anos de 1960/70 no Brasil, além de um continente expressivo oriundo da esquerda católica. Se o Sindicato dos Metalúrgicos São Bernardo é um exemplo típico do 'novo sindicalismo' a Oposição Metalúrgica de São Paulo talvez

uma ocorreu por meio da atuação no interior da estrutura sindical, realizado de maneira gradual, mas efetivando as mudanças e provocando as alterações desta mesma estrutura, em uma perspectiva mais independente e menos atrelada ao Estado e outra, marcada pela organização de oposições sindicais, que conflitavam com os valores e conceitos da estrutura sindical.

O ascenso do movimento operário e o desgaste da ditadura aconteceram em concomitância, com o fim do “milagre econômico” decorrente da crise internacional, em face da elevação do preço do petróleo e, no plano interno, com o fortalecimento da oposição nas eleições parlamentares de 1974. Conforme Santana, os trabalhadores “rompiam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o ‘arrocho salarial’ e o silêncio geral ao qual havia sido forçada a classe trabalhadora”, ressaltando, que:

Um dos fatores importantes para a deflagração do movimento foi, sem sombra de dúvida, a revelação pelo Banco Mundial de que o regime militar, em 1973 e 1974, maquiara os índices de inflação, mascarando o verdadeiro patamar do custo de vida. Isto levou a que os trabalhadores fossem penalizados em 34,1%.⁴⁰⁸

Se há um momento que selou a abertura do novo sindicalismo, ele aconteceu com a deflagração da greve em São Bernardo do Campo, em 12 de maio de 1978. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema era presidido pelo operário Luís Inácio Lula da Silva⁴⁰⁹.

O movimento teve início na montadora Scania, a estruturação da greve foi preparada no ambiente das fábricas e decidida, sem uma “assembleia formal que deflagrasse o movimento, nem piquetes nas portas das fábricas para que a greve funcionasse”. O movimento, organizado no cotidiano do ambiente de trabalho, driblou o monitoramento dos patrões e a vigilância da ditadura. Além das reivindicações salariais, os trabalhadores exigiam “comissões de fábrica” para democratizar as relações de trabalho, unificando assim lutas específicas com lutas sociais⁴¹⁰. Em dois dias, mais de 12.000 operários tinham aderido à paralisação.

Em alguns dias, espalhou-se por outras empresas metalúrgicas do ABC paulista, onde milhares de trabalhadores cruzaram os braços. As reivindicações

seja o melhor exemplo da segunda corrente, a das ‘oposições sindicais’”. (ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, (SP): Pontes, 1995. p. 28-29).

⁴⁰⁸SANTANA, M. A. Op.Cit. p. 296.

⁴⁰⁹ Líder sindical e posteriormente Presidente da República por 2 mandatos (2002 a 2010), pelo Partido dos Trabalhadores.

⁴¹⁰ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998. p. 70-71.

partiam do interior das empresas, exigindo a liberdade de organização para adaptar-se ao novo sindicalismo, mais democrático e descentralizado.⁴¹¹

As novas lideranças vieram do seio do movimento operário, autênticos, diferentemente do que ocorreu em 1964, quando a supremacia aconteceu através dos grupos políticos de esquerda ou do sindicalismo oficial⁴¹².

As lutas asseguraram um excelente resultado, com 166 acordos coletivos assinados e mais de 280 mil trabalhadores beneficiados.

No ano seguinte, em 13 de março de 1979, foi iniciada outra greve, com mais força do que a anterior⁴¹³. A Vila Euclides, o estádio de futebol da cidade de São Bernardo do Campo, lotava com mais de 150 mil pessoas, mas não era para assistir jogos de futebol e sim para abrigar os grevistas, que se reuniam para discutir o movimento, sob vigilância da polícia e com sobrevoos de helicópteros.

Nesse ano, o empresariado contava com mais uma medida restritiva ao direito de greve, pois o governo impôs, em 4 de agosto de 1978, o Decreto-Lei nº 1632⁴¹⁴, atribuindo ao presidente o direito de definir inclusive as empresas que poderiam ser consideradas de “*Segurança Nacional*”, permitindo que os dirigentes sindicais e trabalhadores respondessem com base na Lei de Segurança Nacional, frente a Justiça Militar, pelo exercício de uma greve. O Decreto-Lei era a resposta do regime militar às movimentações operárias do ‘*novo sindicalismo*’.

Os empresários se sentiam mais preparados e protegidos para o confronto e o governo pronto para enfrentar o movimento. O entendimento era de que, além de se constituir em uma luta contra a política econômica, era também uma luta contra o regime.

A greve de 1979 foi um marco para o país, o movimento foi duramente reprimido pela polícia militar, que agiu com violência. O Tribunal Regional do Trabalho julgou o

⁴¹¹ *Idem*.

⁴¹² *Ibidem*. p. 71.

⁴¹³ Esta greve inaugura as assembleias no Estádio Municipal de Vila Euclides, em São Bernardo, onde chegaram a reunir mais de 100 mil operários.

⁴¹⁴ O Decreto-Lei 1632, de 4 de agosto de 1978, veio para impedir a greve nos serviços públicos e em atividades essenciais e de interesse da Segurança Nacional. Poderiam ser consideradas como de interesse da Segurança Nacional as de ‘indústrias definidas por decreto do Presidente da República’. E cabendo ao Ministério do Trabalho o reconhecimento da ocorrência de greve em qualquer atividade essencial. O art. 5º, trouxe agravantes para punir os dirigentes sindicais: “Sem prejuízo da responsabilidade penal, será punido com advertência, suspensão, destituição ou perda do mandato, por Ato do Ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou do conselho de fiscalização profissional que, direta ou indiretamente, apoiar ou incentivar movimento grevista em serviço público ou atividade essencial”.

movimento ilegal⁴¹⁵, o governo, por meio do Ministério do Trabalho, determinou a intervenção do sindicato, afastando sua direção. O sindicato perdeu a '*queda de braço*', a greve terminou sem vitórias, mas a história ainda estava sendo escrita e a ditadura começou a dar sinais de que precisava encontrar uma saída frente aos conflitos operários.

Tarso Genro ressalta que:

[...] o direito subjetivo à greve não se ampara em nenhuma legislação preexistente, mas forjava uma normatividade realmente democrática que não se socorria, durante todo este período, em nenhuma lei. Para fazer uma figura, poder-se-ia dizer que o direito subjetivo coletivo à greve amparava-se no seu próprio movimento histórico, impotente o Estado ditatorial para vedá-lo, forte a greve na consciência popular que a legitimava.⁴¹⁶

O 1º de maio de 1979 foi marcado por grande articulação, mais de 30.000 pessoas se reuniram no paço municipal, em São Bernardo, numa manifestação que contou com a presença de artistas, estudantes, políticos, líderes comunitários e operários protestando contra o regime.

A chama foi acesa e, em outubro de 1979, os metalúrgicos de Guarulhos e São Paulo cruzaram os braços. Mas a repressão fez mais uma vítima: nos confrontos com a Polícia Militar de São Paulo, foi assassinado a tiros pelas costas, o líder operário *Santos Dias*⁴¹⁷, em um piquete no bairro de Santo Amaro, no dia 30 de outubro de 1979, na frente da fábrica Sylvânia. Sua morte revoltou a sociedade brasileira, relata o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (arcebispo de São Paulo):

O corpo de Santo chegou à Catedral da Sé, vindo da Igreja de Nossa Senhora da Consolação, acompanhado de duzentos padres, onze bispos e toda aquela população incontável que acompanhava o cortejo, diante a barbaridade que foi seu assassinato, São Paulo parou para protestar.⁴¹⁸

As greves tomaram o país, estabelecendo um caráter de confronto com o governo, que era pressionado a realizar mudanças na política de Segurança Nacional.

⁴¹⁵ A greve era analisada sobre o prisma da legalidade ou ilegalidade, ou seja, era considerada como crime. Somente com a Constituição Federal de 1988, ela passa a ser apreciada a partir do viés da abusividade ou não abusividade.

⁴¹⁶ GENRO, Tarso. Greve como Direito Público Subjetivo Coletivo. Disponível em: http://tarsogenro.com.br/temp/?p=p_43&Name=Greve%20como%20Direito%20P%20FAblico%20Subjetivo%20Coletivo. Acesso em: 20 set. 2015.

⁴¹⁷ Luciana Dias, Jô Azevedo e Nair Benedicto. Retratam a trajetória deste importante líder operário, vindo do meio rural, como milhares de outros trabalhadores, que foram morar na periferia da grande São Paulo. Suas atividades na organização de bairros e da oposição sindical dos metalúrgicos de militante católico, participante da Pastoral Operária, vinculado a Arquidiocese de São Paulo. Seu assassinato, que segundo Anísio Batista, companheiro de lutas, estava programado, para intimidar os trabalhadores. (DIAS, Luciana, AZEVEDO, Dias, BENEDICTO, Nair. *Santo Dias*: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p. 272).

⁴¹⁸ DIAS, Luciana, AZEVEDO, Dias, BENEDICTO, Nair. *Santo Dias*: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p. 9.

Segundo Antunes, “se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este quantum atinge a soma de 3.241.500 trabalhadores”⁴¹⁹, ocorrendo um refluxo em 1980, resultado do revés da paralisação dos metalúrgicos em 1979 e da implantação de uma política salarial, com o objetivo de conter os movimentos.

A crise econômica, com uma inflação descontrolada que reduzia o poder de compra dos salários, era um ingrediente que destruía o trunfo do milagre econômico, produzido anteriormente pelo regime. E colocava em risco a proposta de abertura concebida pelo governo⁴²⁰, que era lenta e gradual.

Os metalúrgicos de São Bernardo⁴²¹, em março de 1980, iniciaram outra greve, que durou 41 dias, com adesão de aproximadamente 130.000 trabalhadores. O governo utilizou de todos os mecanismos para reprimi-la: o TRT de São Paulo julgou a paralisação ilegal, nova intervenção foi realizada no sindicato, 15 dirigentes foram presos (incluindo Lula) e todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e mantidos incomunicáveis por muitos dias. Desenhava-se no horizonte a multiplicação de greves e a possibilidade de uma greve geral.

O governo estava cada vez mais distante e isolado da sociedade civil, a crise era evidente, o processo inflacionário crescente, aumentava o desemprego e os problemas nas grandes cidades, em razão da concentração populacional.

No período compreendido entre 1978 e 1985, que marcou o início da transição até o término do mandato do último presidente militar, as greves se multiplicaram pelo país, estabelecendo um caráter de confronto ao governo, tornando o Brasil um dos países com maior incidência de greves, se comparado ao demais países, o que representou uma ruptura com o seu histórico de conflitos do trabalho. Entre os anos de 1978 a 1986, o Brasil registrou um total de 3.264 greves, segundo o Relatório sobre a situação social do país⁴²², assim distribuídas: 1978 - 118; 1979 – 246; 1980 – 144; 1981 – 150; 1982 – 144; 1983 – 347; 1984 – 492; 1985 – 619 e 1986 – 1004.

⁴¹⁹ Conforme Antunes, a partir de informações do DIEESE, (*Balanço Anual, Greve, setembro de 1980, p. 18*) (ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 12).

⁴²⁰ NAPOLITANO, Op.Cit. p. 78.

⁴²¹ Conforme Napolitano: São Bernardo virou palco de horrores, com a presença de efetivos do Exército, policiais militares, agentes do DEOPS e do DOI-CODI, para impedir o movimento, usaram de força espancando os operários, que reagiram, estendendo-se por muitos dias as escaramuças. *Ibidem*. p. 84-86.

⁴²² NORONHA, Eduardo. *Relatório sobre a situação social do país*, do NEEP da Unicamp. Mimeo. 1986. p. 50-59.

Como registra Antunes, se as greves tiveram seu nascedouro a partir da motivação inicial de natureza econômica, decorrente do arrocho salarial e da exploração do trabalho, a ação desencadeada acabou por “adquirir uma clara significação política⁴²³”. Ademais, porque entre as reivindicações constavam questões como o fim da legislação repressiva, controladora da organização sindical, o fim da lei de greve e contestação das políticas econômicas da ditadura.

O regime militar por sua vez, reconheceu as greves como “atentatórias à Segurança Nacional”, os operários passaram a ser tratados, como subversivos⁴²⁴. Em relação à burguesia, registra Octavio Ianni que ela mais uma vez se “apoia e se esconde sob o aparelho jurídico-político e policial-militar da ditadura; da ditadura que se acha a seu serviço”⁴²⁵. Para Ianni, toda luta operária é uma luta política, e greve não pode ser entendida de maneira distinta; além de luta econômica. Independentemente se possa adquirir um contorno policial ou militar e que venha aparecer somente isso, mas as lutas operárias implicam fundamentalmente com o político⁴²⁶.

Os trabalhadores metalúrgicos, por sua vez, no entender de Ianni, ocupam o seu papel de vanguarda:

[...] indica a todas as outras classes oprimidas, e ao conjunto das oposições, o caminho a seguir. E provoca, ao mesmo tempo, o desmascaramento da ditadura, da farsa da ‘distensão lenta e gradual’, da ‘abertura política’ controlada, da ‘democracia relativa’. Sob vários aspectos, em abril e maio de 80, a classe operária indica à grande maioria do povo a direção política das lutas a serem travadas.⁴²⁷

⁴²³ANTUNES, R. Op.Cit. p. 12.

⁴²⁴“O governo, os empresários e os seus instrumentos lançam mão de todo tipo de violência para neutralizar, vencer ou esmagar a classe operária ...de modo a reforçar os instrumentos repressivos exigidos pela economia política do ‘modelo’ econômico do governo; para atender às exigências do grande capital, da grande burguesia nacional e estrangeira das multinacionais do imperialismo. Essa gana repressiva revelada com dos metalúrgicos, enquanto categoria operária aparece em quase todas as atuações dos governantes, dentro e fora do aparato estatal. Note-se que os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo-Diadema e Santo André são postos sob intervenção. E os membros das suas diretorias não só são destituídos e levados à prisão como também indiciados como incursos na Lei de Segurança Nacional; lei essa baixada e ‘aprimorada’ pela mesma ditadura militar, em 1967, 1969 e 1978, de modo a garantir a segurança para o desenvolvimento da grande empresa nacional e estrangeira. Tudo é levado a efeito pelos tribunais da própria ditadura e os órgãos de repressão do aparelho policial-militar: DOPS, DEOPS e DOI-CODI. O pretexto é que as lideranças operárias estariam ‘causando intranquilidade para a paz social’; que à sua atuação estaria provocando ‘prejuízos à prosperidade nacional’; que ‘uma infinidade de correntes políticas marxistas através de seus elementos dá apoio de toda a natureza’ ao movimento grevista”. (IANNI, Octávio. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 32-33).

⁴²⁵ IANNI, Octávio. *O ABC da classe operária*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980. p. 42.

⁴²⁶*Ibidem*, p. 88-89.

⁴²⁷ IANNI, O. Op.Cit. p. 11.

As paralisações que ocorreram após o surgimento do ‘novo sindicalismo’ expressaram maior conflitividade do movimento sindical, inclusive com tentativas de realização de uma greve geral, após a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)⁴²⁸. O governo militar demonstrava grande desgaste, assim como o primeiro governo civil que o sucedeu, mas isto não foi suficiente, ou impeditivo para reprimir com violência muitas greves que ocorreram nos anos subsequentes, inclusive, com mortes de trabalhadores pelo Exército, na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, um mês após a edição da nova Constituição Federal do Brasil. Demonstrando como algumas greves tinham um perfil mais agudo e contundente, conforme descrito por Antunes:

[...] as greves com ‘ocupação de fábricas’ – onde os trabalhadores não excluía, se esta condição lhes fosse imposta, além da ocupação de fábricas, a resistência através de ações de sabotagem e destruição da produção e dos equipamentos fabris. Foi, como vimos o caso da GM, em São José dos Campos; da Mannesmann, e da Belgo-Mineira, em Minas Gerais; da CSN em Volta Redonda; da Ford de São Bernardo, entre outras. Ainda aqui, a radicalidade do trabalho, era a expressão da luta contra opressão fabril, a super exploração do trabalho, a militarização das greves, feitas durante a Ditadura Militar e com a ‘Nova República’ tutelada.⁴²⁹

A ditadura por sua vez, queria manter o ritmo de abertura concebido, que não alcançasse, punisse ou arranhasse o processo pautado na política de Segurança Nacional⁴³⁰.

O regime combinava um conjunto de leis de exceção para tentar intimidar as lutas operárias, perseguindo os dirigentes, militantes e operários que lutassem por melhores condições de trabalho, contra o arbítrio e por uma vida digna. Assim, a receita era a combinação das leis: antigreve, lei de Segurança Nacional, lei de imprensa e de instrumentos de controle (como atestado ideológico para obtenção de emprego), monitoramento dos serviços de informação, como as DEOPS (Delegacias

⁴²⁸“A fundação da CUT aconteceu em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), com a participação de mais de cinco mil delegados, entre homens e mulheres, vindos das mais diversas partes do país. Em um período que retratava um regime militar enfraquecido e de crescente organização de setores da sociedade civil, que lutavam por democracia, eleições diretas para presidente e uma assembleia nacional constituinte livre e soberana. A CUT passou a ser referência para as lutas sindicais e democráticas. A CUT surge em decorrência do chamado “novo sindicalismo”, das lideranças comprometidas com a mobilização da classe trabalhadora e de oposições que se contrapunham ao velho peleguismo. Direções sindicais contrárias a estrutura corporativista, buscando a ruptura com o sindicalismo cartorial e autoritário, fazendo a junção de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade”. (CUT – Central única dos Trabalhadores. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 12 set. 2015).

⁴²⁹ANTUNES, R. Op.Cit. p. 22.

⁴³⁰ NAPOLITANO, M. Op.Cit. p. 77-78.

de Ordem Política e Social), Serviço Nacional de Informação (SNI), Serviços de Informações no âmbito dos Ministérios, Universidades entre outros, para realizar a perseguição e demissão dos trabalhadores.

Assim, o tratamento e os mecanismos de poder utilizados pela ditadura e os aparelhos repressivos do Estado utilizados contra as lutas sindicais, seus trabalhadores, entidades, movimentos e reivindicações, vão permitir visualizar e apurar o grau de hostilidade e violência perpetrados, assim como a obrigação e a necessidade de responsabilização por parte do Estado.

3.3.3 As greves reconhecidas como atentatórias à Segurança Nacional

A década de 1980 foi intensa em greves e paralisações, a despeito do movimento sindical ter sobre os seus “ombros” normas que restringiam os trabalhadores de realizá-las: a Lei 4.330 (01/06/1964) e o Decreto-lei 1.632 (04/08/1978), que proibia as greves no serviço público e em atividades essenciais. Em seu artigo dispõe:

Art 1º - São de interesse da Segurança Nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatorios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República.

A arbitrariedade resta evidente, ao estabelecer o poder casuístico ao Presidente, de definir quais greves seriam ou não consideradas de interesse da Segurança Nacional, não se pautando pelas orientações que norteiam o direito do trabalho, conforme a OIT – Organização Internacional do Trabalho, em especial as questões referentes à Liberdade Sindical⁴³¹.

E para complementar este caráter autoritário, estava a Lei de Segurança Nacional, Lei 6.620 (17/12/1978), que definia as paralisações como atos criminosos,

⁴³¹ Ver sobre liberdade sindical, as decisões e orientações construídas pelo Comitê de Liberdade Sindical, que definem como “*atividades essenciais – aquelas que possam colocar em risco à saúde, a segurança ou a saúde da de toda a população ou parte dela*”. Como descritos nos: Informe 279º, Caso nº 1576, Parágrafo 114; Informe 265º, Caso nº 1438, Parágrafo 398, entre outros. (OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Liberdade Sindical: Recopilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. 1997. p. 121.

e os grevistas e dirigentes deveriam responder processo, mediante um Tribunal Militar.

A tentativa do regime era de impedir, via uma legalidade repressiva, a luta dos trabalhadores que demonstrou as fraquezas de um regime que não mais encontrava legitimidade para governar. Conforme Tarso Genro:

É patrimônio da doutrina jurídica progressista do Direito Coletivo do Trabalho que, sob o manto da regulamentação, na verdade, apresentaram-se as formas de eliminar ou de tolher o direito de greve, embora quase sempre inutilmente, posto que as circunstâncias históricas e sociais que determinam um movimento grevista nunca pedem licença à norma. Ou a greve se dá num espaço democrático ou ela abre um espaço democrático, independentemente das normatividades restritivas.

Os últimos anos em nosso país são absolutamente pródigos em exemplos. Submetidos a uma legislação arbitrária, oriunda dos momentos mais agressivos do regime militar, os operários e os assalariados em geral criaram um Direito supralegal, através da revogação histórica da lei 4.330. Neste sentido, o direito subjetivo à greve não se ampara em nenhuma legislação preexistente, mas forjava uma normatividade realmente democrática que não se socorria, durante todo este período, em nenhuma lei. Para fazer uma figura, poder-se-ia dizer que o direito subjetivo coletivo à greve amparava-se no seu próprio movimento histórico, impotente o Estado ditatorial para vedá-lo, forte a greve na consciência popular que a legitimava.⁴³²

Foi uma sucessão de greves, de 1978 a 1985, quando os militares entregam o poder aos civis. Algumas dessas paralisações tiveram grande impacto pela atitude repressiva do regime militar, que mesmo combalido, não admitia a ação desenvolvida pelos trabalhadores. E até mesmo os Tribunais passaram a desconsiderar a lei em vigor, como aduz Genro:

E os trabalhadores foram tão eficazes na criação deste Direito que não foram raros os julgamentos dos Tribunais do Trabalho e os acordos homologados, por estes mesmos Tribunais, que acabaram fechando os olhos às normas “vigentes”, trazendo para dentro dos conflitos coletivos, o Direito insurgente, contra o sistema normativo positivado, que não só não respondia à correlação de forças entre as classes e categorias em confronto, como também era originalmente ilegítimo, pois oriundo de um Congresso Nacional cercado pelo militarismo então soberano e imperante.⁴³³

Entre as muitas greves consideradas atentatórias à “Segurança Nacional” pelo governo, algumas serão destacadas, pois constituem-se em referentes, como a greve dos trabalhadores da *General Motors Corporation*, mais conhecida por GM.

A greve da GM aconteceu em abril de 1985, quando metalúrgicos de diversas regiões do Estado de São Paulo realizaram amplas campanhas por melhores salários

⁴³²GENRO, Tarso. *Greve como Direito Público Subjetivo Coletivo*. Disponível em: <<http://www.aliceportugal.org.br/v1/noticia/40/N%C3%A3o-aceitaremos-uma-agress%C3%A3o-aos-direitos-dos-trabalhadores.html>>. Acesso em 15 set. 2015.

⁴³³*Idem*.

e condições de trabalho. No dia 11 de abril, teve início a greve dos metalúrgicos em São José dos Campos, SP, reunindo aproximadamente 36.000 metalúrgicos no Vale do Paraíba.

Os trabalhadores se defrontaram com a intransigência da GM, segundo Celso Horta: “a tranquilidade da greve, onde os trabalhadores se revezavam nos turnos de trabalho, foi interrompida pela truculência da direção da montadora, que procurava acabar com a organização dos trabalhadores”⁴³⁴. De acordo com Horta, a empresa adotou atitudes arbitrárias de imediato, negando pretensões de diálogo, e efetuando a demissão de todos os dirigentes do sindicato, os membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), assim como os membros da Comissão da Fábrica, em 25 de abril de 1985, como represália ao movimento. Uma lista com 93 demissões, “decependo as cabeças” de todos aqueles reconhecidos entre os operários como lideranças.

As demissões ocorreram antes mesmo de qualquer audiência de conciliação ou julgamento da legalidade ou não da greve, por parte Tribunal Regional do Trabalho.

A principal reivindicação era a redução da jornada de trabalho, de 48 para 40 horas semanais; convictos da justeza da luta, os trabalhadores ocuparam a fábrica e cruzaram os braços, exigindo o retorno dos demitidos⁴³⁵. A ocupação foi a resposta à intransigência patronal, demonstrando a disposição e vontade de resistir dos trabalhadores. O ato da empresa tinha como principal objetivo esvaziar o poder do Sindicato, com destituição de suas lideranças e, assim, consumando uma prática anti-sindical, como lembrado por Oscar Ermida Uriarte:

As medidas de proteção da ação sindical contra a despedida são, como já disse, o núcleo básico ou essencial do 'foro sindical' conceito eixo de toda a questão das práticas anti-sindicalistas no Direito do Trabalho latino-americano. De per si, esta circunstância lhe dá um interesse especial ao qual deve somar-se a importância da despedida como ato anti-sindical, todo ele justificando um tratamento específico e adicional deste aspecto. Sem prejuízo da procedência de todos os mecanismos indicados anteriormente, a salvaguarda da atividade sindical diante do risco da despedida somente é alcançada plenamente num regime de estabilidade absoluta, ou melhor, de nulidade da despedida com reintegração efetiva ou real. Com efeito, se - como também já foi dito - a Convenção Internacional do Trabalho nº 98 exige para os trabalhadores 'uma adequada proteção contra todo ato de discriminação tendente a reduzir a liberdade sindical em relação emprego' quando o ato discriminatório é a única 'adequada proteção' é a reintegração efetiva do trabalhador.⁴³⁶

⁴³⁴ HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta. 1993. p. 9

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 10.

⁴³⁶ ERMIDA URIARTE, Oscar. *A proteção contra os atos anti-sindicalistas*. São Paulo: LTr. 1989. p. 54.

A atitude empresarial não violou apenas direitos sindicais, mas, direitos humanos, atentou contra a dignidade coletiva dos trabalhadores, impôs a força para fragilizar e oprimir um legítimo direito de resistência operária.

A GM interpôs ação, buscando a reintegração de posse da fábrica, que foi concedida através de liminar pelo Poder Judiciário. Os trabalhadores resolveram resistir e desobedeceram à ordem judicial, permanecendo nas dependências da fábrica. Os diretores da empresa, munidos do Mandado de Reintegração de Posse, convocaram a tropa de polícia e cercaram a fábrica, para por fim à ocupação e ao movimento grevista. Segundo Horta “foram horas e horas de tentativas de negociação entre sindicalistas, parlamentares, autoridades em geral e diretores da empresa, para chegar a uma solução”⁴³⁷. Diante desse clima de tensão, o então governo do Estado de São Paulo optou pela conduta conciliatória, para impedir um confronto, com medidas repressivas contra os trabalhadores.

Em 27 de abril de 1985 os trabalhadores decidiram pelo fim do movimento, com a desocupação da fábrica. Após a greve, como era de se esperar, muitos trabalhadores grevistas foram afastados, outros foram demitidos por justa causa e alguns indiciados em Inquérito Policial, por práticas tidas como criminosas durante o movimento paredista. Entre as acusações figuraram: ‘constrangimento ilegal, com agravante; sequestro e cárcere privado, com forma qualificada; atentado contra a liberdade de trabalho; invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola; sabotagem; incêndio, com agravante; resistência e “desobediência’’. Horta ressalta que aos que acreditavam no Tribunal Regional do Trabalho, tiveram uma decepção, pois a “Justiça do Trabalho decretou o movimento ilegal e não readmitiu ninguém”⁴³⁸ e a greve foi retratada como um ato de radicalismo e selvageria.

Após 15 dias de greve, a GM sacramentou a demissão de 93 trabalhadores, entre eles 5 dirigentes do Sindicato, 28 integrantes da CIPA, 22 integrantes da Comissão de Fábrica e outros 38 empregados, por justa causa. Mas as perseguições tiveram continuidade, com a denúncia de 33 empregados para responder criminalmente, com base na Lei de Greve. O Ministério Público Federal ratificou a acusação oferecida pelo Ministério Público Estadual e procedeu a denúncia. As leis de exceção (LSN, Leis anti-greve) estavam em pleno vigor, beneficiando os interesses patronais em detrimento dos direitos humanos.

⁴³⁷ HORTA, C. Op.Cit. p. 10.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 110.

Não se pode deixar de registrar e reconhecer que os contratos de trabalho eram '*regidos pela legislação trabalhista– CLT*' e em tal condição deveriam gozar de direitos e garantias previstas aos trabalhadores ou empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, assegurando-se entre outros, o direito de organização sindical, e a respectiva estabilidade, em razão do mandato sindical para o qual foram eleitos.

Ademais, não há dúvida que as reivindicações não se esgotavam em pleito de caráter meramente econômico, e que a Greve foi tratada pela empresa como um ato atentatório à segurança, o que as motivou a solicitar da Polícia e de outros órgãos uma ação repressiva. O '*Direito à Organização Sindical e de Representação dos trabalhadores*' é reconhecido como de fundamental importância para o desenvolvimento da paz mundial e instrumento de desenvolvimento social, como previsto nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em especial a '*Convenção 87*' que assegura a '*Liberdade Sindical*' sem a interferência estatal, e a '*Convenção 98*', que defende o '*Direito de Contratação Coletiva*'.

Os operários têm o direito à liberdade, à vida, à igualdade, a exercerem seu direito de resistir. Suas lutas são as vozes das classes oprimidas contra os opressores, por espaços que garantam que os direitos constituídos internacionalmente não sejam uma mera declaração vazia, mas efetivada por meio de processos de lutas, construindo uma democracia efetiva, permitindo o acesso aos bens necessários para viver dignamente⁴³⁹.

Outra experiência que retrata como as greves foram tratadas como atentatórias à 'Segurança Nacional' é a dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Na CSN ocorreram greves que comoveram o país e, em especial, uma, fruto de tragédia que envolveu a morte de operários pelo Exército brasileiro, um mês depois de aprovada a nova Constituição do Brasil, em novembro de 1988. Assim, se faz necessário resgatar o histórico de lutas dos trabalhadores e da criação da empresa.

A CSN foi fundada em 9 de abril de 1941, durante o Estado Novo, por decreto do Presidente Getúlio Vargas e iniciou suas atividades em 1946, na cidade de Volta Redonda/RJ.

Volta Redonda foi considerada um dos polos operários de grande influência e referência importante para os governos populistas. Era considerada símbolo da modernização do país.

⁴³⁹ HERRERA FLORES, Joaquín, *A reinvenção dos Direitos Humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 141-147.

No entorno da Companhia Siderúrgica se formou a vila operária, chamada de “Cidade Nova”, assim, as vidas dos trabalhadores se desenvolviam no entorno da fábrica, desempenhando um papel político de reforçar os laços corporativos entre os operários, a empresa e o Estado⁴⁴⁰. Em maio de 1973, a cidade se tornou ‘área de Segurança Nacional’, por meio do Decreto-Lei nº 1.273⁴⁴¹.

O surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda/RJ se deu no ano de 1946. Quando do golpe militar, o Sindicato sofreu intervenção e somente em 1968 foram permitidas eleições para eleger uma diretoria, que resultaram em nova intervenção pelo Ministério do Trabalho, e novas eleições aconteceram, somente em 1974, “com o apoio da igreja e de dom Waldir Calheiros. Assume o sindicato a chapa de Waldemar Lustosa, que permanecerá por três gestões, até 1983”⁴⁴².

Nas novas eleições a oposição ganhou a direção do Sindicato, liderada por Juarez Antunes e, como aduz Graciolli “Os portões das empresas, principalmente da CSN, passaram a conviver como o carro de som, adquirido pelo sindicato [...] que também viabilizou três boletins por semana e um jornal por mês”.⁴⁴³

No mesmo ano, em 1983, o Sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tinha sido recém-criada e congregava os segmentos mais avançados do movimento sindical.

Em 1984, a CSN viveu sua primeira greve com a:

ocupação, que contou com a participação das mulheres e filhos dos operários, que se concentravam em frente da CSN, enquanto estes ocupavam seu interior”⁴⁴⁴. Segundo Graciolli, “foi uma paralisação com muita disciplina e organização, mesmo contando com 22.000 homens ocupando o interior da CSN.”⁴⁴⁵

Nos anos que se seguiram, novas mobilizações e greves foram realizadas e o Exército convocado em várias oportunidades, para intervir e reprimir os trabalhadores.

⁴⁴⁰ Conforme Edilson José Graciolli “Volta Redonda, que houvera sido região de atividade rural, foi construída concomitantemente e de forma determinada pela construção da CSN, em um modelo conhecido pelo nome de *company-town* (cidade companhia). As *company-town* são cidades ou regiões controladas por uma empresa, na dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir com razoável grau de garantia, as necessidades de força de trabalho, fixada com o fornecimento de moradia, e, por outro estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento. (GRACIOLLI, Edilson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 25-26).

⁴⁴¹ Situação que estendeu-se até 1985 e que impedia a população de exercer seu direito de voto para eleger o Prefeito da cidade, pois o mesmo era indicado pelo Presidente da República, como todas as demais cidades consideradas, como ‘área de Segurança Nacional’.

⁴⁴² GRACIOLLI, E. J. Op.Cit. p. 43.

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 71

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 75

⁴⁴⁵ *Idem*.

Foi o que ocorreu na paralisação de dezembro de 1985, quando os trabalhadores cruzaram os braços por um dia.

Em nova paralisação, no dia 1º de outubro de 1986, o Exército foi chamado para intervir e ingressou na CSN, realizando uma operação antiguerrilha. No dia seguinte os operários resolveram retornar ao trabalho.

Isso novamente se repetiu na greve geral, em 12 de dezembro de 1986. O Exército invadiu a CSN, só que desta vez os militares exigiram a entrada dos trabalhadores, conforme relato de Graciolli:

Essa foi a segunda invasão do exército, e de lá para cá, virou rotina ele entrar dentro da Usina com seus tanques, urutús, cascavéis; com metralhadoras, fuzis e soldados. Nesta segunda invasão o operário medrou, a direção do sindicato também medrou. Ficamos com medo do Exército dar porrada, mas o movimento não parou. No dia seguinte o sindicato soltou um boletim falando sobre a direção da empresa, atitude do Exército e do governo.⁴⁴⁶

À época, os trabalhadores tinham seus salários reajustados com base em uma política salarial denominada de URPs, Unidades de Referência de Preços, onde o cálculo do trimestre anterior definia os reajustes para o trimestre posterior. O período era de inflação alta, acima de 2 dígitos ao mês, o que fazia com que o salário perdesse rapidamente o seu poder de compra. O governo do Presidente José Sarney resolveu suspender a aplicação das URPs dos meses de junho e julho de 1987. A classe trabalhadora inflamou.

Em agosto de 1987, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma greve geral no país e, segundo Sandra Veiga e Isaque Fonseca, os operários da Siderúrgica não estavam dispostos a ficar de fora:

Volta Redonda pára, e lá vem Exército; a mesma coisa todo mundo parado e o Exército entra na usina. Agora o trabalhador tinha visto a cara do Exército três vezes, perdeu um pouco do medo. Ainda tinha respeito, mas já não tinha mais tanto medo. Desta vez o Exército resolveu - certa hora - tirar o pessoal na porrada. O oficial ordenou que os soldados avançassem de baionetas caladas para cima dos operários [...]. Aí houve troca de insultos, que depois desembocaram em agressões, e o Exército entrou na usina de baixo de pedrada [...]. O exército prendeu quatro diretores e mais uns ativistas que estavam lá, desbaratinou e como resultado o movimento acabou. O pessoal saiu e a greve mais uma vez terminou. O Exército tirou a turma para fora mais uma vez. Os trabalhadores já estavam ficando de saco cheio com os milicos.⁴⁴⁷

Durante a greve geral de 1987, em que o Exército uma vez mais interveio, ocorreram confrontos e alguns trabalhadores acabaram sendo presos e liberados,

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 81

⁴⁴⁷ VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 54

após prestarem depoimento junto à Delegacia de Polícia Civil. A Direção da CSN, por sua vez, efetuou demissões de trabalhadores e ingressou na Justiça do Trabalho com inquéritos para apuração de falta grave dos dirigentes sindicais envolvidos, efetivando assim suas demissões.

Outras duas paralisações aconteceram ainda no primeiro semestre de 1988, respectivamente nos meses de janeiro e maio, a primeira envolvendo a greve de 400 trabalhadores da Empresa Montreal, prestadora de serviços que operava dentro da CSN, sendo novamente o Exército chamado a intervir e repetindo a doseno mês de maio: “após 65 horas e 100% de paralisação, da CSN e FEM e empreiteiras que prestavam serviço no interior da CSN”⁴⁴⁸. Assim noticiou o Jornal do Brasil, a ação militar que aconteceu:

O Exército realizou ontem uma verdadeira operação de guerra, para pôr fim à greve dos metalúrgicos da CSN, em Volta Redonda, que já durava dois dias causando um prejuízo de quase Cz\$ 2 bilhões. Um efetivo de 3 mil soldados, 26 caminhões, quatro carros de combate Urutu e 18 jipes ocupou as instalações da CSN por volta de duas horas de madrugada, quando cerca de 2 mil trabalhadores estavam no pátio da companhia. As tropas armadas de baioneta entraram pelo portão principal apreenderam carros de som do Sindicato dos Metalúrgicos e expulsaram os grevistas Colombo Vieira de Souza, diretor do sindicato, disse que a categoria decidiu voltar ao trabalho para não sofrer humilhação de ser levada à força ao trabalho e não ser responsabilizada pelos estragos que poderiam sofrer os altos fornos da siderúrgica, funcionando sem a presença de pessoal habilitado para operá-los. [...]. Foi segundo uma fonte da CSN, o Coronel Orlando Ferreira da Mota, comandante do 22º Batalhão de Infantaria e de toda a operação, quem convenceu o presidente do sindicato a suspender a greve, dizendo-lhe em uma conversa informal, que os soldados estavam preparados para o combate e que cabia a ele, Juarez evitar o confronto. A greve acabou e soldados foram embora depois do meio dia.⁴⁴⁹

No mês de julho de 1988, a Fábrica de Estrutura Metálicas S.A. - FEM, empresa controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, realizou uma paralisação no Departamento de Manutenção Mecânica (DMM) da CSN. A greve uma vez mais foi coordenada pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

O quadro vivido pelos trabalhadores era de arrocho salarial, em razão do governo não ter repassado os reajustes que estavam definidos em políticas salariais, frustrando a classe operária e gerando insatisfação no interior da Siderúrgica. A frustração se somava à repressão aos operários e perseguição às lideranças operárias. Esse foi o quadro que se apresentou para a realização da greve de 1988, o momento mais dramático vivido pela cidade de Volta Redonda, segundo Graciolli:

⁴⁴⁸GRACIOLLI, E. J. Op.Cit. p. 92

⁴⁴⁹*Ibidem*, p. 92.

A greve da CSN necessariamente significava explosão latente. Usina de capital produtivo, estatal importância singular para a acumulação capitalista, complexo industrial explosivo, área considerada de Segurança Nacional e cotidiano fabril impregnado de relações despóticas compunham o cenário em que o calor propagado não adivinha apenas dos equipamentos e instalações, pois também era produzido pelo clima opressivo, militarizado sobre os operários.⁴⁵⁰

A greve tem início no dia 7 de novembro de 1988, segundo Veiga e Fonseca, a Polícia Militar agiu no sentido de acirramento dos ânimos, tentando impedir a entrada dos diretores do sindicato, com o carro de som, para impedir assim a realização da assembleia.⁴⁵¹

Dos dias depois, o Exército invadiu a Siderúrgica, fazendo uso excessivo da força, com a finalidade de intimidar, reprimir e agredir os operários, o que resultou em muitos feridos e na morte de três operários. De acordo com o inquérito, as mortes foram consideradas como homicídios qualificados, segundo Graciolli:

Carlos Augusto Barroso foi, de acordo com algumas testemunhas, assassinado com uma coronhada na cabeça, depois de ter caído no chão. O seu atestado de óbito comprovou que ele faleceu de traumatismo crânio-encefálico às 23h30 do dia 9 de novembro de 1988, dentro da CSN. Walmir Freitas Monteiro morreu em decorrência de uma bala no peito, disparada de um fuzil FAL do Exército; William Fernandes Leite faleceu por conta de uma bala certa em sua nuca, saída de um fuzil FAL do Exército.⁴⁵²

As mortes macularam a democracia que se iniciava com a nova Constituição e demonstraram que as forças repressivas e seus comandantes não esqueceram as práticas da ditadura contra a classe operária.

No ano seguinte, no dia 1º de maio, dia do trabalhador, foi inaugurado o Memorial Nove de Novembro, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, para lembrar os metalúrgicos de Volta Redonda e, em especial, os três operários assassinados. No

⁴⁵⁰ GRACIOLLI, E. J. Op.Cit. p. 94.

⁴⁵¹ Segundo Veiga e Fonseca: "A PM estava armada com seus escudos cassetetes e capacetes já tão manjados por nós e seca para dar porrada [...] A polícia militar tentou barrar a entrada do caminhão. A rapaziada tirou a cerca e o carro pipa na mão e a PM entrou dando porrada. Um soldado da PM sacou o revólver e deu um tiro. O pessoal em vez de correr da PM, correu para cima dos soldados pegou o revólver do PM e escondeu. Os operários empurraram o caminhão para cima da PM que teve de sair da frente. Eram três ou quatro mil pessoas [...] A PM tinha dado muita porrada; eles entraram batendo, mas apanharam também, foi briga de braço; bateram mas apanharam, perderam o revólver e nós entramos com o caminhão. Enfim ficaram desmoralizados. Fizemos uma grande assembléia, reforçamos os piquetes internos para não deixar ninguém sair, para todo mundo ficar mesmo acampado dentro da usina. Os equipamentos estavam garantidos, estávamos tomando conta. A alimentação do pessoal estava sob controle. O sindicato começou a correr atrás do revólver da PM. Conseguimos localizá-lo, negociando com major Jomar e devolvemos o revólver. Isto está documentado; o sindicato tem o recibo da devolução". (VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. Volta Redonda, entre o aço e as armas. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 84-85).

⁴⁵² GRACIOLLI, E. J. Op.Cit. p.124

dia seguinte à inauguração, o monumento sofreu um atentado à bomba de autores desconhecidos.

A intenção era destruir a memória operária, aterrorizar aqueles que lutaram por uma vida digna e por direitos humanos. Apagaram um símbolo da luta dos metalúrgicos, mas o Memorial foi reerguido pelos próprios metalúrgicos que, juntos, em mutirão, garantiram que a cidade preservasse a sua história. Utilizando-se de parte dos escombros do antigo memorial, construíram um novo, como cicatrizes de uma luta que não se fez calar.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na história do país, viabilizando a transição de uma sociedade autoritária para a democracia, porém, relativamente ao modelo de relações coletivas de trabalho, manteve as bases do sistema corporativo, com unicidade sindical, imposto sindical (para custeio da estrutura verticalizada), monopólio de representação e negociação, contrastando assim com os avanços democráticos nela inserida.

A matéria sindical foi tratada nos artigos. 7º, XXVI (reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho), 8º (formas de organização, sustentação, das entidades sindicais, prerrogativas dos eleitos, direito de filiação e voto, prerrogativas da entidade sindical)⁴⁵³, 9º (direito de greve no setor público e privado), 37, VI (direito de sindicalização de servidores públicos civis), 114, (poder normativo, através da Justiça do Trabalho, para julgar os dissídios coletivos). Destaca Nascimento, que em relação as organizações sindicais, a Constituição adotou figuras contraditórias:

⁴⁵³. Estabelece o Art. 8. - É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;
II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;
III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesse coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
V - ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato;
VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
VII - o aposentado filiado tem o direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;
VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei. Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Declara que a organização sindical é livre e proíbe a livre criação de sindicatos ao vedar, na mesma categoria e base territorial, a organização de sindicatos quando já existente outro. A Constituição procurou ajustar o princípio da liberdade sindical com o da unicidade sindical imposto por lei. Este último, até agora previsto na legislação ordinária, passou à esfera constitucional, com o que não será fácil compatibilizar a nova Constituição com os parâmetros fixados pela Convenção n. 87, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, documento maior que consubstancia os ideais de liberdade sindical no plano internacional. [...] quanto à contribuição sindical, apesar das propostas visando a sua extinção, acabou sendo mantida e, mais que isso, duplicada.

As propostas de extinção da contribuição sindical respaldaram-se no seu caráter corporativista e estatizante, fruto de um modelo sindical em que o Estado financia o sistema, para em contrapartida, conduzi-lo".⁴⁵⁴

Porém, após a Constituição Federal de 1988, diminuíram as críticas ao sistema corporativo, não porque suas bases de sustentação tivessem mudado profundamente, mas porque um dos aspectos mais criticados, que era a intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos das entidades sindicais, é eliminado. Ocorreu assim um acomodamento de parte das direções, que antes questionavam a estrutura corporativa e estavam na oposição e passaram a ser direções nas entidades.⁴⁵⁵

A superação deste estágio, com profundas mudanças em relação à liberdade sindical e a revogação das leis antigreve e de exceção, tem início em 5 de outubro de 1988, com a aprovação da Constituição Federal, porém restaram cicatrizes e um rastro de prejuízos e impunidades que o Estado democrático terá de reparar.

⁴⁵⁴. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito do trabalho na constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 16-17.

⁴⁵⁵. "As facções mais radicais do movimento sindical, que anteriormente se mostravam bastante críticas com relação à estrutura sindical corporativa, perderam muito do fervor crítico ao conquistarem direções e posições no sindicalismo oficial. Nesse sentido, a Constituição de 1988, ao limitar drasticamente o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos, eliminou um dos aspectos que os dirigentes sindicais consideravam mais negativos no modelo corporativo. Consequentemente, arrefeceu os ímpetus mudancistas e aumentou a importância dos sindicatos oficiais como um instrumento de pressão dos trabalhadores, de ascensão social e política dos diretores de sindicatos e de emprego para os burocratas das federações e confederações. Paradoxalmente, a Constituição reforçou as estruturas corporativistas aos lhes conceder autonomia ante o Estado. RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990. p. 71.

CAPÍTULO IV - A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

O capítulo anterior tratou sobre como foi concebida e aplicada a Doutrina e a Lei de Segurança Nacional, qual o papel das empresas na colaboração, repressão política e econômica sofrida pela classe trabalhadora, como foi a atuação dos aparelhos repressivos do Estado para subjugar, controlar e reprimir os trabalhadores e suas entidades sindicais e a resposta destas frente ao regime militar, tendo as greves como instrumento de resistência e luta.

Este capítulo vai enfocar a Justiça de Transição, suas práticas e fundamentos, destacando a finalidade de superação de traumas vividos em regimes autoritários e em graves conflitos como guerras, ditaduras militares e/ou civis. O contexto histórico da transição no Brasil, a campanha pela Anistia, a Lei 6.683/79 - a Lei da Anistia, o processo constituinte e a Constituição Federal de 1988, também sob o ponto de vista da questão transicional, serão abordados dentro de uma perspectiva de construção do processo democrático brasileiro.

O destaque do quarto capítulo fica por conta do apurado olhar sobre a questão da Justiça de Transição e o direito à reparação dos trabalhadores brasileiros, tema central deste trabalho, amplamente analisado ao tratar do resgate da dignidade dos trabalhadores e suas organizações sindicais. Essa análise tem como base a teoria crítica em direitos humanos que concebe que a dignidade humana é construída por meio de processos de luta, com o fim de assegurar o acesso a bens materiais e imateriais e assim permitir uma vida digna.

A concepção desta análise está fundamentada em outros pontos relevantes como a interpretação do direito de greve segundo a Comissão de Anistia – exposição feita por meio do exame das sessões temáticas de julgamento e das Caravanas da Anistia, cuja política de reparação executada (econômica e social) promove o reconhecimento do caráter de corpo coletivo das organizações dos trabalhadores e, com isso, o empoderamento e a visibilização desses organismos sindicais.

O capítulo também apresenta as políticas públicas de memória e verdade patrocinadas por instituições do governo brasileiro em âmbito geral e destaca o viés político efetivado pelo Ministério da Justiça brasileiro como resgate da dignidade dos trabalhadores e seus coletivos.

4.1 Justiça de Transição: Práticas e Fundamentos

A Justiça de Transição surge dentro do contexto que trata da superação de traumas vividos em regimes autoritários e em graves conflitos, podendo ser conceituada como um conjunto de ações, mecanismos e práticas que visam a superação dos processos autoritários, com a finalidade de construir uma paz sustentável após conflitos de longa duração, com sistemática violação de direitos humanos e de longo alcance. Esse conjunto de medidas deverá ser implementado pelos Estados que passaram por ditaduras, guerras internas ou processos com alto grau de violência, na busca de consolidar suas democracias e confrontar as violações de direitos humanos perpetradas.

Como ressalta José Carlos Moreira da Silva Filho:

[...] uma coisa são as manobras políticas necessárias para que um país possa sair de uma situação de ditadura e autoritarismo institucional rumo a um regime democrático, com eleições diretas, secretas e periódicas, fim da censura, exercício da liberdade de expressão e associação, e uma Constituição garantidora, outra coisa é o estabelecimento de uma pauta transformadora da sociedade como fundamento mesmo da nova ordem constitucional, e que traz na sua marca identitária o repúdio aos crimes contra a humanidade e a toda sorte de violações de direitos humanos⁴⁵⁶.

Em relação aos processos de Justiça de Transição, destacam-se as seguintes dimensões: verdade, memória, justiça, reparação e reformas institucionais. A implantação dessas medidas depende das possibilidades e condições de cada país, implicadas em seu processo de justiça transicional. Na Europa Oriental e em alguns países da América, as que prevaleceram foram as seguintes, conforme registrado por Paulo Abrão e Tarso Genro:

- a) Aplicação do sistema de justiça na apuração dos crimes ocorridos nas ditaduras, em especial, aqueles considerados como crimes de lesa-humanidade;
- b) Criação de Comissões de Verdade e Reparação, que são os principais instrumentos de investigação e informação sobre os abusos chave de períodos do passado recente;
- c) Programas de reparação com iniciativas patrocinadas pelo Estado que ajudam na reparação material e moral dos danos causados por abusos do passado. Em geral envolvem não somente indenizações econômicas, mas também gestos simbólicos às vítimas como pedidos de desculpas oficiais.
- d) Reformas dos sistemas de segurança com esforços que buscam transformar as forças armadas, a polícia, o poder judiciário e as relacionadas

⁴⁵⁶ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 262-263.

com outras instituições estatais de repressão e corrupção em instrumentos de serviço público e integridade.

e) Políticas de memória vinculadas a uma intervenção educativa voltada desde e para os direitos humanos, bem como práticas institucionais que programem memoriais e outros espaços públicos capazes de resignificar a história do país e aumentar a consciência moral sobre o abuso do passado, com o fim de construir e invocar a ideia da “não-repetição”.⁴⁵⁷

Assim, os processos que acontecem para tratar do legado de violência do passado e garantir mecanismos de efetividade do direito à memória e verdade, ocorrem de maneira distinta, de país a país, inclusive nas diferentes regiões do mundo. Como esclarece Félix Reátegui⁴⁵⁸, estes processos influenciam e contribuem como exemplo para outros países que tenham vivido situações semelhantes e necessitem superá-las “*apesar de cada sociedade experimentar de forma distinta a interação das transições políticas e das demandas de justiça*”.

Pois como esclarece Reátegui:

[...] emerge daí um paradigma humanitário: uma preocupação com a proteção e o respeito da dignidade humana como valores universais e inerentes à espécie, e a convicção de que esses valores não podem ser postergados em nenhum caso, e que constituem um anseio civilizatório constante na história universal.⁴⁵⁹

Nos países da América do Sul em que as violências foram perpetradas por ditaduras militares, a doutrina produzida sobre o tema reafirma a existência de muitos modos de aplicação, revelando que cada sociedade se adapta segundo as suas possibilidades, produzindo um grau maior ou menor em relação às dimensões indicadas. Aproveita da experiência dos *julgamentos de Nuremberg*⁴⁶⁰, construída

⁴⁵⁷ ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Memória histórica, Justiça de Transição e democracia sem fim. In PRONER, Carol. ABRÃO, Paulo (Orgs.) *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil/Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 27-28. Para uma exploração mais detalhada ver: VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 47-71; ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da Justiça de Transição. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 73-133; TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 135-170; CIURLIZZA, Javier. Entrevista: Para um panorama global sobre a Justiça de Transição: Javier Ciurlizza responde. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, n. 1. Brasília: Ministério da Justiça, jan./jun., 2009. p. 23-29.

⁴⁵⁸ REÁTEGUI, Félix. Introdução. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 35-44.

⁴⁵⁹ *Idem*.

⁴⁶⁰ Em 1945 e 1946, após o término da Guerra, alguns dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o período do Holocausto foram levados a julgamento na cidade de Nuremberg, na Alemanha. Juízes das Forças Aliadas (Grã-Bretanha, França, União Soviética e Estados Unidos) presidiram os interrogatórios de 22 dos principais criminosos nazistas. OS JULGAMENTOS de Nuremberg. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007722>>. Acesso em: 22 set. 2015.

com base na aprovação de documentos que estabelecem um marco legal e vedam os crimes de lesa humanidade.

Paulo Abrão e Tarso Genro, ao registrar a dimensão da justiça transicional, indicam a importância:

[...] aplicação em políticas públicas de educação e justiça, para trabalhar socialmente os valores democráticos, com vistas à incorporação pedagógica da experiência de rompimento da ordem constitucional legítima de forma positiva na cultura nacional, transformando o sofrimento do período autoritário em um aprendizado para a não repetição e para a disseminação de valores condizentes com o respeito aos direitos humanos.⁴⁶¹

Há que ressaltar os pontos salientados pelo Centro Internacional de Justiça de Transição e indicados pela Procuradora da República, Inês Virginia Prado Soares:

[...] que no que respeita a Justiça de Transição (memória, verdade e justiça) podem ser relacionadas as seguintes iniciativas: a) ações penais; b) comissões de verdade; c) programas de reparação; d) justiça de gênero; e) reforma institucional; f) iniciativas de comemoração. Este rol não é exaustivo e cabe a eleição de outras ações, pois cada país tem seu próprio modo de lidar com o passado violento e a sociedade tem seu modo de agir, de articular alianças e de desenvolver estratégias para, dentro das especificidades ditadas pelo contexto local, avançar no processo de justiça e de efetividade dos direitos à memória e à verdade [...].

[...] Os objetivos da Justiça de Transição giram em torno do reconhecimento das vítimas, do fortalecimento da confiança cívica e do comprometimento do Estado Democrático de direito com a efetividade dos direitos fundamentais⁴⁶²

O processo de distensão e de transição política concebido pelos militares brasileiros foi o de uma abertura “lenta, gradual e controlada”, garantindo a impunidade dos crimes praticados pelos agentes de Estado, aqueles que patrocinaram e sustentaram o longo período do regime militar. Esse processo tem início no governo do general presidente Ernesto Geisel, penúltimo presidente militar no Brasil.

É possível indicar como marco legal fundacional da abertura política, ou do processo de transição, a lei brasileira de anistia - Lei nº 6.683, de 1979, produto do processo de luta e de reivindicação dos segmentos organizados, tendo como protagonista o Movimento pela Anistia no Brasil, que clamava por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” para os perseguidos políticos. Esse movimento era recepcionado e propagado pelos segmentos universitários e pelos emergentes movimentos sindicais,

⁴⁶¹ ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição no Brasil*. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 34.

⁴⁶² SOARES, Inês Virginia Prado. *Justiça de Transição*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

e defendido ainda por entidades de forte peso político, como a CNBB, a OAB, a ABI entre muitas.

Em um contexto de crescentes reivindicações e após uma greve de fome realizada por presos políticos, a lei concebida pelo Executivo foi aprovada sem aceitar as proposições ou mudanças apresentadas pela oposição. Foi uma anistia parcial, que sequer beneficiou os que teriam praticado os denominados “crimes de sangue”, em resposta ao processo ditatorial. Porém a lei, aprovada por um Legislativo dominado pelo regime militar, permitiu que em seu texto constasse uma anistia para os agentes que praticaram crimes em nome do regime, em prol da segurança nacional, configurando assim o caráter de auto-anistia para esta lei.

Assim, a Lei de Anistia aprovada no país, que marca o início da redemocratização, buscou implementar uma ideia de “*amnésia*”, de esquecimento, em especial dos crimes que foram praticados pelo regime, tirando de cena os algozes e a intenção de responsabilizá-los por seus atos ao estabelecer um processo de tentar apagá-los da memória pública. Há, conseqüentemente, um efetivo prejuízo para a justiça transicional, em face da invisibilização das vítimas e seu desempoderamento. E com sérios reflexos no processo de justiça, memória e verdade.

Ressalta Silva Filho que:

O instituto da anistia [...] reproduz aquele vício de origem que está na própria concepção da democracia moderna: o de substituir injustiça por igualdade, reforçando o apelo de uma sociedade amnésica. A concepção da anistia que a vê como um exercício de esquecimento, infelizmente, ainda é preponderante nas experiências de transição vivenciadas pelos Estados ao longo dos anos.⁴⁶³

Para Javier Ciurlizza, em razão do que dispõe um princípio normativo internacional, “os Estados não podem utilizar sua legislação interna como desculpa para descumprir obrigações internacionais” e, fundado nesse direito, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem interpretado a “nulidade das leis de anistia, para ordenar o julgamento dos responsáveis e dispor sobre a adoção de medidas de reparação às vítimas”, não aceitando a auto-anistia. Ressalta Ciurlizza que os Estados possuem autonomia para conceber suas políticas de Direitos Humanos, não podendo

⁴⁶³ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de Memória e a Construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro*: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 186- 227.

a comunidade internacional “substituir as funções soberanas de desenvolvimento de políticas públicas”⁴⁶⁴. Mas é fato que os Estados devem estar comprometidos com as obrigações que assumiram de maneira voluntária. Tal decisão decorre de uma perspectiva de promover no continente uma política de direitos humanos.

Portanto, só podemos garantir que uma época de terror, de interesses antidemocráticos e de arbitrariedades não volte a se instalar com o conhecimento da história, com a vigilância constante e com a prática efetiva de princípios de liberdade, memória, verdade e justiça.

4.2 Contexto Histórico da Transição no Brasil

Para analisar o processo de transição no Brasil, tomamos como marco inicial o processo que desencadeará na aprovação da Lei da Anistia, a Lei nº 6.683, de 1979, resultado das mobilizações da sociedade que lutava por uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

O significado etimológico da palavra anistia, que deriva do grego *amnestía*, é “esquecimento”. Seu significado, no entanto, ultrapassa esta simples conceituação para carregar em si um sentido mais amplo, quando se refere às questões de cunho político e dentro de um ordenamento jurídico.

Damásio de Jesus define anistia como “o esquecimento jurídico de uma ou mais infrações penais”⁴⁶⁵ e Giuseppe Maggiore complementa:

Uma das mais antigas formas de extinção da pretensão punitiva é a indulgência do príncipe, que se expressa em três instituições: a anistia, o indulto e a graça. A *indulgentia principis* se justifica como uma medida equitativa endereçada a suavizar a aspereza da justiça (*supplementum iustitiae*), quando particulares circunstâncias políticas, econômicas e sociais, fariam esse rigor aberrante e iníquo. Desse modo, atua como um ótimo meio de pacificação social, depois de períodos turbulentos que transtornaram a vida nacional e são ocasião inevitável de delitos.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ CIURLIZZA, J. Op.Cit. p. 23-30.

⁴⁶⁵ JESUS, Damásio de. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 603.

⁴⁶⁶ MAGGIORE, Giuseppe. *Derecho penal*, (Vol. 2). p. 357 apud GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

No Brasil, a competência da concessão de anistia é matéria do Congresso Nacional, regradada e definida pelo Art. 48, inc. VIII⁴⁶⁷ da Constituição Federal, posteriormente sancionada pelo Presidente da República, sendo, portanto, "uma ação do soberano estatal que cobre com o véu do olvido alguns atos desviantes, e, por conseguinte, impede ou extingue as respectivas demandas judiciais, transformando os efeitos da condenação em algo inexistente"⁴⁶⁸.

Há registros de casos de anistia desde o período colonial brasileiro, mas é na Constituição de 1824 que a anistia passa a ser "*Instituto Constitucional*" tendo o imperador poderes de concessão.

Já no período da Primeira República foram concedidas cinco anistias - em 1885, 1906, 1910, 1916 e 1918.

Destas, pelo menos duas tiveram como pano de fundo questões relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores. A anistia concedida em 1910 foi para os marinheiros⁴⁶⁹ que participaram da "Revolta da Chibata"⁴⁷⁰, movimento contra a penalização física imposta como castigo. O Decreto nº 2.280, de 25 de novembro de 1910, concedeu anistia condicional aos marinheiros participantes da revolta, mas depois a anistia foi fraudada com a baixa de marujos, prisões e deportações. Em 1918, foram anistiados os participantes (civis e militares) da rebelião camponesa conhecida como Guerra do Contestado,⁴⁷¹ um conflito armado travado entre outubro de 1912 e agosto de 1916 entre camponeses e o poder estadual e federal brasileiro, na região do Paraná e Santa Catarina, provocado por problemas relacionados à posse e regularização de terras e envolvendo duas empresas americanas, uma delas – a *Brazil Railway*, que implantava a estrada de ferro e a outra, que explorava a madeira da região.

⁴⁶⁷Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: VIII - concessão de anistia.

⁴⁶⁸ MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Penal*. São Paulo: Millennium, 2002. (Vol. 3). p. 510.

⁴⁶⁹ MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 188.

⁴⁷⁰ Ver: "A revolta da chibata aconteceu em 1910, envolvendo os marinheiros que sofriam castigos físicos, mediante chibatadas. Nas embarcações à época, a grande maioria da tripulação era composta por negros, e surge entre eles 'João Cândido', que se torna grande referência e liderança" (VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: a revolta da Chibata: teatro popular união e olho vivo*. São Paulo: Casa Amarela, 2003).

⁴⁷¹ O Decreto nº 3.492, de 19 de janeiro de 1918. Amnistia todos os indivíduos envolvidos nos sucessos de Manáos e Floriano Peixoto, Estado do Amazonas, e na região do Contestado, no Paraná e Santa Catarina. Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado. (MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 188).

A Primeira República também foi palco da greve geral de 1917, considerada como a mobilização operária mais abrangente e longa da história do Brasil, deixando como herança, além de importantes conquistas, "um legado revolucionário explícito em seu pioneirismo operário"⁴⁷². No entanto, os participantes deste movimento não foram anistiados. A manifestação grevista resultou na prisão de muitos e na deportação de diversos líderes, alegando que a condição de estrangeiro dos mesmos, representava um perigo para a segurança nacional.

Em outubro de 1930, Getúlio Vargas protagonizou o golpe civil-militar conhecido como "Revolução de 30". Tomou posse em 3 de novembro e, no dia 9 do mesmo mês, concedeu anistia a "todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram nos movimentos revolucionários do país da década de 1920, especialmente o movimento tenentista" por meio do Decreto nº 19.395⁴⁷³. Durante os 15 anos da "Era Vargas"⁴⁷⁴ foram concedidas onze anistias e dois indultos.⁴⁷⁵ Cabe destaque às anistias de 1934 e de 1945. A primeira, quando da promulgação da Constituição Republicana, onde são anistiados os que haviam "participado de surtos revolucionários verificados em São Paulo e em suas ramificações em outros estados, ou seja, os revoltosos da chamada Revolução Constitucionalista de 1932".⁴⁷⁶ Em abril de 1945, é concedida anistia a 565 presos políticos, entre eles o líder da insurreição comunista de novembro de 1935, Luiz Carlos Prestes, que estava preso desde março de 1936.

Afirma Homero Costa:

[...] No entanto, essa anistia é parcial. Vai beneficiar apenas os que haviam cometidos crimes políticos ou "conexos" julgados pelo Tribunal de Segurança

⁴⁷²A GREVE geral de 9 de julho de 1917. jul. 2010. Disponível em: <<http://estadodegreve.blogspot.com.br/2010/07/data-de-9-de-julho-representa-um-marco.html>>. Acesso em: 18 set. 2015

⁴⁷³ MARTINS, R. Op.Cit. p. 190.

⁴⁷⁴A "Era Vargas", teve início com a Revolução de 1930 onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira, dividindo-se em três momentos: 1. Governo Provisório: 1930-1934. 2. Governo Constitucional: 1934-1937. 3. Estado Novo: 1937-1945. SÓ HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁴⁷⁵a) A anistia exclui o crime, rescinde a condenação e extingue totalmente a punibilidade; a graça e o indulto apenas extingue a punibilidade, podendo ser parciais; b) A anistia, em regra, atinge crimes políticos; a graça e o indulto, crimes comuns; c) A anistia pode ser concedida pelo poder legislativo; a graça e o indulto são de competência exclusiva do Presidente da República; d) A anistia pode ser concedida antes da sentença final ou depois da condenação irrecorrível; a graça e o indulto pressupõem o trânsito em julgado da sentença condenatória". (JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva. 1999. p. 605).

⁴⁷⁶ COSTA, Homero de Oliveira. Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil. *DHNET*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html>. Acesso em 17 set. 2015.

Nacional. Os militares que participaram das rebeliões de 1935, por exemplo, muitos dos quais indiciados e presos, quando julgados, foram absolvidos pelo TSN, mas não são reintegrados às forças armadas.⁴⁷⁷

As anistias concedidas a partir de 1945, até 1967⁴⁷⁸, quatorze ao todo, apresentam uma característica singular: dentre os beneficiários, a forte presença de trabalhadores, camponeses, jornalistas e servidores civis, grevistas ou participantes de movimentos reivindicatórios.⁴⁷⁹

Após o golpe civil-militar de 1964, é importante registrar o Indulto concedido pelo general presidente Arthur da Costa e Silva, por meio do Decreto nº 60.522, de 31 de março de 1967 e, em 1969, a revogação da anistia concedida em 1961, onde a redação do artigo 2º do Decreto nº 18 foi alterada, suspendendo a 'reversão dos militares beneficiados' por aquela anistia e dos processos em andamento que não

⁴⁷⁷ *Idem.*

⁴⁷⁸ Estas anistias ocorreram na vigência dos Presidentes: 1946 - 1951 - General Eurico Gaspar Dutra 1951 - 1954 - Getúlio Dorneles Vargas, 1954 - 1955 - João Café Filho, 1956 - 1961 - Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1961 - 1961 - Jânio da Silva Quadros, 1961 - 1964 - João Belchior Marques Goulart.[...] 1967 - 1969 - Marechal Arthur da Costa e Silva.

⁴⁷⁹"1946 - Crimes Eleitorais - Dec. nº 8.566 de 1/1/46 - Exclusivamente a esses crimes. 1946 - Constituinte de 46 - Art. 28 das Disposições Transitórias da Carta promulgada a 18/9/46 - Anistiou desertores e insubmissos das Forças Armadas e trabalhadores grevistas. 1951 - CRIMES ELEITORAIS - Lei nº 1.346 de 9/2/51 - Anistia aos infratores da legislação eleitoral revogada em 1950. 1951 - GREVISTAS - Dec. Legislativo nº 18 de 13/7/51. Concedeu anistia aos condenados ou processados por motivo de greve. 1951 - Injúria ao Poder Público - Dec. Legislativo nº 63 de 4/12/51 - Anistiou os responsáveis por essas infrações. 1955 - Tribuna Popular - Dec. Legislativo nº 70 de 55 - Anistiou os condenados ou processados em consequência do conflito entre a Polícia Federal e os funcionários gráficos da Tribuna Popular no início de 1948 1956 - Anistia a jornalistas - Dec. Legislativo nº 16 de 56 - Beneficiou os acusados de delitos de imprensa que tivessem sido julgados por tribunal diferente do previsto na Lei de Imprensa. 1956 - Jacareacanga - Dec. Legislativo nº 22 de 56 - Anistiou os participantes do levante fazendo-os reverter às FF.AA⁴⁷⁹; estendeu sua abrangência até o 11 de novembro de 1955, data do golpe que garantiu a posse do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek. 1956 - Grevistas - Dec. Legislativo nº 27 de 20/6/56 - Anistiou trabalhadores de empresas públicas ou privadas, jornalistas processados ou condenados por delito de imprensa e insubmissos das FF.AA, a partir de 1953. 1959 Servidores do Porto - Dec. Legislativo nº 2 de 30/4/59 - Anistiou ex-servidores da administração do Porto do Rio de Janeiro, autarquia federal então subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. 1959 - Camponeses - Dec. Legislativo nº 17 de 5/12/59 - Anistiou os camponeses que se amotinaram em 5 municípios do Paraná em defesa de suas terras durante os anos de 1957. 1961 - Grevistas - Dec. Legislativo nº 1 de 20/7/61 - Anistia a grevistas de empresas públicas e privadas e servidores públicos acusados ou condenados, garantindo aos mesmos o direito de contribuições e benefícios das caixas de aposentadorias e pensões. 1961 - Anistia geral - Dec. Legislativo nº 18 de 15/12/61 - Beneficiou todos os acusados de crimes políticos desde 16/1/1934 até a promulgação do Ato Adicional (2/9/61). Inclui os trabalhadores que participavam de movimentos grevistas; os estudantes ameaçados de perderem o ano; servidores civis e militares que tenham sofrido penas disciplinares; os jornalistas incursos em delitos de imprensa e os responsáveis por crimes eleitorais. 1963 - Delitos de imprensa - Dec. Legislativo nº 15 de 63 - Anistiou jornalistas e demais incursos em delitos de imprensa. 1967 - Indulto de Costa e Silva - 31/3/67 - Não exclui os presos políticos do indulto para todos os condenados primários até 4 anos, que já tivessem concluído 1/3 da pena." Cronologia das anistias concebida pelo autor com base em informações de COSTA, Homero de Oliveira. Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil. *DHNET*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html>. Acesso em: 17 set. 2015.

estivessem definitivamente julgados com base na anterior redação do referido Decreto Legislativo. A anistia concedida em 1961 abrange todos os que haviam sido punidos em 1952, pela participação na campanha do petróleo, além dos implicados nos casos de Jacareacanga e Aragarças.⁴⁸⁰

Nos próximos anos de ditadura, foi concedida apenas uma anistia, em 28 de agosto de 1979 - regulamentada pela Lei de 6.683/79.

A Lei de Anistia proposta pelo regime militar fazia parte da transição pretendida pelo governo - uma transição controlada, lenta, segura e gradual.

O objetivo dos militares que pautava a transição para o regime democrático era a aprovação de uma lei restrita, que perdoava os crimes políticos e conexos cometidos até 1979 e excluía a resistência armada, a reintegração de servidores perseguidos e demitidos pelo regime, mediada por comissões internas, e a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira - que propunha eleições diretas imediatamente após a saída do General Figueiredo. Neste caso, a definição do primeiro presidente civil pós-ditadura estaria à cargo do colégio eleitoral cuja composição era tendenciosamente pró-regime.⁴⁸¹

O positivismo do projeto econômico-desenvolvimentista brasileiro que inspirou e sustentou a ideia da "*revolução de 1964*", combinada com o regime de terror que passou a fazer parte da cultura dos "anos de chumbo", foram os pilares do regime militar brasileiro. A cultura do medo estabeleceu a negação dos fatos que, sob censura, estavam invisibilizados do conhecimento da população brasileira, propagando uma falsa paz social. Esta combinação de fatores teve como resultado a saída dos militares do poder, sem maiores consequências no que diz respeito às responsabilidades cometidas em nome do Estado.

Segundo Paulo Abrão:

Os governos pós-redemocratização não tiveram interesse em promover rupturas com os militares justificando-se por meio de uma "nova cultura do medo": a ameaça do retorno militar, de desestabilização das conquistas democráticas ou de fissura no tecido social (reconciliação nacional).⁴⁸²

O que a sociedade deveria discutir imediatamente após a retomada da democracia - a responsabilidade e a punibilização dos promotores diretos e indiretos das arbitrariedades cometidas, não foi discutido. Os movimentos sociais unidos,

⁴⁸⁰ MARTINS, R. Op.Cit. p. 192.

⁴⁸¹ ABRÃO, Paulo. Aula Magna Expositiva sobre Justiça de Transição. Ministrada em 31 ago. 2012 na Faculdade CESUSC, Florianópolis, Santa Catarina.

⁴⁸² *Idem*.

compunham uma *frente*, fundamental na retomada do caminho democrático brasileiro e da anistia em 1985, mas não apresentaram alternativas para que a efetivação da transição fosse discutida a partir de uma perspectiva onde os agentes do Estado respondessem por seus atos. Uma frente é formada basicamente com o objetivo de alcançar uma meta específica e, nesse caso, a derrubada do regime militar e a anistia eram as pautas imediatas. Com esse objetivo atingido, houve uma natural fragmentação do movimento. A pauta em questão passa a ser tratada segundo os interesses de cada grupo, separadamente, como por exemplo, o do movimento dos familiares dos mortos e desaparecidos, cujo interesse fica restrito às questões relativas aos esclarecimentos das circunstâncias das mortes e à localização dos restos mortais dos seus entes, e do movimento dos trabalhadores demitidos, com o foco na luta pela reparação. A imprensa impingia ao tema o caráter de "não revanchismo". Somado a esse quadro, se tinha a aceitação da sociedade que, novamente subtraída do conhecimento dos fatos, perdeu a dimensão da situação, o que afetou substancialmente a visibilidade do tema. A morosidade imposta pelo próprio processo teve danosas consequências: politicamente, a perda da memória, e judicialmente, a prescrição dos crimes.

No que diz respeito à questão transicional, esta "lacuna" temporal que efetivamente ocorreu no Brasil, provocou um distanciamento entre os fatos e as ações necessárias para incorporá-los na memória e na história nacional dentro do amplo contexto da Justiça de Transição, dentro da perspectiva em que "Justiça de Transição" não é conceitualmente um "tipo" de justiça, tampouco uma especialização, mas sim, as efetivas ações que concorram para a reparação, em diferentes níveis, das violações cometidas contra os direitos humanos.

4.2.1 A Campanha pela Anistia e o Processo de Transição

Sendo marco da abertura política e da transição no Brasil, a Lei de Anistia, por tradição, cultura ou necessidade, é um evento presente na vida nacional desde os tempos em que o Brasil estava na condição de colônia portuguesa. Em "A Anistia é uma tradição na história do Brasil", Roberto Martins atesta e fundamenta:

[...] em quase todos os momentos importantes da história nacional e em todas as suas fases - Colônia, Reino, Império e República, a anistia esteve presente.

[...] mais de 100 decretos de anistia. Encontramo-la em todas as grandes lutas nacionais, de uma ou de outra forma: na luta contra a dominação colonial portuguesa, nas lutas contra a opressão imperial, nas reivindicações democráticas da República, nas lutas contemporâneas pela liberdade e a independência nacional. Serviu a todas as classes sociais. Beneficiou largamente segmentos das classes dominantes em dissensões entre si, mas também esteve presente ao fim de movimentos progressistas, favorecendo personalidades revolucionárias, operários e camponeses.⁴⁸³

Martins escreveu seu livro em 1978, quando ainda se vivia a ditadura, e o conteúdo retrata as aspirações e anseios dos movimentos sociais, que organizavam-se em torno do tema, trazendo das ruas o clamor de "Anistia ampla, geral e irrestrita!"

Naquele momento, a expectativa era a aprovação de uma legislação que de maneira alguma poderia ser "limitada ou qualificada"⁴⁸⁴ nem tampouco "tolhida pelas imposições daqueles que, sem qualquer delegação expressa da vontade nacional, entendem ser necessário restringi-la para continuar manipulando a seu gosto e conveniência os destinos do país."⁴⁸⁵

Ênio Silveira ainda destaca, na apresentação da publicação de Roberto Martins, que:

Rara concessão de arrependidos opressores, ou dura vitória do direito sobre o arbítrio, ela resultou sempre da objetiva constatação de que ordem e progresso não serão possíveis numa sociedade dividida contra si própria. Nos dias que correm, a Anistia, trazendo de volta ao convívio de iguais perante a Lei os milhares de cidadãos brasileiros que a ditadura puniu sem justa causa - e sem direito de defesa - permitirá à Nação o afastamento de um dos mais sérios entraves à institucionalização de um regime político apoiado nos princípios democráticos e a eles dedicado.

É evidente que por isso mesmo, que a Anistia não é um fim, mas um fundamento: sem ela não será possível iniciar o grande esforço coordenado de cidadania para que o Brasil reingresse no Estado de Direito e veja (sic) aplicadas a todos os problemas que o afligem, seja no plano interno, seja em suas relações internacionais, aquelas soluções que o consenso de homens livres venha encontrar para eles.⁴⁸⁶

O fato é que após a edição do AI-5 a ditadura assume uma postura muito mais agressiva, usando de expedientes como prisões ilegais e indiscriminadas, sequestro de opositores, cárcere privado, tortura e ocultamento de cadáveres. A aterrorizante situação e clima de medo que se instalou em toda a sociedade brasileira não impediu

⁴⁸³ MARTINS, R. Op.Cit. p. 110.

⁴⁸⁴ SILVEIRA, Ênio Apresentação. In: MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴⁸⁵ *Idem*.

⁴⁸⁶ *Idem*.

o surgimento de organizações e movimentos que envolveram inicialmente familiares, amigos e advogados das primeiras vítimas, que passaram a criar redes de informações, apoio e proteção.

Vanya Sant'Anna aponta:

Focos de resistência ao arbítrio, que afastou das Universidades, da Imprensa, da Política e das mais diversas atividades profissionais preciosos talentos, apareciam por todo o país, ainda que silenciados pela força da censura. As igrejas, de diferentes credos, foram sempre uma trincheira avançada na proteção de pessoas e instituições. Os estudantes, com a generosidade que lhes é própria, formaram as primeiras fileiras no movimento pela reconquista da liberdade e da democracia, pagando às vezes com a perda da sua liberdade, às vezes com a própria vida. Artistas e intelectuais encontraram novos meios e modos de expressar sua revolta contra a ditadura.

[...] A sociedade civil voltou a se organizar, a retomar posições nos sindicatos, nas associações profissionais, nos espaços livres dos meios de comunicação, por toda parte. Desde 1973, com as manifestações contra a morte nas prisões, como no caso de Alexandre Vannuchi Leme, de apoio aos presos políticos nas várias greves de fome que fizeram em protesto contra as condições das cadeias, com o Natal de Paz organizado em São Paulo pela Cúria Metropolitana, formava-se a consciência de que a luta pela democracia tinha, como ponto de partida, o fim das torturas e das prisões dos opositores do regime político.⁴⁸⁷

O movimento de luta pela anistia ampla dos perseguidos e presos políticos começou a ser efetivamente possível a partir de 1975.⁴⁸⁸ Os primeiros passos percorridos na conquista da anistia pós 1964 tiveram à frente Therezinha de Godoy Zerbini e outras mulheres, que criaram o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), “lutando pelo fim das arbitrariedades do regime, dos atos de exceção contra presos políticos e exilados”.⁴⁸⁹

Therezinha de Godoy Zerbini, esposa de Euryale de Jesus Zerbini, general cassado e reformado em punição por ter assumido uma posição legalista quando do golpe de 1964, foi detida e passou pela OBAN e pelo DOPS em 11 de fevereiro de 1970, antes de ser reclusa, por seis meses, no Presídio Tiradentes, enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Seu "crime"? Therezinha ajudou Frei Tito⁴⁹⁰ a conseguir

⁴⁸⁷SANT'ANNA, Vanya. A campanha da Anistia. *Fundação Perseu Abramo*, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/campanha-da-anistia>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁴⁸⁸ É importante registrar o nome do general Pery Bevilacqua que desde os primeiros anos do regime militar foi um dos que defenderam a anistia. Bevilacqua foi cassado pelo AI-5.

⁴⁸⁹ SOUZA, Sergio. A Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: *Caros Amigos*, 2010. (Fascículo 9: Governo Geisel: Fim do Milagre). p. 280.

⁴⁹⁰ Frei dominicano preso por participar e ajudar a organizar o congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna em 1968. Foi fichado pela polícia e tornou-se alvo de perseguição da repressão militar, sendo preso em 4 de novembro de 1969, com outros dominicanos pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Nessa ocasião, foi acusado, junto aos outros presos, de manter contatos com a ALN e Carlos Marighella. Relatou ter sofrido torturas nas dependências deste órgão, durante cerca de trinta dias. Depois deste período, foi

o sítio em Ibiúna, de um amigo da família, onde seria realizado o congresso da UNE - União Nacional dos Estudantes.

Oriunda de classe média alta e formada em Direito, Therezinha Zerbini começou a organizar os primeiros núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, e logo recebeu apoio do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que à época reunia familiares na Cúria Metropolitana de São Paulo a fim de registrar as denúncias dos abusos cometidos pelo regime militar - como as torturas e assassinatos de presos políticos.

Conforme Therezinha Zerbini:

Em 1975, organizei o Movimento Feminino pela Anistia. Fiz um manifesto e passei a formar núcleos pelo Brasil inteiro para colher assinaturas. Comecei pelo Rio Grande do Sul. Coloquei os manifestos numa caixa e mandei pelo correio para a Dilma⁴⁹¹, que foi muito habilidosa.⁴⁹²

Um fato simbólico e marcante foi protagonizado por Denise Goulart, filha do presidente deposto João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, no velório de Jango em sua cidade Natal, São Borja (RS). Apesar de todos os cuidados tomados pelos militares com a possível repercussão política da morte do presidente deposto – eles temiam uma comoção popular como acontecera no enterro de Juscelino Kubitschek – Denise colocou uma faixa com a inscrição "Anistia", em letras vermelhas, no caixão do pai, e a palavra estampou a capa do Jornal do Brasil no dia seguinte.⁴⁹³

Em 1976, é lançado um manifesto por liberdades democráticas, exigindo anistia, durante a realização da 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília. E a "Carta aos Brasileiros" é apresentada em 1977, por Goffredo da Silva Telles, em ato público diante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

A campanha pela "Anistia ampla, geral e irrestrita" vai tomando corpo com a participação de intelectuais, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes, agregando e mobilizando vários setores - os partidos de oposição - MDB, PCB e outros partidos políticos ainda clandestinos,

levado para o Presídio Tiradentes, local onde permaneceu até 17 de dezembro, e sai em uma lista de 18 presos políticos trocados, pela liberação do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. No dia 10 de agosto de 1974, foi encontrado enforcado em Lyon (França), tendo cometido suicídio. (BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro. 1982).

⁴⁹¹ Therezinha conheceu e conviveu no Presídio Tiradentes em São Paulo, com a então guerrilheira Dilma Rousseff.

⁴⁹² LUCENA, Eleonora de .Zerbini, Therezinha: a 'burguesa' que foi à luta. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 01 jul. 2012.

⁴⁹³ GASPARI, E. Op.Cit. p. 311-312.

a esquerda católica, acadêmicos, associações de classe, além dos exilados, presos políticos e suas famílias, que constituem o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

Eros Grau destaca:

A inflexão do regime, a ruptura da aliança entre os militares e a burguesia, deu-se com a crise do petróleo de 1974, mas a formidável luta pela anistia - luta que, com o respaldo da opinião pública internacional, uniu os "culpados de sempre" a todos os que eram capazes de sentir e pensar as liberdades e a democracia e revelou figuras notáveis como a do bravo senador Teotônio Vilela; luta encetada inicialmente por oito mulheres reunidas em torno de Terezinha Zerbini, do que resultou o CBD (Comitê Brasileiro pela Anistia); pelos autênticos do MDB, pela própria OAB, pela ABI (à frente Barbosa Lima Sobrinho), pelo IAB, pelos sindicatos e confederações de trabalhadores e até por alguns dos que apoiaram o movimento militar, como o general Peri Bevilacqua, ex-ministro do STM [e foram tantos os que assinaram manifestos em favor do movimento militar!] - a formidável luta pela anistia é expressiva da página mais vibrante de resistência e atividade democrática da nossa História.⁴⁹⁴

O movimento legalizado, fundado e registrado em 1976, era formado essencialmente por mulheres católicas, de classe média, que viam ameaçadas agora suas famílias, seus filhos e netos pelo mesmo regime militar que, há dez anos, marcharam em apoio para sua instauração. O Movimento fazia "oposição às claras e por dentro" do regime, jogando contra ele a sua própria justificativa inicial - preservar a democracia, ameaçada pelo totalitarismo"⁴⁹⁵.

Rita Duarte, doutora em História, em seu trabalho sobre "Memórias em disputa e jogos de gênero", assinala que o modelo de estatuto escolhido pelo MFPA foi o do estatuto das "marchadeiras", grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964.⁴⁹⁶

A estratégia de proteção contra a repressão do MFPA fica clara não só pela visibilidade pública do trabalho, mas pela fonte de elaboração do texto dos Estatutos [...] O modelo escolhido foi o do Estatuto das "marchadeiras", grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964. Para garantir amparo legal, jurista destacando sua finalidade de superação de traumas vividos por regimes autoritários, graves conflitos como guerras, ditaduras militares ou civis. elabora o caput do Estatuto, com os objetivos: a) defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país e lutar pela anistia ampla e geral, visando a pacificação da família brasileira; b) Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas

⁴⁹⁴Acórdão em Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 153. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianticiastf/anexo/adpf153.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2015

⁴⁹⁵DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis. 2009. p. 49.

⁴⁹⁶*Ibidem*, p. 49-50.

responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos."⁴⁹⁷

O ano de 1977 foi marcado pela volta dos estudantes às ruas e, em fevereiro de 1978, o movimento pela anistia ganha projeção nacional com a criação, no Rio de Janeiro, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CNB), tendo com promotores, aliados e apoiadores, instituições fortes como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com o advento do “novo sindicalismo”, os sindicatos, que no final de 1978 desafiavam o regime com greves que reuniam milhares de trabalhadores na região do ABC, ingressam na luta pela Anistia em 1979, fortalecendo o movimento.

Foi o primeiro movimento nacional unificado contra a ditadura militar e representou a maior frente política de caráter progressista da história brasileira. O Movimento, que contava com a representatividade em todo o Brasil e no exterior, consolidava suas bases em 3 de março de 1978, quando da realização do 1º Congresso de Anistia, em São Paulo, e do Congresso Internacional, em Roma, realizado em junho de 1979.

No curso de 1978, o governo acabou com o AI-5, restituindo o direito ao “*habeas corpus*” dos presos políticos, revogou as penas de morte e a prisão perpétua. O regime caminhava no sentido de abrandar a censura.

Ainda, em 1978, foram constituídos os Comitês Brasileiros pela Anistia em vários estados, contando com a participação de familiares dos presos, movimento estudantil, entidades sindicais, OAB, CNBB, ABI e segmentos vinculados aos direitos humanos, em defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros.

O governo militar continuava no seu propósito de fazer uma abertura “lenta, gradual e segura”, para assim garantir a impunidade daqueles que promoveram barbáries e violações de direitos humanos (estupros, sequestros, torturas, assassinatos, ocultamento de cadáveres, entre outros crimes) e que não encontravam guarida sequer em leis aprovadas pelo próprio regime.

Setores da sociedade que outrora haviam apoiado o golpe passaram a contestar duramente o governo militar, como os grandes jornais, a igreja, e outros segmentos.

⁴⁹⁷ *Idem.*

⁴⁹⁷ SANT'ANNA, V. Op.Cit.

Entre os mais ativos na contestação, estava o movimento estudantil, que se rearticulou a partir de 1974 e realizou grandes manifestações nos anos seguintes, destacando-se as que aconteceram em quase todo o país no ano de 1977.

Novos movimentos sociais surgiram a partir de pautas decorrentes das necessidades de serviços básicos (saúde, educação e transporte), articulados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O Movimento do Custo de Vida (MCV) se constituiu em um novo espaço de resistência civil e, em 1978, reuniu 20 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, depois de ter constituído um abaixo-assinado de 1,2 milhão de assinaturas⁴⁹⁸. A busca pela posse da terra urbana mobilizou pessoas em cidades de todo o país, que passaram a organizar associações de moradores com este intuito.

A morte de Wladimir Herzog⁴⁹⁹, em 27 de outubro de 1975, moveu a opinião pública e pôs o governo militar em situação crítica. Jornalista da TV Cultura reconhecido nos meios jornalísticos, Herzog foi depor junto ao DOI-CODI de forma voluntária. Acabou morto, mas os meios oficiais tentaram fazer crer que ele cometera suicídio.

Mais uma vez, segmentos da sociedade como a OAB, a CNBB, a ABI e muitos outros protestaram e exigiram apuração. O culto ecumênico celebrado pelo arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor James Wright, na Catedral da Sé, reuniu 8 mil pessoas e os meios de comunicação deram ampla divulgação.

A morte do sindicalista Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, também no DOI-CODI, depois de ter sido interrogado, foi à gota d'água. O presidente Ernesto Geisel resolveu substituir o comandante do II Exército, Ednardo D'Avila Melo, por outro de sua confiança, e a linha dura dos militares perdeu um ponto de referência. O Centro de Memória dos Metalúrgicos do ABC registra:

A linha dura perde um pouco do fôlego, mas não desiste. Manterá ofensivas como a invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de SP, em 1977, sob comando do coronel Erasmo Dias, com lançamento de bombas e espancamentos de estudantes. De todo modo, o aparato paralelo da tortura se esvazia e Geisel dá à sociedade e ao núcleo de Estado sinais de que sua convicção rumo à abertura (controlada pelo regime) é verdadeira.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ NAPOLITANO, Op.Cit. p.50.

⁴⁹⁹ Ver: JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Global, 1984; MARKUN, Paulo (Org.). *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁵⁰⁰ ABC DE LUTA: Memória dos Metalúrgicos do ABC: Operário Manoel Fiel Filho é assassinado no DOI-CODI. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=81>. Acesso em: 5 out. 2015.

O General João Baptista Figueiredo, o 30º Presidente do Brasil, último do período do regime militar, sucessor do General Ernesto Geisel⁵⁰¹, chegou ao poder em 1979, com o firme propósito de consolidar a abertura política, nos moldes propostos pelo seu antecessor. A falta de unidade na caserna e mesmo entre os apoiadores da ditadura fica evidente, pois durante os seis anos de seu governo, o país foi vítima de vários episódios envolvendo ataques terroristas promovidos por setores de direita e militares da chamada "linha dura". A situação se agravou a partir de 1980, com o registro de 25 atentados, sem vítimas, em sua maioria explosões de bombas em bancas de jornais que vendiam publicações, como por exemplo, "O Pasquim", "Opinião", "Movimento", "Em Tempo" e "Versus", da chamada imprensa alternativa. A ousadia, ou o desespero, dos grupos que não apoiavam a abertura foram claramente evidenciados em agosto, quando foram enviadas cartas-bombas ao vereador do Rio de Janeiro Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, e a Eduardo Seabra Fagundes, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em consequência desses atentados, o jornalista José Ribamar de Freitas, chefe de gabinete do vereador, ficou gravemente ferido e dona Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB, faleceu.

Em 30 de abril de 1981, durante um show de música popular no Riocentro⁵⁰², na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), em comemoração ao Dia do Trabalho, ocorreu o mais notório atentado protagonizado por membros do DOI-CODI. No local onde estavam cerca de 20 mil pessoas, em sua maioria jovens, duas bombas deveriam explodir durante o show. Uma das bombas detonou no interior de um carro, modelo "Puma", que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do DOI-CODI do I Exército. "Se foi coisa do lado de lá, não poderia ser mais

⁵⁰¹ Apontado pelo presidente Ernesto Geisel como seu sucessor em 31 de dezembro de 1977, Figueiredo foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978 como candidato da ARENA pelo escorço de 355 votos contra 266 dados ao General Euler Bentes Monteiro do MDB. Vitorioso, prometeu a "mão estendida em conciliação" jurando fazer "deste país uma democracia". JOÃO FIGUEIREDO. Acervo. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,joao-figueiredo,551,0.htm>>. Acesso 05 out de 2015.

⁵⁰² Conhecido como o "atentado do Riocentro" ver: BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

inteligente; se foi do nosso lado, não poderia haver burrice maior"⁵⁰³, foi a manifestação do presidente General Figueiredo.

Mas a frase que o marcou definitivamente, revelando sua origem militar e seu caráter autoritário foi, sem dúvida, quando, ao afirmar sua firme intenção de executar a abertura política, apregoou: "É para abrir mesmo, e quem não quiser que eu abra, eu prendo e arrebento".⁵⁰⁴

A crise na economia mundial e brasileira, marcada pelas altas taxas de juros internacionais, a segunda supervalorização do petróleo, a inflação na casa dos 230% e a capitulação do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, em 1982, era o cenário econômico do Governo Figueiredo, que em seu último ano apresentou pontuais avanços e equilíbrio em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)⁵⁰⁵.

Em seu mandato, também, foi decretado o fim do bipartidarismo, a primeira eleição direta para governadores de estado (1982)⁵⁰⁶ e concedida a anistia, promulgada pela Lei nº 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia, no dia 28 de agosto de 1979.

A Lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de servidores excluídos de suas funções durante o período militar. Mas a proposta encaminhada pelo General Figueiredo não era ampla, nem geral, pois excluía os condenados por "*atentados terroristas*"⁵⁰⁷ e por crimes de sangue e favorecia, aí sim, irrestritamente, os militares e os responsáveis pelas práticas criminosas como prisões ilegais, estupros, torturas e cárcere privado, assassinatos e desaparecimentos.

A "revolução" "redentora" que iria "salvar a democracia", livrando o país do "perigo comunista", e promoveria o desenvolvimento e o progresso, tinha como saldo as torturas praticadas contra operários, estudantes, militantes e todos os que eram

⁵⁰³ PÉROLAS da ditadura militar brasileira. 20 fev. 2011. Disponível em:

<<http://geracaoai5.blogspot.com.br/2011/02/perolas-da-ditadura-militar-brasileira.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

⁵⁰⁴ DÓRIA, Palmério. *Honoráveis bandidos*: um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2009. p.176

⁵⁰⁵ PRODUTO Interno Bruto: Brasil - 1970-2013. Disponível em: <http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_brazil.html#t1>. Acesso em: 05 out. 2015.

⁵⁰⁶ O voto era vinculado, ou seja, o eleitor teria que escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anular seu voto. Uma manobra que pretendia garantir a maioria para o partido governista - PDS.

⁵⁰⁷ Atentados terroristas, era a maneira reconhecida pela ditadura militar, pelos atos caracterizados pelo legítimo direito de resistência contra um Regime Militar, realizado por aqueles que se contrapunham a injustiça vigente.

considerados suspeitos de subversão, os mortos e desaparecidos, as prisões irregulares, o medo e a censura dos "anos de chumbo".

Era a macabra conta que os militares jamais iriam saldar com a sociedade, pois a transição para o estado democrático tinha como estratégia "abrandar o regime" e permitir algumas pequenas liberdades, para posteriormente retirar os militares do governo. Este processo foi longo o suficiente para tentar impor um apagamento da memória de todas as atrocidades cometidas por seus algozes, em nome do Estado, impondo uma política de esquecimento, um processo de amnésia coletiva.

É impossível mensurar os danos causados por um regime de arbítrio que consegue organizar um sistema de informação lançando seus tentáculos por quase toda a estrutura institucional estatal e privada de um país, provocando danos materiais, econômicos, psicológicos e sociais, para citar apenas alguns. Mas podemos ter uma ideia da dimensão das atrocidades que foram cometidas, apresentando os números da "contabilidade do inferno", como assim se refere o jornalista Lucas Figueiredo, quando comenta as informações transcritas do livro "Brasil Nunca Mais", de que entre 1964 e 1979, mais de 17 mil pessoas passaram pelos bancos da Justiça Militar, 7.367 foram formalmente acusadas; 38,9% dos réus tinham no máximo 25 anos, destes, 3% não tinha sequer 18 anos quando foram processados; 3.613 pessoas foram presas; 84% das prisões não haviam sido comunicadas à justiça; 1.843 declararam em juízo que tinham sido torturadas na prisão. Das cerca de 400 mortes produzidas pela repressão, praticamente um terço incluiu o desaparecimento do corpo da vítima⁵⁰⁸.

Em artigo publicado na Revista Brasileiros em fevereiro de 2014, Luiz Cláudio Cunha destaca que "a conta da ditadura de 21 anos prova que ela atuou sem o povo, apesar do povo, contra o povo":

Foram 500 mil cidadãos investigados pelos órgãos de segurança; 200 mil detidos por suspeita de subversão; 50 mil presos só entre março e agosto de 1964; 11 mil acusados nos inquéritos das Auditorias Militares, cinco mil deles condenados, 1.792 dos quais por "crimes políticos" catalogados na Lei de Segurança Nacional; dez mil torturados nos porões do DOI-CODI; seis mil apelações ao Superior Tribunal Militar (STM), que manteve as condenações em dois mil casos; dez mil brasileiros exilados; 4.862 mandatos cassados, com suspensão dos direitos políticos, de presidentes a governadores, de senadores a deputados federais e estaduais, de prefeitos a vereadores; 1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos; 1.312 militares reformados; 1.202 sindicatos sob intervenção; 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477 que proibia associação e manifestação; 128

⁵⁰⁸ FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por Olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 43.

brasileiros e dois estrangeiros banidos; quatro condenados à morte (sentenças depois comutadas para prisão perpétua); 707 processos políticos instaurados na Justiça Militar; 49 juízes expurgados; três ministros do Supremo afastados; o Congresso Nacional fechado por três vezes; sete assembleias estaduais postas em recesso; censura prévia à imprensa, à cultura e às artes; 400 mortos pela repressão; 144 deles desaparecidos até hoje⁵⁰⁹.

Em junho de 1979 o governo encaminhou ao Congresso um projeto imperfeito, ambíguo, que não contemplava a anistia ampla pleiteada pela sociedade e dava cobertura aos torturadores e agentes criminosos que praticaram o “terrorismo de Estado”.

Nesse contexto, os presos políticos espalhados nos presídios do país decidiram deflagrar uma greve de fome, entre o período de 22 de julho e 22 de agosto daquele ano, forçando o parlamento a tomar uma decisão.

Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, aponta:

Um dos grandes fatos do período foi, sem dúvida, a Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, com grande repercussão na mídia nacional e internacional. Mais de 50 presos políticos, detidos em diferentes locais do Brasil, iniciaram em 22 de julho de 1979 uma greve de fome histórica que duraria 32 dias e só seria encerrada com a aprovação da lei.

A luta nas ruas e nos presídios permitiu que o silêncio fosse rompido. Os presos políticos passaram a receber visitas de artistas, religiosos e políticos. A visibilidade trazida pelo movimento desmascarou as mentiras da repressão, tornando impossível seguir-se sustentando que nada ocorria dos porões da ditadura e que aqueles homens e mulheres, presos por suas lutas políticas, eram criminosos. Após visita ao presídio Frei Caneca, o Senador Teotônio Vilella afirmou: “não encontrei terroristas. Encontrei jovens idealistas que jogaram suas vidas na luta pela liberdade em nosso país.”⁵¹⁰

Por fim, foi aprovado o projeto do presidente Figueiredo propondo uma anistia que permitiu o retorno dos exilados e ex-presos políticos, mas não assegurou a libertação dos que cometeram “crimes de sangue”, mantendo-os presos. Somente com a alteração da Lei de Segurança Nacional, que atenuou as penas, foi permitido que estes fossem liberados, porém mantidos em liberdade condicional⁵¹¹.

E os que sonhavam “com a volta do irmão do Henfil, com tanta gente que partiu num rabo de foguete”⁵¹², tiveram os sonhos parcialmente realizados, com o regresso,

⁵⁰⁹ CUNHA, Luiz Cláudio. *Por que os generais não imitam a Rede Globo*, 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2014/01/por-que-os-generais-nao-imitam-a-rede-globo/>>. Acesso em: 13 set. 2015

⁵¹⁰ ABRÃO, Paulo. *30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 3.

⁵¹¹ FIGUEIREDO, L. Op.Cit. p.43.

⁵¹² Composição de João Bosco e Aldir Blanc. “O bêbado e o equilibrista” acabou se tornando o hino

a partir de 1º de novembro de 1979, dos primeiros brasileiros beneficiados por uma anistia parcial, imperfeita e incompleta.

4.2.2 A Lei da Anistia

A Lei de Anistia – Lei nº 6683/79 – foi aprovada pelo Congresso Nacional no final da noite de 22 de agosto de 1979, por 206 votos a favor e 201 contras e, no dia 28 de agosto de 1978, foi promulgada pelo general João Baptista de Figueiredo, então presidente do país.

Para ser aprovada e promulgada, a Lei de Anistia teve uma longa trajetória da qual a sociedade participou ativamente. Fruto desta intensa mobilização popular, seus contornos já estavam sendo traçados no início da gestão do general João Baptista Figueiredo, responsável pela continuidade da abertura política iniciada por seu antecessor, o general Ernesto Geisel. A Lei aprovada ficou muito aquém do esperado, frustrando muito a expectativa dos envolvidos.

O projeto de lei defendido pela sociedade e pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, defendia a anistia ampla, geral e irrestrita dos que resistiram à ditadura militar⁵¹³. Levado ao plenário, foi rejeitado com 206 votos contrários e 194 a favor.

A proposta da lei aprovada foi a enviada pelo general-presidente Figueiredo para o Congresso Nacional em 28 junho de 1979. Aqui cabe uma observação em relação à composição desta casa parlamentar. O Congresso era composto em sua maioria pela ARENA - Aliança Renovadora Nacional, partido governista que acomodava em suas cadeiras um grande número de senadores "biônicos"⁵¹⁴, alcunha popular que denominava os parlamentares que foram alçados ao cargo por eleição indireta, expediente que o governo instituiu no Pacote de Abril de 1977⁵¹⁵ para garantir

pela anistia, imortalizado, na voz de Elis Regina.

⁵¹³ALMEIDA, Criméia Schmidt, TELLES, Janaína de Almeida, TELLES, Maria Amélia de Almeida, LISBOA, Suzana Keniger (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 23.

⁵¹⁴ Na renovação por dois terços do Senado Federal metade das vagas seria destinada aos selecionados pelos colégios eleitorais dos estados. (ALVES, Marcio Moreira; BAPTISTA, Arthur. As Eleições de 1978. *Revista Crítica de ciências Sociais*, n. 3. Dez. 1979. p. 29-52).

⁵¹⁵O pacote manteve as eleições indiretas para governador de estado e para assegurar maioria à ARENA no Congresso Nacional criou o senador biônico e ampliou a bancada dos estados menos

a maioria frente ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro, por este apresentar um significativo crescimento⁵¹⁶. Portanto, este cenário propício ao governo fez com que a Lei de Anistia fosse aprovada com uma diferença de apenas 5 votos, que, conforme Marcelo Zelic, demonstra o

[...] grande desacordo expresso nos votos da oposição contra a aprovação dessa lei que, com uma abrangência parcial, negaria a anistia a inúmeros presos políticos, por tipo de pena, e garantiria a segurança jurídica para os agentes públicos e civis que praticaram crimes comuns de lesa-humanidade naquele período.⁵¹⁷

A Lei de Anistia promulgada, que deveria ser resultado da ampla discussão na sociedade foi, na verdade, fruto de um expediente legal que, à época, garantia ao presidente da República, pela Constituição Federal vigente⁵¹⁸, em seu artigo 57, a iniciativa de leis que "*concedam anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional*"⁵¹⁹. A "Comissão Mista" formada por 22 membros dos dois partidos ARENA e MDB⁵²⁰ constituída em 28 de junho de 1979, tinha como prerrogativa estudar e debater o projeto proposto pelo Executivo. Foi um importante e significativo trabalho que resultou em mais de 300 propostas de emendas, inúmeros documentos e um levantamento que levou o presidente da Comissão, o Senador Teotônio Vilela, a mergulhar na realidade dos presos políticos, exilados e familiares que sofriam sob o jugo de uma ditadura que ainda se apresentava forte, cruel e radical. Coube à Comissão apresentar um Substitutivo (Emenda nº 1), visto que a proposta governista estava longe de atender às demandas dos movimentos organizados e da oposição.

Sobre o tema Teotônio discorre:

populosos na Câmara dos Deputados. *Ibidem*. p. 29-52.

⁵¹⁶A composição do Senado Federal apontava 42 vagas para a ARENA e 25 para o MDB, números que incluíam os senadores eleitos há quatro anos, mas esta manobra governista não impediu que sua bancada ficasse abaixo de dois terços, frente a esta situação o Presidente Geisel reduziu para maioria simples o quórum para a aprovação de emendas constitucionais.

⁵¹⁷ZELIC, Marcelo. *A auto-anistia e a farsa de um acordo nacional*. Brasil de Fato. 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3677>>. Acesso em: 06 out. 2015.

⁵¹⁸BRASIL. Casa Civil. *Emenda Constitucional nº 1*, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 20 out. 2015.

⁵¹⁹*Idem*.

⁵²⁰Ver: Arena - 7 Senadores: Aloysio Chaves, Dina rte Mariz, Bernardino Viana, Helvídio Nunes, Henrique de La Rocque, Moacyr Dalla, Murilo Badaró. 6 Deputados Federais: Ernani Satyro, João Linhares, Ibrahim Abi-Ackel, Francisco Benjami, Luiz Rocha e Leorne Belém. MDB: 4 Senadores: Teotônio Vilela, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Itamar Franco. 5 Deputados Federais: Tarcísio Delgado, Benjamin Farah, Roberto Freire, Del Bosco Amaral e Leorne Belém". (VILELA. Teotônio (Org.). *Documentário: Anistia: Congresso Nacional Comissão Mista sobre Anistia*. Brasília: Senado Federal. 1982. (Vol. 1). p. 29).

[...] Percorri o país de presídio em presídio, ouvi os clamores dos parentes e familiares dos desaparecidos, comuniquei-me com os exilados, conversei com o maior número de pessoas atingidas por atos de força do arbítrio, recebi documentos, orientações, esclarecimentos, alternativas de como proceder nas pesquisas que enriquecessem os objetivos da Comissão, entendi-me com autoridades várias, senti, enfim, a nação.

A partir daí, depois de trinta dias de intensa movimentação, iniciamos os trabalhos da Comissão. O substitutivo do projeto passou a ser peça importante do debate porque só ele é que representava as aspirações gerais. Não conseguimos aprová-lo nem na Comissão nem no plenário [...]Infelizmente a anistia não teve o alcance por nós desejado.⁵²¹

E acrescenta:

O Parecer desconhece os anseios do nosso povo, demonstrando, até mesmo, por emendas, que desprezou, de parlamentares da própria Arena. Seu substitutivo, entretanto, encontra na clemência um mapismo à sua grande contribuição, a fraude dos poderosos teve acolhida, enquanto os presos políticos em greve de fome continuam como reféns. Excluir da anistia pessoas por terem sido condenadas é desconhecer a sua natureza e a sua finalidade". [...] Ficou exclusivamente a proposta oficial⁵²²

O Deputado Roberto Freire, na apresentação da publicação "Anistia", que arregimenta todo o processo das atividades e documental da Comissão Mista, atesta:

[...] A Anistia promulgada em 1979 não foi aquela que o povo desejava. Parcial e restrita, cometeu injustiças e discriminações odiosas e incompatíveis com a própria ideia da Anistia, tal como universalmente reconhecida.

Contudo, mesmo essa Anistia não deixa de representar uma vitória maior do povo brasileiro. Os anistiados já estão incorporados à vida ativa da Nação. Seus sofrimentos e experiências irão contribuir na construção de um país melhor. Sem lugar para iniquidades, torturas e cruel repressão.⁵²³

Nesses depoimentos fica evidenciado o sentimento da sociedade civil, organizada nos Comitês Brasileiros Pela Anistia, e do próprio partido MDB, registrando o descontentamento em relação à proposta aprovada.

Em seu artigo 1º, a Lei nº 6683/79, estabeleceu o perdão para todos os que cometeram crimes políticos ou *conexos com estes* (com esta qualificação o governo militar enquadrava o crime de tortura) entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 11.

⁵²² Declaração de voto do MDB sobre o parecer aprovado sobre a Lei de Anistia.

⁵²³ VILELA. T. Op.Cit. p. 16.

Talvez como um dos últimos atos de autoritarismo institucional, a Lei de Anistia deixa evidente o poder que o Executivo ainda exercia sobre o Legislativo no país. Era uma resposta parcial às expectativas da Nação que naquele momento clamava por justiça.

Há que se discorrer também sobre o termo - "crimes conexos", pois com este expediente, que não deixa clara sua definição, o governo garante a impunidade aos torturadores e deixa de fora os militantes de esquerda que resistiram ao regime militar. Sim, pois, no caso do legítimo direito de resistência contra o governo, os seus protagonistas foram julgados pela justiça militar e cumpriram suas penas.

Dois pesos, duas medidas. Os sequestros de opositores, torturas, estupros, assassinatos e desaparecimentos forçados ou sejam, os crimes de lesa-humanidade⁵²⁴ praticados entre 1964-1985, são classificados como "crimes políticos ou conexo com estes" e segundo subjetiva interpretação dos militares, a eles é concedida anistia. Ou melhor seria dizer: a "*auto-anistia*".

Sobre o caráter democrático da Lei de Anistia discorre Marcelo Zelic:

O fato de ter tramitado e sido votada no Congresso Nacional não garante o status de democrática, consensual e apaziguadora, apregoado nos dias de hoje para justificar a impunidade dos torturadores, como argumenta a Procuradoria Geral da República, considerando os agentes públicos torturadores beneficiários da Lei 6683/79, pois na legislação da época, o Art. 57 da Constituição Federal, desfigurada pelas emendas militares, atribuía ao presidente da república "a iniciativa de leis que concedessem anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional," sendo o Congresso Nacional peça figurativa neste assunto.⁵²⁵

A Lei de Anistia não foi o resultado de um "grande acordo social". Para entendermos um pouco do contexto da época, foram convocadas apenas oito⁵²⁶

⁵²⁴ Estes crimes estão tipificados nos acordos internacionais que o Brasil acolheu em seu ordenamento jurídico.

⁵²⁵ ZELIC, M. Op.Cit.

⁵²⁶ *Idem*. 1ª reunião foi de instalação da Comissão; 2ª reunião, o MDB apresentou proposta de convocar entidades representativas da sociedade como OAB, ABI, CNBB e outras, para exporem suas posições sobre o tema, porém não houve quórum para ser votada; 3ª reunião, a proposta foi derrotada por 13 votos da ARENA contra 7 do MDB e nenhuma entidade civil pôde se manifestar diretamente na Comissão; 4ª reunião, a ARENA não apareceu em bloco; a proposta do Senador Itamar Franco, de convocar o Ministro da Justiça foi adiada por falta de quórum e a reunião foi encerrada; 5ª reunião a ARENA repetiu a atuação anterior e, sem quórum, a reunião foi encerrada sem decidir nada e o Ministro da Justiça nunca foi convocado. 6ª reunião, realizada em 15/09/1979, todos os membros da comissão se fizeram presentes para votar o parecer. Dada a posição do relator da ARENA, em acolher parcialmente poucas emendas do MDB, o Senador Itamar Franco pede vistas do parecer e a sessão é suspensa por 12 horas e nova reunião para discussão do parecer é marcada; 7ª reunião o parecer vai a voto do jeito que foi apresentado pelo relator da ARENA anteriormente, conforme acordado nos gabinetes do executivo; 8ª reunião em sessão aberta no final da tarde, a última reunião da comissão o voto da maioria, da ARENA, derruba tudo que não constava do parecer apresentado pelo relator e acordado com o Ministro da Justiça e o General-Presidente.

reuniões da Comissão Mista, das quais muitas não tiveram quórum suficiente para votações e encaminhamentos, outras não foram realizadas adequadamente por conta da postura do partido governista que lançava mão de expedientes diversos para atrapalhar o bom andamento dos trabalhos e, finalmente, na 8ª reunião, em sessão aberta, o voto da maioria governista, da ARENA, derruba tudo que não constava do parecer apresentado pelo relator e acordado com o Ministro da Justiça e o General Presidente, desconsiderando todo e qualquer esforço realizado no sentido de estabelecer um diálogo com a sociedade em relação à lei proposta. Temos, portanto uma proposta de lei deste quilate, que envolve diretamente a vida de milhares de brasileiros, com um prazo de 2 meses para ser discutida, analisada, alterada e promulgada.

É ainda Zelic quem aponta:

A proposta inicial, enviada pelo general-presidente, prevaleceu no texto final com alterações pífias da oposição [...].

[...] O texto de lei apresentado pelo executivo recebeu 306 emendas para serem discutidas na construção de um acordo. O MDB apresentou 210 emendas (69%), das quais somente 42 foram aprovadas pela relatoria, totalizando 20% do que foi pleiteado, com a ressalva de que, com exceção da emenda 292, todas foram acolhidas somente em parte pelo relator da ARENA; sendo que na maioria delas a parte acolhida foi a alteração da data que definiu o período de tempo a ser anistiado, somado ao VETO presidencial posteriormente imposto, este índice reduz-se para menos da metade. Efetivamente, das 210 emendas que o MDB propôs para fazer um acordo nacional sobre a questão da Anistia, quase nada foi efetivado e o texto apresentado pelo general-presidente foi muito pouco modificado em seu conteúdo"⁵²⁷

Sem deixar de reconhecer o mérito da luta de tantos brasileiros na conquista da anistia, é preciso reforçar, inclusive em respeito à essa mesma luta, que a Lei nº 6683/79 foi o “resultado da proposta feita durante o regime de exceção, pelo executivo desse regime, legislou em causa própria, daí ser considerada pela ótica da Justiça de Transição, como uma lei de auto-anistia.”⁵²⁸

⁵²⁷ *Idem.*

⁵²⁸ *Idem.*

4.2.3 O Processo Constituinte e a Constituição Federal de 1988

No cenário do final dos anos 1979, o regime dava mostras de esgotamento, mas, mantendo a transição dentro dos marcos concebidos (lento, gradual e seguro para os militares e as elites dominantes), em novembro deste ano foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, com o fim do bipartidarismo. Nasceram o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ressurgiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); a ARENA, base de sustentação da ditadura, se transformou em Partido Democrático Social (PDS) e o MDB passou a denominar-se Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB).

Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu 9 governadores e o PDT ganhou a eleição para o governo do Rio de Janeiro, com Leonel Brizola, que havia retornado do exílio. A oposição ao governo crescia. Ao final de 1983⁵²⁹ e durante os primeiros meses de 1984 ocorreram as maiores mobilizações na história do país, pleiteando eleições diretas para presidente, numa campanha denominada “Diretas Já”.

No Brasil “todo mundo na rua de blusa amarela, minha cabeça talvez faça as pazes assim”, era Chico Buarque⁵³⁰ de novo encantando, contribuindo com o tom e a melodia, na vontade do povo de fazer as pazes com a democracia.

A oposição apresentou uma emenda à Constituição (denominada Dante de Oliveira, nome do deputado que a subscreveu) para alterar o processo de eleição indireta, realizada então por meio do colégio eleitoral⁵³¹. A emenda não alcançou os dois terços necessários para sua aprovação e frustrou o país⁵³².

Não restou alternativa senão a disputa via colégio eleitoral. Sem a aprovação das eleições diretas para a presidência da república, o processo de eleições indiretas é efetivado tendo como candidatos Paulo Maluf, indicado pelo partido governista, e

⁵²⁹ O marco inicial da campanha das Diretas Já, foi o comício realizado em 27 de novembro de 1983, na Praça Charles Muller, em frente ao estádio do Pacaembu, organizado pelo PT (Partido dos Trabalhadores).

⁵³⁰ Chico Buarque contribuiu não só com a canção de “Pelas Tabelas” e “Vai Passar” esta em parceria com Francis Hime, mas subiu nos palanques dos Comícios Pró-Diretas (assim como dezenas de músicos, artistas, jogadores e locutores de futebol, políticos e personalidades importantes comprometidas com a democracia) que ocorreram nas principais capitais do país e em grandes cidades brasileiras.

⁵³¹ O Colégio Eleitoral reunia os congressistas e mais seis membros da bancada majoritária de cada Assembleia Legislativa.

⁵³² A emenda teve 298 votos a favor e 65, contra. Não atingindo o quorum de dois terços necessários para mudar a Constituição.

Tancredo Neves, este tendo como vice-presidente José Sarney, que rompera com o partido do governo e ingressara no PMDB. O PT foi o único partido que não participou do processo de votação. Tancredo é eleito em 15 de janeiro de 1985, derrotando o candidato Paulo Maluf, por 480 votos contra 180, no colégio eleitoral formado pelos parlamentares do Senado e Câmara Federal.

Tancredo jamais chegou a exercer o cargo. Internado no dia que antecedeu sua posse, veio a falecer em 21 de abril de 1985, por decorrência de problemas de saúde, cabendo ao vice José Sarney assumir o posto, em 15 de março de 1985, posse essa garantida pela união das forças democráticas, e assim se tornou o 31º presidente do Brasil.

O fim da ditadura militar no Brasil é marcado pela transição do poder para os civis, em uma “*transição continuada*”, sem nenhum abalo de ordem política e social e sem qualquer punição pelas violações dos direitos humanos protagonizadas pelos órgãos de repressão.

Como destaques durante os anos do mandato de José Sarney, aponta-se a aprovação da emenda constitucional que estabelece as eleições diretas para presidente da República e para prefeitos das capitais; o Plano de Estabilização Econômica (conhecido como Plano Cruzado) e a realização das eleições gerais para governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Mas o fato mais marcante deste período é a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Eleita em 15 de novembro de 1986, seus 558 constituintes, entre deputados e senadores, iniciaram os trabalhos em 1º de fevereiro de 1987. Até o término das votações, em 1º de setembro de 1988, transcorreram 19 meses de intensos debates. As discussões foram marcadas por uma série de conflitos entre os grupos de conservadores, reunidos no Centro Democrático (Centrão), e os progressistas, formados pelos partidos de esquerda (PT, PC, PC do B e PDT) e por uma parte do PMDB. A sétima Constituição brasileira é marcadamente uma resposta ao período ditatorial, pois destaca vários aspectos que garantem o acesso à cidadania.

A sociedade, ao lutar pela democratização do país, percebeu a necessidade de introduzir profundas mudanças em sua estrutura, tendo como ponto de partida a aprovação de uma constituição livre e democrática.

O Congresso aprovou, em 22 de setembro de 1988, por 474 votos a favor, 15, contra e 6 abstenções, a nova Constituição brasileira, conhecida como Constituição

Cidadã, que representou um grande avanço em relação aos direitos individuais, políticos e sociais e é responsável pela consolidação do Estado democrático, ao estabelecer extensas garantias aos cidadãos brasileiros.

Renato Cancian afirma:

No que se refere aos direitos civis e sociais, é possível apontarmos as influências da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos artigos constitucionais que tratam da liberdade individual e das garantias de condições sociais mínimas para que os cidadãos possam gozar de uma vida digna.

[...] Os trabalhadores obtiveram conquistas, entre as mais importantes estão: a limitação da jornada de trabalho para 44 horas semanais, o seguro-desemprego, a licença-maternidade e licença-paternidade. A Constituição também assegurou aos funcionários públicos o direito de se organizar em sindicatos e utilizar a greve como instrumento de negociação, menos nos casos dos serviços essenciais.⁵³³

O forte caráter humanista da Carta Magna Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, fica evidente quando apresenta no rol dos Princípios Fundamentais o seu artigo 1º, onde afirma que: "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]", destacando em seus fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Em seu preâmbulo destaca:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.⁵³⁴

Garante o processo democrático ao destacar que "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição", e estabelece, em seu artigo 2º, a equidade entre os três poderes da União - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A constituição está organizada em nove títulos que abrigam 245 artigos dedicados a temas como os princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização do estado, dos poderes, defesa do estado e das instituições, tributação e orçamento, ordem econômica e financeira e ordem

⁵³³ ANCIAN, Renato. *Governo José Sarney (1985-1990): Nova Constituição e crise econômica Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação*. 02 nov. 2006. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-jose-sarney-1985-1990-nova-constituicao-e-crise-economica.htm>>. Acesso em: 17 set. 2015.

⁵³⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: out. 2015.

social. Entre as conquistas trazidas pela nova carta, destacam-se o restabelecimento de eleições diretas para os cargos de presidente da república, governadores de estados e prefeitos municipais, o direito de voto para os analfabetos, o fim à censura aos meios de comunicação, obras de arte, músicas, filmes, teatro e similares.⁵³⁵

As modificações mais significativas foram⁵³⁶: o direito de voto para os analfabetos; o voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos; a redução do mandato do presidente de 5 para 4 anos; eleições em dois turnos (para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores); os direitos trabalhistas passaram a ser aplicados, além de aos trabalhadores urbanos e rurais, também aos domésticos; direito de greve e liberdade sindical; a diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; a licença maternidade de 120 dias e a licença paternidade de 5 dias; o abono de férias; o décimo terceiro salário para os aposentados; o seguro desemprego e férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário.

A Constituição de 1988 garantiu direitos e estabeleceu deveres. O número crescente de emendas constitucionais, que até setembro de 2015 já somavam 90 aprovadas⁵³⁷ são responsáveis pela modificação de vários pontos do texto original. Mesmo assim, a Constituição Federal de 1988 é o reflexo do processo democrático brasileiro.

4.3 A Justiça Não Cumprida na Transição Brasileira

A superação de um regime ditatorial para a democracia encontrou resistência nos militares, que impuseram sua vontade ao aprovar “uma anistia que nem foi ampla, nem geral e nem irrestrita”. Apesar da anistia ser fruto de uma luta e reivindicação popular, a Lei 6.683 de 1979, foi aprovada contemplando os interesses do regime militar, que fez inserir a extensão de seus efeitos aos “crimes políticos ou conexos

⁵³⁵ BARATTIERI, Alan. *Constituição de 1988*. 2013. Disponível em <<http://allanbarattieri.jusbrasil.com.br/artigos/111915199/constituicao-de-1988>>. Acesso em 17 set de 2015.

⁵³⁶ *Idem*.

⁵³⁷ BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emendas Constitucionais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 1 out. 2015.

com estes” (art. 1º). Fazendo expressa restrição aos “crimes de sangue” (art. 1º, § 2º), dispõe: “excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.

Segundo Fábio Konder Comparato, “um dos aspectos menos louváveis do caráter nacional é a leviana facilidade com que nos dispensamos de ajustar contas com o passado”⁵³⁸. Esta foi a intenção da ditadura, aprovar uma lei de auto-anistia, que permitisse ficar impune dos crimes que patrocinou, e impor uma política de esquecimento à sociedade brasileira. Esclarece Konder Comparato:

Reproduzimos agora, com relação aos horrores do regime militar, a mesma atitude vergonhosa virar as costas ao passado [...] Pois bem, sustento e sustentarei até, o último sopro de vida, que interpretar a lei 6683 de 28/8/1979, como tendo produzido a anistia dos agentes públicos que, entre outros abusos, mataram, torturaram e violentaram, sexualmente presos políticos é juridicamente inepto, moralmente escandaloso e politicamente subversivo. Sob o aspecto técnico-jurídico, a citada lei não estendeu anistia criminal aos carrascos do regime militar. Só há conexão entre crimes políticos e crimes comuns quando a lei expressamente declara”⁵³⁹

Flávia Piovesan, referindo-se a Lei de Anistia e sobre os crimes conexos, descarta a interpretação de um acordo, ou uma conciliação nacional, com a finalidade de beneficiar os “*torturadores e as vítimas*” e ressalta o erro desta compreensão, a partir

[...] da equivocada leitura da expressão “crimes conexos” constante da lei. Crimes conexos são os praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas, que se encadeiam em suas causas. Não se pode falar em conexidade entre fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas e não a aqueles; perdoou as vítimas e não os que delinquem em nome do Estado.⁵⁴⁰

Ao reportar-se sobre a matéria relativa a ‘conexão dos crimes’, ensina Konder Comparato:

Mesmo quando a lei o declara, a conexão criminal supõe que o autor ou os autores de tais crimes perseguiram o mesmo objetivo e não estavam em situação de confronto. Admitir a conexão entre crimes cometidos com objetivos totalmente adversos é despropósito. Isso sem falar na violação flagrante no caso de preceitos consagrados internacionalmente em matéria de direitos humanos e que não comportam anistia. Sob o aspecto moral, impedir oficialmente que sejam apuradas e reveladas ao público práticas infames e aviltantes de abuso de autoridade é inculcar para todos os efeitos, a vantagem final da injustiça sobre a decência; ou seja, afirmar que a imoralidade compensa.⁵⁴¹

⁵³⁸ COMPARATO, Fábio Konder. Crimes sem castigo. *Folha de São Paulo*: A3. 19 set. 2008.

⁵³⁹ *Idem*.

⁵⁴⁰ PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso Brasileiro. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 2, jul./dez. 2009. p. 176-189.

⁵⁴¹ COMPARATO, F. K. Op.Cit.

E ao abordar a questão da tortura praticada pelos agentes do Estado, que durante a ditadura militar fizeram prática corrente, Piovesan esclarece que os mesmos não estão e nem poderiam ser anistiados:

Ademais, é inadmissível que o crime de tortura seja concebido como crime político, passível de anistia e prescrição [...] o crime de tortura viola a ordem internacional e por sua extrema gravidade é insuscetível de anistia ou prescrição. A tortura é crime de lesa-humanidade, considerado imprescritível pela ordem internacional. Demanda do Estado o dever de investigar, processar, punir e reparar a violação perpetrada, assegurando à vítima o direito à justiça e o direito à prestação jurisdicional efetiva. A jurisprudência do sistema interamericano e do sistema global de proteção reconhece que leis de anistia violam obrigações jurídicas internacionais no campo dos direitos humanos⁵⁴²

Assim não seria possível considerar que os agentes do Estado tenham recebido perdão, até porque a lei não faz remissão a isso. A lei em nenhum momento dispôs sobre a anistia para crimes como sequestro, torturas, assassinatos, desaparecimentos ou ocultação de cadáveres. À época, esses crimes estavam previstos legalmente. Se o legislador tivesse por interesse anistiar esses crimes, deveria fazer constar na lei de forma expressa e não tácita.

Outro aspecto sobre o qual encontraria restrição para a concessão da Anistia é que, de acordo com a jurisprudência internacional, o legislador brasileiro não teria competência para anistiar aqueles que, em nome do Estado, tenham praticado violações aos direitos humanos, configurando uma auto-anistia. O que conflita com os compromissos assumidos pelo Brasil, em respeito as normas de direitos humanos. A Lei 6.683/79 em nenhum momento pode ser considerada como fator impeditivo para punir os crimes de tortura, pois isso seria incompatível com o disposto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

O jurista Antônio Augusto Cançado Trindade, ao abordar os aspectos que envolvem leis de auto-anistia, assim se reporta sobre as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que consolidaram o entendimento:

Dentre as chamadas leis de anistia, há um tipo particularmente perverso, as denominadas auto-anistias — que pretendem subtrair da Justiça os responsáveis por crimes contra a humanidade —, que vem de ser devidamente sepultado pela jurisprudência constante da Corte Interamericana de Direitos Humanos [...] em sua histórica Sentença no caso do massacre de Barrios Altos (mérito, 14.3.2001) atinente ao Peru, a Corte Interamericana, sob a minha presidência, determinou que as leis de auto-anistia são incompatíveis com os tratados de direitos humanos, como a Convenção Americana, e carecem de efeitos jurídicos (ponto resolutivo nº 4). Foi a primeira vez, no Direito Internacional contemporâneo, que um tribunal internacional fulminou uma lei de auto-anistia. Na sentença de Barrios Altos

⁵⁴²PIOVESAN, F. Op.Cit. p. 176-189.

de 14.3.2001, sustentou a Corte que as auto-anistias (como as leis peruanas nºs. 26479 e 26492), excludentes de responsabilidade por violações graves dos direitos humanos (como a tortura, as execuções sumárias e extralegais, o desaparecimento forçado de pessoas), são inadmissíveis e, ao impedir o acesso das vítimas e seus familiares à verdade e à Justiça, são violadoras dos artigos 1(1), 2, 8 e 25 da Convenção (pars. 41 e 43). Em meu Voto Concordante nessa Sentença, ponderei que a pretendida legalidade no plano do direito interno dessas auto-anistias, ao levarem à impunidade e à injustiça, encontra-se em flagrante incompatibilidade com a normativa de proteção do Direito Internacional dos Direitos Humanos, acarretando violações de jure dos direitos da pessoa humana, em uma afronta inadmissível à consciência jurídica da humanidade (pars. 5-6 e 26). Ou seja, as leis de auto-anistia estão viciadas de nulidade ex tunc, de nulidade ab initio, carecendo, portanto, de todo e qualquer efeito jurídico.⁵⁴³

O Brasil não efetiva a justiça em sua plenitude, convive com a violência do passado, num esquecimento forçado, mediado pelas decisões dos tribunais brasileiros que não aceitam e arquivam os processos contra os torturadores, assassinos e criminosos, que patrocinaram crimes durante a ditadura.

Convivemos com crimes não apurados de lesa-humanidade e em violação aos direitos humanos, assim entendidos pela comunidade internacional, deixando uma lacuna que desrespeita o direito à justiça, à verdade e consequentemente à memória. A decisão de arquivar os processos dos crimes praticados pelos agentes do Estado, com base na Lei 6.683/79, não encontra guarida na legislação internacional, na qual o Brasil está obrigado, conforme Piovesan:

Os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos estabelecem um núcleo inderrogável de direitos, a serem respeitados seja em tempos de guerra, instabilidade, comoção pública ou calamidade pública, como atestam o artigo 4º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o artigo 27 da Convenção Americana de Direitos Humanos e o artigo 15 da Convenção Européia de Direitos Humanos. A Convenção contra a Tortura, de igual modo, no artigo 2º, consagra a cláusula da inderrogabilidade da proibição da tortura, ou seja, nada pode justificar a prática da tortura (seja ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública). Todos esses tratados convergem ao endossar a absoluta proibição da tortura. Isto é, o direito a não ser submetido à tortura é um direito absoluto, que não permite qualquer exceção, suspensão ou derrogação.⁵⁴⁴

O Brasil enfrenta questionamentos externos e internos quanto a interpretação da Lei 6.683/79. Este debate foi reativado a partir de Audiência Pública – “Os limites e possibilidades para a responsabilização jurídica de agentes públicos que cometeram crimes contra a humanidade durante períodos de exceção”, que aconteceu no salão

⁵⁴³TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O fim das "leis" de auto-anistia. *Correio Braziliense*. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/unbclipping2/2006/cp061218-12.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.

⁵⁴⁴PIOVESAN, F. Op.Cit.. p. 176-189.

do Ministério da Justiça, promovido pela Comissão de Anistia, em 31 de julho de 2008, resgatando o debate em torno da controvérsia da auto-anistia e dos crimes praticados pelos Agentes do Estado. A audiência motivou a Ordem dos Advogados do Brasil a ingressar com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), ação que tem por finalidade tratar do controle da constitucionalidade.

A exigência da sociedade de responsabilizar penalmente pelos crimes cometidos pelos Agentes do Estado é entendida como fundamental para impedir que se consolide um sentimento de injustiça e permita cicatrizar as feridas. Pois somente assim será possível construir uma democracia que respeite os direitos humanos.

4.3.1 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF – 153)

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), após audiência pública⁵⁴⁵, ingressou com Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, junto ao Supremo Tribunal Federal, que recebeu o número 153 (ADPF – 153). A OAB atribuiu aos advogados Fábio Konder Comparato e Maurício Gentil Monteiro a competência para a elaboração da respectiva ação. Conforme previsão legal, estabelecida do artigo 102, § 1º da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

§ 1.º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

A ADPF tinha por objetivo questionar e buscar uma interpretação referente ao § 1º do Art. 1º da Lei n. 6.638/1979:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos

⁵⁴⁵ Lembram Paulo Abrão e Marcelo Torelly que: “A audiência pública resultou em um questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal, por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF n.º 153). Ressalte-se que a controvérsia jurídica debatida pelo Ministério da Justiça e levada ao STF pela Ordem dos Advogados do Brasil advinha, inclusive, do trabalho do Ministério Público Federal de São Paulo ao ajuizar ações civis públicas em favor da responsabilização jurídica dos agentes torturadores do DOI-CODI, além das iniciativas judiciais interpostas por familiares de mortos e desaparecidos, a exemplo do pioneirismo da família do jornalista Vladimir Herzog, que, ainda em 1978, saiu vitoriosa de uma ação judicial que declarou a responsabilidade do Estado por sua morte”. (ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade a justiça. In: A ANISTIA NA Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 212-248.

ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”.

A ADPF - 153 tinha como pedido, que o Supremo Tribunal Federal desse uma interpretação a Lei nº 6.683/79, de modo a

[...] declarar, à luz dos seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra os opositores políticos durante o regime militar (1964/1985).⁵⁴⁶

Deisey Ventura, ao abordar a ADPF, apresentada pela OAB, ressalta:

A OAB não requereu ao STF nem uma “revisão”, nem a declaração de “nulidade” da chamada Lei de Anistia (Lei n. 6.683, de 28/08/1979). Aliás, o Direito Internacional, em princípio, nada tem a opor-se às leis nacionais que anistiam crimes políticos. Por meio da ADPF 153, proposta em outubro de 2008, o que pede a OAB é “uma interpretação conforme a Constituição, de modo a declarar, à luz dos seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos durante o regime militar.”⁵⁴⁷

O Supremo Tribunal Federal por ampla maioria, negou o pedido formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil e esta decisão frustrou as expectativas, pois esperava-se que o país segue o rumo de não permitir a impunidade daqueles que patrocinaram crimes de lesa humanidade. Paulo Abrão e Marcelo Torelly comentam sobre a ADPF e seu resultado:

A propósito, é certo que a Audiência Pública e a ADPF nº 153 não “reabriram” o debate jurídico sobre o alcance da Lei de Anistia aos agentes torturadores ou aos crimes de qualquer natureza, pois ele sempre esteve presente, embora sonogado da opinião pública. Em recente decisão sobre a ADPF, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 2, deliberou pela eficácia da Lei de Anistia aos agentes perpetradores de direitos humanos durante o regime militar. O STF declarou válida a interpretação de que há uma anistia bilateral na lei de 1979, reeditada na EC no 26/85, denominada convocatória da constituinte brasileira. Afirmou que se trata de um acordo político fundante da Constituição Democrática de 1988 e que somente o Poder Legislativo pode revê-lo. O efeito prático é o de que o Supremo negou o direito à proteção judicial para as vítimas da ditadura.⁵⁴⁸

⁵⁴⁶ BRASIL. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental protocolada junto ao Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=330654>>. Acesso em 12 de set. 2015.

⁵⁴⁷ VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia Brasileira e o Direito Internacional. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 4, jul./dez. 2010. p. 196-226.

⁵⁴⁸ ABRÃO, P.; TORELLY, M. Op.Cit. p. 212-248.

Tarso Genro, em lúcido comentário a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal, analisa as consequências da decisão, considerando que os Ministros que negaram o pedido da OAB partiram de uma premissa equivocada, e que a decisão não só compromete o processo democrático presente, assim como poderá ter efeitos nefastos no futuro. Conforme palavras de Genro:

O que a decisão do STF fez, pelo voto do Ministro Eros Grau, foi tentar criar um consenso espúrio em torno da anistia aos que controlavam os porões da ditadura, com suas decisões que promoveram torturas e cometeram assassinatos. É uma decisão que também ofende os que defendiam o sistema como um regime de força “necessário”, mas não concebiam que as atrocidades eram uma regra na sua vida clandestina. Foi uma decisão que chancelou a legitimação da violência espúria e reabriu o sentimento de medo, que caracteriza as ditaduras, mas também sobrevive nas democracias cujos juízes se acovardam, ou aceitam que a exceção molde o presente da democracia e possa, mais tarde, estuprar e aniquilar novamente o seu futuro.⁵⁴⁹

A decisão da Suprema Corte ainda não transitou em julgado e aguarda a decisão de embargos interpostos pela OAB, o que sobrestou o resultado, porém a decisão da ADPF ocorreu em momento anterior ao processo que estava em análise na Corte Interamericana de Direitos Humanos, envolvendo o Brasil, o Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia), cuja decisão proferida diverge daquela exarada pelo STF.

4.3.2 O Caso Gomes Lund Vs. Brasil (Caso Gomes Lund - “Guerrilha do Araguaia”)

O “Caso Gomes Lund” foi apresentado junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil) e a *Human Right Watch/Americas* (HRWA), apresentando o Brasil como réu. Os fatos decorrem das ações que foram praticadas pelo regime militar, referentes à “*Guerrilha do Araguaia*”. No polo ativo da ação, também figuram o grupo “Tortura Nunca Mais – RJ”, e a “Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo”.

⁵⁴⁹GENRO, Tarso. Direito e Justiça na Transição: Kant contra as luzes degradadas. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 5, jan./jun. 2011. p. 28-49.

A petição inicial apresentada tinha como finalidade elucidar os atos de violência contra os militantes desaparecidos e que estiveram envolvidos na guerrilha na região do Araguaia.

Os autores alegavam que ocorreram violações aos direitos humanos e que deveria o governo responder em razão do disposto nas convenções e acordos internacionais. O país foi notificado e dado prazo para que cumprisse com as obrigações, sendo prorrogado, mas, mesmo assim, o Brasil não respondeu as questões solicitadas. Diante disso, a Comissão decidiu submeter o caso à Corte, para que fosse analisada a Lei de Anistia, à luz da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A matéria apresentada à Corte refere-se à responsabilidade do Estado brasileiro em relação a “detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas do Partido Comunista e camponeses da região”⁵⁵⁰, e em razão da Lei 6.683/79, Lei de Anistia que foi apreciada pelo STF, posto que o “Estado não realizou uma investigação penal com a finalidade de julgar e punir as pessoas responsáveis pelos desaparecimento forçado de 70 vítimas e a execução extra-judicial de Maria Lúcia Petit da Silva”⁵⁵¹. O relatório da Corte prossegue, com a denúncia:

[...] o Estado não realizou uma investigação penal com a finalidade de julgar e punir as pessoas responsáveis pelo desaparecimento forçado de 70 vítimas e a execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva [...]; porque os recursos judiciais de natureza civil, com vistas a obter informações sobre os fatos, não foram efetivos para assegurar aos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada o acesso a informação sobre a Guerrilha do Araguaia; porque as medidas legislativas e administrativas adotadas pelo Estado restringiram indevidamente o direito de acesso à informação pelos familiares; e porque o desaparecimento das vítimas, a execução de Maria Lúcia Petit da Silva, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação afetaram negativamente a integridade pessoal dos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada”. A Comissão solicitou ao Tribunal que declare que o Estado é responsável pela violação dos direitos estabelecidos nos artigos 3 (direito ao reconhecimento da personalidade jurídica), 4 (direito à vida), 5 (direito à integridade pessoal), 7 (direito à liberdade pessoal), 8 (garantias judiciais), 13 (liberdade de pensamento e expressão) e 25 (proteção judicial), da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conexão com as obrigações previstas nos artigos 1.1 (obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos) e 2 (dever de adotar disposições de direito interno) da mesma Convenção. Finalmente, solicitou à Corte que ordene ao Estado a adoção de determinadas medidas de reparação.⁵⁵²

⁵⁵⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”)*. 24 nov. 2010. Brasil. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015. p. 3-4.

⁵⁵¹ *Idem*.

⁵⁵² *Idem*.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, não se tratava de matéria nova, pois em decisões anteriores, que remetiam para problemas muito similares, exigiram uma manifestação, sobre o assunto. Conforme destaca Flavia Piovesan, entre as decisões emblemáticas proferidas pela CIDH, destacam-se os casos “Barrios Altos versus Peru” (2001) e *Almonacid Arellano versus Chile* (2006), complementa Piovesan:

No caso Barrios Altos versus Peru, a Corte Interamericana considerou que leis de anistia que estabelecem excludentes de responsabilidade e impedem investigações e punições de violações de direitos humanos como tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados são incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos. No entender da Corte:

“La Corte, conforme a lo alegado por la Comisión y no controvertido por el Estado, considera que las leyes de amnistía adoptadas por el Perú impidieron que los familiares de las víctimas y las víctimas sobrevivientes en el presente caso fueran oídas por un juez, conforme a lo señalado en el artículo 8.1 de la Convención; violaron el derecho a la protección judicial consagrado en el artículo 25 de la Convención; impidieron la investigación, persecución, captura, enjuiciamiento y sanción de los responsables de los hechos ocurridos en Barrios Altos, incumpliendo el artículo 1.1 de la Convención, y obstruyeron el esclarecimiento de los hechos del caso. Finalmente, la adopción de las leyes de autoamnistía incompatibles con la Convención incumplió la obligación de adecuar el derecho interno consagrada en el artículo 2 de la misma”.

Conclui a Corte que as leis de “autoanistia” perpetuam a impunidade, propiciam uma injustiça continuada, impedem às vítimas e aos seus familiares o acesso à justiça e o direito de conhecer a verdade e de receber a reparação correspondente, o que constituiria uma manifesta afronta à Convenção Americana. As leis de anistiam configurariam, assim, um ilícito internacional e sua revogação uma forma de reparação não pecuniária. No mesmo sentido, cabe destaque ao caso *Almonacid Arellano versus Chile*, cujo objeto era a validade do decreto-lei 2191/78 -- que previa anistia aos crimes perpetrados de 1973 a 1978 na era Pinochet -- à luz das obrigações decorrentes da Convenção Americana de Direitos Humanos.⁵⁵³

A Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu os graves crimes que foram praticados pelo Estado brasileiro durante o período ditatorial, em relação ao caso apresentado “Caso Gomes Lund Vs Brasil”. Reconhecendo a violação dos direitos humanos, determinando providências e reparações pelo país. Mas em face do tópico aqui abordado, referente à extensão da Lei de Anistia 6.683/79, conforme interpretação do Supremo Tribunal Federal do Brasil, serão transcritos somente os pontos que remetem e demonstram o conflito existente. A Corte Interamericana de Direito Humanos:

DECLARA, por unanimidade, que:

3. As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso,

⁵⁵³PIOVESAN, F. Op.Cit. p. 176-189.

nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

4. O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, estabelecidos nos artigos 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação com o artigo 1.1 desse instrumento, em prejuízo das pessoas indicadas no parágrafo 125 da presente Sentença, em conformidade com o exposto nos parágrafos 101 a 125 da mesma.

5. O Estado descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, contida em seu artigo 2, em relação aos artigos 8.1, 25 e 1.1 do mesmo instrumento, como consequência da interpretação e aplicação que foi dada à Lei de Anistia a respeito de graves violações de direitos humanos. Da mesma maneira, o Estado é responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial previstos nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1 e 2 desse instrumento, pela falta de investigação dos fatos do presente caso, bem como pela falta de julgamento e sanção dos responsáveis, em prejuízo dos familiares das pessoas desaparecidas e da pessoa executada, indicados nos parágrafos 180 e 181 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 137 a 182 da mesma.⁵⁵⁴.

Restando claro o descompasso do Supremo Tribunal Federal, ao julgar como o fez a ADPF - 153, pois deixou de recepcionar as normas internacionais relativas aos direitos humanos, que impedem, inibem e rechaçam os crimes de lesa humanidade. Macula assim a imagem do país frente à comunidade internacional, por desrespeito aos direitos humanos e as normas internacionais, as quais está comprometido. Colocando em posições divergentes, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Brasil, em razão da Lei 6.683/79, que impede à responsabilização e persecução penal, daqueles que praticaram crimes de lesa humanidade e violação aos direitos humanos.

4.4 A Memória e Verdade no Brasil

Para tratar de Memória e Verdade como um direito fundamental no atual panorama brasileiro é mister que se interprete essa questão como parte fundamental de um processo de resgate feito a partir de várias identidades individuais, coletivas, sociais e políticas, cuja finalidade vai além da preservação da história e de um olhar

⁵⁵⁴ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Op.Cit. p. 113-114.

para o passado. Políticas de memória e verdade devem ser entendidas como ações de intervenção social que influenciam e moldam o futuro, tanto na vida institucional do país como na valorização da democracia, da liberdade e do direito.

Conforme Edson Pistori e José Carlos Moreira da Silva:

A política da memória da resistência e da repressão no Brasil fala do passado, mas deve ser orientada na direção do futuro, baseada em ações públicas que visam: (I) a necessidade de reforma das instituições para a vida democrática; (II) valorização das liberdades públicas e o Estado de Direito; (III) o reconhecimento de direito das vítimas a ações estatais compensatórias por atos estatais impróprios; (IV) a consolidação de políticas públicas para o esclarecimento histórico e a memória coletiva.⁵⁵⁵

É muito importante estabelecer um marco inicial para definir em que momento o governo brasileiro passou a incorporar os direitos humanos, enfocando a memória e a verdade como uma de suas políticas públicas, pois as primeiras iniciativas neste sentido foram pautadas pela conjunção de forças internas - com várias organizações nacionais dando destaque ao tema, e externas - em consonância com uma nova ordem mundial que apontava então para a incorporação do resgate da memória como um direito fundamental nas agendas dos países.

No panorama mundial, é na Convenção de Genebra em 1949 que se encontra a primeira menção ao direito à verdade, tratando do direito das famílias de conhecer o paradeiro de seus membros.

Yasmin Naqvi, ao discorrer sobre o tema, apresenta:

El derecho a la verdad ha surgido como concepto jurídico en los planos nacional, regional e internacional y se refiere a la obligación de los Estados de proporcionar información a las víctimas, a sus familiares o a la sociedad en su conjunto sobre las circunstancias en que se cometieron violaciones graves de los derechos humanos.⁵⁵⁶

E acrescenta:

El derecho a la verdad ha surgido como un concepto jurídico en diferentes jurisdicciones y ha adoptado diversas formas. Sus orígenes se remontan al derecho que asiste a las familias de conocer la suerte de sus miembros, refrendado por el derecho internacional humanitario en los artículos 32 y 33 del Protocolo adicional a los Convenios de Ginebra de 1949, de 1977, y a las obligaciones que incumben a las partes en conflictos armados de buscar a las personas dadas por desaparecidas.⁵⁵⁷

⁵⁵⁵ PISTORI, Edson; SILVA, José Carlos Moreira. Memorial da anistia política do Brasil. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009. p. 115.

⁵⁵⁶ *Ibidem*. p.1

⁵⁵⁷ NAQVI, Yasmin. El derecho a la verdad en el derecho internacional: ¿realidad o ficción? *International Review of the Red Cross*. n. 862, Jun. 2006. p. 5.

Portanto, podemos concluir que o direito à verdade, como norma aplicada, tem sua origem no Direito Internacional Humanitário, em resposta à situação das vítimas, mortos e desaparecidos em circunstâncias de efetiva violação dos direitos humanos, ou seja, o direito à verdade surge após a violação de outros direitos.

Define Tahinah Albuquerque Martins:

O direito à verdade é um direito autônomo, que aparece frente a graves violações de direitos humanos, geralmente associado às violações perpetradas por civis ou órgãos vinculados aos governos ditatoriais na América Latina e na Europa, na segunda metade do século XX.⁵⁵⁸

Mas o direito à verdade não está reduzido apenas ao direito à informação. É o direito ao acesso à verdade e à informação, à explicação oficial, por parte do Estado, sobre fatos e ilegalidades, garantindo ao cidadão o direito de "*pedir, buscar e difundir informação*".⁵⁵⁹ Direito de conhecer sua própria história, de seu país e de seus cidadãos.⁵⁶⁰

O binômio "memória e verdade" no âmbito da Justiça de Transição, remete a um conceito que ultrapassa o significado individual destas palavras, já carregadas de simbolismos, para compor um princípio dos Direitos Humanos:

A memória histórica é componente fundamental na construção da identidade social e cultural de um povo e na formulação de pactos que assegurem a não-repetição de violações de Direitos Humanos, rotineiras em todas as ditaduras, de qualquer lugar do planeta.

Nesse sentido, (é fundamental) afirmar a importância da memória e da verdade como princípios históricos dos Direitos Humanos [...].⁵⁶¹

Assim, torna-se cada vez mais madura a importância da preservação da memória como um poderoso componente na consolidação dos direitos democráticos e o tema, que anteriormente não fazia parte da pauta dos movimentos sociais, começa a tomar uma dimensão fundamental no regaste da cidadania. Estudar o passado, resgatar a verdade e trazer para o tempo presente acontecimentos que marcaram a vida de milhares de brasileiros que ousaram resistir ao sistema ditatorial, passa a ser visto como elementos essenciais no processo de construção de novos parâmetros, dando oportunidade para as gerações vindouras conhecerem realmente a história do Brasil.

⁵⁵⁸ MARTINS, Tahinah Albuquerque. O direito à verdade na corte interamericana de direitos humanos e no Brasil. *Cuadernos Críticos del Derecho*. n. 2, 2008. p.52. Disponível em: <<http://www.liberlex.com/archivos/averdade.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

⁵⁵⁹ SANTOS, JÚNIOR, Belisário dos. Direito à memória e à verdade. *Revista Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, n 3. dez. 2009, p. 15.

⁵⁶⁰ *Idem*.

⁵⁶¹ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2009. p. 19.

A capilaridade do tema - memória - envolve tanto questões de ordem política, social, psicológica e cultural quanto econômica e, mesmo assim, quando o assunto passa a ser pauta das políticas públicas, existe resistência principalmente quando se trata do resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. “A impossibilidade de acesso a informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período.”⁵⁶²

A dor, a violência e o sofrimento de tantos não pode ter sido vão. Mesmo que os sonhos e os ideais calados à ferro e fogo, à época da repressão, não encontrassem mais terreno fértil para desabrochar, a lição da luta, a beleza do caminho, merecem ser contadas... o que é memória precisa, mais do que nunca, ser contada como história.

4.4.1 Programa Nacional de Direitos Humanos/PNDH e a Comissão Nacional da Verdade/CNV

A II Conferência Mundial para os Direitos Humanos, realizada pela ONU, em Viena, em junho de 1993, trouxe para o panorama internacional a preocupação de estender e ampliar as ações relacionadas aos direitos humanos e, principalmente, sensibilizar os países a incorporarem em sua pauta política e social o tema.

O Brasil respondeu à essa expectativa ao realizar, em 1996, o PNDH 1 - Programa Nacional de Direitos Humanos⁵⁶³, cuja missão principal era a promoção e consolidação dos direitos humanos no Brasil.

Ao adotar, em 13 de maio de 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Brasil se tornou um dos primeiros países do mundo a cumprir recomendação específica da Conferência Mundial de Direitos Humanos

⁵⁶² *Idem.*

⁵⁶³ Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um programa do Governo Federal do Brasil, e foi criado, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996, "contendo diagnóstico da situação desses direitos no País e medidas para a sua defesa e promoção, na forma do Anexo deste Decreto". Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo FHC, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo Lula. As propostas, ou temas de debate, sugeridos pelos planos nacionais de direitos humanos não têm valor de lei; para ser aplicadas suas propostas precisam antes ser discutidas no Congresso Nacional. Se aprovadas por este, podem se tornar leis.

(Viena, 1993), atribuindo ineditamente aos direitos humanos o status de política pública governamental. Sem abdicar de uma compreensão integral e indissociável dos direitos humanos, o programa original conferiu maior ênfase à garantia de proteção dos direitos civis.⁵⁶⁴

Um dos resultados mais importantes desta iniciativa foi a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 1997, estabelecendo assim que o tema - Direitos Humanos - passa a ser tratado oficial e institucionalmente pelo governo brasileiro. Em 2002 ocorre a realização do PNDH 2 - em um cenário muito mais promissor que o anterior, contando com a participação da sociedade civil, avançando na discussão do tema e na realização de ações relacionadas. A força deste evento ficou clara, pois no ano de 2003 a Secretaria Nacional de Direitos Humanos desvincula-se do Ministério da Justiça, já como Secretaria Especial, e chega em 2010 como órgão ligado diretamente à Presidência da República - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (órgão essencial da PR), após o advento do PNDH III.⁵⁶⁵

A recente história da institucionalização dos direitos humanos no Brasil foi pautada pelos Programas Nacional de Direitos Humanos, comprovando assim sua fundamental importância.

O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, em sua terceira edição, vem no sentido de consolidar direitos, propagar orientações e estabelecer diretrizes e objetivos estratégicos, tanto em nível governamental como para a sociedade civil, a fim de promover a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.

A 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos – 11ª CNDH, realizada em 2008, foi um dos principais eventos que, juntamente com os 137 encontros prévios às etapas estaduais e distrital que envolveram aproximadamente 14 mil participantes, representando a sociedade civil organizada e o poder público, garantiu a força institucional ao Programa. E é nesse contexto que as políticas públicas aparecem com toda a força institucional, garantindo o reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e como dever do Estado.

⁵⁶⁴ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Op.Cit. p. 200.

⁵⁶⁵ LOSSO, Cynthia de Toledo. *Desenho de Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos*. Brasília: SDH/PR, set. 2012. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/apresentacoes/4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

O Programa estabelece como objetivo estratégico a promoção e a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, incentivando iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

Também tem como diretriz a modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia com o objetivo de suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.⁵⁶⁶

Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República entre 2005 e 2011, discorre sobre o tema:

A memória histórica é componente fundamental na construção da identidade social e cultural de um povo e na formulação de pactos que assegurem a não-repetição de violações de Direitos Humanos, rotineiras em todas as ditaduras, de qualquer lugar do planeta. Nesse sentido, afirmar a importância da memória e da verdade como princípios históricos dos Direitos Humanos é o conteúdo central da proposta. Jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial, refletir com maturidade sobre as violações de Direitos Humanos e promover as necessárias reparações ocorridas durante aquele período são imperativos de um país que vem comprovando sua opção definitiva pela democracia.⁵⁶⁷

É neste contexto que está inserida a criação da Comissão Nacional da Verdade, que figura como uma das ações programáticas da Diretriz de Reconhecimento da Memória e da Verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado (Diretriz 23), que prevê a designação de um grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para a elaboração do Projeto de Lei que institua a COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). O grupo de trabalho foi instituído por ato presidencial, em 13 de janeiro de 2010, e a Lei nº 12.528 - que cria a Comissão Nacional da Verdade, foi

⁵⁶⁶ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Op.Cit. p. 169-176

⁵⁶⁷ *Ibidem*, Op.Cit. p. 19.

aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011.⁵⁶⁸

A CNV é instalada oficialmente em 16 de maio de 2012 e, em 10 de janeiro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, depois de dois anos e sete meses de intenso trabalho, entrega os três volumes, com mais de 4 mil páginas, do Relatório Comissão Nacional da Verdade - CNV, com as conclusões e as recomendações da Comissão, destacando a missão de “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.⁵⁶⁹

Composta por um corpo de sete conselheiros que por designação presidencial coordenaram os trabalhos de uma grande equipe multidisciplinar de assessores, consultores e pesquisadores, contaram também com a colaboração das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais instaladas por todo o país, com as quais a CNV celebrou acordos de cooperação técnica.⁵⁷⁰

Sobre os trabalhos, os conselheiros asseveraram que:

Com apoio de um diligente conjunto de consultores e assessores, e de colaboradores voluntários, nós, conselheiros da Comissão, por designação presidencial, dedicamo-nos à busca de um grande volume de documentos, tomamos centenas de depoimentos, realizamos audiências públicas por todo o território nacional, dialogamos intensamente com a sociedade, buscando fazer de nossa missão fator de mobilização da sociedade brasileira na defesa e na promoção dos direitos humanos.⁵⁷¹

O primeiro volume do relatório final da Comissão Nacional da Verdade destaca os fatos relativos às graves violações de direitos humanos do período investigado, com especial atenção ao regime ditatorial que se prolongou de 1964 a 1985.

O segundo volume é composto por textos temáticos que versam sobre violações de direitos humanos cometidas contra diferentes organizações como militares, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, povos indígenas, membros de igrejas cristãs, homossexuais, docentes e estudantes universitários. Também aborda o papel dos trabalhadores na resistência e a participação das empresas e de parte da sociedade civil na articulação do golpe civil-militar de 1964.⁵⁷²

⁵⁶⁸ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*: apresentação. dez. 2014. (Vol. 2). p. 3.

⁵⁶⁹ *Idem.*

⁵⁷⁰ *Idem.*

⁵⁷¹ *Idem.*

⁵⁷² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*, dez. 2014. (Vol. 2).

As vítimas das arbitrariedades do regime ditatorial estão contempladas no terceiro volume do relatório da CNV, em cujas 1.996 páginas revelam a vida, as dores e as circunstâncias da morte de 434 mortos e desaparecidos políticos:

Os relatos que se apresentam nesse volume, de autoria do conjunto dos conselheiros, ao mesmo tempo que expõem cenários de horror pouco conhecidos por milhões de brasileiros, reverenciam as vítimas de crimes cometidos pelo Estado brasileiro e por suas Forças Armadas, que, no curso da ditadura, levaram a violação sistemática dos direitos humanos à condição de política estatal. Eis aqui, portanto, o resultado do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, elaborado com o firme desejo de que os fatos descritos nunca mais venham a se repetir.⁵⁷³

O significativo trabalho realizado pela CNV traz à tona as graves violações contra os direitos humanos, os abusos cometidos pelo Estado ou em seu nome, vitimando direta e indiretamente milhares de cidadãos brasileiros. Foram realizados 1.121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos, 80 audiências e sessões públicas em todo território nacional, visitadas 20 unidades da federação⁵⁷⁴ para resgatar a verdade e preservar a memória das violações cometidas, das prisões sem base legal, da tortura e das mortes delas decorrentes, das violências sexuais, das execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados. E concluir que estas atrocidades cometidas, praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, tornaram-se crime contra a humanidade.⁵⁷⁵

4.4.2 Políticas de Memória

Não cabe a nós julgarmos a história. Temos sim, o dever de trazer todas as suas versões para, no resgate dos depoimentos, nas entrelinhas dos relatos, na versão das palavras e na dureza dos testemunhos, captar o que foi uma câmara de tortura, a ausência de um filho, o vazio de uma perda. Inspirado nesta carência, em agosto de 2007 foi lançado oficialmente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e pela Comissão Especial sobre

⁵⁷³*Idem.*

⁵⁷⁴COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Conheça e acesse o relatório final da CNV*. 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

⁵⁷⁵*Idem.*

Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), sob a coordenação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, registrando os 11 anos de trabalho da CEMDP e resumindo a história das vítimas da ditadura no Brasil e quase 400 casos reconhecidos de mortes e desaparecidos praticados pela ditadura. A importância desta publicação é estabelecer definitivamente um novo paradigma na questão da memória e verdade no Brasil, expondo abertamente as atrocidades daquele lamentável período da vida republicana brasileira.⁵⁷⁶

O início deste processo de preservação da memória e resgate da verdade torna-se mais consistente com o passar do tempo e com a conscientização em relação ao tema e assim, outras instituições governamentais passam a desenvolver políticas de Memória. Apresentamos alguns destes exemplos.

A Comissão de Anistia iniciou seus trabalhos em 2001, quando analisou os primeiros 21 processos⁵⁷⁷; mas é em 2008, a partir de uma decisão inédita e corajosa, que inaugura uma forma diferente de fazer justiça. Inédita, pois retirou os julgamentos das paredes de mármore do Palácio da Justiça Raymundo Faoro, sede do Ministério da Justiça em Brasília⁵⁷⁸ e, apesar de as audiências sempre terem sido públicas e abertas para qualquer cidadão, o fato de ocorrerem em Brasília não às tornava acessíveis à maioria das pessoas. Corajosa, pois criaram:

[...] um mecanismo de transparência ativa: levaram os julgamentos para a ágora, para que todos efetivamente pudessem conhecer os critérios aplicados, os documentos considerados, as decisões adotadas pelo Estado brasileiro. Não era mais necessário ao cidadão buscar ao Estado para conhecer o trabalho da Comissão de Anistia.⁵⁷⁹

O Estado chega até o cidadão e à sua comunidade para exercer seu poder de justiça e seu dever de perdão e com isto amplia consideravelmente o alcance e a função dessas sessões de julgamento.

São as palavras de José Eduardo Cardozo e Paulo Abrão que na apresentação da publicação “Caravanas da Anistia, o Brasil pede perdão” atestam:

⁵⁷⁶ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p.19.

⁵⁷⁷ COELHO, Maria José H; ROTTA, Vera. (Orgs.). *Livro dos votos da comissão de anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil*. Brasília & Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria. 2013. p. 18.

⁵⁷⁸ CARDOZO, José Eduardo. ABRÃO, Paulo Abrão. Caravana da Anistia: um legado para a democracia brasileira. In: COELHO, Maria José H.; ROTTA, Vera. (Orgs.). *Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão* organização. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012. p. 22.

⁵⁷⁹ *Idem*.

Ao longo destas cinquenta primeiras edições, as Caravanas ocuparam lugar de destaque nos principais jornais do país e ajudaram a popularizar no Brasil a ideia de “Justiça de Transição”. Foram capa dos principais jornais da grande imprensa nacional, manchete dos telejornais das grandes emissoras de televisão do país, fomentaram reportagens de natureza histórica em inúmeras revistas, programas de televisão e jornais locais, além de ocuparem enorme espaço nos portais de notícias da Internet e na blogosfera. Em mais de uma oportunidade, televisões locais e nacionais transmitiram ao vivo as sessões de julgamento itinerantes da Comissão de Anistia, assim como o fizeram inúmeros portais de Internet. Se a anistia ao Presidente João Goulart contou com um auditório lotado por mais de dois mil advogados, e com ilustre público, composto por ministros de Estado, senadores, governadores, ministros do Supremo Tribunal Federal e inúmeros juizes e promotores, a anistia a Paulo Freire ocorreu frente a uma plateia de três mil educadores, com expectadores de mais de cinquenta países acompanhando-a remotamente, pela Internet. Mesmo as Caravanas privadas de recursos tecnológicos, como aquela realizada em São Domingos do Araguaia, para oficializar o pedido oficial de desculpas do Estado aos camponeses, premidos entre a Guerrilha e a repressão, restaram devidamente assentadas nos registros públicos da sociedade e da imprensa, local e nacional.⁵⁸⁰

Em 26 de março de 2015 a Comissão de Anistia realizou sua 89ª Caravana, tendo como palco uma escola estadual de Belo Horizonte. Um lugar perfeito para, nas palavras de Paulo Abrão - presidente da Comissão de Anistia desde 2007 - *Conhecer o passado para construir o futuro*. As Caravanas da Anistia já ocorreram em mais de 20 estados brasileiros⁵⁸¹, apresentando, em geral, uma programação paralela, promovendo debates, exposições e outras atividades sobre o tema. As Caravanas são a garantia de que a sociedade pode conhecer a fundo histórias de luta, de dor e de resistência do povo brasileiro.⁵⁸²

Outras ações da Comissão da Anistia em prol da preservação da memória e verdade, dentro da linha de educação e divulgação são as publicações periódicas, como as 62 edições do Boletim Informativo da Comissão de Anistia (abril de 2007 até agosto de 2011), para divulgar as ações realizadas pela Comissão de Anistia por todo o território nacional; os relatórios anuais (2007 e 2010) e as Revistas da Anistia e da Justiça de Transição, publicada desde 2009 e que está atualmente em sua nona edição e configura-se como a primeira publicação em língua portuguesa a tratar exclusivamente do tema das transições políticas, apresentando pesquisas, relatórios, documentos e artigos de especialistas e estudiosos sobre o tema.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 23.

⁵⁸¹ COMISSÃO DA anistia julga processos da ditadura em Marabá. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/04/comissao-da-anistia-julga-processos-da-ditadura-em-maraba-pa.html>>. 21 mar. 2014. Acesso em: 23 set. 2015.

⁵⁸² CARDOZO, J. E. ABRÃO, P. A. Op.Cit. p. 22.

Sob o título "Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil" a Comissão de Anistia lançou em 2010 edital público para selecionar iniciativas culturais da sociedade civil que tenham como meta a ampliação do acesso ao direito à memória e à verdade. À base de convênios e parcerias estabelecidas com entidades da sociedade civil, reforçou sua vocação para incentivar a ampliação das práticas de acesso à memória e à verdade no Brasil. O Projeto apresenta quatro campos de atuação:

- a) Audiências Públicas: eventos onde é realizada a escuta pública dos depoimentos de perseguidos políticos. Exemplos destas audiências tem sido as sessões temáticas ocorridas desde 2008 sobre as diferentes categorias profissionais de trabalhadores e sindicalistas demitidos arbitrariamente na ditadura.
- b) História oral: entrevistas (gravadas, filmadas e transcritas) com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral.
- c) Chamadas Públicas de fomento às iniciativas da Sociedade Civil: seleção de projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os produtos desta iniciativa são livros, documentários, materiais didáticos e informativos, exposições artísticas, peças teatrais, palestras e musicais.
- d) Publicações: patrocínio a livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil e demais publicações sobre anistia política e Justiça de Transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

Sob o incentivo do Projeto Marcas da Memória, foram realizados inúmeros produtos culturais. Os livros "Caravanas da Anistia - O Brasil pede perdão", "Livro dos Votos da Comissão de Anistia: Verdade e Reparação aos Perseguidos Políticos", "Paulo Freire – anistiado político brasileiro", "68 a geração que queria mudar o mundo", são alguns dos títulos publicados. Na produção de vídeos, documentários e áudio visuais há: "Repare Bem", documentário sobre os filhos dos perseguidos políticos; "Em me Lembro" sobre as Caravanas da Anistia; "Militares da Democracia", sobre a trajetória dos homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que sofreram por reagir ao golpe dentro dos quartéis; "Duas Histórias", sobre a trajetória de dois militantes políticos brasileiros; "Uma dor suspensa no Tempo - lugares da memória na América Latina", sobre os espaços de memória no cone Sul, formam parte do acervo patrocinados pelo projeto que ainda conta com exposições como "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça", "Sala Escura da Tortura"; peças teatrais como "Filha da Anistia" e musicais, como "Resistir é Preciso" e "Tempo de Resistência" sobre a luta pela anistia e democracia, além de oficinas de debates e criação de Centros Culturais de Direitos Humanos.

Na linha de memória e reparação, a iniciativa inédita fica por conta das "Clínicas do Testemunho", o primeiro esforço do Estado brasileiro para reparar e reintegrar à nossa história – tanto às histórias individuais, das vítimas, quanto à memória coletiva, da sociedade – as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar (1964-1985).⁵⁸³ As Clínicas do Testemunho são atendimentos psicológicos às pessoas que sofreram graves danos causados pelo próprio Estado, por meio de suas forças repressivas, na busca da verdade dos fatos, da garantia da memória, da punição dos agentes criminosos do Estado e da reforma das instituições perpetradoras de violações.⁵⁸⁴

Outro destaque é o projeto “Trilhas da Anistia – Marcas de Caravanas e Recontes de Histórias”, que apresenta a instalação de dez monumentos em diversas cidades do país, interferindo na paisagem pública e deixando marcada na memória urbana a história da resistência à ditadura no Brasil. Na mesma linha de projeto, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a partir de 2006, desenvolveu 40 Memoriais “Pessoas Imprescindíveis”, instalados em municípios de várias regiões brasileiras; o mesmo projeto também patrocinou a mostra fotográfica itinerante “A Ditadura no Brasil 1964 – 1985” que percorreu mais de 60 cidades no Brasil e exterior, atingindo um público superior a 3 milhões de pessoas.

Resultado da parceria do Ministério da Justiça, Universidade de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte, o Memorial da Anistia está sendo construído em Belo Horizonte, MG. Tem como foco as ações de resistência ao regime militar e vai abrigar mais de 70 mil documentos relativos ao processo que culminou na anistia a presos políticos do período da ditadura, acervo reunido ao longo de dez anos, na maioria oriundo de arquivos pessoais de anistiados e seus familiares, que fazem parte da documentação da Comissão de Anistia, o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985)⁵⁸⁵.

⁵⁸³ SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO. *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 15.

⁵⁸⁴ *Idem*.

⁵⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL cede arquivos para Memorial da Anistia de BH. 1. abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2014-04/camara-municipal-cede-arquivos-para-memorial-da-anistia-de-bh>>. Acesso em: 14 set. 2015.

Já o Memorial da Resistência, em São Paulo, iniciativa do Governo do Estado de SP, funciona desde 2005 e é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano, de 1889 à atualidade. Depois de adaptado para receber o acervo, funciona no edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP⁵⁸⁶, e é membro do Institucional da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, uma rede mundial que agrega instituições constituídas em lugares históricos dedicados à preservação das memórias de eventos passados de luta pela justiça e à reflexão do seu legado na atualidade.⁵⁸⁷

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, é um centro de documentos oficial (Arquivo Nacional, da Casa Civil da Presidência da República) cujo objetivo é reunir um vasto acervo documental sobre o último período ditatorial no Brasil - 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Também tem como objetivo ser espaço de convergência, difusão de documentos e produção de estudos e pesquisas sobre a ditadura no Brasil.

Paulo Freire nos ensina: “Precisamos aprender história para poder fazê-la e depois, por ela, sermos feitos.” Só podemos garantir que uma época de terror, de interesses antidemocráticos e de arbitrariedades não volte a se instalar, com o conhecimento da história, com a vigilância constante e a prática efetiva de princípios de liberdade.

Esta é, com certeza, a forma de garantir um futuro melhor e mais justo.

4.5 As políticas reparatórias do Estado brasileiro

O Brasil optou por um modelo de justiça transicional com o enfoque na reparação como aspecto preponderante, tendo assim como seu eixo estruturante,

⁵⁸⁶ MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Sobre o Memorial da Resistência*. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁵⁸⁷ *Idem*.

para tratar o legado autoritário, as violências e as atrocidades praticadas pelo governo militar, afastando-se das punições de seus atores pelo processo penal.⁵⁸⁸

Javier Ciurlizza, questionado sobre a importância da reparação nos processos de Justiça de Transição, afirmou:

O direito à reparação é amplamente reconhecido no direito internacional como critério básico de restituição de direitos e de restauração da confiança cívica das vítimas nas instituições democráticas e no próprio Estado. A reparação, além de ser um direito individual de cada vítima, é condição necessária para a restauração da justiça e para a cura das feridas deixadas pela violação aos direitos humanos⁵⁸⁹.

Rafael Longhi, a justificar a importância da reparação, esclarece:

[...] é a busca pela recomposição do dano, o que no sentido amplo adotado pela Corte IDH não se resume à mera reparação econômica. O conceito de reparação é trazido no caso Velásquez Rodríguez: “A reparação do dano ocasionado pela infração de uma obrigação internacional consiste na plena restituição (*restitutio in integrum*), o que inclui o restabelecimento da situação anterior e a reparação das consequências que a infração produziu e o pagamento de uma indenização como compensação pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais incluindo o dano moral.⁵⁹⁰

O processo político vivido pelo Brasil após uma intensa luta operária, ao final dos anos 1978 e início dos anos 1980, acabou por determinar que o Estado adotasse os parâmetros de indenização previstos no Art. 8º da ADCT e depois regulados pela Lei 10.559/2002. Ressalta Longhi:

A reparação dos danos deve ocorrer tanto quanto possível *in natura*, ou seja, deve-se recompor o bem jurídico violado, outorgando-se, assim, a possibilidade de que inverdades construídas sejam desveladas, ou de que carreiras profissionais tolhidas sejam retomadas, enfim, de que as arbitrariedades perpetradas venham ao conhecimento público (...) Mesmo antes da Lei no 9.140/95, o constituinte assumia, com a redação dada ao art. 8º .do ADCT, o compromisso de reparar os danos causados a pessoas atingidas por atos de exceção ou mesmo vítimas de perseguição política. Esse preceito normativo beneficiava apenas servidores públicos, civis e militares, e trabalhadores da iniciativa privada, ao permitir o retorno ao serviço

⁵⁸⁸ “Como a Lei de Anistia brasileira (Lei nº 6.683/79) tem tido uma interpretação que dificulta a responsabilização criminal dos agressores, por isso, não há precedentes de julgamento penal dos agentes do Estado autores de torturas, homicídios, seqüestros, desaparecimentos forçados e outros graves crimes tipificados como crimes contra a humanidade. A responsabilização penal pelos atos cometidos é considerada essencial para atenuar o sentimento de injustiça e pode contribuir para cicatrizar as feridas e para consolidar a democracia e a cultura de respeito aos direitos humanos. Embora a punição continue sendo um elemento-chave no arcabouço conceitual da Justiça de Transição, em países marcados pela impunidade e pelo silêncio, como o Brasil, é necessário pensar em outras formas de lidar com o legado de violações de direitos humanos” (SOARES, Inês Virgínia Prado. *Justiça de Transição*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 ago. 2015).

⁵⁸⁹ CIURLIZZA, J. Op.Cit. p. 23-30.

⁵⁹⁰ Ver Corte IDH: caso Velásquez Rodríguez contra Honduras (1988), reparaciones y costas, série C, no 7, § 26. LONGHI, Rafael. A proteção das vítimas no caso brasileiro: da reparação civil e outras medidas (Leis Nº 9.140/1995 e Nº 10.559/2002). *Revista da Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça. n. 7, jan./jun. 2012. p. 108-135.

ou ao conceder uma reparação em função de ilícitos perpetrados pelo Estado durante o regime militar.⁵⁹¹

Javier Ciurlizza esclarece que a longo prazo, como sinalizam os processos internacionais de Justiça de Transição, para poder garantir uma democracia estável e um processo de continuidade de governabilidade, há que se reconhecer ‘as responsabilidades do passado’, sob pena de não se alcançar uma ‘estabilidade democrática’⁵⁹².

4.5.1 O Artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988

Foi em 2001, por meio de uma Medida Provisória, a de nº 2.151, que regulamenta o artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias de Constituição de 1988, que começou a ser efetivada a maior e mais abrangente anistia concedida no Brasil. A MP 2.151 é constituída de 5 capítulos (Do regime do anistiado político; Da declaração da condição de anistiado político; Da reparação econômica de caráter indenizatório; Das competências administrativas e Das disposições gerais e finais) e 22 artigos, onde não apenas concede a anistia aos atingidos pelas forças repressivas desde 18 de setembro 1946 até 5 de outubro de 1988 (a data da promulgação da CF/1988), como também garante a reparação indenizatória aos mesmos.

Em sua redação original estabelece:

Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

Assegura os benefícios: de promoções no caso de inatividade, do cargo, do emprego, do posto ou da graduação a que teriam direito se estivessem em serviço

⁵⁹¹ *Idem.*

⁵⁹² CIURLIZZA, J. Op.Cit. p. 23-30.

ativo, e qualifica como beneficiários trabalhadores e servidores civis do setor público e do setor privado, dirigentes e representantes sindicais, cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, vereadores que exerceram o cargo sem remuneração, empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, e as pessoas que tiveram seus direitos cassados ou suspensos. Os beneficiários poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave.⁵⁹³

O Estado, ao reconhecer as arbitrariedades, os abusos, as discriminações, as violências cometidas durante o período ditatorial brasileiro, e ao reparar social e economicamente milhares de pessoas e suas famílias, abre um precedente inédito que representa um significativo avanço no campo legal.

Conforme Edésio Passos:

[...] A indenização às famílias dos desaparecidos políticos, por lei federal de 1996, e as indenizações aos presos políticos por leis estaduais a partir de 1998 (RS/SC/PR/SP), integram um amplo quadro de necessário resgate [...] O movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita foi ponto fundamental das reivindicações dos trabalhadores e de suas entidades representativas e, neste sentido, a lei de 1979 abrange os empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical (art.7º). As limitações da lei foram corrigidas parcialmente pela emenda constitucional 26, de 27.11.85, e mais profundamente pela Constituição Federal de 1988 que, no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concedeu anistia para período mais abrangente (de 18.09.1946, data da CF/46, até 5.10.1988, data da CF/88), aos servidores civis e militares, aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos (parag.2º, art.8º).⁵⁹⁴

Com esta decisão, o Estado chama para si a responsabilidade da reparação legal, social e econômica dos indivíduos, na condição de anistiados políticos e estabelece as regras na execução da mesma. É ainda Passos quem explica:

A reparação econômica será por prestação única ou mensal, igual à remuneração que o anistiado político receberia se houvesse permanecido em

⁵⁹³ Art. 8º do ADCT, da CF, 1988.

⁵⁹⁴ PASSOS, Edésio. Anistia, MP 2.151 e a reparação econômica indenizatória. *DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, jul. 2001. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6044:anistia-mp-2151-e-a-reparacao-economica-indenizatoria&catid=46&Itemid=207>. Acesso em: 15 out. 2015.

serviço ativo no cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito, asseguradas as promoções e as especificidades dos cargos públicos. Limita-se o valor total da reparação única em cem mil reais e a reparação por pagamento permanente e mensal no valor nunca inferior a um salário mínimo e no máximo estabelecido pelo artigo 37, XI, CF/88⁵⁹⁵.

Mas somente com a Lei 10.559/2002 foi regulamentada a matéria prevista no dispositivo constitucional, que acresceu novos direitos aos perseguidos políticos, inclusive criando medidas indenizatórias em Prestação Única ou Prestação Mensal Permanente e Continuada, para aqueles que tiveram os vínculos de trabalho rompido. A lei reconhece a competência do Ministro da Justiça para a declaração do benefício, a partir de seu órgão de assessoramento que é a Comissão de Anistia; estabelece os direitos inerentes à condição de beneficiado pela anistia política; descreve as situações caracterizadoras da perseguição por natureza exclusivamente política, bem como indica os critérios para fixação das reparações econômicas⁵⁹⁶.

4.5.2 A Lei 9140/75 e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos CEMDP

A luta dos familiares dos mortos e desaparecidos desde os anos de 1990 foi o motivo que levou ao acesso aos arquivos estaduais relativos à repressão política do regime de exceção no Brasil dos anos de 1964 a 1985, mas só em 1995 é que este empenho teve um resultado consolidado, com a aprovação da Lei 9.140, que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de opositores ao regime de 1964 pelo Ministério da Justiça e Poder Legislativo Federal.

Emilio Peluso Neder Meyer discorre a respeito:

Na década de 1990, a aprovação da Lei 9.140/1995 permitiu a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos, na época subordinada ao Ministério da Justiça e atualmente ligada à Presidência da República. Ela identificou e reconheceu a história e as circunstâncias de morte e desaparecimento de diversas vítimas,

⁵⁹⁵ *Idem.*

⁵⁹⁶ CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Portal da Transparência publica dados dos beneficiados pela Lei da Anistia*. 23 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/01/portal-da-transparencia-publica-dados-dos-beneficiados-pela-lei-da-anistia>>. Acesso em 20 out. 2015.

produzindo, ao final, o importante documento “Direito à memória e à verdade”, disponível para todos os cidadãos na internet.⁵⁹⁷

Com o lançamento do livro em 2007, já se vivia doze anos sem ditadura no Brasil. Doze anos de processo democrático pois, pela própria natureza do princípio, a democracia, ao contrário de outros regimes, não é estabelecida por ato ou mandato. O fim de um regime totalitário não significa a implementação imediata da democracia. A pior herança que a ditadura tentou deixar foi o esquecimento, tentar varrer da história a memória da resistência contra o autoritarismo. O primeiro movimento oficial do governo brasileiro para tratar das questões relacionadas às vítimas da ditadura, como proceder o reconhecimento e reparação de pessoas mortas ou desaparecidas e promover a localização, a identificação e a devolução dos seus restos mortais aos familiares, foi a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – instituída pela Lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995 com o objetivo de:

[...] promover a busca de informações e a construção de instrumentos que permitam a elucidação de violações contra os direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), proceder ao reconhecimento e reparação de pessoas mortas ou desaparecidas e promover a localização, a identificação e a devolução dos seus restos mortais aos familiares.⁵⁹⁸

Além da responsabilidade de deferir pedidos de indenização das famílias e julgar outros casos apresentados para exame, a CEMDP foi responsável por desenvolver ações de busca, localização e identificação de restos mortais de mortos e desaparecidos políticos, contando com o apoio técnico do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal - INC/DPF, que atua desenvolvendo pesquisas de identificação humana, e do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense - GAAF, primeiro a ser criado no Brasil sobre o tema, que realiza as pesquisas antropológicas e arqueológicas em restos mortais e sítios de memória.⁵⁹⁹

A luta dos familiares dos mortos e desaparecidos continua, pois ainda são inúmeros os casos de desaparecidos e que requerem identificação e localização. Não tem como repor as perdas das vidas ceifadas tão precocemente do convívio dos seus,

⁵⁹⁷MEYER, Emilio Peluso Neder. O debate atual sobre a Lei de Anistia no Brasil. *Coletiva*, n. 12, set./dez 2013. Disponível em:

<http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=181&Itemid=76&idrev=15>. Acesso em 25 ago. 2015.

⁵⁹⁸CEMDP – COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Sobre a comissão*. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2015. p. 17.

⁵⁹⁹*Idem*.

que por um ideal de justiça e liberdade ousaram desafiar um regime cruel e atroz. Mas o Estado tem a obrigação legal e moral de devolver a essas famílias o corpo de seus entes queridos e com isso um pouco da paz e da dignidade destes que usaram a própria vida como escudo para defender seus ideais.

4.6 A Comissão de Anistia e o Resgate da Dignidade dos Trabalhadores e suas Organizações Sindicais

A atitude empresarial atuando em parceria com o regime militar não violou apenas direitos sindicais, mas direitos humanos, atentou contra a dignidade coletiva dos trabalhadores, impôs a força para fragilizar e oprimir um legítimo direito de resistência operária.

A resistência operária, por meio de greves contra o regime ditatorial que se instalou no país, acontece no ano de 1968, nas cidades de Contagem e Osasco, sendo duramente reprimida. Os trabalhadores somente uma década depois conseguiram fazer novas paralisações, que ocorreram com o surgimento do 'novo sindicalismo', com um governo militar que já demonstrava desgaste frente a sociedade, porém disposto a impedir e reprimir com violência as greves, por meio de prisões e processos de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, submetendo os trabalhadores à justiça militar.

As empresas faziam uso das leis antigreve, para se beneficiarem e os Tribunais Trabalhistas julgavam as greves ilegais. Um cenário de completo abuso e violação aos direitos dos trabalhadores.

Era uma combinação de leis de exceção e repressão, para tentar controlar as lutas operárias, punindo os dirigentes, militantes e operários com demissões, processos crimes e exclusão da representação, para esvaziar, desempoderar, criminalizar e invisibilizar as entidades sindicais.

Assim, não foi um acaso a decisão do Estado Brasileiro de conceber uma legislação para reparar as violações, com ênfase nos direitos trabalhistas e previdenciários, em face das práticas de violação dos direitos humanos perpetradas contra os trabalhadores.

A Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi o início do processo de reparação, garantindo o retorno dos servidores públicos ao serviço ativo e a volta dos exilados, mas sem reparação de ordem econômica.

A Constituição Federal de 1988, seguindo a lógica anterior, amplia a política de reparações, abrangendo os trabalhadores do setor privado e inclusive os demitidos em razão de greves, conforme disposto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Lei 10.559. Diferente dos países vizinhos da América do Sul, que passaram por períodos ditatoriais, a legislação brasileira privilegiou o viés laboral, preocupando-se com a perda do emprego e formas de reparar os prejuízos dela decorrente. Como indicado em artigo de Paulo Abrão e Marcelo Torelly:

[...] pode parecer inicialmente estranho, porém justifica-se pelas características históricas do próprio regime brasileiro que promoveu, antes de 1979, um amplo processo de afastamento dos empregos públicos e privados dos que foram caracterizados como 'subversivos', especialmente entre 1979 e 1985, quando o regime passou a perseguir também o crescente movimento sindical que unira-se aos movimentos sociais pela anistia e democratização.⁶⁰⁰

A regulamentação da matéria prevista no dispositivo constitucional veio com a aprovação da Lei 10.559/2002, de 13 de novembro de 2002, que prevê a reparação aos atingidos pelos atos de perseguição da Ditadura: presos, demitidos, exilados e perseguidos. A mesma lei instituiu a Comissão de Anistia, órgão do Ministério da Justiça do Brasil responsável por julgar administrativamente os pedidos de reparação; ampliou os direitos dos anistiados e estabeleceu uma política indenizatória para os mesmos. Sobre esta questão, Edésio Passos comenta:

O ministro da Justiça formará Comissão especial para recebimento dos pedidos de anistia e reparação econômica. Os processos já existentes serão encaminhados à Comissão para exame da procedência dos mesmos. Será possibilitado aos que se encontrem em litígio judicial a celebração de transação sobre benefícios pleiteados ou indenização. No caso de falecimento do anistiado político, o direito a reparação econômica transfere-se aos seus dependentes.⁶⁰¹

O objetivo da Comissão de Anistia é analisar os pedidos de indenização encaminhados pelas pessoas impedidas de exercer suas atividades laborais por perseguição política no período referente a 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988:

⁶⁰⁰ ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo. O programa de reparações com eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011.

⁶⁰¹PASSOS, E. Op.Cit.

Porém, foi somente na presidência de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 que se criou a primeira comissão oficial para analisar os relatos e acusações de mortos e desaparecidos durante o período militar em terras brasileiras, tendo sido aprovadas indenizações para ex-presos políticos e familiares com a aprovação da Lei de Reparação para os Mortos e Desaparecidos, n. 9.140/95, que oficializou a morte de pessoas “desaparecidas” por motivos políticos, além de ter sido prevista a indenização a seus parentes.⁶⁰²

O ineditismo desta ação significou que o anistiado passa a gozar de um regime jurídico com direito à declaração de sua condição (de anistiado político) e à reparação econômica de caráter indenizatório, a partir da contagem de tempo de afastamento das atividades profissionais e funcionais. No caso de estudantes, é garantido o direito de retorno e conclusão do curso que fora impedido de concluir.

Desta forma, preocupou-se o Estado em restaurar os prejuízos que sofreram os militantes e trabalhadores punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas, em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos. A política de privilegiar a reparação pela via econômica, diferentemente dos outros países na América do Sul, no entender de Paulo Abrão e Marcelo Torelly foi porque:

[...] a reparação foi o único direito transicional que as vítimas lograram garantir juridicamente por meio de pressões sociais durante o processo constituinte (ainda sob o espectro da ameaça de retorno ditatorial). É assim que, posteriormente, ela acabou sendo naturalmente o eixo que concentrou boa parte dos esforços advindos destes mesmos movimentos nos primeiros anos de democracia.⁶⁰³

O programa de reparação brasileiro é um dos maiores do mundo, em se tratando de valores econômicos, pois tem como premissa a reparação financeira direta em detrimento de outras formas reparatórias.

A Comissão da Anistia tem vínculo direto ao Gabinete do Ministro da Justiça e é composta por conselheiros nomeados e um presidente. Os números da Comissão são significativos e demonstram a dimensão do trabalho que está sendo realizado. Em março de 2014 o número de solicitações era surpreendente:

Criada [...] com intenção de reparar as vítimas da ditadura, a Comissão de Anistia aprovou 40.300 pedidos com indenizações que chegam a R\$ 3,4 bilhões. Entre 2001 e 2013, 63% dos requerimentos receberam o aval da comissão e 37% foram rejeitados. Os maiores valores foram aprovados nos primeiros anos de funcionamento da comissão. Entre 2002 e 2006, as indenizações retroativas chegaram a R\$ 2,4 bilhões, o equivalente a 70% do

⁶⁰² PAMPLONA, Isabela Blanco. Comissão de anistia brasileira: fundamentos teóricos, breve histórico e análise preliminar. *Revista Verdade, Justiça, Memória*, 2015. Disponível em: <<http://www.revistavjm.com.br/artigos/comissao-de-anistia-brasileira-fundamentos-teoricos-breve-historico-e-analise-preliminar/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

⁶⁰³ ABRÃO, P.; TORELLY, M. Op.Cit. p. 489.

total desse tipo de reparação aprovada pela comissão desde sua instalação. Por categoria, os militares são os recordistas em requerer condição de anistiado político: até agora, já são 11.836 solicitações. Os trabalhadores e integrantes de movimentos sindicais aparecem na sequência, com 8.694 pedidos.⁶⁰⁴

Cabe à Comissão de Anistia analisar os pedidos de anistia e reparação econômica, julgá-los, determinar seu valor no caso de concessão de reparação e encaminhar para aprovação do Ministro da Justiça. O pagamento de tais processos fica por conta dos ministérios do Planejamento - no caso dos civis - e da Defesa - no caso dos militares.

Os tramites do processo frente à Comissão de Anistia são relativamente simples. O requerente deve ingressar com uma solicitação, pleiteando a sua "declaração de anistiado político", indicando os fatos e solicitando a reparação que entenda fazer jus, à Comissão de Anistia⁶⁰⁵ (órgão de assessoria direta do Ministro da Justiça) que vai apreciar em sessão de julgamento (administrativa) adotando uma decisão (parecer deliberativo) que será submetido ao Ministro da Justiça e, caso seja aprovado, será efetivado por meio de uma portaria ministerial, que irá declarar a condição de "anistiado político" e a reparação a que fizer jus o anistiado.

Quanto a reparação econômica, ela poderá ser na modalidade de "prestação única" (em inexistindo vínculo de emprego) em valor máximo de cem mil reais, adotando como critério, 30 salários mínimos, por ano de perseguição; ou "*prestação mensal permanente e continuada*" (quando demonstrado a perda de vínculo empregatício decorrente da perseguição política) correspondente à remuneração que o anistiado receberia, se na ativa estivesse; asseguradas as promoções e as especificidades dos cargos públicos, valor este, nunca inferior a um salário mínimo e no máximo estabelecido pelo artigo 37, XI, CF/88.

⁶⁰⁴ ÈBOLI, Evandro. O custo da reparação: indenizações aprovadas na Comissão de Anistia chegam a R\$ 3,4 bilhões. *Jornal O Globo*. 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/o-custo-da-reparacao-indenizacoes-aprovadas-na-comissao-de-anistia-chegam-r-34-bilhoes-12037526>>. Acesso em: 24 set. 2015.

⁶⁰⁵Organizacionalmente a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça é constituída por um Gabinete da Presidência que acomoda seu presidente e vices (em número de dois), o Núcleo Administrativo formado pela Chefia de Gabinete, Secretaria Executiva e assessoria da Presidência, o Núcleo Jurídico, Secretaria de Apoio e Núcleo de projetos (educativo e memorial) e por seis setoriais - Atendimento, Protocolo e Diligência, Análise, Julgamento, Contadoria e finalização, Arquivo e Memória. Os Conselheiros são cidadãos brasileiros que voluntariamente exercem esta função e são responsáveis pela apreciação e análise dos processos.

4.6.1 A interpretação do direito de greve segundo a Comissão de Anistia

Foram inúmeros os segmentos perseguidos e punidos, dos mais diferentes setores e categorias, em razão das greves. Essas mobilizações ocuparam um papel fundamental na luta contra o regime militar, se colocando como um espaço de resistência, em face da exploração econômica e por políticas de arrocho salarial implementadas pelo governo.

As greves foram interpretadas pelo regime militar como desobediência, uma violação aos princípios da “*Revolução*” de março de 1964. As organizações sindicais que faziam greves e seus dirigentes eram considerados “*subversivos*”, sendo monitorados pelo Serviço Nacional de Informações e perseguidos.

As greves eram tratadas com violência e os que dela participavam considerados ‘inimigos’. Neste sentido foram aprovadas leis antigreve, que a partir do ressurgimento do ‘novo sindicalismo’, foram ampliadas com a aprovação do Decreto-Lei 1632/1978, que confere poderes ao presidente da república de definir quais “indústrias privadas” seriam consideradas de ‘segurança nacional’ e assim dar aos Tribunais Trabalhistas motivos para julgá-las ‘ilegais’ e submeter os implicados na Lei de Segurança Nacional.

Para reparar essas violações do passado, o Estado reconhece a Comissão de Anistia/MJ, como a estância para a análise, apreciação e julgamento dos requerimentos, a respeito das perseguições políticas ocorridas em todo território nacional. A lei de anistia nº 10.559/2002 reconhece direitos aos requerentes, entre eles a declaração de anistiado político, a reparação econômica em prestação única (quando não comprovado o vínculo de emprego) e a prestação mensal, permanente e continuada (quando comprovada a perda de vínculo existente), a contagem do tempo de serviço, entre outros direitos.

A Comissão de Anistia passou por mudanças substanciais a partir do segundo mandato do Presidente Lula, quando assume como Ministro da Justiça Tarso Genro. Registra Moreira da Silva Filho⁶⁰⁶ que estas mudanças alteram a “*concepção da anistia como política de esquecimento*” ao determinar a necessidade da

⁶⁰⁶ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de Memória e a Construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SOUSA, Boaventura Santos; ABRÃO, Paulo; MACDOWELL, Cecília Santos; TORELLY, Marcelo D. *Repressão*

[...] verificação e comprovação da perseguição política sofrida, a lei de anistia acaba suscitando a apresentação de documentos e narrativas que trazem de volta do esquecimento os fatos que haviam sido desprezados pela anistia de 1979. Passa a ser condição para a anistia a comprovação e detalhamento das violências sofridas pelos perseguidos políticos.⁶⁰⁷

Assim se estabelece um procedimento de resgate das histórias, de recuperação da memória, como ressalta Silva Filho:

Os autos dos processos contêm uma narrativa muito diferente daquela que está registrada nos arquivos oficiais. Os processos da Comissão de Anistia fornecem a versão daqueles que foram perseguidos políticos pela ditadura militar, contrastando com a visão, normalmente pejorativa que sobre eles recai a partir dos documentos produzidos pelos órgãos de informação do período⁶⁰⁸.

Outra mudança significativa ocorrida na Comissão foi a interpretação dos episódios referentes às "greves". Até 2007, antes do início da presidência ser exercida por Paulo Abrão, os processos relativos às greves eram apreciados por um prisma exclusivo do anistiando, de sua participação no evento como um indivíduo, e não como integrante e membro de um coletivo. A análise partia de uma visão individualizada.

Assim, a apreciação do requerimento do anistiando que tinha participado de uma greve ficava desconectado do processo de luta coletiva e do segmento que efetivamente estava inserido. Essa visão individualizada, dissociada da análise do ator coletivo - o "*sindicato*", e do conflito estabelecido, levava ao entendimento do reconhecimento como passível de anistia apenas para as lideranças, excluídos por consequência os demais atingidos, trabalhadores que lutaram e paralisaram as suas atividades e foram considerados "*subversivos*" pela ditadura e demitidos alguns meses depois, sem justa causa, ou até mesmo por justa causa (por alguma ficção criada pelo empregador), e acabavam por não ter reconhecido o seu direito à anistia.

Importante resgatar as considerações de Soraia Ansara, sobre a identidade coletiva, que:

[...] pode ser entendida como sentimento de solidariedade onde o indivíduo desenvolve laços interpessoais que levam a um sentimento de coesão social que faz com que o indivíduo se identifique com uma categoria social. Isso quer dizer que as pessoas adquirem sentimento de pertença ao grupo valorizando esses laços, criando confiança e credibilidade na capacidade do grupo, criando expectativas no que diz respeito às consequências em manter o quebrar a solidariedade grupal e ainda atribuindo valor a reação de outras pessoas dentro e fora do grupo além desse sentimento, existe identificação com interesses comuns, ou seja, os indivíduos compartilham os mesmos

e *Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro*: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 186- 227.

⁶⁰⁷ *Idem*.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 186- 227.

interesses e atribuem valor às metas grupais e a mudança social como benefício pessoal e coletivo instrumentalizando-se para atingir a mudança almejada dando origem às reivindicações coletivas.⁶⁰⁹

As narrativas coletivas das greves sindicais não encontravam espaço, no âmbito da Comissão de Anistia, para uma apreciação a partir da perspectiva “*da identidade coletiva*”, do agrupamento social ao qual estavam inseridos e pelo qual teriam exercido seu legítimo direito de resistência. A Comissão de Anistia recepcionava os processos e os julgava individualmente, não realizando uma conexão entre os mesmos e os processos decorrentes das lutas que os implicaram; em detrimento, conseqüentemente, do reconhecimento da anistia do requerente, apesar de a lei reconhecer o direito à reparação, a partir da ruptura do vínculo de trabalho decorrente das greves.

Conforme exposto por Abrão e Torelly, havia uma necessidade de fazer uma nova leitura, a partir da perspectiva da memória e conseqüentemente afastando as que conflitavam com este conceito. Assim fundamentaram:

A leitura equivocada do processo transicional e seus limites – seja à causa do equívoco do ‘mal-entendido semântico’ daqueles que se fixam a percepção estanque dos conceitos em detrimento da realidade ou que ignoram aspectos históricos e/ou jurídicos, seja à causa da má-fé daqueles que querem desconstruir o processo da anistia – precisou ser afastada para permitir a virada hermenêutica tomada pela Comissão de Anistia para ressignificar o processo transicional brasileiro nas tarefas que lhe cabem, afinal, a fusão de leituras equivocadas, acadêmicas e políticas, vinham servindo para criticar de modo genérico o processo de reparação no Brasil – tanto quanto promovido pela CEMP, quanto pela Comissão de Anistia – provocando, intencionalmente ou não, um enfraquecimento da capacidade de mobilização de recursos políticos para a sustentação da continuidade do próprio processo transicional⁶¹⁰.

Para tanto a Comissão de Anistia, em 2007, entendeu por bem realizar “*Audiências Públicas*” para ouvir segmentos sociais como as associações de perseguidos e anistiandos e as entidades sindicais, para que assim pudessem expressar e expor as razões referentes aos processos políticos envolvendo coletivos de trabalhadores, que foram perseguidos pelas greves ocorridas durante o processo ditatorial. Conforme Abrão, Carlet, Frantz, Model Ferreira, Fernandes de Oliveira e Tannus Grama:

⁶⁰⁹ ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá. 2009. p. 49-50.

⁶¹⁰ ABRÃO, Paulo; TORELLY. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 26-59.

Iniciaram-se em 2007 com a realização das denominadas sessões temáticas onde foram organizadas 15 audiências direcionadas aos grupos de trabalhadores demitidos no setor público e privado em razão de movimentos grevistas visando o reconhecimento público das motivações políticas das demissões e a preservação da memória destes fatos históricos para o país. Foram ouvidos os seguintes grupos de trabalhadores nas audiências temáticas: Arsenal de Marinha, Petroquímicos do Pólo de Camaçari/BA, Metalúrgicos da região do ABC, CSN, COSIPA, Belgo Mineira, Açominas, Usiminas, Bancários de São Paulo, General Motors, Metalúrgicos de Osasco, Correios, Embraer, Aeronautas e Aeroviários, Cabos da Força Aérea Brasileira, Funcionários do Banco do Brasil, Funcionários da Petrobrás, Trabalhadores do Mar, Polícia Rodoviária Federal da Bahia, Fábrica Nacional de Motores, Trabalhadores do Vale do Paraíba e Graduados das Forças Armadas.⁶¹¹

Nas “audiências públicas” ocorrem as escutas dos vários segmentos como sindicatos, centrais sindicais, associações de anistiandos, que descrevem seus processos de luta, oportunidade em que são apresentadas as “provas” mais diversas - livros, memoriais, vídeos e documentos, como subsídios para o julgamento dos processos. Após essas audiências são organizadas as temáticas, que são grupos de trabalho interno de conselheiros e assessores da CA, para elaborar parecer abordando perspectivas históricas, políticas e jurídicas em relação aos fatos dos casos apresentados e, finalmente, são realizadas as sessões temáticas públicas, reunindo os processos individuais para análise em grupo resgatando seu caráter coletivo. Essas sessões ocorrem prioritariamente nas Caravanas da Anistia, no contexto de onde os fatos aconteceram.

A Comissão de Anistia, ao decidir constituir grupos de trabalho para apreciar as “temáticas”⁶¹², com a participação de técnicos e Conselheiros, se respaldou em normas e princípios de direito coletivo do trabalho concebidos pela Organização Internacional do Trabalho e dispostos em instrumentos internacionais referentes a direitos humanos.

⁶¹¹ ABRÃO, Paulo; CARLET, Flávia; FRANTZ, Daniela; FERREIRA, Kelen Meregali Model; OLIVEIRA, Vanda Davi Fernandes de; GRAMA, Tatiana Tannus. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade do Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 60-87.

⁶¹² As temáticas, se constituíram em grupos de trabalho internos, composto de conselheiros e assessores, que aprofundavam o conhecimento sobre determinada greve, ou episódio relevante, que exigisse elaborar um estudo que conduzisse a uma solução. Foram formados grupos de trabalho, para todas as principais greves, submetidas a julgamento no âmbito da Comissão de Anistia, assim como da “Guerrilha do Araguaia”, e outros, posteriormente debatidos coletivamente, entre os Conselheiros, em reunião Plenária Administrativa.

As ações que foram implementadas pelo regime militar violaram normas internacionais do trabalho⁶¹³, exigindo que as decisões da Comissão de Anistia se pautassem pela análise dos instrumentos internacionais em direitos humanos e do trabalho, acrescido das normas específicas previstas na Lei 10.559/2002 e no art. 8º, parágrafo 5º da ADCT, para uma efetiva apreciação dos casos envolvendo os coletivos de trabalhadores e suas greves.

O que nos remete a apreciar e discorrer sobre estas normas internacionais, para compreender com que suporte jurídico foram enfrentadas as matérias postas à análise na Comissão de Anistia.

A Convenção 98 da OIT, como exposto pelo vice-presidente do conselho de administração da OIT, William Brett:

A Convenção número 98 estabelece os princípios fundamentais do direito de sindicalização e de negociação coletiva: garante a proteção que os trabalhadores e de suas organizações precisam contra atos de discriminação anti-sindical e de ingerência, seja ela por parte das autoridades públicas ou dos empregadores; estabelece ainda as obrigações dos Estados Membros sobre o respeito e promoção da liberdade sindical e da negociação coletiva.⁶¹⁴

O direito à negociação é considerado um direito fundamental⁶¹⁵, essencial para a realização da liberdade sindical, e os membros da OIT estão obrigados a promovê-lo, respeitá-lo e a fazer com que se efetive, tornando-o realidade.

Para garantir o respeito à liberdade sindical, há necessariamente que cumprir as normas de proteção prevista nas Convenções (87 e 98) e suas Recomendações, para inviabilizar as práticas anti-sindicais⁶¹⁶. O que ocorreu durante a ditadura foi exatamente o contrário: a violação sistemática destas normas contra as entidades laborais e seus trabalhadores:

Conforme Ermida Uriarte: “O sistema de proteção da atividade sindical, em seu conjunto, não é outra coisa, definitivamente, senão a ‘redução’ ou ‘concreção’ da

⁶¹³ Ver: MELLO, Prudente J. S. *Termo de Referência sobre Negociação Coletiva*. Florianópolis: Observatório Social, 2004; MELLO, Prudente J. S. *Termo de Referência sobre Liberdade Sindical*. Florianópolis: Observatório Social, 2004.

⁶¹⁴ BRETT, William. *Prefácio*, In: OIT. *La negociación colectiva: un principio fundamental, un derecho, un convenio*. OIT. Ginebra, 1999, p. 1.

⁶¹⁵ Conforme Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais do trabalho e seu seguimento.

⁶¹⁶ MENEZES, Cláudio Armando Couce de. Proteção contra Condutas Anti-Sindicais, Atos anti-sindicais, controle contra discriminação e procedimentos anti-sindicais. *Rev. TST*, Brasília, v. 71, n. 2, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3757/002_menezes.pdf?sequence=7>. Acesso em: 15 set. 2015.

noção abstrata de liberdade sindical ao meio concreto e real em que deve ser exercida”⁶¹⁷.

A Convenção 98 da OIT tem como centralidade proteger os direitos sindicais, tendo como preocupação a proteção dos trabalhadores em relação ao exercício do direito de sindicalização; a proteção das organizações de trabalhadores e empregadores contra atos de ingerência de umas nas outras, na sua constituição, funcionamento e administração; e a utilização da negociação coletiva voluntária, como meio de regular as relações de trabalho e condições de emprego, mediante instrumentos coletivos. A C.98 foi ratificada pelo Brasil em 18 de novembro de 1952⁶¹⁸.

Salienta Bernard Gernigon que, na mesma linha concebida pela Convenção 87, a Convenção 98 tem a finalidade de:

[...] reconhecer e proteger de uma vez o direito individual do trabalhador, através da proteção frente aos atos de discriminação contra os sindicatos e os direitos coletivos das organizações de empregadores e de trabalhadores, com a proteção contra as ingerências e fomento da organização coletiva⁶¹⁹.

O artigo 1º aborda a “proteção frente aos atos de discriminação contra os sindicatos”, indicando que os trabalhadores devem gozar de proteção garantindo a existência da “*liberdade sindical*”. Para tanto, é fundamental que se resguarde a *relação de emprego*, não permitindo que os postos de trabalho sejam ameaçados, por meio da utilização de mecanismos que sujeitem as contratações ou demissões, em razão da filiação ou não em sindicato ou a “participação em atividades sindicais”, em especial as greves, assim como, deve ser resguardada a relação de “emprego dos sindicalistas e representantes” das entidades obreiras, preservando os seus mandatos, protagonistas que são na defesa dos interesses dos trabalhadores e da autonomia sindical.

Segundo Ermida Uriarte⁶²⁰, para evitar os atos ou práticas anti-sindicais⁶²¹, devem ser adotadas medidas que possam impedir, reparar ou sancionar atos que

⁶¹⁷ URIARTE, Oscar Ermida. *A proteção contra os atos anti-sindicais*. São Paulo: LTr. 1989. p. 21.

⁶¹⁸ Entrou em vigor no Brasil, após ter sido aprovada pelo Decreto Legislativo nº 49/1952 e promulgada pelo Decreto nº 33/196/1953. SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. São Paulo: LTr, 1994. p. 204.

⁶¹⁹ GERNIGON, Bernard. El convenio núm. 98 de la OIT: un instrumento que sigue siendo de actualidad cincuenta años después de su adopción. *Educación Obrera: La Negociación Coletiva: un principio fundamental, un derecho, un convenio*, n. 114/115. OIT: Ginebra.1999. p. 19-23.

⁶²⁰ ERMIDA URIARTE, Oscar. *A proteção contra atos anti-sindicais*. São Paulo: LTr, 1989, p.17.

⁶²¹ Oscar Ermida Uriarte, “[...]indica ser fundamental assegurar as prerrogativas e garantias complementares da atividade sindical elencadas na Recomendação 143, como elemento essencial para alcança-la”. (ERMIDA URIARTE, Oscar. *A proteção contra atos anti-sindicais*. São Paulo: LTr, 1989, p.40.)

tragam prejuízos indevidos ao trabalhador e suas organizações no que concerne a atividade sindical ou que decorre desta, bem como as que venham a negar sem justificativa as prerrogativas fundamentais e as condições para o desenvolvimento da ação sindical.

A Convenção 98 orienta que os Estados adotem medidas que promovam a negociação voluntária⁶²², permitindo que as partes, através da autocomposição dos conflitos, sem a intervenção de agentes externos, possam chegar a solução das controvérsias.

A OIT aprovou as Convenções 87 e 98 com o entendimento de que "o reconhecimento do princípio de liberdade sindical constitui um meio de melhorar as condições de trabalho e de promover a paz"⁶²³ e de que "a liberdade de expressão e de associação é condição essencial para a continuidade do progresso"⁶²⁴.

Mas para que estas condições se efetivem há que se reconhecer o *direito de greve*, aspecto de fundamental importância na solução dos conflitos coletivos.

O "direito de greve" é reconhecido na Convenção 87, não de forma textual, mas através da interpretação dada pelo Comitê de Liberdade Sindical da OIT, como um dos instrumentos essenciais de que dispõem os trabalhadores e suas organizações para promover e defender seus interesses econômicos e sociais e não podem sofrer limitações, salvo se deixarem de ser pacíficas, e que as modalidades do direito de greve, podem ser "[...] greve de braços cruzados, as greves de zelo, o trabalho em ritmo lento ou a ocupação da empresa ou do local de trabalho"⁶²⁵.

Há juristas que entendem que o "único limite verdadeiramente plausível ao exercício do direito de greve é o da manutenção dos serviços essenciais"⁶²⁶.

⁶²² A *negociação coletiva* é reconhecida como uma das mais importantes formas de resolução dos conflitos na sociedade moderna, tendo destaque em relação à solução dos que decorrem dos conflitos coletivos, especialmente os de natureza trabalhista, que permitem e potencializam a regulação das relações de trabalho e condições de emprego, mediante acordos normativos, através do processo de negociação voluntária. (MELLO, Prudente J. S. *Termo de Referência Negociação Coletiva*. Florianópolis: Observatório Social, 2004.)

⁶²³ OIT. *Convenção 87 da OIT*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-direito-de-sindicaliza%C3%A7%C3%A3>>. Acesso em: 20 set. 2015.

⁶²⁴ *Idem*.

⁶²⁵ ODERO, Alberto, GERNIGNON, Bernard, GUIDO, Horácio, URIARTE, Oscar Ermida *A greve: o direito e a flexibilidade*. Brasília: Oficina Internacional do Trabalho. Secretaria Internacional do Trabalho, 2002. p. 108.

⁶²⁶ *Ibidem*. p. 109

Conforme o Comitê de Liberdade Sindical da OIT, o direito de greve está inserto no artigo 3º da Convenção 87, ao dispor que "as organizações de trabalhadores têm o direito de organizar suas atividades e de formular seu programa de ação".⁶²⁷

O Comitê ao apreciar matérias referentes ao direito de greve, assim deliberou:

O Comitê tem sempre considerado que o direito de greve é um dos direitos fundamentais dos trabalhadores e suas organizações, mas só na medida em que constitui meio de defesa de seus interesses econômicos. (Ver Recopilación de 1985, Parágrafo 364).⁶²⁸

O Comitê tem sempre reconhecido o direito de greve como um direito legítimo a que podem recorrer os trabalhadores e suas organizações na defesa de seus interesses econômicos e sociais. (Ver Recopilación de 1985, Parágrafo 362) ".⁶²⁹

O direito de greve dos trabalhadores e de suas organizações constitui um dos meios essenciais de que dispõem para promover e defender seus interesses profissionais. (Ver Recopilación de 1985, Parágrafo 363).⁶³⁰

Não parece que o fato de se reservar exclusivamente às organizações sindicais o direito de declarar greve seja incompatível com as normas estabelecidas na Convenção nº 87. Mas é preciso que os trabalhadores, e particularmente seus dirigentes nas empresas, sejam protegidos contra eventuais atos de discriminação em consequência de uma greve realizada, e que possam constituir sindicatos sem serem vítimas de práticas anti-sindicais. (Ver Recopilación de 1985, Parágrafo 361).⁶³¹

A OIT aprovou que, em relação às *Convenções Fundamentais*⁶³², os Estados, independentemente de serem ou não signatários, estão obrigados em relação aos seus princípios, pela simples razão de pertencerem à Organização. Assim, todos os membros devem respeitar e promover estes princípios compreendidos como essenciais, entre eles a "liberdade sindical e a negociação coletiva".

Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, assegura "os direitos civis e políticos, e os direitos econômicos", conforme adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido ratificada e assinada pelo Brasil, em 10/12/1948.

⁶²⁷ GRAVEL, Eric, DUPLESSIS, Isabelle, GERNIGON, Bernard. *El Comité de Libertad Sindical: impacto desde su creación*. Ginebra: OIT, 2001, pp. 44-45.

⁶²⁸ Verbete 473. A LIBERDADE Sindical. Recompilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Genebra: OIT, 1997. p. 110.

⁶²⁹ Verbete 474, *Idem*.

⁶³⁰ Verbete 475, *Idem*.

⁶³¹ Verbete 477, *Idem*.

⁶³²Resguardam os direitos entendidos como fundamentais que são objetos das Convenções Internacionais da OIT: a liberdade sindical (C. 87, C. 135, C. 141, C. 151) e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva (C. 98 e 154); a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório (C. 29 e C. 105); a abolição do trabalho infantil (C. 138); e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (C. 100, C. 111 e C. 156).

A Declaração dos Direitos Humanos, entre os seus artigos, reconhece o direito de organização dos trabalhadores e a negociação coletiva, ratificando assim o que já havia sido previsto no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, não restando quaisquer dúvidas sobre esses direitos comporem o rol dos direitos humanos. Estabelece a Declaração:

Artigo XX – 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. 2. Ninguém poderá ser obrigado a fazer parte de uma associação. Artigo XXIII – 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim com sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Essas questões foram importantes para superar outro aspecto, de não menos importância, que permeava os debates e marcaram as decisões que antecederam ao ano de 2007. A da necessidade de provar que a ‘greve’ deveria demonstrar a sua “natureza política”. Assim, a polêmica girava em torno da definição do ‘caráter político’ da paralisação⁶³³. Exigindo a demonstração que a mesma tivesse um ‘motivo político’, para o reconhecimento e direito a reparação. Desprezando o fato de que toda greve traz em si um componente político, independentemente até do conteúdo das suas reivindicações.

Mas as “temáticas” foram consolidando um entendimento que pode ser sintetizado nos aspectos a seguir indicados⁶³⁴ e que foram extraídos de decisões proferidas em processos que envolveram ‘greves’ no âmbito da Comissão de Anistia e levados a julgamento nas ‘sessões temáticas’.

A fundamentação tem como ponto de partida a aplicação do art. 8º, parágrafo 5º do ADCT, regulamentado pela Lei 10.559/2002. O artigo 8º do Ato das Disposições

⁶³³ Florestan Fernandes, ao abordar a questão das greves que ocorreram no início dos anos de 1980 no Brasil, ensina: “As greves que começaram a pipocar este ano tiveram, os um duplo caráter. Por seus objetivos imediatos ‘eram econômicas’. Por seus alvos mais profundos e de longa duração, ‘eram políticas’. A burguesia compreendeu com lucidez o que ocorria e aventurou-se sem timidez ao braço de ferro, arrojando a pressão dentro da empresa e a compressão através dos governos Federal estaduais, com os seus organismos de ‘negociação’ e ‘repressão’. Por sua vez os assalariados não se amedrontaram. Eles aceitaram o braço de ferro”. (FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade. 1989. p. 41).

⁶³⁴ Os fundamentos jurídicos foram extraídos do voto, referente aos anistiandos/ex-metalúrgicos do “Arsenal da Marinha”, tendo como relator do voto condutor, o Conselheiro Prudente José Silveira Mello. A sessão da Comissão de Anistia foi realizada durante a 38ª Caravana da Anistia, na sede da OAB/RJ, no dia 29 de maio de 2010. Nesta sessão foram anistiados 190 ex metalúrgicos, demitidos por motivo de Greve. A decisão foi em grau de recurso, apreciado pelo ‘Pleno da Comissão’, contando com a presença de 16 dos 23 conselheiros, que aprovaram o voto por decisão unânime.

Constitucionais Transitórias é a norma norteadora sobre a questão da Anistia Política no Brasil. A partir dela é que se constituem os direitos à anistia. O caput do artigo 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988, assim dispõe:

Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

Estabelece o art. 8º, parágrafo 5º do ADCT, que a anistia a ser concedida aos trabalhadores demitidos por participação em movimentos grevistas:

§5º - A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

A Comissão de Anistia tem por entendimento que o referido parágrafo ampara o instituto da anistia política a todos aqueles que foram demitidos do serviço público por participação em movimento grevista ou por motivação exclusivamente política. Inclusive os grevistas atingidos pelo Decreto-Lei nº 1.632/1978, que proibia a greve em atividades consideradas de 'segurança nacional'.

Para tanto, utiliza inclusive da aplicação e interpretação análoga das normas do direito laboral ao instituto da anistia política, em especial, em se tratando de greves decorrentes de relações de trabalho e da vedação legal, imposta em período autoritário, por meio de leis de exceção.

Como forma de adequar-se ao ordenamento internacional, foram recepcionadas as normas internacionais do trabalho, relativas ao direito de greve.

O disposto no artigo 8º do ADCT e na Lei 10.559/2002, reconheceu o direito a anistia a todos os servidores e empregados que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas, em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1632/1978.

Pois a nova Constituição foi elaborada, com a finalidade de pacificar, resgatar a democracia e superar o regime ditatorial que perdurou por 21 anos. Nesse sentido entende ser cabível a anistia aos demitidos por greves, não estando desabrigados, mas incluídos no art. 8º, parágrafo 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como pela Lei 10.559/2002 e nas normas da Organização Internacional do Trabalho que regulam a liberdade sindical e a negociação coletiva.

Assim é que, interpretando-se a anistia política a partir dos princípios norteadores das normas laborais, que vieram a contribuir para o instituto da anistia política, pode-se afirmar que tanto o dispositivo constitucional do art. 8º do ADCT, como a Lei 10.559 de 2002, não pretenderam excluir trabalhadores e perseguidos políticos do regime militar, estando assim assegurada a possibilidade de reconhecê-los e declarar a condição de anistiado político e garantir a reparação econômica cabível.

Da leitura do mesmo ordenamento jurídico, conclui-se que o legislador constituinte, ao pensar no alcance da anistia política aos demitidos por participação em greve, pretendeu fazê-lo inclusive àqueles que atuavam em atividade de interesse de 'segurança nacional'.

O artigo 8º do ADCT, já citado, estabelece os parâmetros constitutivos da Anistia Política, estabelecendo no *caput* a regra geral e nos parágrafos as especificidades de cada situação.

O Direito à Anistia Política, consagrado no art. 8º do ADCT e especificado nos parágrafos que o compõem, tem como objetivo estabelecer e salvaguardar o equilíbrio social.

O Art. 8º do ADCT prevê que a anistia é concedida por motivação exclusivamente política em todos os casos de demissão arbitrária, afastamento, ou aqueles que foram atingidos por atos de exceção, por motivação política, ou uma segunda hipótese, todos os trabalhadores e servidores que realizaram movimentos paredistas e foram demitidos em razão desses movimentos.

Ao regulamentar o disposto no artigo 8º do ADCT, o legislador fixou os parâmetros da Lei 10.559; baseado em pressupostos mais genéricos que a anistia ali concedida, chegando mesmo a extrapolar o texto constitucional, reforçando o entendimento de tratar-se, na verdade, de uma nova anistia, mais abrangente do que a concedida pelo Legislador Constituinte, tanto no que diz respeito aos seus pressupostos quanto aos seus efeitos.

Estabelece o inciso XV do art. 2º da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, que:

Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

XV- na condição de servidores públicos civis ou empregados em todos os níveis de governo ou de suas fundações, empresas públicas ou de economia mista ou sob controle estatal, punidos ou demitidos por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão de trabalhadores.

Por consequência, trouxe então o legislador um novo entendimento ao instituto da anistia política, afastando em definitivo qualquer tipo de exceção à sua concessão, em todos os níveis de governo, àqueles punidos ou demitidos por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão dos trabalhadores.

Acresça-se ao fato, reiterado quando dos julgamentos, que os conselheiros podem fazer interpretações que estejam além do sentido jurídico, literal ou gramatical da Constituição. A Comissão de Anistia está investida de competência, permitindo interpretar de maneira histórica e política as anistias, em razão de ser um ato de características políticas e, ressalte-se, segundo os documentos e registros nos arquivos sigilosos do Serviço Nacional de Informações (SNI), os órgãos de repressão deliberadamente, reconheciam as greves como políticas, sendo que as demissões decorriam desta interpretação política, que recai sobre eles.

A Comissão de Anistia, ao promover mudanças, superando o procedimento de análise individualizada dos processos referentes aos implicados nas greves, e ao adotar uma sistemática de ouvir os segmentos organizados (associações de anistiandos e sindicatos), por meio de '*audiências públicas*', garantiu uma dimensão coletiva, deu voz às organizações.

Outra mudança fundamental foi a de recepcionar as normas internacionais relativas ao direito do trabalho, para em conjunto com a legislação específica de anistia, fundamentar os processos relativos às greves, não a partir da perspectiva individual, mas na sua dimensão coletiva, como ocorreu. Ao permitir esta interpretação e encaminhamento, reincluiu 'o sindicato', garantindo a sua 'visibilização', inserindo no contexto aquele que foi o protagonista da ação, por meio da participação daqueles que o constroem e que encabeçaram as lutas de resistência. Afinal, um 'sindicato' é representante de um coletivo de trabalhadores.

Assim, ao proceder estas mudanças, a voz individual passou a ser coletiva, pela soma das vozes e narrativas. Os atores sindicais de outrora ressurgem, por meio

das histórias, narrativas e memórias dos anistiandos e acabam por ganhar visibilidade e se empoderar.

A Comissão de Anistia, ao alterar procedimentos na condução dos processos, aspecto que não era vedado em lei, assegurou a construção de uma anistia coletiva.

4.6.2 A Reparação Adquirindo um Caráter Coletivo a Partir do Julgamento dos Processos de Greves em Sessões Temáticas e nas Caravanas da Anistia

A Comissão de Anistia, além de ouvir os sindicatos e demais segmentos, adotou as “*Caravanas da Anistia*” como um dos meios de construção de política de memória, assim descrito por Abrão, Carlet, Frantz, Model Ferreira, Fernandes de Oliveira e Tannus Grama:

As Caravanas da Anistia consistem na realização de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais. Dentre seus objetivos, as Caravanas visam descentralizar as sessões regulares da Comissão de Anistia ocorridas ordinariamente na capital federal. Como o próprio nome caravanas sugere, realizam-se de forma itinerante, percorrendo as localidades do Brasil onde ocorreram perseguições políticas e garantindo uma ampla participação da sociedade civil aos atos reparatórios oficiais. Desta forma, têm permitido uma reapropriação do sentido histórico do conceito de anistia e, neste aspecto, reconecta-se à memória do período das amplas mobilizações da sociedade na pré-redemocratização. Até abril de 2010 foram realizadas 36 Caravanas nas cinco regiões do país, percorrendo um total de 17 estados brasileiros²⁶. Como resultado destas atividades, foram apreciados publicamente mais de 800 requerimentos de anistia política e alcançado um público presencial imediato estimado em mais de dez mil pessoas.⁶³⁵

As ‘*Caravanas da Anistia*’ permitem o resgate da memória, ao promoverem os atos de reparação dos anistiandos no mesmo local, ou comunidade, em que se desenrolaram os fatos que os incriminaram e os expuseram à luz da sociedade, como “*criminosos*” ou “*subversivos*”, em uma época em que não se podia questionar, discutir ou reivindicar direitos. Marco Antonio Rodrigues Barbosa ressalta:

⁶³⁵ABRÃO, Paulo; CARLET, Flavia; FRANTZ, Daniela; FERREIRA, Kelen Meregali Model; OLIVEIRA, Vanda Davi Fernandes de; GRAMA, Tatiana Tannus. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade do Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro*: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 60-87.

A reconstituição da memória fundada, na verdade, é essencial: é o meio pelo qual se pode readquirir o sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela fornece o elo de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si⁶³⁶.

Ao dar voz ao anistiando, que foi vítima e outrora impedido de narrar ou se defender, por meio das Caravanas da Anistia (em sessões públicas, convocadas pelo Estado brasileiro) dando-lhe o direito de recordar e narrar a sua história e interagir com as dos seus demais companheiros, faz com que os ouvintes se tornem testemunhas das injustiças sofridas, superando assim o véu da ignorância dos fatos.

Ensina Carmen Lúcia Vidal Pérez:

Rememorar é um ato político. Nos fragmentos da memória encontramos atravessamentos históricos e culturais, fios e franjas que compõem o tecido social, o que nos permite resignificar o trabalho com a memória como uma prática de resistência. [...] São nas ausências, vazios e silêncios, produzidos pelas múltiplas formas de dominação, que se produzem as múltiplas formas de resistência [...] que fundadas no inconformismo e na indignação perante o que existe, expressam as lutas dos diferentes agentes (pessoas e grupos) pela superação e transformação de suas condições de existência.⁶³⁷

Os autores já citados Abrão, Carlet, Frantz, Model Ferreira, Fernandes de Oliveira e Tannus Grama, acrescentam:

O testemunho compartilhado pelo perseguido político num espaço coletivo como o das Caravanas propicia a reconstituição da história, o enfrentamento do passado e uma intensa valorização dos ideais e vivências. Aqueles que as escutam são sensibilizados a compreendê-las sob o prisma dos atores sociais que, embora pretensamente invisibilizados pela “política da amnésia”, foram protagonistas da história. Por meio do compartilhamento destas experiências, um duplo movimento é desencadeado: por um lado, possibilita-se transformar a dor em conhecimento e, por outro, permite-se o fim adequado daquela, necessário à superação de uma tragédia: a elaboração do luto em vez do silenciamento.

A decisão da Comissão de Anistia de apreciar os *processos individuais* (daqueles que participaram das greves), em ‘sessões públicas temáticas’, por meio das ‘Caravanas da Anistia’, permitiu um *enfoque coletivo*, estabeleceu uma nova dimensão, uma leitura que se diferenciou do que estava sendo realizado até 2007. Construiu uma política de memória, alcançando o ser coletivo, o sindicato, que após

⁶³⁶ BARBOSA, Marco Antonio Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade. *Revista Direitos Humanos*. Edição Comemorativa 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 01 dez. 2008. p. 25-33.

⁶³⁷ PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, p. 5 Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=O+lugar+da+mem%C3%B3ria+e+a+mem%C3%B3ria+do+lugar+na+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores%3A+a+reinven%C3%A7%C3%A3o+da+escola+como+uma+comunidade+investigativa>>. Acesso em: 16 set. 2015.

os julgamentos sai empoderado e visibilizado. Resgata o protagonismo social e político, em razão das narrativas e histórias, e permite que a comunidade onde os fatos aconteceram tome conhecimento, superando os processos de amnésia decorrentes de uma transição continuada “lenta e gradual”, que levou muitas vezes ao esquecimento da resistência empreendida.

Os processos passaram a ser vistos sob outro olhar, o do anistiando inserido dentro de um coletivo, participante de um sindicato, de uma categoria de trabalhadores, com objetivos em comum e não como indivíduo analisado por um ato praticado individualmente⁶³⁸. O anistiando foi reinserido dentro do “grupo social” ou “sindical” do qual pertencia e, assim, colocado como os demais anistiandos que participaram dos mesmos “*atos de resistência*”, que dividiram as mesmas histórias de luta.

Os julgamentos analisados e apreciados, partindo dos mesmos pressupostos legais e históricos e dos mesmos fundamentos, tendo como referente o ordenamento jurídico nacional e internacional, inclusive respeitando as normas internacionais da OIT (nos casos das greves).

Ensina Maria José Fariñas:

[...] la memoria obligada que representa el deber de todo ser humano de recordar los horrores y las injusticias cometidas contra un colectivo de personas y de recordársela también a los otros, a los jóvenes, a los que no tienen memoria de la misma. Con lo cual, la memoria obligada es no solamente un derecho individual sino un derecho colectivo (...) puesto que el derecho a la memoria no es solo el derecho de las víctimas sino también el de las generaciones futuras, no es un derecho individual exclusivamente que cada uno tiene para construirse así mismo, integrar-se a la sociedad sino que es un derecho colectivo, un derecho de sociedades democráticas porque a través de ese derecho a la memoria se permite construir mecanismos de integración para todos.⁶³⁹

Essa alteração de rumos proporcionou o fortalecimento dos coletivos sindicais e uma perspectiva de reparação coletiva a partir da memória. O sindicato passa a ser parte deste processo, é incluído no contexto; as histórias dos anistiandos interagem com as lutas do ‘sindicato’, rememoram os episódios de resistência que se colocaram

⁶³⁸ Soraia Ansara ensina: “A memória é um fenômeno que não pertence a nenhum indivíduo em particular, uma vez que evoca a experiência de outros que nos fazem olhar o evento de uma forma diferente. Isso significa que cada indivíduo constrói a sua memória sobre um mesmo fato coletivo, o que mostra que a memória se modifica de acordo com a identidade coletiva/identificações sociais e do contexto familiar, social, nacional em que elas se inserem”. (ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá. 2009. p. 72).

⁶³⁹ FARIÑAS, Maria José. El derecho a la memoria. *Revista Cuadernos de Paz*. Memorias de la Tercera Cumbre Nacional por la Paz. Cali, Colombia, v. 2, n. 4, Enero/ Marzo, 2015. p. 223-230.

contra o regime ditatorial. A reparação individual ganha contornos de reparação coletiva.

A Lei 10.559/2002, que viabiliza a reparação dos perseguidos políticos⁶⁴⁰, concebe dois momentos: o primeiro, aquele em que aprecia e concede “a *declaração de anistiado político*”, em razão da demonstração e reconhecimento de que o anistiado tenha sido alcançado por atos de exceção, decorrentes da perseguição por parte do Estado. Há na lei, 17 situações identificadas, de perseguição; em segundo, se faz a análise e o reconhecimento da “*reparação econômica*”.

Mas uma mudança interpretativa da lei, a partir de 2007, deu uma nova dimensão, superando a compreensão de que se resumia a uma vantagem econômica e dando continuidade à lógica do esquecimento. Para melhor compreender o ressignificado que adquiriu a ‘*declaração de anistiado político*’ e o ato de seu reconhecimento, decorrente das ações perpetradas pelo regime ditatorial, em nome do Estado brasileiro, é fundamental observar as colocações de Paulo Abrão e Marcelo Torelly, sobre a “*virada hermenêutica*” promovida dentro da Comissão de Anistia:

[...] a partir de 2007, a Comissão passou a formalmente “pedir desculpas oficiais” pelos erros cometidos pelo Estado consubstanciado no ato declaratório de anistia política. Corrigiu-se, dentro das balizas legais existentes, o desvirtuamento interpretativo que dava ao texto legal uma leitura economicista, uma vez que a anistia não pode – para fazer sentido como ato de um Estado fundado nos valores em que se funda o Estado brasileiro – ser vista como a imposição da amnésia ou como ato de esquecimento, ou de suposto e ilógico perdão do Estado a quem ele mesmo perseguiu e estigmatizou como subversivo ou criminoso.⁶⁴¹

Para entender o significado que o “*pedido de desculpas*” e a “*declaração de anistiado político*” passou a ter, depois da nova interpretação adotada pela Comissão de Anistia, se resgata alguns depoimentos, como o da 1ª Caravana da Anistia, na sede da ABI Associação Brasileira de Imprensa, em 4 de abril de 2008:

⁶⁴⁰ Corretamente Paulo Abrão e Marcelo Torelly, ressaltam: “A Constituição assevera: “É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares [...]”. A primeira conclusão é a de que a anistia e a reparação é concedida àqueles que foram perseguidos e não aos perseguidores. Caso houvesse compreensão adequada desta prescrição sequer haveria a discussão acerca da validade da pretensa auto-anistia de 1979 à luz da constituição *democrática* [...] Uma segunda conclusão reside do fato de que o art. 8º é genuíno ato de reconhecimento ao direito de resistência³⁴ e dos erros cometidos pelo Estado contra seus concidadãos.” (ABRÃO, Paulo, TORELLY. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro*: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 26-59).

⁶⁴¹ *Ibidem*, p. 26-59.

O mais importante da anistia é ouvir de um representante do Estado o pedido de perdão. A questão da remuneração, por maior que ela seja, jamais cobrirá o que aconteceu. Declaração de Sinval de Itacarambi Leão, diretor da Revista Imprensa.⁶⁴²

Ainda sobre o pedido de desculpas, a professora Maria Paula Araújo⁶⁴³ assim se manifesta:

As Caravanas da Anistia representam uma experiência política específica e original da Justiça de Transição brasileira [...] E, após o julgamento, quando deferido, o presidente da Comissão de Anistia pede perdão, em nome do Estado brasileiro, pelos danos cometidos ao requerente durante a ditadura militar. Todas as pessoas que entrevistamos para o projeto “Marcas da Memória: história oral da Anistia no Brasil” enfatizam a importância deste pedido de perdão oficial. Para todos eles o pedido de perdão do Estado é o elemento chave da reparação. O país tem vivido uma experiência original: uma reparação que, através da palavra, tem produzido um processo de reconciliação, na medida em que reinsere no espaço público, inúmeras pessoas que haviam sido dele excluídas. Como em outros países do mundo que se esforçam para superar contextos de violência política, as Caravanas da Anistia, no Brasil, colocam o testemunho e a palavra – estes elementos tão caros à vida humana – no centro de um processo de reparação individual e coletivo.⁶⁴⁴

O Professor James N. Green⁶⁴⁵, ao participar de uma sessão da Comissão de Anistia, relata a experiência de assistir o momento do pedido de desculpas, nos seguintes termos:

Ver Paulo Abrão pedir desculpas aos anistiados em nome do governo brasileiro pelas violações de direitos cometidas durante a ditadura foi um momento impactante, capaz de despertar lágrimas de emoção. Lembrar e reconhecer este passado recente contradiz a noção de que a cultura brasileira não valoriza a memória.⁶⁴⁶

O cineasta brasileiro Silvio Tendler, conhecido por seus documentários, relata sua impressão, ao participara de uma das sessões de julgamento:

As Caravanas da Anistia são muito emocionantes. Reencontrar guerreiros sensibilizados pelo gesto de humildade do Estado pedindo perdão aos que sofreram com a tortura, a prisão, ou o desterro. Nos dá a certeza de que caminhamos para um futuro melhor sem ódios ou perseguições. Este é um livro que deve circular principalmente entre aqueles que não tiveram conhecimento do que ocorreu no Brasil nos tempos da ditadura. Tortura nunca mais.⁶⁴⁷

⁶⁴² COELHO, Maria José; ROTA, Vera (Org.). *Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília. Ministério da Justiça. 2012. p. 29.

⁶⁴³ Professora do Instituto de História da UFRJ.

⁶⁴⁴ COELHO, M. J.; ROTA, V. Op.Cit. p. 91.

⁶⁴⁵ Historiador do Brown University - Estados Unidos

⁶⁴⁶ COELHO, M. J.; ROTA, V. Op.Cit. p. 107.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 31.

A sub-diretora do Museu da Memória de Rosário, Argentina, Viviana Nardoni, ao participar de sessão da Comissão de Anistia, relata a sua experiência e destaca a importância do papel do Estado ao pedir perdão:

As ações de reparação e justiça que leva adiante a Comissão da Anistia, através das Caravanas, com a presença das vítimas, são notáveis. Sempre é positivo que um Estado, através de seus funcionários de justiça, possa pedir perdão a um cidadão que foi privado dos seus direitos injustamente. É muito poderosa a ideia de devolver a dignidade de um cidadão anistiado-o por delitos dos quais foi falsamente imputado por um governo ditatorial, para que assim o próprio Estado democrático seja digno, algo que se expressa verbalmente ante cada vítima nos atos públicos. A via brasileira em direção à verdade e à justiça está percorrendo um caminho novo e positivo. Adiante, a América Latina os acompanha.”⁶⁴⁸

Entre as dezenas de ‘Caravanas da Anistia’ que aconteceram e em que foram organizadas ‘sessões públicas temáticas’, deve ser ressaltada pela grande repercussão, inclusive na imprensa, a que apreciou processos dos demitidos das greves organizadas pelo ‘*Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo*’, berço do ‘*novo sindicalismo*’ e do surgimento da liderança operária mais importante do país, Luiz Inácio Lula da Silva.

A 10ª Caravana da Anistia ocorreu no dia 23 de setembro de 2008, no plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, SP, com aproximadamente 200 presentes, e foram analisados 43 processos de operários perseguidos pela ditadura em razão de greves do final dos anos de 1970. Assim como em todas as ‘sessões públicas’, colhem-se depoimentos que ficaram gravados e inscritos na história, como descreve o DIAP, em relação a Jaime Vicente da Silva Ferreira:

O deferimento de seu pedido foi um dos mais festejados. Reconhecida liderança daqueles tempos, era operário da Volkswagen e sindicalista atuante. Jaiminho, como é chamado pelos antigos colegas de militância política e sindical, diz que ‘o pior efeito da ditadura é psicológico’. O ex-operário alterna períodos de equilíbrio emocional com os de depressão. Ele foi demitido por ser sindicalista e comunista e foi obrigado a deixar sua atuação política.

O ex-militante do PCdoB e inspetor de qualidade em ferramentaria conta que ficou marcado e o último emprego bom que conseguiu foi em 1983, na Detroit, em Diadema. ‘Perdi boas oportunidades. Só conseguia ir para empresas pequenas, que não queriam pagar o justo. Então, trabalhava pelo salário que me oferecessem’, recorda.

Vivendo na favela Santa Cruz, passou a ganhar a vida fazendo bicos. ‘Era percussionista e tocava forró nos bailes para tirar algum dinheiro e também comecei a trabalhar como pintor’, conta. Apesar das dificuldades que passou por participar da luta democrática, diz que não se arrepende. ‘Queríamos uma sociedade melhor, lutávamos pelo socialismo e valeu a pena porque

⁶⁴⁸Ibidem, p. 165.

conseguimos levar um dos nossos para a presidência da República. Lula provou que operário sabe governar⁶⁴⁹

Outro depoimento registrado durante a Caravana, conforme o DIAP, foi o do operário Narruden Paulo Valadares:

Narruden Paulo Valadares, de 69 anos, teve destino pior. Em um dos piquetes ocorridos na Volkswagen no final dos anos 1970, Valadares foi incumbido de impedir que houvesse fura-greves. 'De repente, começaram a estourar as bombas e teve aquela correria. Os policiais me pegaram, me bateram muito, principalmente na minha perna, que ficou bem ferida', lembra. O ex-operário foi levado para a delegacia e solto apenas depois que sua fiança foi paga. As feridas na perna direita não cicatrizavam definitivamente e aos poucos, foi piorando até que foi obrigado a amputá-la. "Agora, fico feliz de ver o Lula, que nos liderava naquelas greves, na Presidência de meu País", orgulha-se.⁶⁵⁰

Estes registros são extremamente importantes, pois dão a dimensão para avaliar a relevância dos processos submetidos em "sessões temáticas" nas Caravanas da Anistia que percorreram o país. Pois os processos antes de 2008 eram julgados sem esta articulação, dissociados do contexto do coletivo sindical do qual fazia parte o anistiando/grevista, o componente de memória coletiva se perdia, esvaía-se, virava esquecimento, amnésia, ou seja, anistia em seu sentido originário. Conforme Ansara:

[...] os grupos, ao reconstruírem o evento passado revelam os vínculos identificatórios forjando a ideia de um 'nós'. Esses vínculos com os autores da greve favoreceram a reconstrução da memória coletiva, o que nos permite reafirmar, concordando com Halbwachs, que é a partir dos grupos com os quais se tem 'pontos de contato' que se reconstrói a memória coletiva"⁶⁵¹

Mas não era esse o sentido pretendido pela Comissão de Anistia, que após 2007, queria construir e permitir a dimensão da memória coletiva aparecesse. Conforme Ansara:

Para que a nossa memória contribua com a dos outros na construção da memória coletiva, é necessário, não só o depoimento das pessoas, mas o envolvimento entre as pessoas e das pessoas com grupo. Só assim a memória poderá ser reconhecida e reconstruída. Caso contrário, se não nos recordamos de um evento, a culpa não é da memória de um ou de outro, mas sim porque as pessoas envolvidas não experimentaram um sentido comum ou porque já não experimentam mais, o que pode fazer com que a memória coletiva desapareça.⁶⁵²

Os julgamentos elaborados sob a perspectiva coletiva, em "sessões públicas temáticas", analisando os episódios de 'greves' que foram consideradas atentatórias

⁶⁴⁹ DIAP. *Metalúrgicos do ABC são anistiados em São Bernardo*. Disponível em: <http://www.simec.com.br/?area=ver_fique_ligado&id=1264>. Acesso em 16 set. 2015.

⁶⁵⁰ *Idem*.

⁶⁵¹ ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá. 2009. p. 73.

⁶⁵² *Ibidem*, p. 72.

aos interesses do regime militar, resgatam a ideia da identidade coletiva dos anistiados com seu sindicato.

Reconstrói a memória do grupo, recupera a importância dos processos de lutas vividos, durante as greves, no dizer de Ansara “proporcionando às pessoas [...] que nunca foram politicamente engajadas e não possuem vínculos com os grevistas, a construção da memória daqueles acontecimentos”⁶⁵³. Este processo promove o reconhecimento destes sujeitos, suas lutas e identidade coletiva, ‘empoderando’ os sindicatos, entes coletivos desta trajetória, permitindo maior ‘visibilidade’, tendo o sindicato como ‘lugar simbólico’, que ressalta a “influência do presente com toda a gama de novos significados que podem ser atribuídos ao passado”⁶⁵⁴, potencializando as lutas futuras, a partir do resgate das ações do passado.

4.6.3 As Políticas de Memória e Verdade pela Comissão de Anistia como Resgate da Dignidade dos Trabalhadores e seus Coletivos

A memória ocupa um espaço fundamental na vida humana. Recuperar a memória de uma comunidade, de um coletivo, de um sindicato, é dar-lhe significado, sentido à sua existência e daqueles que dele participam. Segundo Marco Antonio Rodrigues Barbosa:

A memória, por ser registro de fato ou acontecimento histórico e mesmo psicológico, individual e coletivo, exerce função primordial na evolução das relações humanas: é a base sobre a qual a sociedade pode afirmar, redefinir e transformar os seus valores e ações. Por isso, ao suscitar a memória, é imprescindível analisar a história e as características psicológicas que conformam o processo de constituição da identidade de um povo, a qual pressupõe, por sua vez, a imagem que se tem de si e da coletividade da qual se faz parte. Resgatar a memória consiste, portanto, em elucidar o que é inconsciente e irracional, passando-os à consciência para transcendê-los. Ainda que nefasta e resultado de atrocidades humanas⁶⁵⁵

Conforme Maria José Fariñas “o direito a memória serve para construir princípios de convivência democrática”⁶⁵⁶, e acrescenta:

⁶⁵³ *Ibidem*, p. 74-75

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 75.

⁶⁵⁵ BARBOSA, Marco Antonio Rodrigues. Memória, verdade e educação em direitos humanos. In: EDUCAÇÃO em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/11_cap_2_artigo_03.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

⁶⁵⁶ FARIÑAS, M. J. Op.Cit. p. 223-230

No se trata solo de recordar el pasado sino que es el futuro el que nos reclama memoria, son los problemas del presente y del futuro los que nos reclaman la memoria y los que nos reclaman el no olvidar y conocer entonces a profundidad lo que ha pasado.⁶⁵⁷

E como ensina Rodrigues Barbosa, não é que se pretenda alterar os fatos consumados, até mesmo porque seria impossível, mas a partir do lado negativo dos mesmos, permitir a possibilidade da interpretação e redefinição de valores. E indica como caminho, a necessidade de que se assuma a tarefa, tanto no âmbito individual quanto no coletivo:

[...] de resgatar a memória e de revelá-la, tal e como ela é, a fim de não se repetirem os mesmos erros anteriores. E isto cabe à sociedade como um todo, a cada um de seus membros, e, sobretudo, aos educadores em seus respectivos espaços de atuação. Essa é a contribuição essencial para a geração atual e o legado que se pode e se deve deixar às futuras gerações. É no contexto dessas afirmativas que se insere a importância de reavivar a memória histórica relativa à ditadura militar, que vigorou no Brasil durante 21 anos.⁶⁵⁸

Joaquín Herrera Flores ensina que precisamos construir condições que nos permitam ter acesso igualitariamente aos bens que nos garantam uma vida digna e para isso devemos lutar e construir espaços sociais, permitindo que os grupos e indivíduos desenvolvam uma consciência necessária, para assim garantir a democracia.

Espaços que, como diz Herrera Flores⁶⁵⁹, diferenciem as "relações que se dão entre liberdade e a igualdade, entre as desigualdades e as múltiplas formas de exploração social que impedem a aplicação do critério de riqueza humana"⁶⁶⁰. Nesse sentido, a democracia vista como "conjunção de participação no público e como processo vital a partir do que podemos outorgar conteúdos ao critério formal da riqueza humana"⁶⁶¹, onde se entrecruzam experiências, possibilitando a transformação por meio dos sindicatos, partidos, conselhos, organizações e

⁶⁵⁷ *Idem.*

⁶⁵⁸ BARBOSA, M. A. R. Op.Cit.

⁶⁵⁹ Joaquin Herrera Flores, sempre articulou muito bem as obras artísticas (livros, filmes, músicas, etc.) com os direitos humanos em seus textos, assim a guisa de homenagem, relembro *Chico Buarque* e a música "*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia. Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia. Como vai se explicar vendo o céu clarear, de repente, impunemente? Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente*". A música leva a reflexão, sobre o processo de recuperação da memória brasileira, pós Comissão Nacional da Verdade, e como os algozes, e todos que praticaram crimes de lesa humanidade e violências veem seus atos, seus crimes bárbaros, junto ao grupo social e ao seu entorno e a sociedade brasileira, pois afinal "*O céu clareou, e será difícil abafar o nosso coro, pois todos podemos cantar impunemente*".

⁶⁶⁰ HERRERA FLORES, Joaquin. *O nome do riso*. Florianópolis: CESUSC, 2007. p. 123.

⁶⁶¹ *Idem.*

segmentos, dispostos a mudanças, pois somente com a participação ativa, será possível garantir a democracia, que só se consolida e efetiva com mais democracia.

Foi com essa compreensão que o movimento sindical, assim como tantos outros setores, atuou na luta pela redemocratização e garantiu que a sociedade superasse a ditadura que se instalou no Brasil.

Mas se observar a atuação e participação do movimento sindical após a aprovação da Constituição Federal de 1988, irá se constatar uma perda de aderência às lutas que foram determinantes para as conquistas, sacramentadas na Constituição Federal.

Os anos que vão do “novo sindicalismo” ao da aprovação da Constituição constituem-se em marco na história do país, com ampla mobilização sindical e articulação para assegurar os direitos fundamentais aos trabalhadores, como a liberdade sindical, o direito de greve e o rol de direitos individuais que dignificam o direito do trabalho. Mas há que reconhecer que um dos déficits é a manutenção da estrutura sindical corporativa, herança da década de 1930.

Porém, com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, se implementou uma agenda “neoliberal”, com políticas de flexibilização de direitos e ações a partir do “Consenso de Washington”. O movimento sindical sofreu um duro golpe, com reflexos tanto do ponto de vista organizativo, como nos direitos resultantes dos acordos e convenções coletivas, demonstrando a dificuldade de reação das organizações sindicais. Com uma forte retração, onde a luta se concentrou para não perder as condições conquistadas, em uma posição de resistência, o que desgastou em muito os sindicatos.

Em contraposição à implementação destes processos, decorrentes da ideologia neoliberal, o movimento sindical teve grandes dificuldades na década de 1990, as representações sindicais e os dirigentes sindicais que sucederam aos do ‘novo sindicalismo’ não tinham a mesma experiência acumulada e os conhecimentos decorrentes dos processos de enfrentamento à ditadura militar. Não tinham memória dessas lutas. Esses novos dirigentes, em sua maioria, não haviam sido forjados no processo contra a ditadura, e sim eram jovens, filhos de um período democrático e de enfrentamento ao neoliberalismo, que efetiva uma globalização econômica mas nega uma globalização de direitos.

Nesse contexto excludente, autoritário em relação ao mundo do trabalho, mas garantidor sobre o ponto de vista de uma democracia formal, é que se situam os

sindicatos e dirigentes sindicais, buscando resultados para os seus representados, na luta por direitos a serem inseridos, dentro dos acordos coletivos e convenções coletivas. Uma ação sindical pautada por um pragmatismo, com o intuito de garantir direitos, mas sem a dimensão política de outrora, que enfrentou a ditadura para resgatar a democracia e que assim interagiu com uma pauta mais política. E ainda, convivendo com uma estrutura sindical que não soube superar o modelo de controle imposto pelo Estado na década de 1930. Esses são alguns dilemas do movimento sindical.

É certo que com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva os sindicatos avançaram, as condições de trabalho melhoraram em face da diminuição do desemprego, redução da inflação, aumento do salário mínimo e programas sociais para retirar da linha da miséria milhões de pessoas. Mas o foco do movimento sindical continuava voltado para as lutas específicas do mundo do trabalho. Faltava ao movimento sindical recuperar a sua memória, suas lutas históricas e avançar na democracia, como ensina Herrera Flores, a partir da consolidação e efetivação de mais democracia.

A anistia e a reparação aos anistiados estavam circunscritas a quatro paredes no Ministério da Justiça, aos anistiandos e algumas associações que os acompanhavam. Esta pauta não fazia parte da agenda do movimento sindical, e estava distante e desconhecida.

Deve se ressaltar que somente a partir de 2007, com as audiências públicas e as sessões temáticas, e posteriormente em 2008, com as Caravanas da Anistia, que o movimento sindical passou a se inserir, de diferentes formas, como parceiros, para ajudar a organizar as Caravanas (quase 90 realizadas), nas audiências públicas, para apresentar as razões, memoriais, relatar as histórias e subsidiar com documentos. Em quase todas as Caravanas se fizeram presentes entidades sindicais locais e os representantes das maiores Centrais Sindicais do país.

O movimento sindical foi incorporando e participando de uma agenda política que ressurgiu e no qual se identificou, se viu retratado, e que resgatava as suas memórias e histórias, por meio das decisões da Comissão de Anistia. Os dirigentes sindicais, mesmo não tendo muito claro os eixos da Justiça de Transição, a incorporaram, a partir da dimensão da “Reparação”, mas passaram a conviver, discutir e aprofundar as questões de “memória, verdade e justiça”.

As reivindicações de natureza laboral, pela perseguição política, “que ceifaram empregos, violaram direitos sindicais, cassaram dirigentes de trabalhadores”,

ganharam uma dimensão política nova para as organizações sindicais, que se integraram neste processo conduzido inicialmente pela Comissão de Anistia. Essas ações em que se incluíram, passaram a ser permanentes, pois os sindicatos e as Centrais Sindicais deram continuidade, juntamente com outros atores, nos locais onde ocorreram Caravanas, e estimularam a sua realização, por todo o país. As lutas reverberaram, permitindo ampliar a capilaridade de atuação dos atores sindicais.

Desta forma, oportunizou-se ao movimento obreiro, nas audiências públicas, ter voz e fazer as narrativas que foram impedidas ao longo dos processos políticos do regime que se instalou em 1964. Durante essas audiências públicas os anistiados, seus representantes, os dirigentes sindicais e aqueles que participaram das lutas e das greves, contaram como resistiram e foram perseguidos, em razão de lutarem por uma vida digna.

O que se percebeu é que os dirigentes sindicais e as representações ficavam muito à vontade, porque a participação não os “intimidava”. Os dirigentes sindicais sentiram-se à vontade talvez pelo fato de que as audiências públicas tivessem uma semelhança com as próprias reuniões sindicais, ou grandes assembleias, desfazendo barreiras, formalidades, que inibissem as suas narrativas, ou limitassem as falas, potencializando a participação dos sindicatos e dos dirigentes, permitindo que essa identificação agregasse valor à anistia construída, permitindo uma reconstrução da memória, antes mesmo do próprio reconhecimento da anistia que se consumaria com os julgamentos.

Assim, se num primeiro momento a participação possa ter sido tímida, ou de desconfiança, afinal era o Estado brasileiro abrindo “as portas do Ministério da Justiça” para ouvi-los, na Comissão de Anistia, após as audiências públicas e mais precisamente depois das primeiras “Caravanas da Anistia”, que iniciaram em 2008, a participação do movimento sindical se intensifica, contando com grande participação.

A cada “sessão temática” em que se abordava uma greve, se resgatava a vida de dezenas, centenas ou milhares de trabalhadores. A vida de uma cidade era recontada, como a de Volta Redonda, em que funciona a Companhia Siderúrgica Nacional, ou em São Bernardo, berço do “novo sindicalismo”. Os dirigentes excluídos, os trabalhadores demitidos, eram resgatados, lembrados, e a memória estabelecida. O pedido de desculpas por parte do Estado e o reconhecimento das lutas a partir do “legítimo direito de resistência” não foram em vão, pois permitiram a superação da ditadura, rumo à uma democracia.

A Comissão de Anistia proporcionou o resgate da memória da vida desses trabalhadores perseguidos e de suas entidades sindicais. E ao assim proceder, os sindicatos envolvidos e o movimento sindical como um todo superaram a amnésia ao qual foram submetidos, fruto de uma ‘transição continuada’, e a invisibilização daqueles que enfrentaram o regime. O processo garantiu o empoderamento e visibilização dos entes sindicais dos trabalhadores.

O movimento sindical entendeu a importância do processo do qual passou a participar, e contribuiu de forma significativa para o resgate da memória dos trabalhadores na Comissão Nacional da Verdade. As dez Centrais Sindicais do país participaram com representação sindical, no intuito de esclarecer as violências e arbitrariedades patrocinadas pelo regime contra a classe operária. Contribuindo decisivamente, como o fizeram para a elaboração da Constituição Federal de 1988.

A Comissão Nacional da Verdade, ao apresentar as considerações finais em seu relatório pelo Grupo de Trabalho nº 13, sobre “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”, resgata as graves violações que foram perpetradas contra a classe trabalhadora e o movimento sindical, considerados o ‘alvo principal’ do golpe de 1964. O que pretendiam era uma “classe operária despolitizada e submissa aos empresários” e sendo “controlada para que se efetivasse a exploração, sem resistência”. A submissão dos trabalhadores era a garantia da produtividade e lucro acumulado do capital. E as ações para garantir tal situação foram implementadas pelo aparelho repressivo e pelas medidas trabalhistas, que garantiram que essas condições se realizassem. A CNV, ao finalizar o relatório, assim dispõe:

2) Os trabalhadores rurais e urbanos, em seu conjunto, constituíram o maior número de vítimas das graves violações, ou seja, das prisões ilegais e arbitrárias, da tortura e das execuções e desaparecimentos forçados; 3) Durante a ditadura militar, impôs-se à classe trabalhadora um despotismo fabril, que correspondeu a um novo regime dentro de fábricas e empresas, baseado na exacerbação da vigilância e de uma disciplina militarizada. A ditadura fabril se somou e reforçou a ditadura mais ampla; 4) Os trabalhadores e seu movimento sindical foram os principais destinatários da violência praticada mediante a articulação das empresas e do Estado ditatorial: foram delatados pelos patrões, vítimas de “listas negras” e entregues à violência dos agentes estatais militares e policiais, cuja intervenção os patrões solicitavam; 5) Durante a ditadura de 1964 a classe trabalhadora sofreu enorme rebaixamento dos salários, perda da estabilidade no emprego, fim de outros direitos trabalhistas, brutal regressão em suas condições de vida. A ditadura deixou, entre outras, duas heranças malditas até hoje vigentes: depressão dos salários e rotatividade no emprego; 6) A classe trabalhadora foi vítima sistemática de prisões arbitrárias e ilegais, acompanhadas de diferentes formas de tortura, que importaram em muitas sequelas físicas e insuperáveis traumas psicológicos.⁶⁶²

⁶⁶²COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Textos Temáticos*. Dez. 2014. (Vol. 2). p. 80-81.

O movimento sindical deixou de ser um ator passivo dentro deste contexto, assumiu uma participação efetiva, para garantir as narrativas e elucidar parte da história da classe trabalhadora.

O relatório subdividido em eixos⁶⁶³ apurou dentro do que foi possível, abusos, arbitrariedades, exploração, repressão e graves violações aos direitos humanos cometidos contra os trabalhadores. E como indicado no artigo 1º da Lei 12528 de 18/11/2011, a Comissão Nacional da Verdade “foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”⁶⁶⁴.

Ruti G. Teitel ao responder sobre a necessidade de manter vivo o tema na sociedade civil destaca que:

[...] quanto maior o número de diferentes atores se envolvendo, estabelecendo suas demandas e procurando encontrar justiças históricas que façam sentido para eles e para a sociedade, melhor será. Numa democracia madura não há a necessidade de uma “história oficial” nas mãos de um governo. Nesse sentido, não é surpreendente que exista um debate tão grande no Brasil sobre o papel do Estado e sobre como o Estado controlou a transição após o período da repressão. A sociedade tinha todas as razões para se manter cética em relação a este Estado que se vê como “dono” de todos os processos na medida em que, até bem pouco, não era um Estado democrático.⁶⁶⁵

A maior central sindical do país, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), após o término dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, deu continuidade e elaborou o ‘Relatório da Comissão Nacional da Memória Verdade e Justiça da CUT’ (com 126 páginas), lançado em outubro de 2015, por ocasião de seu congresso (12º CONCUT, que aconteceu entre 13 e 16 de outubro de 2015, em São Paulo/SP).

⁶⁶³ Estes foram os tópicos abordados no relatório: “A) Antes de 1964: os projetos político-econômicos contrapostos; B) A lógica da aliança civil-militar no golpe de 1964; C) O impacto da ditadura de 1964 nas fábricas: a instituição de um novo regime fabril; 1. As graves violações e seus atos preparatórios; D) Tipologia da violência e repressão contra os trabalhadores praticadas mediante a articulação público-privada; E) A legislação que viabilizou a super exploração do trabalho e a prática de graves violações de direitos humanos; F) As graves violações de direitos humanos cometidas contra os trabalhadores; 1. Prisões ilegais e arbitrárias e prisões coletivas (ou em massa); 2. Tortura; 3. Mortes e desaparecimentos forçados; G) Considerações finais”. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Textos Temáticos*, dez., 2014. (Vol. 2). p. 57-88).

⁶⁶⁴ BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

⁶⁶⁵ TEITEL, Ruti G. Entrevista: Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado mas também para o futuro: Ruti G. Teitel responde. *Revista da Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 3, 2010. p.27-40 Disponível em <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/2010_revista_anistia_03.pdf>. Acesso em 15 set. 2015.

Outras centrais sindicais, assim como incontáveis sindicatos, organizaram suas “memórias”, fizeram publicações, produziram livros e colaboraram para o resgate da memória da classe trabalhadora, indicando a necessidade de dar continuidade às lutas, que foram objeto de debate no âmbito da Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão de Anistia, com seus mais de 70 mil processos, guarda as narrativas das perseguições políticas, as memórias daqueles que tiveram suas vidas alteradas, destruídas ou prejudicadas. O seu acervo contempla as histórias de violências praticadas por uma ‘ditadura civil-militar’ que encontrou como ‘alvo principal o movimento operário’ para impor a exploração, e oprimiu, reprimiu, torturou e matou. O resgate da vida destes trabalhadores perseguidos, de suas direções e sindicatos, possibilita a constituição de uma memória coletiva. Os sindicatos e o movimento sindical, ao recuperarem esta agenda, a partir de 2008, se empoderaram, ganharam visibilidade, e suas lutas do passado contribuem para repensar o presente e atuar no futuro.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi apresentada uma série de acontecimentos que contribuíram na reconstrução da trajetória da classe operária no Brasil, suas lutas, suas conquistas, avanços e derrotas que marcaram a história dos trabalhadores e suas organizações. Livres quando do surgimento, amparada nas ideias anarquistas, e posteriormente, desde os anos de 1930, conformada em um modelo de organização sindical corporativo, verticalizado, imposto pelo Estado, cuja estrutura mantém-se até os dias de hoje, com pequenas modificações presentes na Constituição Federal de 1988. Uma estrutura sindical que conviveu com o populismo, com a democracia e não precisou ser alterada pelos militares, quando do golpe civil-militar, para realizar a repressão e o controle da organização sindical.

O panorama histórico mundial no qual se desenrolou a ação que resultou no golpe civil-militar em 1964 impôs um processo repressivo e instalou um regime de exceção no país, cenário que teve como atores os militares, associados ao capital pelos interesses dos empresários nacionais e internacionais, que impuseram sua lógica política e econômica, sendo a 'gênese da ditadura'. O objeto desta singular associação era desfrutar de benefícios econômicos que a exploração da classe trabalhadora poderia render. Os baixos salários, a redução de direitos, a proibição de greves e uma legislação repressiva pautada na Ideologia da Segurança Nacional e garantida por uma Ditadura Militar, que tinha o firme propósito de submeter e controlar os trabalhadores e com isto garantir a produtividade e lucro acumulado do capital.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade apontou para as responsabilidades por parte do empresariado nacional e estrangeiro na colaboração do processo repressivo. Como exemplos, podemos citar o caso da Volkswagen, que produziu 'listas sujas' para denunciar trabalhadores, fazendo com que fossem presos e levados pelos órgãos de repressão e, a participação direta de empresários, fazendo "caixinha" para colaborar com o processo repressivo, com destaque para a OBAN - Operação Bandeirantes que em nome da Segurança Nacional perseguiu, torturou e aniquilou àqueles que consideravam como adversários do regime.

É a partir desta perspectiva que analisei o tema da Justiça de Transição no Brasil, tendo como foco principal as lutas implementadas pelos trabalhadores e suas organizações sindicais, as greves que enfrentaram e resistiram à ditadura militar,

cujas consequências foram demissões de trabalhadores e de dirigentes sindicais, intervenções em sindicatos, prisões e julgamentos dos operários e suas lideranças em Tribunais Militares, com base na Lei de Segurança Nacional.

O desempoderamento dos trabalhadores e de suas organizações representativas ocorreu em razão da combinação de uma legislação trabalhista de perfil controlador, que garantia a intervenção nos sindicatos, a nomeação de juntas governativas, a cassação de dirigentes e leis de exceção de natureza repressiva, que puniam criminalmente as greves e seus autores.

Para melhor compreender todo este processo de violência institucionalizada, utilizei como suporte as teorias críticas em direitos humanos, que concebem que a dignidade humana é construída por meio de processos de luta, com o fim de assegurar o acesso a bens materiais e imateriais e assim permitir uma vida digna.

Neste sentido a busca para o reconhecimento da condição de anistiado político e o direito à reparação, realizado por meio de ações de julgamento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, teve profundas mudanças de entendimento, ao apreciar os Requerimentos Administrativos, mediante um processo de experimentação pautado por suas responsabilidades e compromissos de Estado.

Os julgamentos relativos às greves de operários passaram a ser analisados sob outro olhar, que enxerga a pessoa, o anistiando como parte de um coletivo, participante de um sindicato, de uma categoria, com objetivos comuns e não mais como um indivíduo analisado por um ato praticado individualmente, sendo reinserido dentro do “grupo social” ou “sindical” ao qual pertencia assim, como os dos demais anistiandos que participaram dos mesmos “*atos de resistência*” e compartilharam as mesmas histórias de luta.

Logo, como vimos ao longo da tese, esta mudança de paradigma operada a partir de 2007, permitiu uma nova interpretação referente aos processos dos trabalhadores envolvidos nas greves, pois antes a análise estava restrita à participação exclusiva do anistiando, exigindo uma demonstração de que era perseguido pelo regime por prática considerada subversiva, sob o ponto de vista de uma apreciação individual, o que dificultava a análise do processo. Diferente da sua condição de membro de um coletivo que fez greve, pois a greve era considerada pela ditadura uma ação contra a “revolução”, ou contra o regime militar.

Assim, antes de 2007, a apreciação do requerimento do anistiando que participou de uma greve, ficava desconectado do processo de luta coletiva e do

segmento que efetivamente estava inserido. Esta visão individualizada, dissociada da análise do ator coletivo - o “*sindicato*” e do conflito estabelecido, levava ao entendimento do reconhecimento como passível de anistia, apenas aos líderes sindicais, excluindo, por consequência, os demais atingidos, trabalhadores que lutaram e paralisaram as suas atividades e foram demitidos alguns meses depois, sem ter reconhecido o seu direito à anistia.

A experiência mostrou que ocorreu uma mudança, quando os julgamentos passaram a ser analisados e apreciados em conjunto, agrupando os anistiandos grevistas do mesmo sindicato, articulando as histórias, utilizando os mesmos fundamentos jurídicos, e tendo como referente, o ordenamento jurídico nacional e internacional para analisar as greves, adotando para apreciação as normas internacionais da OIT, em especial a da Convenção 87, que protege a Liberdade Sindical e da Convenção 98 que promove a Contratação Coletiva.

A decisão da Comissão de Anistia de realizar a apreciação *dos processos individuais* dos anistiandos grevistas, agrupando-os em ‘*sessões públicas temáticas*’ e por meio das ‘*Caravanas da Anistia*’, permitiu um *enfoque coletivo*, estabeleceu uma nova dimensão, uma leitura que se diferenciou do que estava sendo realizado até então.

Construiu uma política de memória que alcançou o ser coletivo, o sindicato após os julgamentos saiu empoderado e visibilizado. Resgatou o protagonismo, social e político, em razão das narrativas e histórias, permitiu que a comunidade, onde os fatos aconteceram, tomassem conhecimento, superando os processos de amnésia, decorrentes de uma transição continuada “lenta e gradual”, que levou muitas vezes ao esquecimento, da resistência empreendida, fatores que reforçam a luta pela dignidade dos trabalhadores.

Ao fazer esta interpretação e dar estes encaminhamentos, reincluiu ‘o sindicato’, proporcionou sua ‘visibilização’ e inserção no contexto em que foi protagonista da ação, por meio da participação daqueles que o constroem e que encabeçaram as lutas de resistência. Afinal, um ‘sindicato’ é sempre representante de um coletivo. E a Comissão de Anistia, ao proceder estas mudanças, fez com que a voz individual, passasse a ser coletiva, pela soma das vozes. Os atores sindicais de outrora, ressurgiram, por meio das histórias, narrativas e memórias dos anistiandos.

A Comissão de Anistia ao alterar seus procedimentos na condução dos processos, aspecto que não era vedado em lei, assegurou a construção de uma anistia coletiva.

O pedido de desculpas por parte do Estado é o reconhecimento que as lutas a partir do “legítimo direito de resistência”, não foram em vão, pois permitiram a superação da ditadura, rumo a uma democracia.

O sindicato como *‘lugar simbólico’*, de história de luta, de resistência e de identidade coletiva, com sua memória resgatada, permitiu então que o futuro seja repensado.

A Comissão de Anistia proporcionou o resgate da memória da vida destes trabalhadores perseguidos e de suas entidades sindicais. E ao assim proceder, os sindicatos envolvidos e o movimento sindical como um todo, superaram a amnésia ao qual foram submetidos e a invisibilização daqueles que enfrentaram o regime, garantindo também o seu empoderamento.

Vivemos tempos difíceis, nos quais a ofensiva contra os trabalhadores segue sendo a regra, marcado por avanços e retrocessos, onde o poder econômico das empresas transnacionais é maior do que o de países. Em que predomina a lógica demarcada pelo capital, visando lucro sem limites éticos ou morais, reduzindo as condições sociais de vida.

Assim, o reconhecimento e o resgate da história dos trabalhadores enfrentando a ditadura, torna-se importante, pois somente por meio de processos de luta, será possível criar condições sociais, econômicas e culturais, que possibilitem uma vida digna aos trabalhadores, portanto a valorização do coletivo e das lutas do passado, demonstram ser possível confrontar, quando unidos e cientes de sua capacidade de organização e disposição de mudanças para um mundo mais justo.

É fundamental termos clareza que os problemas dos sindicatos e da classe trabalhadora continuam, em face de uma política neoliberal, que destrói os direitos que foram construídos por meio de processos de luta pela dignidade humana. Que a organização sindical brasileira mantém uma estrutura vertical corporativa, que não contribui para a democracia dos trabalhadores.

Mas a despeito destes problemas, e sem perdê-los do horizonte, foi importante o resgate da vida destes trabalhadores perseguidos, de suas direções sindicais e de suas organizações de classe, pois permitiram a constituição de uma memória coletiva

e demonstraram que outro mundo é possível, desde que estejamos dispostos a construí-lo.

Os sindicatos e o movimento sindical ao recuperarem esta agenda política, se empoderaram, ganharam visibilidade e suas lutas do passado, contribuem para repensar o presente e atuar no futuro.

REFERÊNCIAS

- A GREVE geral de 9 de julho de 1917. jul. 2010. Disponível em: <<http://estadodegreve.blogspot.com.br/2010/07/data-de-9-de-julho-representa-um-marco.html>>. Acesso em: 18 set. 2015
- A LIBERDADE Sindical. Recompilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Genebra: OIT, 1997.
- ABC DE LUTA: Memória dos Metalúrgicos do ABC: Operário Manoel Fiel Filho é assassinado no DOI-CODI. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=81>. Acesso em: 5 out. 2015.
- ABRAMO, Lais W. Negociação Coletiva e Sindicatos na América Latina. In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo, AGUIAR, Roberto A. R. (Orgs.). *Introdução Crítica ao Direito do Trabalho*. Brasília, Universidade de Brasília, 1993. (Série o Direito Achado na Rua, Vol. 2).
- ABRÃO, Paulo. *30 anos de luta pela anistia no Brasil: greve de fome de 1979*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.
- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Memória histórica, Justiça de Transição e democracia sem fim. In PRONER, Carol. ABRÃO, Paulo (Orgs.) *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil/Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.
- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição no Brasil*. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 34.
- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e justiça. In: A ANISTIA NA Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. O programa de reparações com eixo estruturante da Justiça de Transição no Brasil. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011.
- ABRÃO, Paulo, TORELLY. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.
- ABRÃO, Paulo; CARLET, Flavia; FRANTZ, Daniela; FERREIRA, Kelen Meregali

Model; OLIVEIRA, Vanda Davi Fernandes de; GRAMA, Tatiana Tannus. Educação e Anistia Política: ideias e práticas emancipatórias para a construção da memória, da reparação e da verdade do Brasil. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

ALMEIDA, Criméia Schmidt, TELLES, Janaína de Almeida, TELLES, Maria Amélia de Almeida, LISBOA, Suzana Keniger (Orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

ALVES, Francisco César Ferraz. Militares: confissões histórias secretas do Brasil, de Hélio Contreiras *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, jun. 1999.

ALVES, Marcio Moreira; BAPTISTA, Arthur. As eleições de 1978. *Revista Crítica de ciências Sociais*, n. 3. Dez. 1979.

AMARAL, Mariana. *Ditadura: Conversas com Mr. Dops*. 9 fev. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/02/conversas-mr-dops/>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

AMORIM, Felipe; MACHADO, Rodolfo. A espera da verdade. *ÓperaMundi*, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+d+a+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>>. Acesso em 13 set de 2015.

ANCIAN, Renato. *Governo José Sarney (1985-1990): Nova Constituição e crise econômica Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação*. 02 nov. 2006. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-jose-sarney-1985-1990-nova-constituicao-e-crise-economica.htm>>. Acesso em: 17 set. 2015.

ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá. 2009.

ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ANTUNES, Paulo; CARVALHO, Pedro Carlos. *A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, (SP): Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARANTES, Aldo. Depoimento. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de Paixão e Consciência*. Petrópolis: Nova Fronteira, 1994.

ARNS, Paulo Evaristo (coord.). *Brasil Nunca Mais, um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARTES plásticas na ditadura. In: Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/artes-plasticas/>>. Acesso em: 19 set de 2015.

ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da Justiça de Transição. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011.

ASSIS, Denise. *O golpe de 1964 só deu certo porque militares tiveram apoio da sociedade civil*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-29/golpe-de-1964-so-deu-certo-porque-militares-tiveram-apoio-da-sociedade-civil.html>>. Acesso em 08 ago. 2015.

BADARÓ, Marcelo. *O Sindicalismo no Brasil pós 1930*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARATTIERI, Alan. *Constituição de 1988*. 2013. Disponível em <<http://allanbarattieri.jusbrasil.com.br/artigos/111915199/constituicao-de-1988>>. Acesso em 17 set de 2015.

BARBOSA, Marco Antonio Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade. *Revista Direitos Humanos*. Edição Comemorativa 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 01 dez. 2008.

BARBOSA, Marco Antonio Rodrigues. Memória, verdade e educação em direitos humanos. In: EDUCAÇÃO em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/11_cap_2_artigo_03.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

BASUALDO, Victoria, OJEA QUINTANA, Tomás, VARSKI, Carolina. Los casos de Ford y Mercedes Benz. In: VERBITSKI, Horacio y BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina: Siglo Veintiuno. 2013.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006 .

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BICUDO, Hélio Pereira. *Eu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BOFF, Leonardo Boff. 1964: Golpe Militar a serviço do Golpe de Classe. *Carta Maior*, 30 maio de 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/colunistas/4>>. Acesso em: 05 set. 2015.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; TORELLY, Marcelo D. Cumplicidade financeira na ditadura brasileira: implicações atuais. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 6, 2012.

BORGES, Beatriz. *El País /Política*: mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. 8 set. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html>. Acesso em: 29 ago. 2015.

BRASIL. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental protocolada junto ao Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=330654>>. Acesso em 12 de set. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. Casa Civil. *Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 20 out. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emendas Constitucionais*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 1 out. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Mostra 68: Utópicos e Rebeldes*. Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

BRASIL. *Portal da Legislação/ Governo Federal*. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 12 ago. 2015

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm e Sachs (orgs.). *Brasil: Um Século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BRETT, William. *Prefácio*, In: OIT. *La negociación colectiva: un principio fundamental, un derecho, un convenio*. OIT. Genebra, 1999.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do estado brasileiro contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, p. 7-64. 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF. 2014.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Bancários, movimento sindical e participação política*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

CARDOZO, José Eduardo. ABRÃO, Paulo Abrão. Caravana da Anistia: um legado para a democracia brasileira. In: COELHO, Maria José H.; ROTTA, Vera. (Orgs.). *Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão* organização. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Quando um país se apequena. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 9, n. 103, abr. 2014.

CASTRO, Maria Celina D'Araujo. *Ernesto Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CEMDP – COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Sobre a comissão*. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CIURLIZZA, Javier. Entrevista: Para um panorama global sobre a Justiça de Transição: Javier Ciurlizza responde. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, n. 1. Brasília: Ministério da Justiça, jan./jun., 2009.

COELHO, Maria José; ROTTA, Vera (Org.). *Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília. Ministério da Justiça. 2012.

COELHO, Maria; ROTTA, Vera. (Orgs.). *Livro dos votos da comissão de anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil*. Brasília & Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria. 2013.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo: Rubens Paiva. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Audiência Pública Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Brasília, 12 de ago 2014. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/araguaia_apresentacao.pdf>. Acesso em 7 de set 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Textos Temáticos. Grupo de Trabalho nº 13, sobre Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical (GT-13), sob a responsabilidade de Rosa Maria da Cunha Cardoso. 2014. (Vol. 2). p. 60.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Dez. 2014. (Vol. 1).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Dez. 2014. (Vol. 2).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: Textos Temáticos*. dez., 2014. (Vol. 2).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Conheça e acesse o relatório final da CNV*. 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: para os países do Cone Sul vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e

Marginalizados. Os regimes Militares e os Sindicatos no Cone Sul. *Clamor*, São Paulo, n. 14, ano 4, dez. 1981.

COMPARATO, Fábio Konder. Crimes sem castigo. *Folha de São Paulo*: A3. 19 set. 2008.

CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: A opressão no Brasil*. Rio de Janeiro. Record, 2005.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Portal da Transparência publica dados dos beneficiados pela Lei da Anistia*. 23 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/01/portal-da-transparencia-publica-dados-dos-beneficiados-pela-lei-da-anistia>>. Acesso em 20 out. 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) 24 nov. 2010. Brasil. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015.

CORTI, Ana Paula. Estado Novo (1937-1945): a ditadura de Getúlio Vargas. *Página 3 Pedagogia & Comunicação*, 28 de ago. de 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

COSTA, Cristina. *Censura em Cena: teatro e censura no Brasil*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. Sobre o conceito de “Segurança Nacional”. *Tensões Mundiais / World Tensions*. v. 5, n. 9, 2009. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/101/142>>. Acesso em: 14 set. 2015.

COSTA, Homero de Oliveira. Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil. *DHNET*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html>. Acesso em: 17 set. 2015.

COSTA, José Calda. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

COSTA, Mauricio Mesurini da; DIRSCHNABEL, Leandro. A doutrina da Segurança Nacional: justificação do governo militar e perseguição do “inimigo”. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO. 5. *Anais...* 29 ago. - 2 set. 2011.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Por que os generais não imitam a Rede Globo*, 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2014/01/por-que-os-generais-nao-imitam-a-rede-globo/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

CURSO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. *Movimentos de Resistência*, módulo 2, unidade 2, aula 15, slide 6. Disponível em

<<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/memoria/index.html>>. Acesso em 07 set. 2015.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

DE LA CUEVA, Mario. *Panorama do direito do trabalho*. Porto Alegre: Sulina Editora, 1965.

DELGADO, Federico. El pillaje organizado. In: VERBITSKI, Horacio; BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina: Siglo Veintiuno, 2013.

DIAS, Luciana, AZEVEDO, Dias, BENEDICTO, Nair. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. São Paulo: Senac, 2001.

DIAP. *Metalúrgicos do ABC são anistiados em São Bernardo*. Disponível em: <http://www.simec.com.br/?area=ver_fique_ligado&id=1264>. Acesso em 16 set. 2015.

DÓRIA, Palmério. *Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney*. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes. 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis. 2009.

ÈBOLI, Evandro. O custo da reparação: indenizações aprovadas na Comissão de Anistia chegam a R\$ 3,4 bilhões. *Jornal O Globo*. 30 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/o-custo-da-reparacao-indenizacoes-aprovadas-na-comissao-de-anistia-chegam-r-34-bilhoes-12037526>>. Acesso em: 24 set. 2015.

EMPOLGOUSão Paulo a vitória das armas libertadoras. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Grupo Estado, Publicado em 02 de abril de 1964.

ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ERMIDA URIARTE, Oscar. *A proteção contra os atos anti-sindicais*. São Paulo: LTr, 1989.

FARIAS, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1995.

FARIÑAS, Maria José. El derecho a la memoria. *Revista Cuadernos de Paz*. Memorias de la Tercera Cumbre Nacional por la Paz. Cali, Colombia, v. 2, n. 4, Enero/ Marzo, 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FELTRIN, Camilla. Comissão Nacional da Verdade: Volkswagen é denunciada por crimes na ditadura. *Carta Capital*, 22 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/volkswagen-e-denunciada-no-mpf-por-violacao-de-direitos-humanos-7104.html>>. Acesso em: 08 out. 2015.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade. 1989.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura Militar. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n. 23, p. 3–25, Setembro de 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf>. Acesso 5 set. 2015.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Os DOPS e os arquivos públicos estaduais*. 6 abr. 2013. Disponível em <<http://www.brasilrecente.com/2011/01/os-dops-e-os-arquivos-publicos.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por Olho: Os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FON, Antonio Carlos. *Tortura a História da Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. O Brasil na Guerra Fria. *Brasil Escola*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-brasil-na-guerra-fria.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *A era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>. Acesso em: 13 set. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. *Anos 20 - Café e Indústria - Crise de 1929*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Crise29>>. Acesso em 11 set. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. *Anos de Incerteza (1930 - 1937) - Tribunal de Segurança Nacional*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>>. Acesso em: 11 set. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. *O Brasil que Vargas deixou: Vargas e as bases do desenvolvimento*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>>. Acesso em: 19 set. 2015.

GASPARETO JUNIOR, Antônio. A Guerrilha de Caparaó. *InfoEscola*, c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/guerrilha-do-caparao/>>. Acesso 08 set. 2015.

GASPARETO JUNIOR, Antonio. Movimento 11 de novembro. *InfoEscola*. c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimento-11-de-novembro/>>. Acesso em: 15 de set. 2015.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Élio. Americanização do Brasil. *Folha de São Paulo*, quarta-feira, 21 jun. 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200025.htm#_=_>. Acesso em: 02 ago. 2015.

GENRO, Tarso. Direito e Justiça na Transição: Kant contra as luzes degradadas. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 5, jan./jun. 2011.

GERNIGON, Bernard. El convenio núm. 98 de la OIT: un instrumento que sigue siendo de actualidad cincuenta años después de su adopción. *Educación Obrera: La Negociación Coletiva: un principio fundamental, un derecho, un convenio*, n. 114/115. OIT: Ginebra. 1999.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Américo. A luta contra a ditadura e a luta de classes. *Liga Internacional de los Trabajadores: Cuarta Internacional*. 18 ago. 2012. Disponível em: <<http://litci.org/es/archive/a-luta-contr-a-ditadura-e-a-luta-de-classes/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, João. O discurso de Jango no comício da Central do Brasil. 1964. In: *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17648>. Acesso em: 14 abr. 2015.

GRACIOLLI, Edilson José. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

GREEN, James N. *Apesar de vocês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; ALVES, Mariangela Alves de. *Dicionário do Teatro Brasileiro: Temas, Formas e Conceitos*. São Paulo. Perspectiva: SESC, 2006.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re)invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2009.

HERRERA FLORES, Joaquin. *O nome do riso: Breve tratado sobre arte e dignidade*. Florianópolis: co-edição Bernúncia; CESUSC, 2007.

HINKELAMMERT, Franz J. La inversión de los derechos humanos el caso de John Locke. In: HERRERA FLORES, Joaquín. *El Vuelo de Anteo: Derechos humanos y crítica de la razón liberal*. España: Desclée de Brouwer, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORTA, Celso. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta. 1993.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octávio. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBRAHIM, José. *Comissões de Fábrica*. São Paulo: Global. 1986.

INDUSTRIALIZAÇÃO Brasileira. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/industrializacao-brasileira/industrializacao-brasileira.php>>. Acesso em: 6 out de 2015.

JESUS, Damásio de. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 1999.

JOÃO FIGUEIREDO. Acervo. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,joao-figueiredo,551,0.htm>>. Acesso 05 out de 2015.

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios da Operação bandeirantes e no DOI de São Paulo - 1969-1975*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Global, 1984.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: inimigo número um da ditadura*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

JOSÉ, Emiliano; OLDACK, José. *Lamarca o capitão da guerrilha*. São Paulo, Global Editora, 1980.

JUNHO, Yago Euzébio Bueno de Paiva. Uma tragédia anunciada. *Revista Sociologia*, ano 5, ed. 55, nov/dez, 2014.

KAREPOVS, Dainis. *A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993*. São Paulo: Sbfsp, 1994.

KORNIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. *O movimento sindical urbano e o papel do CGT*. São Paulo: FGV, c2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT>. Acesso em: 02 set.2015.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2001.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LEE-MEDDI, Jeocaz. Os sequestros que abalaram a ditadura militar. In: *Virtuália - O Manifesto Digital*, 22 maio 2009. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2009/05/os-sequestros-que-abalaram-ditadura.html>>. Acesso em 6 set. 2015.

LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES - CUARTA INTERNACIONAL. *A luta contra a ditadura e a luta de classes*. 18 ago. 2012. Disponível em: <<http://litci.org/es/archive/a-luta-contra-a-ditadura-e-a-luta-de-classes/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LITEWSKI, Chaim. *Cidadão Boilensen*. (Filme documentário). 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

LONGHI, Rafael. A proteção das vítimas no caso brasileiro: da reparação civil e outras medidas (Leis Nº 9.140/1995 e Nº 10.559/2002). *Revista da Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça. n. 7, jan./jun. 2012.

LOSSO, Cynthia de Toledo. *Desenho de Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos*. Brasília: SDH/PR, set. 2012. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/apresentacoes/4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

LUCENA, Eleonora de.Zerbini. Therezinha: a 'burguesa' que foi à luta. *Folha de São Paulo*, 01 jul. 2012.

MACIEL, Wilma Antunes. Em fuga pela Revolução. *Revista de História*, 01 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/em-fuga-pela-revolucao>>. Acesso 07 set. 2015.

MANREZA, Henrique. Uma esperança contra a impunidade. *Jornal Opção*, mar. 2012.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARKUN, Paulo (Org.). *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Penal*. São Paulo: Millennium, 2002. (Vol. 3).

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, Rodrigo. Entrevista: Verdade exumada. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/773/verdade-exumada-5637.html>>. Acesso em: 11 set. 2015.

MARTINS, Tahinah Albuquerque. O direito à verdade na corte interamericana de direitos humanos e no Brasil. *Cuadernos Críticos del Derecho*. n. 2, 2008. p.52. Disponível em: <<http://www.liberlex.com/archivos/averdade.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: PERJ/FAPERJ, 2003.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional/On-line*, Brasília, v.. 42, n.1, jan./jun. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000100007>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MELO, Jorge José de. *Boilesen um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à OBAN/Operação Bandeirantes, 1969-1971*. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012.

MELLO, Prudente J. S. *Termo de Referência sobre Liberdade Sindical*. Florianópolis: Observatório Social, 2004.

MELLO, Prudente J. S. *Termo de Referência sobre Negociação Coletiva*. Florianópolis: Observatório Social, 2004.

MELLO, Prudente José Silveira. Papel das entidades sociais na resistência e na luta pela democratização do Brasil. In: PRONER, Carol, ABRÃO, Paulo. (Coord.). *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil*. Belo Horizonte: Fórum 2013.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Sobre o Memorial da Resistência*. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MENDONÇA, Ricardo. Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 1962. *Folha de São Paulo*, 1 jun. 2014.

MENEZES, Cláudio Armando Couce de. Proteção contra Condutas Anti-Sindicais, Atos anti-sindicais, controle contra discriminação e procedimentos anti-sindicais. *Rev. TST*, Brasília, v. 71, n. 2, maio/ago 2005. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3757/002_menezes.pdf?sequence=7>. Acesso em: 15 set. 2015.

MESQUITA, Ruy. A liberdade, antes de tudo. In: VIDIGAL PONTES, José Alfredo. CARNEIRO, Maria Lúcia. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, 1985.

MEYER, Emilio Peluso Neder. O debate atual sobre a Lei de Anistia no Brasil. *Coletiva*, n. 12, set./dez 2013. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=181&Itemid=76&idrev=15>. Acesso em 25 ago. 2015.

MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão: uma frente de Resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985.

MONTAGUA, Wilson. A Doutrina da Segurança Nacional. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. v. 6 jul./dez. 1986.

MONTEIRO, Marco Antonio Corrêa. Evolução do tratamento da liberdade de imprensa nas Constituições brasileiras pretéritas (1824 a 1967/69). In: *Jusnavigandi*, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/23157/evolucao-do-tratamento-da-liberdade-de-imprensa-nas-constituicoes-brasileiras-preteritas-1824-a-1967-69>>. Acesso em 13 out. 2015.

MORAES, F. Evaristo. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MORAES, F. Evaristo. *Temas Atuais de Trabalho e Previdência*. São Paulo: Ltr, 1976.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do Governo de João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, Sonia Virginia. Retratos brasileiros: 20 anos de imprensa alternativa. In: Antologia *Prêmio Torquato Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RIOARTE, ano 2, 1984.

NALIATO, Samir. 50 anos de golpe militar: a ditadura brasileira e os quadrinhos. In: *Universo HQ*, 2014. Disponível em: <<http://www.universohq.com/materias/50-anos-golpe-militar-ditadura-brasileira-e-os-quadrinhos/>>. Acesso em 20 set de 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4ª ed. São Paulo: Atual Editora, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

NAQVI, Yasmin. El derecho a la verdad en el derecho internacional: ¿realidad o ficción? *International Review of the Red Cross*. n. 862, Jun. 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito do trabalho na constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1989.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito Sindical*. São Paulo: Saraiva, 1989.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho. In: FERREIRA, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro;

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do direito do Trabalho no Brasil*. São Paulo, LTr, 1998.

ODERO, Alberto, GERNIGNON, Bernard, GUIDO, Horácio, URIARTE, Oscar Ermida. *A greve: o direito e a flexibilidade*. Brasília: Oficina Internacional do Trabalho. Secretaria Internacional do Trabalho, 2002.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. *Direito Sindical da OIT: normas e procedimentos*. Genebra: Repartição Internacional do Trabalho, 1998.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Liberdade Sindical*: Recopilação de Decisões e Princípios do Comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. 1997.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Dossiê: História e Militarismo: os primórdios da doutrina de segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. *Revista História*, Franca, v. 29, n. 2. Dez. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>>. Acesso em: 11 set. 2015.

OS JULGAMENTOS de Nuremberg. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007722>>. Acesso em: 22 set. 2015

PAULA, Christiane Jalles de. *A trajetória política de João Goulart na presidência da República*: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Fundação Getúlio Vargas/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais>. Acesso em 08 ago. 2015.

PAMPLONA, Isabela Blanco. Comissão de anistia brasileira: fundamentos teóricos, breve histórico e análise preliminar. *Revista Verdade, Justiça, Memória*, 2015. Disponível em: <<http://www.revistavjm.com.br/artigos/comissao-de-anistia-brasileira-fundamentos-teoricos-breve-historico-e-analise-preliminar/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

PASSOS, Edésio. Anistia, MP 2.151 e a reparação econômica indenizatória. *DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, jul. 2001. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6044:anistia-mp-2151-e-a-reparacao-economica-indenizatoria&catid=46&Itemid=207>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: BestBolso. 2008.

PEDRO, Antônio. *História da Civilização ocidental*. Disponível em: <<http://histoblogsu.blogspot.com.br/2009/08/joao-goulart-fase-parlamentarista.html>>. Acesso em 09 set de 20115.

PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIE) O elo perdido da repressão. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2008.

PEREIRA, A. *A Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1962.

PÉROLAS da ditadura militar brasileira. 20 fev. 2011. Disponível em: <<http://geracaoi5.blogspot.com.br/2011/02/perolas-da-ditadura-militar-brasileira.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PIERANTI, Octavio Penna; CARDOSO, Fabio dos Santos, SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. Reflexões acerca da política de Segurança Nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. *RAP- Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 29-48, jan./fev. 2007.

PILAGALLO, Oscar. *O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha*. São Paulo: Publifolha, 2002.

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. Virgílio Gomes da Silva. *De retirante a guerrilheiro*. São Paulo: Plena Editorial, 2009.

PINTO, Leonor Souza. *O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988*. 2006. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/O_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2010.

PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso Brasileiro. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 2, jul./dez. 2009.

PISTORI, Edson; SILVA, José Carlos Moreira. Memorial da anistia política do Brasil. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1979.

POSSAS, Mario Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. (Vol. 2).

PRADO, Caroline Gonçalves. *Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: o alcance e os limites dos governos Jânio e Jango*. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

PRODUTO Interno Bruto: Brasil - 1970-2013. Disponível em: <http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_brazil.html#t1>. Acesso em: 05 out. 2015.

PRONER, Carol. Desafios do Direito Internacional Público no Século XXI: o Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: IDHID – Instituto de Direitos Humanos Interculturalidade e Direitos Humanos. *Teoria crítica dos direitos humanos: das lutas aos direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PRONER, Carol. Relatório Final à Comissão Estadual da Verdade. *Projeto Justiça Autoritária*. Subgrupo Panair”. Rio de Janeiro: Faperj-CEV Rio, 2015.

RAMOS FILHO, Wilson. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012.

REÁTEGUI, Félix. Introdução. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011.

REGIONAL CAMPINAS: 20 anos de lutas e compromissos de classes: químicos unificados. *Movimento Sindical*. Disponível em:

<<http://memoria.quimicosunificados.com.br/projeto-memoria/movimento-sindical/>>. Acesso em: 05 set.2015.

RIDENTE, Marcelo. Breve Recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.

ROSSETTO, Ricardo. A anatomia do DOI-Codi, *Carta Capital*, n. 30, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-anatomia-do-doi-codi-1068>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SADER, Emir. JINKINGS, Ivana. NOVILE, Rodrigo. MARTINS, Carlos Eduardo. (Orgs.) *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2006.

SALGADO, Gisele Mascarelli. O Supremo Tribunal diante dos casos de prisão decorrente do movimento operário paulista (1917-1920). *Revista Direito e Práxis*, v. 4, n. 7, 2013.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Revista Angelus Novus*, n.5, jun. 2013.

SÁNCHEZ RUBIO, David. Inversión ideológica y derecho penal mínimo, decolonial, intercultural y antihegemónico. In SÁNCHEZ RUBIO, David; SENENT DE FRUTOS, Juan Antonio. *Teoría crítica del derecho*. Nuevos horizontes. México: Cenejus, 2013.

SANTANA, Marco Aurélio. *Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática*. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10281.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SANT'ANNA, Vanya. A campanha da Anistia. *Fundação Perseu Abramo*, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/campanha-da-anistia>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

SANTIAGO, Emerson. Atos Institucionais. *InfoEscola*. c2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atos-institucionais/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SANTOS JÚNIOR, Belisário dos. Direito à memória e à verdade. *Revista Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, n 3. dez. 2009.

SANTOS, Carlos Aparecido. O teatro na época da ditadura. In: *Historianet*. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=716>>. Acesso em: 25 set 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2009.

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO. *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição da ditadura civil-militar ao debate justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de Memória e a Construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SANTOS, Boaventura Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de Memória e a Construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SOUSA, Boaventura Santos; ABRÃO, Paulo; MACDOWELL, Cecília Santos; TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, 1989.

SILVA, Tiago Ferreira. *Doi-Codi*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/doi-codi/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SILVEIRA, Ênio. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: Uma história de Paixão e Consciência*. Petrópolis: Nova Fronteira, 1994.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 1988.

SOARES, Inês Virgínia Prado. *Justiça de Transição*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SÓ HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SÓ HISTÓRIA. *Plano Cohen*. c2015. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p4.php>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado. *Justiça de Transição*. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Globo, 2000.

SOUZA, Sergio. A Ditadura Militar no Brasil. *Caros Amigos*, 2010. (Fascículo 9: Governo Geisel: Fim do Milagre).

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, n. 12, jul. 2015.

SUL 21. O caso *Panair*: o esquecimento de que a ditadura fazia mais que torturar. 24 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-caso-panair-o-esquecimento-de-que-a-ditadura-fazia-mais-que-torturar/>>. Acessado em: 28 ago. 2015.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*, São Paulo: LTr, 1994.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011.

TEITEL, Ruti G. Entrevista: Fazer justiça e pensar medidas de justiça num contexto de mudança política é olhar para o passado mas também para o futuro: Ruti G. Teitel responde. *Revista da Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 3, 2010.

TORRES, Mauro. *A criação do SNI: Serviço Nacional de Informação*. Tudo sobre história, 2012, 1 nov. 2012. Disponível em: <<http://floresdahistoria.blogspot.com.br/>>. Acesso 14 set. 2015.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TORRES, Mauro. *A criação do SNI: Serviço Nacional de Informação*. Tudo sobre história, 2012, 1 nov. 2012. Disponível em: <<http://floresdahistoria.blogspot.com.br/>>. Acesso 14 set. 2015.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. O fim das "leis" de auto-anistia. *Correio Braziliense*. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/unbclipping2/2006/cp061218-12.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Truman Doctrine. PRESIDENT HARRY S. TRUMAN'S ADDRESS BEFORE A JOINT SESSION OF CONGRESS, March 12, 1947. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>. Acesso em: 11 set. 2015.

URIARTE, Oscar Ermida. *A proteção contra os atos anti-sindicais*. São Paulo: LTr. 1989.

VALENTE, Rubens; MAGALHÃES, João Carlos. B26 da FAB atacaram o Vale do Ribeira em 1970. In: PODER aéreo, 30 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2011/04/30/b-26-da-fab-atacaram-o-vale-do-ribeira-em-1970/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

VALPUESTA FERNÁNDEZ, Rosário. Transición y neoliberalismo una punte. In: PRONER, Carol, ABRÃO, Paulo (Coord.). *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011.

VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 15 set. 2015.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

VENTURA, Deisy. A interpretação judicial da Lei de Anistia Brasileira e o Direito Internacional. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, Brasília: Ministério da Justiça, n. 4, jul./dez. 2010.

VENTURA, Zuenir. *1968: o Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VENTURINI, Fábio. *Entrevista: Estado, grande indústria e militares: as relações de poder no setor metal mecânico no Brasil (1964-1978)*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Muoetz0jdIZE>>. Acesso em 30 set 2015.

VENTURINI, Fábio. *No golpe dos empresários, a mais beneficiada foi a Globo*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/fabio-venturini-no-golpe-dos-empresarios-se-uma-empresa-foi-beneficiada-a-mais-beneficiada-foi-a-globo.html>>. 27 mar. 2014. Acesso 30 set. 2015.

VERBITSKI, Horacio. BOHOSLAVSKI, Juan Pablo. Introducción Terrorismo de Estado y economia: de Núremberg a Buenos Aires. In: VERBITSKI, Horacio; BOHOSLAVSKI, Juan Pablo (Eds). *Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Argentina: Siglo Veintiuno, 2013.

VIANA, Luiz W. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIDIGAL PONTES, José Alfredo; CARNEIRO, Maria Lúcia. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Jornal da Tarde, 1985.

VIEIRA, César. *João Cândido do Brasil: A Revolta da Chibata: teatro popular união e olho vivo*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

VILELA, Teotônio (Org.). *Documentário: Anistia: Congresso Nacional Comissão Mista sobre Anistia*. Brasília: Senado Federal, 1982.

WEFFORT, Francisco C. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*. Ed. Brasileira de Ciências Ltda, n. 4, abril/maio/junho, 1973.

WEICHERT, Marlon Alberto. O financiamento de Atos de Violação de Direitos Humanos por Empresas Durante a Ditadura Brasileira: responsabilidade e verdade. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, 2008.

ZELIC, Marcelo. *A auto-anistia e a farsa de um acordo nacional*. Brasil de Fato. 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3677>>. Acesso em: 06 out. 2015.

ZIRALDO. *Ziraldo n'O Pasquim: só dói quando eu rio*. São Paulo: Ed. Globo, 2010.